



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

BRUNO NOGUEIRA GARCIA

**A ESTRUTURA CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICA DO
COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

FORTALEZA

2018

BRUNO NOGUEIRA GARCIA

A ESTRUTURA CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICA DO
COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G198e Garcia, Bruno Nogueira.
A Estrutura Conceitual e Epistemológica do Comportamento Antissocial : Uma Revisão Integrativa /
Bruno Nogueira Garcia. – 2018.
188 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos..

1. Comportamento Antissocial. 2. Epistemologia. 3. Revisão Integrativa. I. Título.

CDD 150

BRUNO NOGUEIRA GARCIA

A ESTRUTURA CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICA DO
COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovado em: 31/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alex Sandro de Moura Grangeiro
Faculdade Luciano Feijão (FLF)

Prof. Dr. Renan Pereira Monteiro
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

À minha querida família que tanto me apoiou e que comigo esteve em todos os momentos. A eles que me possibilitaram crescer e seguir meu caminho. A eles que lutaram do meu lado e que dão sentido ao meu viver. Em mim deixaram marcas indeléveis de humanidade. Deles serei eterno devedor.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma conquista é fácil, nenhuma jornada é percorrida solitariamente. Há pessoas únicas e de uma potencialidade de vida tal que tornam possível o caminhar e dão a ele sentido. Por isso, a dádiva de tê-los só é exprimível em termos de gratidão e reconhecimento. Agradeço, portanto:

À minha família que tanto me apoiou nessa jornada acadêmica e profissional e que me deu os instrumentos necessários para toda minha caminhada até hoje. Sem a paciência, compreensão e carinho deles, esse trabalho não seria possível.

Ao orientador e amigo de jornada Walberto Silva dos Santos, pela credibilidade, zelo, franqueza e apoio ao longo desse percurso. Por seu exemplo de pesquisador e de ser humano, foi um privilégio tê-lo como guia nessa jornada.

Aos meus colegas de mestrado Fernando Benício, Kevin Batista, Lilian Mendonça, Roger Silva e Verlene Alves pela partilha das dores e sabores dessa caminhada, pelo apoio e por mostrarem o quanto é essencial ter amigos com os quais se possa dividir as inquietações e benesses da vida.

Aos integrantes do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP), representados aqui por Damião Soares, Darlene Pinho, Emanuela Possidônio, Gisele Loiola, Glysa Meneses, Hilda Pinheiro, Jorge Wambaster, Leonardo Holanda, Lia Plutarco, Mariana Biermann, Mariana Farias, Quésia Cataldo, Sophia Lóren e Thicianne Malheiros. E aos mais recentes integrantes Isabele Negreiros, Lia Alves, Matheus Lins e Marília Mendes. Agradeço a eles, companheiros de jornada, por terem me recebido tão abertamente e pela incomensurável contribuição para meu avanço acadêmico e científico.

À Universidade Federal do Ceará (UFC) que me ofereceu os subsídios materiais e imateriais necessários a uma formação acadêmica sólida, científica e, sobretudo, crítica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder os recursos financeiros que apoiaram meus estudos.

Aos professores da UFC, na pessoa do Prof. João Paulo Pereira Barros e Prof. Estefanea Gusmão, pela contribuição como docentes e pesquisadores de excelência e aos colaboradores da UFC, representados por Isac Ferreira e Helder Hamilton, pelo exemplo de dedicação, respeito e compromisso profissional.

Aos meus queridos colegas profissionais e acadêmicos do passado recente, da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), que não citarei por receio de omissão, mas que são de nobre valia para mim por terem deixado marcas indeléveis em meu caminho como pesquisador e ser humano.

E, por fim, agradeço a Deus que, por seus tantos caminhos possíveis e misteriosos, oportunizou-me tecer essa rede de vivências e experiências que é minha vida. Por me auxiliar nessa e em tantas outras conquistas, devo a *Ele* meu reconhecimento e agradecimento.

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém pensou sobre algo que todos veem.”

(Arthur Schopenhauer)

“O velho ideal científico da *episteme* – do conhecimento absolutamente certo, demonstrável – mostrou não passar de um 'ídolo'. A exigência de objetividade torna inevitável que todo enunciado científico permaneça *provisório para sempre*.”

(Karl Popper)

RESUMO

O comportamento antissocial é um conceito polissêmico que se encontra presente na prática e no corpus teórico de áreas como o Direito, a Psicologia, a Psiquiatria e a Sociologia, assumindo uma multiplicidade conceitual análoga aos seus vários campos de abordagem. Não há consenso sobre a natureza e dimensionalidade do comportamento antissocial, fazendo com que, nesse contexto plural, despontem uma série de modelos explicativos do fenômeno. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar a organização epistemológica das teorias explicativas do comportamento antissocial. Para tanto, apresenta-se delineado como revisão integrativa de literatura, buscando além de apresentar e descrever o fenômeno, conhecê-lo e analisá-lo dentro de seu contexto sócio-histórico. Para construção dessa revisão, foram selecionadas as bases de dados *APA-PsycArticles*, *Lilacs* e *Redalyc*. Da mesma forma, adotou-se os seguintes filtros: descritor único *Antisocial Behavior*; produções do tipo artigo de periódico; nos idiomas Português, Inglês e Espanhol; no intervalo temporal de 2006 a 2016; e nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. Como suporte ao processo de organização dos dados, foi feito uso do software Atlas.ti (versão 5). Selecionou-se um total de 95 artigos, detalhados da seguinte forma: em termos de bases de dados, obteve-se 26 artigos na *APA-PsycArticles*, 20 na *Lilacs* e 49 na *Redalyc*; no que se refere ao idioma, foram 35 em Inglês, 38 em Espanhol e 22 em Português; em relação ao método, 19 foram de natureza documental/revisional/teórico e 76 são estudos de campo/empíricos/experimental; em termos de amostra, destacou-se as que empregavam crianças e adolescentes em suas avaliações, com 48,6% do total de estudos de campo/empírico/experimental. Após analisados, os artigos foram organizados em função de sua fundamentação epistemológica, delineando-se em quatro grandes aproximações: clínico-psiquiátrica (27 artigos), comportamental (28 artigos), legal (17 artigos) e sociológica (23 artigos). Cada uma destas apresentou eixos temáticos próprios que foram discutidos, a fim de clarificar as abordagens mais proeminentes acerca do construto. Na parte final do estudo, em contraponto às aproximações expostas, apresentou-se os modelos integrativos de compreensão do fenômeno a partir de uma epistemologia pluralizada. Essa pesquisa construiu um vasto apanhado epistemo-metodológico dos modelos e teorias explicativas do comportamento antissocial, inédito em língua portuguesa, que se espera servir de referência aos estudos e trabalhos nas áreas multidisciplinares para as quais o tema surge como demanda relevante.

Palavras-chave: Comportamento Antissocial; Epistemologia; Revisão Integrativa.

ABSTRACT

Antisocial behavior is a polysemic concept that is present in the practice and in the theoretical corpus of areas such as Law, Psychology, Psychiatry and Sociology, assuming a conceptual multiplicity analogous to its various fields of approach. There is no consensus on the nature and dimensionality of antisocial behavior, giving rise to a series of explanatory models of the phenomenon. In this sense, the present study aims to analyze the epistemological organization of theories explaining antisocial behavior. Therefore, it is presented as an integrative literature review, seeking to present and describe the phenomenon, as well as to know and analyze it within its socio-historical context. To construct this review, the APA-PsycArticles, Lilacs and Redalyc databases were selected, as well as the following filters: single descriptor Antisocial Behavior; scientific article type productions; in Portuguese, English and Spanish; in the time period from 2006 to 2016; and in the areas of Human, Social and Health Sciences. The Atlas.ti software (version 5) was used to support the data organization process. A total of 95 articles were selected, detailed as follows: in terms of databases, we obtained 26 articles in APA-PsycArticles, 20 in Lilacs and 49 in Redalyc; in terms of language, there were 35 in English, 38 in Spanish and 22 in Portuguese; in relation to the method, 19 were of a theoretical nature and 76 are empirical studies; in terms of sample, the ones that used children and adolescents in their evaluations were highlighted, with 48.6% of the total empirical studies. After analyzed, the articles were organized according to their epistemological basis, outlining four major approaches: clinical-psychiatric (27 articles), behavioral (28 articles), legal (17 articles) and sociological (23 articles). Each one presented its own thematic axes that were discussed in order to clarify the most prominent approaches to the construct. In the final part of the study, in contrast to the exposed approaches, we presented the integrative models of understanding the phenomenon from a pluralized epistemology. This research constructed a vast epistemological-methodological survey of the models and theories that explain the antisocial behavior, unpublished in Portuguese language, which hopes to serve as reference to studies and works in the multidisciplinary areas for which the theme emerges as a relevant demand.

Keywords: Antisocial Behavior; Epistemology; Integrative Literature Review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de seleção dos artigos	24
Figura 2 - Esquema conceitual integrativo	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação clínico-psiquiátrica.....	55
Quadro 2 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação sociológica.....	78
Quadro 3 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação legal	107
Quadro 4 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação comportamental	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de artigos obtidos por base de dados pesquisada.	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	American Psychological Association
APA-PsycArticles	American Psychological Association - Database
BVS-PSI	Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID - 10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – 10 edição
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DSM 5	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders –Versão 5
IndexPsi	IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos
Latindex	Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Lilacs	Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde
Pepsic	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PIB	Produto Interno Bruto
OMS	Organização Mundial da Saúde
Redalyc	Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SIRPEP	Sistema Periódicos de Divulgação
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	20
2.1 Objetivo Geral.....	20
2.2 Objetivos Específicos	20
3 MÉTODO	21
3.1 Delineamento	21
3.2 Procedimentos	21
3.3 Amostra.....	22
3.4 Análises	24
4 EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE TEORIAS	25
5 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL ...	32
5.1 Perspectivas Terminológicas e Construtos Associados	32
5.1.1 Terminologias e Conceituações.....	32
5.1.2 Fatores de Risco e Proteção	35
5.1.3 Traços de Personalidade	37
5.1.4 Valores Humanos	40
5.2 Teorias Clássicas do Comportamento Antissocial.....	41
5.2.1 Criminologia Positiva de Lombroso	42
5.2.2 Teoria da Anomia de Merton	43
5.2.3 Teoria da Associação Diferencial de Sutherland.....	44
5.2.4 Teoria da Aprendizagem Social de Bandura	46
5.2.5 Teoria do Controle e Vínculo Social de Hirschi	48
5.2.6 Modelo da Coerção de Patterson	49
6 ESTRUTURA EPISTEMOLÓGICA DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL	52
6.1 Aproximação Clínico-Psiquiátrica	52
6.2 Aproximação Sociológica.....	75
6.3 Aproximação Legal	103
6.4 Aproximação Comportamental	122
7 MODELOS INTEGRATIVOS	147
8 CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE A – Instrumental de Análise	188

1 INTRODUÇÃO

O comportamento antissocial e os temas a ele correlatos têm sido objetos de uma série de pesquisas nas últimas décadas, apresentando contribuições relevantes à análise do construto em questão. Dentre estes estudos, é possível apontar temas como: identificação de fatores de risco e proteção para condutas antissociais (PENNEY; MORETTI, 2007), aspectos relativos à delinquência (MORIZOT; KAZEMIAN, 2015), estudos sobre psicopatia e traços de personalidade (GOUVEIA *et al.*, 2016; ESTEVES, 2014), análise de valores sociais normativos e afiliação social (SANTOS, 2008) e avaliação de comportamento criminal (SORIA; SÁIZ, 2005).

Em busca no portal Periódicos CAPES, verificou-se um crescimento próximo a 750% no número de estudos sobre comportamento antissocial entre a década de 1980 (1.236 artigos) e a década de 2000 (9.318 artigos), denotando ampliação do interesse pelo assunto (CAPES, 2017). Tal afirmativa baseia-se em levantamento de artigos científicos revisado por pares no referido portal, a nível nacional e internacional, utilizando o descritor exato *Antisocial Behavior* e comparando o número de pesquisas sobre o tema nas últimas três décadas.

Essa ampliação de estudos pode ser explicada pelo incremento das ocorrências envolvendo comportamentos antissociais – sobretudo relativos a crimes e condutas violentas – no atual contexto social, bem como em razão dos custos diretos e indiretos daí advindos em relação às áreas de saúde, assistência e segurança (FERNÁNDEZ, 2010, GRANGEIRO, 2014, SANTOS 2008). No Brasil, por exemplo, segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2016, 61.619 pessoas foram vítimas de mortes violentas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP], 2017).

De acordo com o anuário, em dados gerais sobre violência, aponta-se que sete pessoas são assassinadas por hora no país e um carro é roubado ou furtado por minuto (FBSP, 2017). Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2017), a população carcerária no Brasil em 2017, incluindo pessoas em prisão domiciliar, era de 654.372 presos. Em perspectiva mundial, conforme o *Global Peace Index* (2016), no ano de 2015, houve um importante incremento nos casos de violência, ocasionando um custo econômico estimado em 13,6 trilhões de dólares, ou seja, 13,3% do PIB global.

Estes aspectos, provavelmente, impulsionaram pesquisadores de áreas como Direito, Psicologia, Psiquiatria e Sociologia a buscarem elementos que elucidem os comportamentos antissociais, utilizando-se, para tanto, de teorias explicativas próprias e com bases epistemo-

metodológicas diversas, desde fundamentações mecanicista-positivistas, passando por abordagens microsociológicas, biologicistas, funcionalistas, comportamentais até articulações macrosociológicas e interacionistas (AKERS, 1997; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015). Tal pluralidade tende a produzir um grupo de conceitos que, embora apresentados como sinônimos e correlatos ao comportamento antissocial, não podem ser vistos como equivalentes, a saber: transtorno de personalidade antissocial (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA], 2014), transgressão e delinquência (SORIA; SÁIZ, 2015), agressividade (ESTEVES, 2014), conduta problemática (FERNÁNDEZ, 2010), psicopatia (PENNEY; MORETTI, 2007) e desvio de conduta (VAZSONYI *et al.*, 2005).

Conforme Huss (2011), não existe um alinhamento teórico ou modelo epistemológico único que fundamente as pesquisas no campo, gerando uma pluralidade de discursos e uma polissemia de conceitos acerca do tema, por vezes contraditórias e antagônicas. Trata-se de um comportamento que abarca desde questões relativas à violência, dificuldades de adesão às normas sociais, passando por questões psicopatológicas, até a dimensão do crime/delito (SORIA; SÁIZ, 2005). Nesse sentido, pode-se afirmar que não há consenso sobre a natureza e a dimensionalidade do comportamento antissocial (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Na literatura de referência desse campo, as mais expoentes abordagens são as do tipo categorial, em que o comportamento antissocial é nomeado e classificado a partir de seus fatores proeminentes e em virtude de aspectos valorativos da teoria (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Nesse âmbito, duas perspectivas se destacam: a jurídico-criminal e a clínico-psiquiátrica.

Na primeira, tem-se o termo delinquência/crime para nomear instâncias de comportamentos antissociais consideradas delitivas e ilegais por um ente jurídico (SANTOS, 2008). Sendo assim, o comportamento delitivo seria um correlato do comportamento antissocial e, segundo a literatura, apresentariam uma relação de contiguidade, onde este seria considerado fator de risco para a emergência daquele (PACHECO, 2004).

Na segunda perspectiva, a partir de esquemas nosológicos validados, se empregam categorias diagnósticas como Transtorno de Personalidade Antissocial e Transtorno de Conduta para nomear e classificar instâncias de comportamentos antissociais (APA, 2014; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS], 2008). Tais instâncias são compreendidas em um viés semiológico, enquanto sinais e sintomas de natureza disfuncional e que fazem referência a quadros psicopatológicos (HUSS, 2011).

Quanto a etiologia, os pesquisadores apontam uma heterogeneidade de variáveis que contribuem para explicação, desenvolvimento e manutenção do comportamento antissocial, dentre elas temos: aspectos de natureza ambiental, biológico/genética, psicossocial,

econômicas, culturais e demográficas (ESTEVEES, 2014; FERNÁNDEZ, 2010; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015; STOFF; BREILING; MASER, 1997). Vale-se ressaltar a sua relação com condições socioambientais desfavoráveis, sugerindo que a vulnerabilidade social possa ter poder preditivo sobre o comportamento antissocial, configurando-se como um fator de risco (ESTEVEES, 2014; FERNANDEZ, 2005). Corroborando, a literatura aponta aspectos socioecológicos na infância, em específico relativo a indisponibilidade de recursos e imprevisibilidade socioeconômica, como fatores que podem contribuir para o desenvolvimento de traços desviantes da personalidade como forma de lidar com o meio disfuncional (JONASON; ICHO; IRELAND, 2016).

A partir do que foi apresentado, torna-se incoerente afirmar uma lógica unitária na epistemologia do comportamento antissocial, tendo em vista que nesse campo não é possível identificar um corpus teórico que unifique os diversos sistemas, objetos e métodos. Faz-se necessário analisar esse complexo a partir da lógica da epistemologia pluralizada, que remete a história do conhecimento alinhada à história da cultura (ABIB, 2009). Com efeito, as principais teorias explicativas do comportamento antissocial se desenvolveram ao longo do século XX e refletem, em graus diversos, a influência de seus diferentes contextos sócio-históricos de emergência e consolidação (STOFF; BREILING; MASER, 1997).

Nesse âmbito, com intuito de classificar as teorizações emergentes no campo do comportamento antissocial, despontaram diversos arranjos organizativos, dentre eles o modelo de sistematização estruturado por Romero, Sobral e Luengo (1999). Dada sua característica abrangente e pragmática frente às demais proposições, esse modelo foi escolhido como a base de referência para fundamentar a presente pesquisa. Ele se destaca pela adoção de quatro grandes aproximações teórico-conceituais ao campo: clínico-psiquiátrica, comportamental, legal e sociológica. Tal organização orienta-se a partir das linhas de pesquisa mais proeminentes na área e apresenta robustez epistemológica para a discussão proposta nesse estudo.

Tendo em vista a importância da temática, o presente estudo delineou-se enquanto uma revisão integrativa de literatura que teve por objetivo analisar a organização epistemológica das teorias explicativas do comportamento antissocial. Justifica-se a partir da necessidade de se estudar a construção de teorias acerca de um fenômeno que atravessa a prática de diversos campos sem haver entre eles um referencial comum, bem como dado o reduzido número de estudos em língua portuguesa sobre o tema. Nessa perspectiva, a relevância desse trabalho se fundamenta em sua colocação enquanto pesquisa inédita na área à nível nacional.

Para tanto, encontra-se disposto em quatro capítulos com uma sequência concatenada de temáticas, discutindo o construto e apresentando os resultados obtidos na revisão. O primeiro

capítulo faz um apanhado epistemológico acerca da construção de teorias no campo da ciência, apresentando definições e analisando o poder preditivo/explicativo das construções teóricas. O segundo traz um levantamento teórico-conceitual do construto e apresenta as clássicas teorias explicativas do comportamento antissocial. O terceiro capítulo, central nessa pesquisa, encontra-se dividido em quatro tópicos que apresentam o material resultante da revisão integrativa e o discute a partir de um panorama organizativo das bases epistemológicas das teorias explicativas do comportamento antissocial. O último capítulo traz modelos integrativos de compreensão do construto por meio de uma epistemologia plural.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a organização epistemológica das teorias explicativas do comportamento antissocial.

2.2 Objetivos Específicos

Compreender a estruturação epistemológica de teorias no campo da ciência;

Revisar a abordagem do conceito de comportamento antissocial;

Estudar a construção das teorias explicativas do comportamento antissocial.

3 MÉTODO

3.1 Delineamento

O presente estudo caracterizou-se enquanto uma pesquisa bibliográfica delimitada como revisão integrativa de literatura, buscando além de descrever o objeto, conhecê-lo e analisá-lo dentro de seu contexto sócio-histórico. A pesquisa bibliográfica proporciona clareza na delimitação de um problema de estudo, favorecendo a obtenção de um panorama preciso sobre o atual estado de conhecimentos acerca de uma temática, evidenciando imprecisões e contribuições explicativas (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A revisão integrativa de literatura visa a aquisição de uma sólida compreensão acerca de um fenômeno mediante a construção de ampla análise de referências acerca da temática produzidas em estudos anteriores (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Tal abordagem possibilita a combinação de dados informacionais de pesquisas teóricas e empíricas, apresentando variabilidade na constituição da amostra e servindo para fins vários, como: clarificação de conceitos, revisão de corpus teórico-metodológicos, tomada de decisões e identificação de lacunas de conhecimento (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O percurso metodológico geral desta pesquisa constituiu-se pelas seguintes etapas: levantamento e revisão inicial de literatura; elaboração do projeto de pesquisa; oficina com grupo de pesquisa e treinamento dos pesquisadores-auxiliares; revisão integrativa de literatura; construção dos resultados; elaboração da dissertação e reunião de devolutiva do estudo com grupo de pesquisa.

No que se refere propriamente à etapa de revisão integrativa de literatura, seguiu-se os pontos: identificação do tema; estabelecimentos dos critérios de inclusão/exclusão de estudos; amostragem e busca de literatura; categorização dos estudos a partir das informações a serem extraídas; avaliação dos estudos selecionados na revisão; interpretação dos resultados e síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

3.2 Procedimentos

Os critérios/filtros de inclusão dos estudos pertinentes à revisão integrativa foram os seguintes: uso do descritor único *Antisocial Behavior*, tipologia de produção (exclusivamente artigos), ano de publicação (2006 a 2016), área temática (Ciências Humanas/Ciências

Sociais/Ciências da Saúde) e idioma (Português, Inglês e Espanhol). Os artigos levantados seguiram estritamente todos os critérios de inclusão delimitados, sendo excluídos aqueles que não apresentaram a completude do perfil estabelecido.

A escolha do descritor único se deu a partir de levantamento de termos no portal Terminologias em Psicologia da Biblioteca Virtual em Psicologia (BVS-PSI), onde o referido descritor apresenta grande abrangência terminológica, fator fundamental ao estudo, associando-se a 18 outros, tais como: assédio, crime, delinquência, comportamento desviante, psicopatologia e violência. Ademais, seu uso em inglês possibilitou a maximização de sua abrangência nos estudos, tendo em vista que grande parte da produção nesse tema é em língua inglesa.

O recorte temporal estabelecido (2006 a 2016) buscou priorizar a atualidade dos manuscritos e assim ter acesso aos estudos mais recentes da área, sem desconsiderar as clássicas pesquisas no campo que, invariavelmente, são citadas direta ou indiretamente nos artigos levantados. A seleção das áreas temáticas, por sua vez, levou em consideração os campos da ciência que apresentam maior produção sobre o tema comportamento antissocial. A tipologia de produção e o idioma foram critérios selecionados com foco na maximização dos resultados a serem obtidos.

A escolha das bases de dados para o estudo ocorreu mediante a pesquisa piloto com levantamento inicial de literatura no conjunto de bases apresentadas no portal BVS-PSI, a partir dos critérios de inclusão/exclusão mencionados. Nesse aspecto, selecionaram-se três bases a partir do cruzamento de dois quesitos: maior produção bibliográfica sobre o tema e maior número de artigos em língua estrangeira. Excluíram-se aquelas que trabalham, exclusivamente, com teses, dissertações e livros. Assim, a partir desses critérios, as bases escolhidas foram: APA-PsycArticles, Redalyc e Lilacs. Vale-se ressaltar que as três bases escolhidas apresentam boa representatividade no que se refere a indexação de periódicos e artigos nas áreas de ciências humanas, sociais e da saúde, abrangendo satisfatoriamente os campos temáticos abordados nesse estudo.

3.3 Amostra

A tabela abaixo apresenta a quantidade de artigos levantados nas bases a partir dos critérios/filtros de inclusão propostos na revisão integrativa:

Tabela 1 - Quantidade de artigos obtidos por base de dados pesquisada.

Base de Dados	Nº de Artigos Registrados	%
APA- PsycArticles ¹	2004	66,33
Redalyc	604	20,00
Lilacs	165	5,46
Scielo	115	3,80
IndexPsi	84	2,78
Portal de Revistas da USP	25	0,82
Pepsic	17	0,56
SIRPEP	7	0,23
Total:	3021	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor

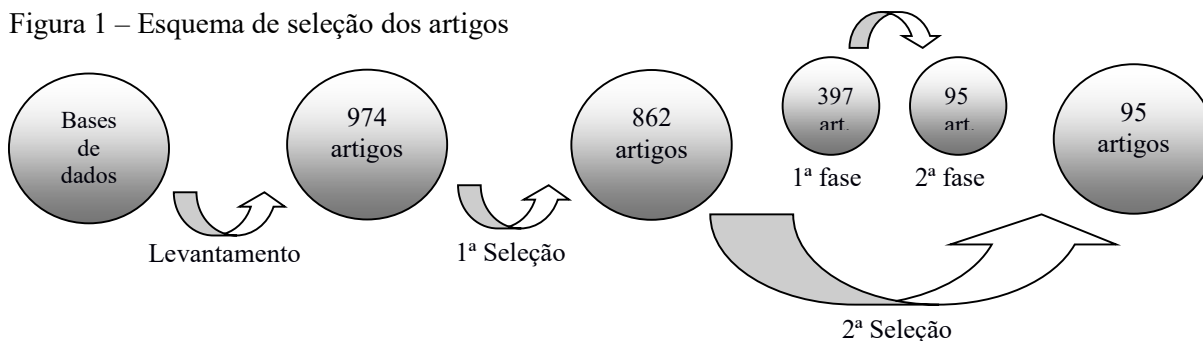
As bases de dados selecionadas, levando em consideração a especificidade da *APA-PsycArticles*, totalizaram 974 artigos. Vale-se ressaltar que a maioria das revistas e dos artigos científicos se encontra indexado em mais de uma base de dados. Assim, após o levantamento do material bibliográfico, foi feita uma primeira seleção entre tais produções a fim de se excluir os registros duplicados e os de acesso restrito ou pago. Desse processo, resultaram 862 artigos.

Logo após, realizou-se uma segunda seleção mediante a leitura analítica dos manuscritos em duas fases sequenciais: **a.** análise do título, resumo, palavras-chave e introdução e **b.** análise do texto completo. Na primeira fase, buscou-se selecionar artigos que apresentassem o termo comportamento antissocial (*antisocial behavior*) dentre os seus títulos, resumos, palavras-chave ou introdução. Esse processo selecionou 397 artigos. Na segunda fase, com base nesse total, procurou-se por estudos que versassem sobre o tema comportamento antissocial alinhados a fundamentação teórica de sistematização adotada nesta dissertação e proposta por Romero, Sobral e Luengo (1999), ou seja, que se encaixassem em umas das quatro aproximações: clínico-psiquiátrica, comportamental, legal e sociológica. O produto final resultou em 95 artigos.

A figura abaixo resume a etapa de levantamento e seleção dos artigos:

¹ Devido à grande quantidade de artigos da base *APA-PsycArticles*, sua relevância para a pesquisa e a necessidade de tornar seu uso exequível, adotou-se mais um filtro específico para essa base, a saber: buscou-se por artigos que, necessariamente, tivessem em suas palavras-chave o descritor *Antisocial Behavior*. Nas demais bases pesquisadas, a presença desse descritor era possível em qualquer parte do artigo e não exclusivamente nas palavras-chave. Isso fez com que o número total de artigos da *APA-PsycArticles* diminuísse para 205. Tal abordagem não prejudicou a condução do método do estudo, mas sim tornou possível o uso dessa base de dados.

Figura 1 – Esquema de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelo autor

3.4 Análises

A organização e categorização dos artigos selecionados ocorreu mediante a compilação em instrumental de análise², o qual se propôs a facilitar a visualização das informações e seu estudo. Para cada grande aproximação teórico-epistemológica proposta neste trabalho, tem-se um quadro analítico com os dados dos artigos levantados. O instrumental apresenta as seguintes entradas: base de dado de origem, título do artigo, referência, método/amostra, resultados e discussão.

A partir das referências bibliográficas apresentadas pelos estudos selecionados, foram identificadas as obras e autores colocados como literatura clássica da área temática em questão, a fim de subsidiar e fundamentar satisfatoriamente a discussão proposta nesta pesquisa. Nesse sentido, este estudo não desconsiderou as clássicas teorias no campo dos comportamentos antissociais que, invariavelmente, foram citadas nos artigos levantados.

Como suporte ao processo de manejo dos dados qualitativos, empregou-se o software Atlas.ti (versão 5), o qual oportunizou a organização e gerenciamento de forma sistemática de grande quantidade de material textual, agrupando logicamente extratos com conteúdo semântico semelhantes. Trata-se de um programa de organização de dados comumente utilizado em pesquisas em Ciências Sociais e que apresenta a robustez necessária ao estudo.

Para a confecção final do escrito, buscou-se apreender as informações contidas nos artigos selecionadas, interpretá-las a luz de suas bases conceituais, revisar seus fundamentos teórico-epistemológicas e compilá-las analiticamente. Procedeu-se com a organização das teorias apresentadas nos artigos conforme a proposta de sistematização de Romero, Sobral e Luengo (1999) e assim montou-se um amplo quadro de referências sobre o tema.

²Ver: Apêndice B – Instrumental de Análise.

4 EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE TEORIAS

O presente capítulo busca fazer um apanhado breve acerca da construção e organização de teorias científicas, problematizando a questão da epistemologia da ciência e o poder explicativo/preditivo das construções teóricas. Tal temática é relevante para as discussões que se seguem nesta pesquisa, pois darão subsídios para a análise das construções teórico-metodológicas acerca dos comportamentos antissociais, lançando luz sobre suas bases epistemológicas e seus reflexos na produção do conhecimento sobre o construto.

A Ciência, e mais amplamente o empreendimento científico, é concebida como uma eficiente forma de extração, organização, sintetização e análise do conhecimento humano, fazendo com que desfrute de ampla credibilidade na sociedade moderna (CHALMERS, 1993). Contudo, ela não é a única forma de acesso ao conhecimento ou à verdade dos fatos, podendo um mesmo fenômeno ser matéria de observação do cientista ou do homem comum.

O que especifica o conhecimento científico frente aos demais são seu método e sua organização teórico-explicativa (VIEGAS, 2007). Dentre as diversas formas de obtenção ou organização do conhecimento, além da Ciência, temos três principais, a saber: conhecimento popular (senso comum), conhecimento filosófico e o conhecimento religioso (LAKATOS; MARCONI, 2003; VIEGAS, 2007).

O senso comum caracteriza-se por ser um conhecimento assistemático (prescinde de organização), subjetivo/valorativo (baseado em juízo de valor), falível (submetido à refutação e experimentação) e não permite a elaboração de hipóteses situadas para além da percepção objetiva. O conhecimento filosófico é sistemático (visa a representação/organização coerente do real), racional (pautado em enunciados lógicos), infalível (não passível de refutação/experimentação) e baseado na elaboração de enunciados dedutivos. Por fim, o conhecimento religioso é sistemático, subjetivo/valorativo, infalível e baseado na fé em revelações divinas como atitude frente ao saber (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O conhecimento científico, por sua vez, é sistemático, racional, falível e organizado metodologicamente de modo a primar pela verificabilidade, experimentação e refutação (VIEGAS, 2007). A Ciência pode ser definida como o conhecimento das coisas por suas causas ou, mais apropriadamente, como a sistematização de saberes e proposições lógicas e verificáveis acerca de um dado fenômeno a partir de relações causais complexas (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Nesse âmbito, a Ciência atende a duas funções fundamentais: a perspectiva explicativa, ou seja, descrever o motivo da ocorrência do fenômeno ou acontecimento, e o poder preditivo, competência de, estabelecida a relação causal, conjecturar sobre efeitos e seus prazos nos contextos de abrangência (POPPER, 2013). Ademais, cumpre, ainda, as características de ser um conhecimento consistente, coerente, que busca a generalização e a objetividade.

Contudo, a história da epistemologia da Ciência nos mostra que suas conceituações e definições basilares foram, por vezes, analisadas, criticadas e revistas, a fim de se relativizar seu caráter de verdade e validade (VIEGAS, 2007). Não se trata de uma história unívoca, mas sim heterogênea. Vertentes permaneceram, outras surgiram e outras foram, ainda, suplantadas. A partir da revisão proposta por Alan Chalmers (1993), apresentaremos brevemente alguns dos pontos críticos da história da epistemologia da ciência.

A história da Ciência como a conhecemos hoje é legatária de Francis Bacon no século XVII em sua tentativa de articular a definição moderna de método científico. Para Bacon, a Ciência tinha por objetivo a qualificação da vida do homem e tal escopo seria alcançado mediante coleta de informações por meio da observação rígida e organizada, derivando teorias (CHALMERS, 1993). Bacon defendia o método indutivo inerentemente vinculado ao método empírico na construção do conhecimento científico, criticando a perspectiva dedutiva, a qual, segundo ele, era danosa a ciência por ser baseada em falsas antecipações da mente (KAPLAN, 1969).

O *Positivismo*, desenvolvido por Comte no século XIX, é legatário da perspectiva baconiana e defende o conhecimento científico como o autêntico e verdadeiro, sendo sua obtenção possível mediante o método que tem por base a evidência observável, empírica e mensurável, sendo subordinado aos preceitos de raciocínio e lógica (LAKATOS; MARCONI, 2003). O método geral do Positivismo consiste no primado da observação por intermédio da experiência sensível (empírica), contestando a abordagem idealista ou metafísica.

Herdeiro direto de tal perspectiva, o *Positivismo Lógico*, emergente em Viena no início do século XX, intensifica a perspectiva empirista e indutivista, defendendo a primazia da observação frente a teoria, tendo essa significação apenas na medida em que possa ser verificada por observação direta (POPPER, 2013). Nessa vertente, o conhecimento científico é pautado em uma observação cuidadosa e imparcial, sendo as proposições obtidas por meio da observação por indução. Pautava-se no verificacionismo, defendia a unificação da ciência e a organização de postulados universais. Chalmers (1993) nomeia essa perspectiva de indutivismo ingênuo.

O *Falsificacionismo*, perspectiva que critica o Positivismo Lógico, concebe a observação como norteada pela teoria, assim como desqualifica a afirmação de que essa deva ser estabelecidas como verdade à luz da evidência (KAPLAN, 1969). Critica a primazia de uma observação "neutra e imparcial" perante a realidade e aponta falhas na abordagem indutivista clássica. Entende, pois, as teorias como conjecturas especulativas que devem ser testadas rigorosamente por observação e experimento, sendo ou não refutadas, podendo ser substituídas por explicações ulteriores mais robustas (POPPER, 2013).

A resistência à refutação faz com que a teoria permaneça, mesmo que provisoriamente, como mais a promissora ou adaptada, mas não como a verdadeira. Para uma assertiva ser passível de refutação, ou seja, falseável, é necessário que haja no mínimo um experimento ou observação que, ao ser testado, apresente contradições frente a postulação estabelecida (POPPER, 2013). A exemplo, uma afirmação como "todo criminoso é psicopata" poderia ser falseada mediante a constatação de um criminoso que não atendesse aos critérios nosológicos para o diagnóstico de Psicopatia. Nessa perspectiva, a Ciência progride por conjecturas e refutações, não há verdades absolutas, mais sim explicações momentaneamente mais adaptadas; teorias mais falsificáveis (testáveis) substituem as falsificadas (refutadas) (CHALMERS, 1993).

Outra concepção relevante que critica as iniciativas indutivistas e falsificacionistas por suas fragmentações e foco na relação teoria-observação é a perspectiva das *teorias como estruturas complexas*. Essa fundamentação é sustentada pelo estudo histórico das teorias e sua evolução, que demonstra que nas principais ciências há uma organização estrutural de conhecimentos, bem como pela aceção de que somente com a estruturação coerente de uma teoria é possível que seus conceitos adquiram sentido. Ademais, fundamenta-se pela compreensão de que a Ciência avança a partir da estruturação de teorias que possibilitam a criação de programas de pesquisa que surgem como um guia para o desenvolvimento de estudos futuros, assim como propõe Imre Lakatos (CHALMERS, 1993).

No escopo dos autores que compreendem as teorias como estruturas complexas, a principal referência é a de *Thomas Kuhn*. Esse autor traz a noção de revolução científica, por meio da qual descreve o progresso da Ciência como um processo de revolução, em que se abandona uma estrutura teórica em substituição por outra incompatível com a anterior (KUHN, 2009). Defende a noção de paradigma enquanto um modelo (matriz disciplinar) de conjecturas teóricas gerais, leis e métodos adotados por uma dada comunidade científica e que a orienta por certo período e direção (VIEGAS, 2007).

Para Kuhn (2009), a história da Ciência apresentava contrastes baseados em duas concepções: perspectiva formalista (conhecimento científico como atividade racional e controlada), perspectiva historicista (conhecimento científico como produto de influência de épocas e contextos sócio-históricos). O autor se baseia na história e sociologia das comunidades científicas para explicitar suas colocações, oportunizando o chamado giro histórico-sociológico da Ciência, ao considerar que não apenas os fatores lógicos e empíricos influenciam e norteiam o conhecimento, mas também aspectos sócio-históricos.

Para Kuhn, o esquema de progressão da Ciência é descontínuo e parte de uma atividade desorganizada e diversa (pré-ciência) que, progressivamente, se organiza em torno de um paradigma (ciência normal) que será desenvolvido e ampliado. Tal ampliação culmina com a inevitável identificação de obstáculos e dificuldades que resultam em um ponto de clivagem (crise-revolução), que impede a evolução do conhecimento e que se resolve por completo com a adoção de um novo e mais robusto paradigma (nova ciência normal) até novamente a identificação de problemas e surgimento de nova crise (KUHN, 2009).

Nesse sentido, Lakatos (1978) propõe a perspectiva dos programas de pesquisa como um aglomerado de teorias e técnicas que, enquanto estrutura complexa, apresentam um núcleo duro (ideias perenes e irrefutáveis) e um cinturão protetor (hipóteses e aproximações que respondem às divergências dos fatos e mantêm a firmeza do núcleo). Tais programas funcionariam como orientadores metodológicos encarregados da construção e desconstrução das teorias (LAKATOS, 1978). Para o autor, o desenvolvimento da ciência atrela-se ao dinamismo de concorrência entre os programas de pesquisa, em um processo progressivo de superação de um programa por outro

Um último relevante ponto da história da Ciência contemporânea são as contribuições de Paul Feyerabend. Em sua *Teoria Anarquista do Conhecimento*, o autor criticava a metodologia da ciência até então proposta, sobretudo no que se refere à validade universal de suas regras, indicando que os métodos são prescritivos e limitantes do progresso científico, sendo a única regra plausível uma dose de “vale-tudo” (CHALMERS, 1993). Feyerabend reprovava o falsificacionismo ao argumentar que não é viável que uma teoria seja inteiramente consistente com todos os fatos, assim como atacava a tentativa de se estabelecer padrões gerais de qualidade de teorias ao compará-las diretamente, advogando a favor da incomensurabilidade (FEYERABEND, 1975).

O autor versava, radicalmente, a favor do anarquismo criativo, relativismo e resgate da subjetividade, a fim de livrar a Ciência de sua perspectiva desumana e reducionista, conforme apontava, assim como defende que a Ciência não é necessariamente superior a outras

áreas do conhecimento (CHALMERS, 1993). Indicava que não há um método científico universal e ahistórico, mas sim uma constituição anárquica e plural através da qual a Ciência avança; não há um conjunto de normas e princípios que conduzirão o avanço científico, sendo, portanto, a única regra violar as regras (FEYERABEND, 1975).

Após esse apanhado acerca da história da epistemologia da Ciência e da relação teoria-conhecimento em diversas perspectivas, cabe, agora, resgatar a discussão proposta no início do capítulo que faz referência às duas funções fundamentais da Ciência: a perspectiva explicativa e o poder preditivo. Residem na base de ambas as funções a discussão sobre hipóteses, fatos, leis e teorias. Esses quatro elementos encontram-se intensamente imbricados na discussão sobre a construção do conhecimento em Ciência e, em específico, na questão da teoria científica, sua construção e contribuição para a organização do conhecimento.

A hipótese é uma formulação ou conjectura que expressa, em algum grau, a relação entre duas variáveis e que será submetida à comprovação empírica. Ela ocupa função relevante na pesquisa científica do ponto de vista pragmático (evita a dispersão do pesquisador ao garantir um método explicativo) e lógico (conduz o pesquisador as causas do fenômeno). Trata-se, portanto, de uma suposição acerca de um fenômeno que, pela verificação, pode ser confirmada ou refutada, oportunizando conclusões (VIEGAS, 2007).

Os fatos, por sua vez, são considerados observações empiricamente verificáveis de fenômenos (KAPLAN, 1969). Eles, os fatos, têm a capacidade de rejeitar, esclarecer e redefinir teorias. Já as leis são os processos intermediários entre fatos e teorias; são frutos do estudo empírico acerca da manifestação dos aspectos invariáveis e comuns dos fenômenos, são enunciados que descrevem regularidades ou normas, resumindo informações sobre os fatos e permitindo sua previsibilidade (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A teoria científica, por sua vez, congrega todos os itens acima mencionados e se propõe como um conjunto de afirmativas coerentemente sistematizadas, de modo convergente e interpretativo, unificando e modificando hipóteses a fim de oportunizar generalizações e previsões (KAPLAN, 1969). A teoria é, intrinsecamente, ligada ao fato, não existindo teoria sem fatos que a embasem, nem compilação científica de fatos sem teoria que a fundamente.

Para que uma teoria se caracterize como científica, é necessário que satisfaça a alguns critérios alinhados a epistemologia da ciência, como: grau de compreensão (capacidade cognoscível de uma conjectura), simplicidade lógica (economia conceitual, clareza e objetividade), previsibilidade (capacidade preditiva) e refutabilidade (capacidade de ser falseada) (VIEGAS, 2007). Ademais, tem-se, ainda, duas características basilares de uma teoria científica: a *coerência interna* – alinhamento enquanto unidade coesa, inexistindo proposições

internas que se contradigam ou que sejam ambíguas; e *univocidade* – exatidão linguística e clareza conceitual, promovendo uma identidade própria aos conteúdos e evitando imprecisões terminológicas (CHALMERS, 1993).

No que diz respeito ao conhecimento, a teoria apresenta diferentes funções: orientar os objetivos das ciências (limitar a amplitude dos fatos estudados e definir princípios investigativos), oportunizar um sistema de conceitos e classificações de fenômenos, sintetizar o conhecimento por meio de generalizações e prever fatos e relações a partir de leis já estabelecidas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Ademais, outras funções relevantes são a capacidade de indicar lacunas não satisfatoriamente explicadas no conhecimento e de resolver problemas de forma efetiva e resolutiva (computabilidade). (VIEGAS, 2007).

No que se refere à tipologia, podemos apontar dois critérios de classificação de teorias: a lógica reconstruída e a abrangência explicativa (KAPLAN, 1969). No que tange à lógica, método de organização do conhecimento, as teorias podem ser divididas em: *concatenadas*, quando as leis convergem a um mesmo ponto, especificando um fator relevante para o fenômeno e só atingindo conclusão por meio da aplicação conjunta; e *hierárquica*, quando as leis componentes são produtos de deduções baseadas em princípios e premissas que, organizando-se em pirâmides dedutivas, chegam a leis gerais.

Em relação à abrangência, as teorias podem ser: *molares* (macroteorias), as quais apresentam leis de alto alcance, abarcando um amplo conjunto de variáveis e acontecimentos, configurando modelos explicativos; ou *moleculares* (microteorias), que têm alcance pontual e específico, apresentando relação mais próxima ao fenômeno e maior economia conceitual (KAPLAN, 1969). Como exemplos de teorias molares, temos o modelo da seleção natural de Charles Darwin; em relação às teorias moleculares, temos como exemplo a teoria da Dissonância Cognitiva em Psicologia Social.

Uma teoria científica não é um retrato fiel e indelével da realidade, mas sim uma representação provisória do real, organizando-se, satisfatoriamente, a partir de um conjunto de leis experimentais, que buscam conhecer, classificar e prever um dado fenômeno (VIEGAS, 2007). Nesse sentido, a verdade de uma teoria é sempre provisória e contextual, sendo irremediavelmente vinculada a noção de validade, a qual se define pela capacidade de cumprir as funções para as quais foi elaborada (KAPLAN, 1969). Uma teoria é verdadeira se for válida e será válida se cumprir as funções para as quais foi definida.

Tal perspectiva diferencia as teorias de axiomas, os quais são consideradas sentenças necessariamente verdadeiras e evidentes, sendo, na lógica tradicional, uma afirmativa basilar na demonstração de uma explicação, porém ele em si não pode ser provado nem derivado de

dedução (SANT'ANNA, 2003). Dada sua natureza afirmativa, o axioma pode ser aceito como ponto de partida para deduções e processos de inferência em um conjunto teórico, porém ele não é a teoria em si, visto que esta necessita do correlato da verificação, da corroboração dos fatos e da replicação, questões que estão para além dos predicativos do axioma.

Este capítulo apresentou questões relativas à epistemologia da Ciência por meio da historização analítica do campo, bem como apontou as bases que fundamentam a construção e organização de teorias científicas. Compreendendo a complexidade da questão, buscou-se fazer um apanhado breve do tema, analisando seus pontos centrais e apresentando as ideias-chave da discussão. O propósito deste capítulo foi oferecer condições de estabelecer e avaliar critérios para a análise das formulações teóricas sobre o comportamento antissocial que subsidiam a discussão analítica que se segue nesse estudo.

5 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

Este capítulo traz um panorama acerca do comportamento antissocial, apresentando questões que servirão como preâmbulo às análises que seguem na próxima parte do estudo. Para tanto, encontra-se dividido em dois tópicos: o primeiro apresenta uma discussão conceitual sobre o fenômeno e traz uma análise de suas interfaces com temas correlatos; o segundo faz um resgate das clássicas teorizações sobre o comportamento antissocial e apresenta a proposta de sistematização de teorias acerca do construto adotada nessa pesquisa.

5.1 Perspectivas Terminológicas e Construtos Associados

5.1.1 Terminologias e Conceituações

O comportamento antissocial apresenta em sua terminologia uma série de entraves e supostas inconsistências. Aponta-se que o termo *antissocial* estaria equivocado em virtude de ser uma possível contradição, haja vista que todo comportamento em Psicologia é, em alguma instância, social (ÁLVARO; GARRIDO, 2003), logo, defini-lo como antissocial seria o mesmo que dizer que o comportamento é “não social”.

Na 10ª Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (OMS, 2008), observa-se o uso do termo *associal* como descritor do quadro diagnóstico Transtorno de Personalidade Dissocial (F60.2), patologia tipicamente vincula a comportamentos antissociais. A expressão *associal* denota a mesma possível contradição citada anteriormente. Outros teóricos adotam a nomenclatura *desviância social* (VIRGOLINI, 2004), *conduta desviante* (VASCONCELOS *et al.*, 2008) ou *delitiva* (SEISDEDOS, 1988; SORIA; SÁIZ, 2005) como a que melhor descreve o fenômeno, trazendo em si uma perspectiva de valoração moral, jurídica ou norma social, a qual é transgredida pelo indivíduo.

Em língua espanhola, é comum encontrar o termo *conducta antisocial* (FERNÁNDEZ, 2010; SEISDEDOS, 1988) para descrever tais comportamentos. Contudo, em tradução literal para o português o termo “conducta” seria mais bem compreendido como “conduta”, portanto com viés valorativo normalizante, do que como “comportamento” *stricto sensu*. Assim, a *conducta antisocial* traria, em algum nível, uma concepção moral à explicação do fenômeno. Em inglês, o termo *antisocial behavior* (inglês americano) é comumente mais utilizado, mas

podemos encontrar também o *antisocial behaviour* (inglês britânico). Ambos os termos têm mesma significação e traduzem-se em comportamento antissocial.

Percebe-se, portanto, que há uma variedade terminológica para o trato do construto em questão. Frente a essa discussão, a partir do referencial adotado nesse estudo, parece mais adequado o emprego do termo *comportamento antissocial*, por apresentar abrangência explicativa e descritiva mais robusta em relação às demais expressões (STOFF; BREILING; MASER, 1997). Isso ocorre uma vez que o termo citado não se associa apenas a questões de conduta ou a perspectiva moral/delitiva, assim como não é restrito a tópicos nosológicos/semiológicos, ao contrário, engloba essas e uma gama maior de fenômenos (ESTEVEVES, 2014).

Ademais, compreende-se que a expressão comportamento antissocial não configura contradição terminológica, como citado, pois não se contrapõe ao comportamento enquanto instância social, mas sim ao chamado *comportamento prossocial*, o qual, dentro de um *continuum*, coloca-se como ponto antagônico ao antissocial. O prossocial, nesse sentido, é definido como um conjunto de comportamentos e atitudes que beneficiam o coletivo em uma perspectiva de altruísmo e apoio (JIMENEZ; STEWART, 2009).

Assim, levando em consideração as críticas impostas ao termo e em virtude das justificativas supracitadas, a presente pesquisa adotou a terminologia *comportamento antissocial* como descritor do fenômeno em estudo. Eventualmente, as teorias sobre o citado construto apresentadas ao longo dessa pesquisa trazem nomenclaturas diferentes, contudo essas serão explicadas e devidamente justificadas em seu contexto de emergência, esclarecendo sua relação com o comportamento antissocial.

Para além dessas nomenclaturas, tem-se, ainda, um conjunto de termos que, apesar de não serem sinônimos, se associam ao construto, sendo por vezes utilizados como seus descritores, tais como: agressão, violência, delinquência, crime, Psicopatia, transtorno de personalidade e assédio (AKERS, 1997; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015). Apesar de se referirem a fenômenos diferentes, os termos acima mantêm relação com questões válidas ao estudo do comportamento antissocial, tais como: fatores de risco/proteção, traços de personalidade, funcionalidade/topologia do comportamento e aspectos de causalidade e manutenção de condutas.

Dentre os termos tratados como sinônimos do construto em estudo, é relevante detalhar três que têm especial importância no campo das pesquisas em Ciências Sociais e que, inevitavelmente, associam-se às discussões sobre comportamento antissocial, são eles: agressão, violência e delinquência.

Por agressão, entende-se uma variedade de comportamentos interpessoais e grupais de tendência hostil que visa causar prejuízo a outro ser, satisfazendo necessidades vitais ou eliminando qualquer ameaça contra a integridade física e psicológica do sujeito, podendo ser de natureza afetiva/emocional (impulsiva e não premeditada) ou instrumental (deliberada e racional) (DOMÍNGUEZ *et al.*, 2007). A agressividade não implica, necessariamente, em crime ou delito, assim como não determina, em específico, uma psicopatologia, em realidade se configura como uma combinação de cognições, emoções e tendências comportamentais desencadeadas como resposta agressiva (FERNÁNDEZ, 2010).

A origem da agressão pode ser explicada em três vias: *evolucionista*, como um comportamento normal dentro do repertório de sobrevivência do sujeito, não vinculado à anomalias; *teorias do impulso*, agressão como precedida de estímulos psicossociais motivadores e moderadores (frustração, medo, dor); e as *teorias biológicas*, ao se analisar o perfil do agressor, observa-se uma escalada de comportamentos agressivos iniciada na infância e que culmina na vida adulta, demonstrando a imprópria maturação biológica/social do sujeito frente a estímulos aversivos (DOMÍNGUEZ *et al.*, 2007).

No que se refere a violência, segundo a World Health Organization (2002), é possível defini-la como o uso de poder ou força física, em circunstâncias de ameaça ou diretamente, contra si mesmo, outro sujeito ou grupo e que resulte, necessariamente, em aflição, morte, privação ou danos. Nessa conceituação, é possível inferir a dimensão da intencionalidade como um predicativo do comportamento violento, assim como concluir o potencial criminal do ato, tendo em vista caracterizar-se por uma agressão extremada (DAHLBERG; KRUG, 2006).

A violência implica em uma anormalidade funcional e patológica da agressão, sendo essencialmente destrutiva e hostil (FERNÁNDEZ, 2010). A questão cultural-social é uma variável que modula e significa o comportamento violento em um dado contexto, sendo relevante a análise da cultura para a compreensão do ato e de sua gravidade (PACHECO, 2004).

Por fim, no que se refere a delinquência, entende-se a conduta ofensiva de desobediência à normas ou preceitos socialmente estabelecidos, tendo, portanto, uma vinculação com a noção de desviância social/moral e com a dimensão da violação legal-criminal (FERNÁNDEZ, 2010). Normalmente, o termo é usado como rótulo, sendo mais associado a um indivíduo ou grupo do que ao ato em si, em específico ao jovem que comete atos infracionais repetidos, resultando na expressão “delinquência juvenil” (SANTOS, 2008).

Dada a complexidade do fenômeno em suas terminologias e apresentações, o estudo do comportamento antissocial nos indaga a analisar suas dimensões enquanto construto. A partir dos anos de 1950, os estudos sobre o tema oportunizaram uma abordagem na lógica de

continuum dimensional, na qual o comportamento antissocial “grave” apresentava-se dentro do curso evolutivo do indivíduo e seria precedido por outros comportamentos danosos a sociedade, porém “leves” e não ilegais (THORNBERRY; KROHN, 2000). Essa perspectiva rompe com a lógica categorial, a qual concebia o fenômeno como uma “espécie única”, completamente individualizada e com contornos bem delimitados.

Nesse aspecto, em relação à dimensionalidade, as pesquisas sobre comportamentos antissociais podem ser divididas em dois grandes grupos: os de perspectiva unidimensional e os de perspectiva multidimensional. Na primeira têm-se autores com a compreensão dos comportamentos antissociais como um conjunto de atos desviantes agrupados em um único fator, tais como: a Teoria Geral do Crime e a Teoria do Comportamento Problemático (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990; JESSOR; DONOVAN; COSTA, 1991). Por outro lado, o segundo grupo compreende o construto como composto por vários traços distintos, podendo-se distinguir diferentes tipologias desviantes e padrões dimensionais (ESTEVES, 2014). Nesse âmbito tem-se: os estudos de Quay (1987) sobre a distinção entre agressão socializada e não socializada e de Seisdodos (1988) acerca da diferenciação entre condutas antissociais e delitivas.

Por ser um construto complexo e amplo, uma discussão robusta sobre o fenômeno provoca, necessariamente, a análise de seus campos de fronteira e temas de interface. Entre estes, se destacam três que são mais intensamente trabalhados em pesquisas na área: os estudos acerca de fatores de risco e proteção, a investigação dos traços de personalidade e as análises sobre valores humanos.

5.1.2 Fatores de Risco e Proteção

Os estudos sobre os fatores de risco e de proteção frente aos comportamentos antissociais desfrutam de notoriedade em pesquisas atuais sobre o tema (GALLO; WILLIAM, 2005; PACHECO, 2004). Originados na epidemiologia médica, tais termos apresentaram grande desenvolvimento nos estudos sobre violência e delinquência (SANTOS, 2008). Os fatores de risco e de proteção são um conjunto de características pessoais, familiares, grupais e sociais que permitem, em alguma medida, predizer o desenvolvimento de comportamentos antissociais (PACHECO, 2004).

Nesse sentido, ambos os fatores devem ser compreendidos em uma dimensão probabilística e não determinista: os fatores de risco fazem alusão a aspectos que tendem a predizer comportamentos a partir do aumento da probabilidade de ocorrência deles, tornando

os indivíduos a eles expostos mais vulneráveis. Já os fatores de proteção fazem referência a aspectos que reduzem a probabilidade de emergência de tais comportamentos, tornando os indivíduos menos vulneráveis, porém não podem ser considerados a simples ausência de fatores de risco (PENNEY; MORETTI, 2007).

Os fatores de risco e proteção podem ser dispostos e sistematizados conforme seu nível explicativo frente ao construto em questão, sendo classificados em: *fatores macrossociais*, *microsociais* e *individuais*. Os primeiros são externos ao indivíduo e fazem referência à classe social, aspectos sociodemográficos, econômicos e meios de comunicação de massa; os segundos são externos, porém mais próximos e imediatos ao sujeito, relativos à família, escola, trabalho e comunidade; e os últimos são fatores intrínsecos e que versam sobre questões fisiológicas, crenças, habilidades, valores, atitudes e personalidade (PENNEY; MORETTI, 2007; AKERS, 1997).

Compreende-se que os fatores de risco e proteção operam em constante interação, modulando-se e influenciando-se de modo a formar um bloco único de atuação. Contudo, observa-se um notório destaque no número de pesquisas em relação aos fatores de risco frente aos de proteção (GALLO; WILLIAM, 2005; PACHECO, 2004). Na perspectiva de intervenções em prevenção de comportamentos antissociais, são reconhecidas as dificuldades de modificação dos fatores de risco dada a limitação de governabilidade do indivíduo frente certas demandas como privação econômica e fatores fisiológicos (ESTEVES, 2014). Nesse sentido, surge a necessidade de se investir em estudos que trabalhem na dimensão dos fatores de proteção (SANTOS, 2008).

No que se refere aos fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, pesquisas apontam, primordialmente, para os seguintes aspectos: a exposição à violência através dos meios de comunicação (MEYERS, 2002), residir em bairros marcados pela desigualdade social e baixa coesão comunitária (EAMON, 2001; GELLES; CAVANAUGH, 2004), o desemprego (RUTTER; GILLER; HAGELL, 2000), consumo de substâncias psicoativas (MORIZOT; KAZEMIAN, 2015), condições socioecológicas estressantes na infância como imprevisibilidade ambiental (contexto social caótico e inconsistente) (JONASON; ICHO; IRELAND, 2016), complicações durante a gestação e traumas pré-natais (KANDEL; MEDNICK, 1991) e anomalias cerebrais no lobo frontal (RAINE, 2002)

5.1.3 Traços de Personalidade

Pesquisas sugerem que os comportamentos antissociais seguem um transcurso estável ao longo do desenvolvimento do indivíduo, por vezes colocando-se como potenciais preditores de condutas delitivas e desviantes na idade adulta (VASCONCELOS *et al.*, 2008). Aponta-se que o surgimento, evolução e estabilidade de comportamentos antissociais relacionam-se com fatores vários, dentre eles a personalidade (ESTEVES, 2014; SORIA; SÁIZ, 2005). Nesse sentido, o estudo das variáveis de personalidade como traços prevalentes e os estilos atitudinais e de enfrentamento se faz relevante na análise do aparecimento e manutenção do comportamento antissocial.

No que se refere aos modelos de personalidade, em Psicologia seu estudo é, historicamente, um campo de bastante relevância e interesse, haja vista os múltiplos modelos de proposição para esse fenômeno apresentados nas grandes matrizes psicológicas: Psicanálise, Humanismo e Comportamentalismo (SCHULTZ; SCHULTZ, 2011).

Uma importante contribuição nesse âmbito são as colocações de Allport e Cattell, os quais trouxeram a noção de traço e análise fatorial, que oportunizaram uma perspectiva mais empirista no estudo da personalidade e abriram caminho para modelos dimensionais que hoje são largamente utilizados e validados, como o Big Five (neuroticismo, extroversão, amabilidade, conscienciosidade e abertura para a experiência), o OCEAN (abertura, conscienciosidade, extroversão, sociabilidade e neuroticismo) e o PEN (psicoticismo, extroversão, neuroticismo) (VASCONCELOS *et al.*, 2008).

Para o presente estudo, no que se refere à discussão da personalidade na interface com os comportamentos antissociais, será adotada uma perspectiva que a compreende enquanto uma organização estável e duradoura do funcionamento de uma pessoa, sendo constituída por um conjunto de traços que se colocam como predisposições de resposta a um dado contexto e que apresentam interações entre si e com o ambiente interno e externo ao indivíduo (ESTEVES, 2014; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015). O *traço* seria, portanto, um princípio organizador deduzível das características gerais do comportamento (ESTEVES, 2014; SCHULTZ; SCHULTZ, 2011).

Dentre os paradigmas mais difundidos e empregados na análise dos traços de personalidade, tem-se o modelo dos cinco grandes fatores, ou Big Five, que estabelece por meio do modo lexical cinco fatores da personalidade (JOHN; SRIVASTAVA, 1999). A investigação desses traços se dá através da técnica estatística da análise fatorial, que oportuniza a sintetização

de múltiplas informações relativas a variáveis inter-relacionadas de um estudo, organizando-as em conjuntos coerentes denominados de fatores.

Em razão do elevado número de pesquisas e o escopo dos trabalhos com a proposta do Big Five, este tem sido colocado como modelo explicativo de uma série de construtos na interface com o estudo dos traços de personalidade, dentre eles o comportamento antissocial (ESTEVES, 2014). Pelo modelo do Big Five, dois traços se destacam na explicação do referido construto: o *neuroticismo* (predisposição à instabilidade emocional, irritabilidade, baixa autoestima e à experimentação de emoções negativas) que tende a explicar diretamente e de modo mais robusto os comportamentos antissociais e condutas delitivas; e a *extroversão* (tendência à busca por envolvimento e estimulação junto ao outros ou ao mundo exterior, expressividade e dominância) que, apesar de se relacionar ao construto, tem baixo poder explicativo e preditivo (VASCONCELOS *et al.*, 2008).

Contudo, em contraponto, Giluk e Postlethwaite (2015), mediante meta-análise, objetivaram estimar a relação entre cada um dos cinco fatores de personalidade e a desonestidade acadêmica. Os autores afirmam que, mesmo reconhecendo que os estudos de revisão anteriores reconheceram o neuroticismo e a extroversão como potenciais preditores do comportamento, a meta-análise proposta verificou que a conscienciosidade e amabilidade são os preditores do *Big Five* mais intensos, com ambos negativamente relacionados à desonestidade acadêmica.

Eysenck (1996), a partir do padrão PEN, aponta que pessoas com tendência a comportamentos antissociais, geralmente, obtém resultados elevados na análise dos traços propostos no modelo. O PEN organiza-se em três dimensões: psicoticismo-autocontrole, extroversão-introversão e neuroticismo-estabilidade. Dentre esses, o *psicoticismo* (caracterizado por condutas violentas, contumazes, egocêntricas e insensíveis) e o *neuroticismo* destacam-se pela forte correlação com comportamentos antissociais, conforme aponta Romero, Luengo e Sobral (2001) e Morgado e Dias (2016).

Ainda em relação à personalidade, outro importante construto é a chamada *Busca por Sensações*, traço que se distingue pela inclinação à procura de novas e complexas sensações e experiências, que são normalmente intensas e associadas ao prazer, e nas quais os indivíduos tende a assumir os riscos para satisfazer essa tendência (ZUCKERMAN, 1994). Os indivíduos classificados como “altos buscadores de sensações” tendem a ser bastante sociáveis e assertivos, porém impetuosos, não conformistas, ousados e com baixo limiar ao medo (VASCONCELOS *et al.*, 2008). Tal traço é apontado em estudos como associado diretamente a emergência de comportamentos antissociais e condutas de risco (FORMIGA; AGUIAR;

OMAR, 2008).

O *Autocontrole*, caracterizado como uma forma de moderar o próprio comportamento a partir de padrões socialmente definidos, também emerge como relevante na análise dos comportamentos antissociais em interface com a personalidade (SISTO; RUEDA, 2008). O desenvolvimento do autocontrole na criança envolveria aspectos como modelagem comportamental, internalização de experiências reforçadoras e punitivas e observação de modelos comportamentais, sendo que sua manifestação se correlacionaria positivamente com aspectos como desempenho acadêmico e sucesso profissional (*idem*, 2008).

Ainda nessa perspectiva, relacionando autocontrole e crime, a Teoria do Autocontrole de Gottfredson e Hirschi (1990) confere primazia as diferenças individuais na explicação das condutas delitivas, existindo, segundo os autores, uma propensão à criminalidade que, combinada com outras variáveis sociais, dá lugar ao crime. Tais diferenças individuais são vinculadas ao grau de autocontrole do sujeito e o crime, assim como comportamentos desviantes, seriam maneiras simplista e rápidas de obter ganhos imediatos, nos quais o sujeito expõe baixo compromisso social e vinculação com instituições.

Nesse sentido, o autocontrole consistiria em uma tendência a evitar condutas vinculadas a interesses pessoais, imediatistas e focadas em recompensas rápidas em detrimento de interesses pessoais e coletivos socialmente partilhados e de longo prazo (SISTO; RUEDA, 2008). O baixo grau de autocontrole não causaria o comportamento desviante em si, porém daria condições para sua emergência (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990), caracterizando-se por: orientação voltada para o aqui e o agora, interesse por experiências arriscadas, preferência por tarefas simples frente às complexas, inabilidade para planificar o comportamento e planejar objetivos em longo prazo; egocentrismo e indiferença pelas necessidades e desejos dos outros e baixa tolerância à frustração (GRANGEIRO, 2014).

Por fim, um último modelo de personalidade relevante na compreensão do surgimento e manutenção dos comportamentos antissociais é a chamado *Dark Triad*. Trata-se de um conjunto de três traços de personalidade considerados socialmente aversivos e que devem ser mensurados conjuntamente, a saber: *maquiavelismo*, expressão de comportamentos manipuladores, inescrupulosos e de baixa empatia; *narcisismo*, traço de características marcadas pela ideia de vaidade, egocentrismo, superioridade e dominação; e *Psicopatia*, atributo de expressões relativas à amoralidade, crueldade, desinibição e frieza (GOUVEIA *et al.*, 2016). A prevalência e interação dos traços da *Dark Triad* demonstram relevância na etiologia dos comportamentos violentos e socialmente indesejáveis (PAULHUS; WILLIAMS, 2002).

Buscando analisar a hipótese de que as correlações positivas entre os construtos maquiavelismo, narcisismo e Psicopatia, associada à similaridades nas correlações com critérios externos resultariam em uma dimensão hierárquica comum, Jakobwitz e Egan (2006) apontaram uma ampla amostra de variância compartilhada, sugerindo que os três elementos poderiam ter uma etiologia comum, remetendo a hipóteses evolucionistas. Rompendo com a perspectiva meramente disfuncional da personalidade, os traços da *Dark Triad* apresentam integração com o paradigma evolucionista no qual uma série de fatores ligados ao modelo assumem significância relativa à sobrevivência e adaptação do indivíduo ao meio, tais como: acasalamento de curto prazo, postura social exploratória e empatia limitada que favorece a manipulação e vantagens nas relações sociais (FURNHAM; RICHARDS; PAULHUS, 2013).

Nesse sentido, embora tais traços sejam socialmente indesejáveis, em especial em contextos culturais de cooperação, sua permanência pode ser explicada em virtude de terem auxiliado na resolução de demandas evolutivas enfrentadas pela espécie humana. Aponta-se os traços da *Dark Triad* como hereditários, porém com importante variação ambiental, sendo um plano de fundo genético presente em todos (genótipo) e que pode ser ativado e expressado em alguns sujeitos (fenótipo) e não em outros a partir de certas condições socioecológicas experienciadas (JONASON; ICHO; IRELAND, 2016).

5.1.4 Valores Humanos

Outro importante elemento fronteiro em pesquisas no campo dos comportamentos antissociais é a questão dos *Valores Humanos*. Trata-se de um construto relevante em Psicologia Social e que será aqui exposto a partir da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, a qual vem apresentando importantes evidências de adequação e suporte empírico (GOUVEIA, 2013). Nesse sentido, quando se fala em valores, faz-se referência a crenças duradouras ou ideais normativos que implicam comportamentos preferidos pessoal ou socialmente, que dão coerência a ação humana e expressam necessidades básicas, sendo oriundos das experiências socioculturais (FORMIGA; GOUVEIA, 2005).

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos assume como axioma a natureza benevolente do ser humano, implicando que ele se norteia por dimensões positivas da experiência, implicando que os valores devam ser compreendidos como atributos positivos (GOUVEIA, 2013). Levando em consideração tais premissas, nessa perspectiva, a emergência do comportamento antissocial seria resultante da priorização excessiva de um valor em prejuízo

dos demais. Comparativamente, no entanto, o comportamento socialmente desejado e funcional resultaria da homeostase e integração dos valores (MEDEIROS *et al.* 2017).

Segundo Gouveia (2013), os valores apresentam duas dimensões funcionais em relação à ação humana, são orientadores (balizam o comportamento) e motivadores (expressam necessidades), as quais, em cruzamento, dão origem a seis subfunções: experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa. Dentre essas, três se destacam na explicação do comportamento antissocial: a *experimentação* (busca de satisfação, baixa adesão às normas convencionais e afeição a mudanças), a *realização* (perspectiva motivacional, imperativo de autoestima, primazia às realizações materiais e pessoais, imediatismo e foco no aqui agora) e a *normativa* (atenção às normas e convenções sociais, inclinação à preservação da cultura e apoio a necessidade de controle) (GOUVEIA, 2013).

Aponta-se que os valores de experimentação, dada suas características, têm relação direta e positiva na predição do construto em questão; os valores de poder (controle de decisões e imperativo hierárquico) e prestígio (reconhecimento social com propósitos pessoais), referentes a subfunção da realização, correlacionam-se positivamente com os comportamentos delitivos; e a subfunção normativa assinala valores que predizem negativamente o construto, colocando-se como fatores de proteção (GOUVEIA, 2013; MEDEIROS *et al.* 2017; FORMIGA; GOUVEIA, 2005).

5.2 Teorias Clássicas do Comportamento Antissocial

Com o objetivo de entender, analisar, prevenir e intervir sobre o comportamento antissocial, um conjunto abrangente de teorias explicativas foi se desenvolvendo ao longo da história, sobretudo a partir de meados do século XIX. Tais teorias surgem de áreas diferentes como o Direito, a Psicologia, a Psiquiatria e a Sociologia, abrangendo, cada uma, um aspecto específico do fenômeno e dando a ele a primazia de modelo explicativo (SANTOS, 2008).

O comportamento antissocial emerge, em diferentes instâncias teóricas, ora como transtorno de conduta/personalidade, ora como crime/delito, ora como desvio moral, ora como produto de contextos sociais disfuncionais (FERNÁNDEZ, 2010). A existência de diversas teorias para explicar tal construto, associado à presença de uma polissemia terminológica nesse campo, emerge do fato da ausência de um conceito unívoco do termo e de uma perspectiva metodológica padrão, resultando na inexistência de um modelo explicativo geral de

comportamento antissocial (AKERS,1997; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015).

Adiante, serão expostas algumas das clássicas teorias que, historicamente, se vinculam à compreensão do comportamento antissocial e que subsidiam, em diferentes graus, as teorizações mais recentes sobre o tema. Serão expostas abaixo: a Criminologia Positivista de Lombroso (1876/2013), a Teoria da Anomia de Merton (2002), a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974), a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977), a Teoria do Controle e Vínculo Social de Hirschi (1969) e o Modelo de Coerção de Patterson (PATTERSON; DEBARYSHE; RAMSEY, 1989).

5.2.1 Criminologia Positiva de Lombroso

Anterior à perspectiva científicista de Cesare Lombroso³, houve um período pré-científico do estudo do construto em questão, o qual se dividia em dois grandes enfoques: a *perspectiva clássica*, que tinha como base o método abstrato-especulativo baseado no contrato social rousseauiano, entendendo o delito como um fato individual, isolado, intencional e vinculado a ideia de livre-arbítrio; e a *perspectiva empírico-dedutiva*, legatária do modelo positivista de ciência, adotava um molde analítico-observacional e concentrava-se no papel do delinquent e seu ambiente, tendo tido influência em áreas como a Antropologia e Frenologia (FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008).

A Criminologia Positiva de Lombroso, herdeira da perspectiva empírico-dedutiva e das perspectivas evolucionistas-naturalistas, teve como marco a obra clássica *L'Uomo Delinquente* (1876), onde o autor expõe de modo detalhado a ideia de identificação e classificação dos delinquentes e potenciais criminosos a partir da correlação entre traços fisionômicos (peso, estatura, formato e diâmetro do crânio e quantidade de cabelo/barba) e morais (LOMBROSO, 1876/2013). A exemplo, sujeitos com estatura elevada, crânios pequenos, orelhas grandes, barba rala, queixo e nariz protuberantes teriam traços fisionômicos indicativos de conduta delitativa. Já a presença de elementos como cinismo, vaidade, crueldade, preguiça e impulsividade seriam traços morais também presentes em sujeitos criminosos.

³ **Ezechia Marco Lombroso** (1835–1909) foi um médico e criminologista italiano, representante do Positivismo Criminológico e creditado como fundador da Antropologia Criminal. De família judaica, formou-se em medicina em 1858 em Pavia, assumiu a direção do manicômio de Pésaro em 1871 e atuou como professor universitário na Universidade de Turim entre 1876 e 1906. Em 1876, escreveu sua obra máxima *L'uomo Delinquente*, relacionando o perfil criminal a questões biológicas inatas e regredidas. A ele são atribuídos os primeiros estudos de caráter científico relativos a análise do crime e do delito. Além de suas pesquisas clássicas, estudava: a relação entre a criminalidade e tatuagens; acreditava que a genialidade artística era uma forma de insanidade hereditária; e nutria interesse por investigações ligadas a área da mediunidade.

Para tanto, Lombroso (1876/2013) utilizava-se de concepções da Frenologia (estudo da estrutura do crânio como determinante do caráter) associados às ideias de atavismo moral (criminoso como tipo antropológico regressivo), resultando na classificação do chamado “criminoso nato”, a qual, segundo o autor, corresponderia a 40% da população de criminosos. Este, segundo o autor, era um indivíduo, além de degenerado, menos evoluído e regredido, semelhante ao homem selvagem ou ao infante, além de possuir inclinação inata ao crime. Afora a tipologia “criminoso nato”, haviam mais cinco elencadas pelo autor as quais ele atribuía menor prevalência e, conseqüentemente, relevância: o doente moral, o epilético, o louco, o ocasional e o passional (LOMBROSO, 1876/2013).

A perspectiva lombrosiana foi duramente criticada em virtude de sua conotação racista, a qual por décadas validou práticas de segregação e preconceito junto a uma significativa parcela social, que não se adequava aos clássicos padrões europeus (SANTOS, 2008). Sugere-se que o autor mantinha forte viés pessoal e valorativo em seu método de pesquisa, não se ajustando aos preceitos positivistas e a corroboração empírica que ele dizia defender, influenciando sobremaneira seus achados. A relevância de suas teorizações centra-se, principalmente, na perspectiva histórica, a qual aponta sua primazia no estudo do comportamento criminal.

5.2.2 Teoria da Anomia de Merton

A Teoria da Anomia de Robert Merton⁴ organiza-se como uma concepção essencialmente funcionalista da sociedade e que tem como base os trabalhos de Durkheim sobre o fenômeno do suicídio associado a períodos de turbulência social e fragilidade das normas. A teoria postula que quando as metas e necessidades culturalmente desejadas não são alcançadas em virtude de uma insuficiência dos meios e oportunidades institucionalizados para tanto, desenvolve-se uma tensão, que o autor denomina por anomia (MERTON, 2002).

Merton defende o determinismo sociológico, no qual os anseios e ambições dos indivíduos seriam construídos e induzidos pelo sistema social que, a fim de evitar o colapso, deve incitar seus membros a, sucessivamente, desejarem mais (FERNÁNDEZ, 2010). Para

⁴ **Meyer R. Schkolnick** – *Robert King Merton* – (1910 - 2003) foi um importante sociólogo norte-americano, destacando-se nas áreas da Sociologia da Ciência, comunicação de massa e na perspectiva do estrutural-funcionalismo em Sociologia. De origem judaica, iniciou seus estudos sociológicos na Temple University na Filadélfia e, posteriormente, ganha uma bolsa de estudos em Harvard. Foi amplamente influenciado por outro importante sociólogo, Talcott Parsons. Lecionou por mais de três décadas na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Recebeu inúmeros títulos de *doutor honoris causa* de renomadas universidades americanas (dentre elas Oxford, Yale e Harvard). Foi presidente da Associação Americana de Sociologia (1956-1957).

Durkheim a anomia implicaria na fragilidade de normas ou falta de regulação social que pudessem orientar o comportamento dos indivíduos, contudo, segundo Merton, a anomia representaria a impossibilidade de acesso aos meios que servem para obter os propósitos socialmente estabelecidos.

A anomia seria uma situação de deriva, na qual o indivíduo desenvolveria potencial perda de objetivos, referências e valores normativos, ou seja, haveria uma quebra do laço social, que poderia culminar com o desenvolvimento de, conforme denomina o autor, condutas desviantes como resposta frente a isso (MERTON, 2002). A pressão da estrutura cultural aliada a contradições da estrutura social oportunizariam um colapso denominado de anomia, que fomentaria condutas dispostas a superá-la, entre elas o conformismo, o afastamento, a inovação e a rebelião (SANTOS, 2008). A estrutura cultural faz referência ao coletivo de metas e valores historicamente delimitados e pretendidos pelos integrantes de uma comunidade (sucesso e ascensão social), já a estrutura social seria definida como o conjunto de meios e maneiras legítimas de se obter os dados objetivos (estudo e trabalho).

A seleção de uma das formas de superação da anomia seria condicionada pelo grau de socialização do indivíduo e o modo através do qual interiorizou os compromissos, valores e normas socialmente partilhados (FERNÁNDEZ, 2010). Nesse sentido, Merton não considera as condutas desviantes como necessariamente patológicas, mas sim enquanto uma resposta natural e necessária, dentro outras tantas possíveis, do indivíduo frente à anomia. Os comportamentos antissociais seriam, portanto, possibilidades de atuação e inovação frente aos obstáculos impostos pela anomia para o alcance das expectativas sociais. Uma sociedade sem respostas inovadoras seria monolítica, imóvel e pouco desenvolvida. (MERTON, 2002).

Uma das perspectivas mais relevantes nas postulações de Merton é a complexificação da correlação entre crime e pobreza, para além de uma causalidade simples. De fato, a pobreza traria uma limitação de oportunidades e meios de acesso, contudo apenas esse aspecto não seria suficiente para explicar a conduta desviante. Segundo Merton (2002) é a associação desse fator limitante com a competição por valores sociais e a importância cultural do sucesso e da realização como metas predominantes que explicam a correlação entre crime e pobreza.

5.2.3 Teoria da Associação Diferencial de Sutherland

Uma terceira vertente teórica clássica nesse campo de estudo é apresentada por Edwin

Sutherland⁵. A partir de sua Teoria da Associação Diferencial, compreende-se o crime e a conduta antissocial enquanto comportamentos que, assim como os demais, podem passar por processos de aprendizagem que emergem da relação do indivíduo com seu ambiente relacional (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974). Nesse sentido, as atividades criminosas seriam aprendidas mediante processo interacional com outras pessoas, a partir da inserção, quer seja voluntária, ocasional ou coercitiva, em determinados grupos que mantém condutas antissociais, nos quais o indivíduo assume as características grupais e se sente a eles vinculado (FERNÁNDEZ, 2010).

O elemento basilar na etiologia desse tipo de comportamento, portanto, seria a aprendizagem. Assim, aspectos como frequência, duração, prioridade e intensidade da relação com os grupos antissociais explica a compreensão da associação diferencial que o indivíduo mantém com esse tipo de conduta em detrimento a grupos ou comportamentos prossociais caracterizados pela colaboração, ajuda mútua e respeito a normativa sociais (ESTEVES, 2014). Nesses grupos antissociais, por meio da aprendizagem direta e indireta, é oportunizada a instrumentalização cognitiva e prática necessária para cometer atos delitivos e desviantes (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974).

Essa teoria reconhece que a conduta humana tem suas bases na aprendizagem oportunizada pela experiência vivencial cotidiana, na qual o indivíduo atua de acordo com suas reações frente ao coletivo social, sendo por ele modelado. O crime não seria, pois, uma anormalidade, mas sim um comportamento obtido como resposta a situações reais de aprendizagem (FERNÁNDEZ, 2010). Nesse sentido, por ser aprendido, o comportamento criminoso não deve ser definido como um produto inato, predisposição genética ou atribuído apenas a classes sociais desfavorecidas.

Sutherland criticava a Teoria da Anomia devido ao fato desta não esclarecer, de maneira satisfatória, o comportamento criminal em classes econômicas mais favorecidas. Segundo ele, os crimes cometidos por tais sujeitos não seriam explicáveis pela ausência de acesso aos meios de obtenção de realização social (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974). A fim de questionar a máxima, até então vigente, de que o crime é encontrado apenas em grupos economicamente desfavorecidos, o autor analisou os chamados crimes do “colarinho branco” (VIRGOLINI, 2004).

⁵ **Edwin Hardin Sutherland** (1883-1950) foi um respeitado sociólogo norte-americano considerado, segundo a crítica especializada, um dos cinco mais influentes criminólogos do século XX. Pertencia a abordagem do Interacionismo Simbólico e ficou conhecido por sua Teoria da Associação Diferencial e pelas explicações acerca do “crime do colarinho branco”. Doutorou-se na Universidade de Chicago em 1913 e durante os anos de 1929 e 1930 trabalhou como pesquisador no *Bureau of Social Hygiene* em Nova Iorque. Fundou a Escola Bloomington de Criminologia em Indiana, presidiu a Associação Americana da Sociologia em 1939 e a Associação de Pesquisa Sociológica em 1940.

Essa abordagem possibilitou ressignificar a relação entre pobreza e delinquência, o que representou um aprimoramento qualitativo frente às teorizações da época (VIRGOLINI, 2004). Em suas pesquisas, o autor encontrou que sujeitos de respeitabilidade e status social em sua ocupação em grandes empresas, proporcionalmente, cometiam delitos equivalentes aqueles praticados pelos chamados “delinquentes comuns”, rompendo com o paradigma crime-pobreza e abrindo um precedente de estudo inovador (SANTOS, 2008).

As principais críticas direcionadas a Teoria da Associação Diferencial fazem referência ao fato de desconsiderar as variáveis relativas a personalidade e aspectos individuais que poderiam ocasionar diferentes padrões de resposta à associação, bem como a dificuldade em se estabelecer o número de associações necessárias para que um dado comportamento criminoso seja aprendido e consolidado frente a outros não criminosos e, por fim, aponta-se que a teoria não considera o arbítrio ou poder de escolha do indivíduo na decisão de associar-se ou não a um grupo de conduta criminosa (FERNÁNDEZ, 2010).

5.2.4 Teoria da Aprendizagem Social de Bandura

A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura⁶, a partir do reconhecimento da limitação dos moldes do condicionamento clássico e operante em explicar a aprendizagem em contextos sociais, propôs a perspectiva da aprendizagem por observação (reforço vicário) e incluiu na explicação da aquisição, modelagem e manutenção de comportamentos variáveis de base cognitiva (BANDURA, 1977). Para o autor, o estímulo (reforço direto ou vicário) não gera diretamente o comportamento, mas sim promove a aquisição de um padrão cognitivo latente relativo a tal comportamento e este, por sua vez, age sobre o comportamento (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

Bandura entende que o sujeito pode aprender novas condutas a partir da observação de modelos sociais, quer sejam reais ou simbólicos, a qual se apresenta como uma via rápida de aquisição de comportamentos complexos. Os modelos proporcionam três efeitos junto ao comportamento: modelagem (aquisição de novas respostas), inibição ou desinibição (variações

⁶ **Albert Bandura** (1925-) é um psicólogo canadense de origem sueca reconhecido como um dos maiores e mais influentes pesquisadores na área da Psicologia. Está entre os quatro teóricos da Psicologia mais citados em pesquisas na atualidade, ficando atrás de Freud, Piaget e Skinner. Desenvolveu estudos nos campos da Psicologia Social, Ciência Cognitiva e Aprendizagem Social. Teve influência decisiva na transição paradigmática entre a perspectiva comportamental e a Psicologia Cognitiva. Foi responsável pelo famoso experimento de comportamento agressivo em criança conhecido como “Experimento do Boneco Bobo”. Em 1968 foi eleito presidente da Associação Americana de Psicologia, sendo o mais jovem a ocupar o cargo (43 anos). Recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* de universidade de diversos países (Alemanha, Espanha e Itália). Atualmente é professor aposentado da Universidade de Stanford.

na frequência, latência ou intensidade de respostas) e provocação (estímulo a emissão de respostas semelhantes ao modelo) (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

A Teoria da Aprendizagem Social, posteriormente nomeada por Teoria Social Cognitiva, vem sendo utilizada na abordagem do comportamento antissocial, especificamente no que tange às pesquisas sobre agressão (VIEIRA; MENDES; GUIMARÃES, 2010). Nesse sentido, a aprendizagem do comportamento agressivo ocorre por três maneiras: via influência familiar, via influência cultural e via modelo simbólico (ESTEVES, 2014). A primeira via, por meio da modelação e reforçamento, seria a principal fonte da aprendizagem da agressão; a segunda via diz respeito a contexto sociorrelacional com o qual o indivíduo mantém contato e interação; e a última via faz menção a valores ou ações violentas, que oportunizariam a emergência de modelos comportamentais agressivos, a exemplo dos meios de comunicação.

No caminho dos estudos sobre agressividade, um importante conceito da Teoria da Aprendizagem Social que faz referência a comportamentos antissociais é o *desengajamento moral*. Bandura propôs este conceito para demonstrar a ausência de censura, culpa ou autocondenação em sujeitos que cometem atos antissociais deliberadamente, encontrando justificativas para cometer tais ações no desprendimento ou desengajamento por padrões morais (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Nesses casos há um gradual rebaixamento da autocensura, não necessariamente intencional, naturalizando certos contextos perante os quais se deveria manter indignação ou repulsa.

O autor adota uma perspectiva interacionista na explicação da moralidade, sendo as ações morais o produto de uma recíproca interação de aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Segundo Bandura (2002), o raciocínio moral é um processo no qual regras e padrões são usados na análise de uma conduta, sendo ligado a ação por meio da autorregulação afetiva, a qual oportuniza o autogerenciamento do comportamento antissocial. Este, por sua vez, apresenta dois aspectos: o *inibitório*, capacidade de travar ou segurar ações transgressivas; e o *proativo*, disposição para atuar de forma humana e prossocial.

Os padrões morais não são simples regras internas fixas de regulação de condutas, em realidade são mecanismos multidimensionais que necessitam ser ativados de maneira reativa e seletiva a partir do contato do indivíduo com seu ambiente social, permitindo diferentes tipos de comportamento (BANDURA, 2002). Nesse sentido, o funcionamento moral é duplamente mantido, de um lado pela autorregulação do indivíduo, de outro pelos aspectos ativadores do ambiente social.

5.2.5 Teoria do Controle e Vínculo Social de Hirschi

Outra válida construção explicativa neste campo é a Teoria do Controle e Vínculo Social, que tem Hirschi⁷ como principal autor. Tal perspectiva inverte o questionamento padrão das pesquisas acerca do motivo da emergência dos comportamentos antissociais e propõe o estudo das razões pelas quais os indivíduos optam por ajustarem-se as normas sociais, portanto não cometer crimes (FERNÁNDEZ, 2010). Postula-se que há uma inclinação universal ao delito, pressupondo que os seres humanos não são inerentemente conformistas, contudo a sociedade, por meio do vínculo dos indivíduos com convenções e acordos sociais, impede tal tendência (HIRSCHI, 1969).

Para Hirschi, a qualidade do vínculo é basilar para a compreensão do comportamento antissocial (ESTEVES, 2014). Nesse aspecto, a teoria em questão demonstra forte interesse em apresentar as características do vínculo na prevenção do envolvimento com atos e ações desviantes e não em explicitar as razões da delinquência (SANTOS, 2008). Postula quatro componentes responsáveis pelo vínculo entre o indivíduo e as convenções sociais, a saber: apego (laços afetivos com familiares ou instituições relevantes para a comunidade), compromisso (relativo à conformidade, vinculação e investimento em comportamentos convencionais), valores (compartilhamento e aceitação do sistema de valores sociais) e envolvimento (participação em atividades convencionais) (HIRSCHI, 1969).

Nessa abordagem teórica, há importante correlação entre o incremento dos aspectos relativos ao comprometimento com atividades convencionais e a diminuição das tendências antissociais e delitivas. Hirschi ressalta a importância e o aspecto central dos sistemas convencionais de controle social como oportunistas do desenvolvimento adequado dos vínculos entre o sujeito e a sociedade com conseqüente redução do comportamento delitivo (FERNÁNDEZ, 2010). Portanto, na Teoria do Controle e Vínculo, para compreender o comportamento antissocial ou a ausência dele, não há necessidade de se recorrer a variáveis internas ao indivíduo como motivação e personalidade, mas sim a qualidade do vínculo sujeito-sociedade.

⁷ **Travis Hirschi** (1935-2017) foi um sociólogo americano que desenvolveu a Teoria do Controle Social e, posteriormente, em parceria com M. Gottfredson, a Teoria Geral do Crime, dando ênfase a questão do autocontrole. Deixou um vasto legado na Sociologia e na Criminologia com suas pesquisas, mudou o foco padrão dos questionamentos clássicos, buscando entender por que todos os sujeitos *não* cometem crimes. Entre os anos de 1958 e 1960, trabalha junto às forças armadas americanas em análises de dados/pesquisas sobre a disposição e estado de ânimo dos soldados do exército. Doutorou-se na Universidade da Califórnia em 1968. Foi presidente da Sociedade Americana de Criminologia, onde atuou também no conselho editorial. Em 1986, recebeu o Prêmio Edwin H. Sutherland, durante reunião anual da Associação Americana de Criminologia.

5.2.6 Modelo da Coerção de Patterson

Por fim, uma última abordagem expressiva na explicação do desenvolvimento e manutenção do comportamento antissocial é atribuída ao Modelo da Coerção proposto por Patterson⁸, Reid e Dishion (1992). A partir de uma perspectiva sociointeracionista e desenvolvimentista, os autores dispõem-se a analisar as bases do fenômeno na infância, apresentando as variáveis explicativas vinculadas a interações sociais da criança junto a seu contexto, especialmente em referência a dimensão das relações familiares e grupos de pares (PATTERSON; DEBARYSHE; RAMSEY, 1989). De início, este modelo foi formulado para a abordagem junto a crianças com transtorno de conduta e, posteriormente, foi ampliado para explicação e intervenção junto a adolescentes em conduta delitiva/criminal.

O Modelo da Coerção pressupõe o desenvolvimento do comportamento antissocial a partir de quatro etapas: *a.* na primeira infância, o ambiente familiar marcado por práticas parentais ineficazes e coercitivas, ausência de normas claras e de reforço a boas condutas, implica na aprendizagem e reforço de comportamentos aversivos; *b.* na média infância, no ambiente escolar, a criança passa a apresentar dificuldades interacionais e alta chance de rejeição por seus pares, bem como inabilidade social e baixos resultados acadêmicos; *c.* na adolescência, em função do histórico disfuncional, o sujeito sente-se excluído do contexto das relações prossociais e pode envolver-se com grupos desviantes; *d.* no início da vida adulta, há dificuldades de ajuste ao mundo do trabalho e vida convencional, risco de envolvimento com drogas e comportamentos delitivos associados à institucionalizações (PATTERSON; DEBARYSHE; RAMSEY, 1989 ; PATTERSON; REID; DISHION, 1992).

É relevante citar que os fundamentos do Modelo da Coerção reconhecem que tanto o comportamento prossocial quanto o antissocial são aprendidos nas relações sociais, em especial no contexto familiar, porém alteram-se conforme as mudanças contextuais pelas quais atravessa o indivíduo (PATTERSON; REID; DISHION, 1992). Ainda que a teoria indique um sistema progressivo em relação a complexificação do comportamento antissocial, ressalta-se que isso não denota que toda criança com condutas desviantes, necessariamente, irá seguir tal padrão

⁸ **Gerald Roy Patterson** (1926–2016). Foi um expoente psicólogo comportamental americano, doutor em Psicologia pela Universidade de Minnesota e reconhecido mundialmente por seus trabalhos junto ao fenômeno da agressão, dando ênfase aos processos de funcionamento e influência familiar. Trabalhou ainda com formas de intervenção e treinamento dos pais, bem como com múltiplos métodos de medição com ênfase na observação direta da interação familiar. Recebeu inúmeros prêmios, dentre eles o *Distinguished Scientist Award* da APA e o *Outstanding Achievement Award* da Universidade de Minnesota. Em 1976, fundou o Oregon Social Learning Center (OSLC), núcleo de pesquisa multidisciplinar de referência sobre o desenvolvimento, prevenção e tratamento da agressão infantil.

comportamental durante seu desenvolvimento (FERNÁNDEZ, 2010). Aponta-se na literatura, contudo, que variáveis como a idade precoce de emergência e a intensidade/repetição de atos delitivos, são preditores importantes da continuidade e agudização de tais condutas (PACHECO, 2004; FERNANDES, 2014).

Segundo Patterson, Debaryshe e Ramsey (1989), a funcionalidade do comportamento antissocial centra-se na ampliação das consequências gratificadoras imediatas e na evitação de cobranças do ambiente social, já quanto a tipologia caracteriza-se como evento aversivo e é utilizado como forma primitiva de enfrentamento. Indivíduos com tais condutas modelam e manipulam o comportamento de outros à sua volta e, em virtude da efetividade de tais atos, o padrão antissocial converte-se na forma predominante de interação desses indivíduos com o mundo social (FERNÁNDEZ, 2010).

No Modelo da Coerção, o comportamento antissocial não é um fenômeno pontual e episódico, mas sim um evento constituído nas interações sociais e compreendido enquanto um *continuum* que, progressivamente, vai se complexificando, sendo, portanto, o precursor de condutas delitivas e criminais em um resultado de maturação processual (PATTERSON; REID; DISHON, 1992). Esse modelo explicativo do fenômeno antissocial é amplamente testado e aceito em pesquisas com amostras de crianças e jovens com problemas de conduta e delinquência, apresentando resultados robustos e coerentes (FERNANDES, 2014; PACHECO, 2004).

Como pode se observar, o comportamento antissocial é um elemento polissêmico, com terminologias variadas, que mantém paralelo com outros importantes construtos e que apresenta uma gama variada de teorias explicativas, dentre as quais as que foram acima apresentadas. Dada tal multiplicidade e a dificuldade de unificação de critérios definidores, pesquisadores vêm elaborando propostas de sistematização e organização teórico-conceitual do campo em questão (AKERS, 1997; FERNÁNDEZ, 2010; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015; RHEE; WALDMAN, 2002; ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Dentre estas, destacamos a proposição de Romero, Sobral e Luengo (1999). A proposta de sistematização apresentada por esses autores parte da tentativa de agrupar o corpo de conhecimentos e vertentes teórico-conceituais existentes sobre o construto, buscando orientar-se concretamente em função das linhas de pesquisa do campo em questão. Para tanto, propõe quatro grandes aproximações teórico-conceituais com diferentes especificidades epistemológicas, a saber: clínico-psiquiátrica, comportamental, legal e sociológica (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Frente aos demais modelos, a proposição operacional de Romero, Sobral e Luengo

(1999) apresenta-se mais robusta por englobar ampla gama de vertentes apresentadas em outras proposições, por se mostrar operacionalmente pragmática e exequível, epistemologicamente mais coerente e ter sido usada por estudos recentes (GRANGEIRO, 2014; FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008). Em virtude de tais características, na presente pesquisa adotaremos a classificação proposta por esses autores como orientadora da revisão integrativa de literatura acerca das teorias explicativas do comportamento antissocial. No próximo capítulo, serão detalhadas as quatro aproximações, suas características e particularidades, vinculando-as aos produtos obtidos na revisão integrativa.

Em resumo, o presente capítulo buscou apresentar, de modo breve, um apanhado teórico acerca do comportamento antissocial, enfatizando as questões conceituais e terminológicas, apresentando temas a ele correlatos e resgatando as teorias clássicas do campo de estudo. Do mesmo modo, foi apresentada a proposta de classificação das teorias sobre o construto que foi utilizada como operacionalizador e norteador nessa pesquisa.

6 ESTRUTURA EPISTEMOLÓGICA DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

Este capítulo se configura enquanto eixo central da pesquisa. Nele são apresentadas e analisadas as perspectivas explicativas do comportamento antissocial emergentes da revisão integrativa proposta nesse estudo. De modo geral, foram contempladas as teorizações que vêm recebendo maior ênfase em estudos e pesquisas recentes, contudo também foi dada oportunidade de resgatar e discutir modelos clássicos sobre o tema. Deu-se ênfase à discussão da estrutura epistemológica que subsidia a construção dessas abordagens, apresentando autores, linhas teóricas e resultados de pesquisas empíricas.

Para tanto, este capítulo foi organizado em quatro tópicos, conforme modelo sistemático apresenta por Romero, Sobral e Luengo (1999), cada qual com as teorias pertinentes a sua aproximação epistemológica. Em cada tópico, tem-se uma apresentação da aproximação, um quadro analítico com os dados dos artigos selecionados na revisão e a discussão epistemológica pertinente aos eixos conceituais emergentes dos artigos.

6.1 Aproximação Clínico-Psiquiátrica

No contexto iluminista do século XVIII, a partir da emergência da Psiquiatria como saber científico e independente de outras áreas, o fenômeno da loucura passa a ser abordado por outro enfoque, superando a lógica do discurso religioso teocêntrico prevalente na Idade Média que considerava tal fato vinculado a ideia de pecado e possessão demoníaca (FOUCAULT, 2008). Com advento da Psiquiatria, da valorização da razão como norteadora do saber e da ciência como metodologia do conhecimento, a noção de loucura, que resgatava em seu bojo o desvio moral e a desrazão, vincula-se à lógica do adoecimento mental, trazendo a discussão para o âmbito do processo de saúde-doença.

A patologização dos comportamentos desviantes foi a contrapartida que a ciência encontrou para enquadrar aqueles que fugiam à norma da disciplina social e da razão. Nesse âmbito, no século XIX, Lombroso foi um dos precursores no estudo do comportamento criminal pela esfera da Psiquiatria e Antropologia Criminal, utilizando-se dos conceitos da Fisionomia, Frenologia e atavismo para explicar o fenômeno, apontando o criminoso como um sujeito com

atraso no desenvolvimento mental e social, apresentando traços fisionômicos característicos de sua patologia (LOMBROSO, 1876/2013).

A tradição clínico-psiquiátrica é, seguramente, um dos enfoques mais antigos e extensos no estudo do comportamento antissocial, fundamentando na semiologia psicopatológica sua conceituação do fenômeno como componente definidor de diversos tipos de transtornos mentais e comportamentais (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Nesse sentido, em um viés normativo e nosológico, o comportamento antissocial seria um sinal, sintoma ou parte integrante de um quadro psicopatológico (FERNÁNDEZ, 2010).

Dentre os modelos taxonômicos mais influentes na tradição psiquiátrica na atualidade, tem-se: a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde na 10ª edição (CID 10)⁹ e o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais em sua 5ª edição (DSM 5)¹⁰. Em ambos os modelos, são apresentadas uma série de categorias diagnósticas que mantém relação com o elemento antissocial ou desviante, dentre elas podemos citar: transtorno desafiador opositivo, transtorno de conduta, cleptomania, piromania, transtorno explosivo intermitente, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de personalidade antissocial e transtorno de personalidade com instabilidade emocional (APA, 2014; OMS, 2008).

Observa-se que muitos desses transtornos envolvem o desenvolvimento de comportamentos antissociais e até delitivos, porém não se constituem, necessariamente, como sinônimos de crime ou delinquência. Tal questão encontra justificativa no fato de que o diagnóstico psiquiátrico envolve uma série de sintomas, para além do antissocial, que não correspondem *stricto sensu* a uma violação legal, assim como muitos dos indivíduos que sofrem sanções judiciais por terem cometido crimes não atendem aos critérios operativos para um diagnóstico de transtorno mental (FERNÁNDEZ, 2010). Do mesmo modo, autores como Andrews e Bonta (1995) criticam a tendência à patologização ou psiquiatrização dos comportamentos antissociais e delitivos, em uma tentativa de avaliá-los unicamente pelo prisma da psicopatologia, desconsiderando variáveis ou explicações outras que eventualmente são pertinentes à análise.

⁹ Amplo manual nosológico organizado pela OMS que abarca múltiplas doenças e sintomas, colocando-se como padrão internacional para epidemiologia. Apresenta vinte dois capítulos dentre os quais o tópico cinco (*capítulo F*) dedicado aos transtornos mentais e comportamentais. Sua primeira versão foi divulgada em 1893, porém somente em 1948 passou a ser sistematizado e publicado pela OMS.

¹⁰ Manual nosológico e estatístico organizado pela *American Psychiatric Association* (APA) com foco exclusivo nos transtornos mentais e comportamentais, com primeira publicação datada de 1952, sendo amplamente utilizado em pesquisas na área da Saúde Mental.

A aproximação clínico-psiquiátrica constitui-se como uma perspectiva categorial no estudo do comportamento antissocial por classificá-lo a partir de fatores proeminentes relacionados a aspectos valorativos dos modelos taxonômico em psicopatologia, categorizando-o como um fenômeno bem definido e padronizado, vinculando-o, necessariamente, à semiologia psiquiátrica (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Por essa característica, frente a outras abordagens explicativas dimensionais e integrativas, tal aproximação tem apresentado certa limitação na análise dos mecanismos relacionados aos elementos de etiologia, desenvolvimento e manutenção dos comportamentos antissociais (FERNÁNDEZ, 2010; GRANGEIRO, 2014; ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

O quadro analítico abaixo apresenta um resumo dos dados dos 27 artigos selecionados na revisão integrativa junto à aproximação clínico-psiquiátrica. A fim de tornar a análise mais organizada, os manuscritos encontram-se dispostos por eixos conceituais a partir das discussões e teorizações apresentadas, as quais serão detalhadas e analisadas em seguida. Foram atribuídos quatro eixos, a saber: *Perspectivas Neuropsicológicas* (08 artigos), *Psicopatia e Transtorno de Personalidade* (09 artigos), *Transtorno de Conduta e Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (05 artigos) e *Pacientes Psiquiátricos Forenses* (04 artigos).

Do total de 27 artigos selecionados para essa aproximação, no que se refere as bases de dados, 12 artigos são indexados na *APA – PsycArticles*, 07 na *Lilacs* e 08 na *Redalyc*. Em relação ao idioma, 13 são em inglês, 09 em espanhol e 05 em português. No que tange à metodologia, 07 são estudos de natureza documental/revisional/teórico e 20 são estudos de campo/empíricos/experimental. Quanto aos participantes, 04 incluem amostras de pessoas da comunidade, 02 com crianças e/ou adolescentes, 06 com infratores e detentos, 02 com veteranos de guerra, 04 com pacientes psiquiátricos e 02 com amostras mistas (estudantes e detentos).

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação clínico-psiquiátrica

Eixo Conceitual	Base de Dados	Título do artigo	Referência (autor/ano)	Método/ Amostra	Resultados e Discussões
<i>Perspectivas Neuropsicológicas</i>	APA PsycArticles	Cognitive Control Deficits Associated With Antisocial Personality Disorder and Psychopathy	Zeier <i>et al.</i> (2012)	Pesquisa empírica organizada por meio de tarefa-teste via computador junto a 126 presidiários avaliados com sintomas de Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) e Psicopatia.	A Psicopatia e o TPAS estão associados a déficits no funcionamento executivo, incluindo controle cognitivo insatisfatório.
	APA PsycArticles	Increased Testosterone-to-Cortisol Ratio in Psychopathy	Glenn <i>et al.</i> (2011)	Estudo empírico realizado mediante a exames clínicos (saliva) de dois hormônios em uma amostra comunitária de 178 adultos que demonstraram uma ampla gama de escores de Psicopatia.	Escore de psicopatia associados a uma razão aumentada de testosterona para responsividade do cortisol a um estressor. Sugere-se que esse sistema hormonal pode predispor à psicopatia.
	Lilacs	Análisis Neuroforense de la Violencia: Propuesta de Revisión	Urazan e Avila (2015)	Revisão de literatura acerca da relação entre o funcionamento cerebral e comportamentos homicidas.	Relaciona-se o funcionamento do cérebro ao comportamento homicida, com alterações nas funções executivas e de planejamento relacionadas ao lobo frontal, o corpo caloso e amígdala.
	Lilacs	Efecto de la Portación de Alelos de Riesgo de MAO-A y DRD4 Sobre Mediciones de Agresión	Romero, Ostrosky e Camarena (2012)	Investigação do efeito da presença de alelos de risco (MAO-A e DRD 4) sobre as medidas de agressão junto a 60 homens saudáveis da comunidade.	Tanto o efeito principal de cada um dos alelos de risco, como sua interação impactaram sobre medidas de hostilidade, impulsividade e traços antissociais.
	Redalyc	Aggression Predicts Cortisol Awakening Response in Healthy Young Adults	González <i>et al.</i> (2015)	A partir de um instrumental de autorrelato de agressão associado ao estudo de amostras de saliva, buscou-se analisar a relação entre cortisol matutino e comportamentos agressivos em uma população de 83 mulheres e 20 homens.	A investigação apoia que existiria uma relação negativa entre o cortisol e os comportamentos agressivos, incluindo em relação ao cortisol matutino.
	Redalyc	Inteligencia y Conductas Delictuales en Adolescentes Chilenos	Solar <i>et al.</i> (2012)	Estudo comparativo entre o rendimento intelectual de 100 jovens do sexo masculino que infringiram a lei com o de 100 jovens não infratores.	Jovens infratores da lei apresentam uma maior proporção de QI totais inferiores à média em comparação com os jovens não infratores, em especial o QI verbal.
	Redalyc	Neurobiología de la Agresión y la Violencia	Escobar e Córcoles, (2016)	Revisão de literatura sobre os tipos de agressão e estruturas nervosas (lesões cerebrais) associadas ao fenômeno.	O hipotálamo, amígdala e o tronco cerebral estão associados a geração do comportamento agressivo, assim como o córtex pré-frontal parece ser hipofuncional em sujeitos violentos.

	Redalyc	Neuropsicología Del Crimen: Función Ejecutiva e Inteligencia en una Muestra de Hombres Condenados por Homicidio en Panamá	Causadias <i>et al.</i> (2010)	Foram avaliados três grupos de homens condenados por crimes no que se refere a inteligência verbal, não-verbal e o desempenho em tarefas de função executiva.	Existe a possibilidade de que o baixo rendimento em provas de inteligência, acompanhado por déficits nas funções executivas dificulte a adaptação social nesta população.
<i>Psicopatia e Transtorno de Personalidade</i>	APA PsycArticles	Criminal Behavior and Cognitive Processing in Male Offenders With Antisocial Personality Disorder With and Without Comorbid Psychopathy	Riser e Kosson (2013)	O estudo abordou o impacto do TPAS com e sem comorbidade psicopática (conforme PCL-R) sobre comportamento criminal e processamento cognitivo em 674 presos adultos do sexo masculino.	Os presos com TPAS e comorbidade psicopática exibiram comportamento criminal mais severo do que aqueles com apenas TPAS. A psicopatia contribui de forma singular para a predição do comportamento criminoso e do funcionamento cognitivo
	APA PsycArticles	Greed is Good? Assessing the Relationship Between Entrepreneurship and Subclinical Psychopathy	Akhtar, Ahmetoglu e Premuzic (2013)	Investigou-se, junto a 435 trabalhadores, a ligação entre traços de psicopatia e uma medida de tendências e habilidades empreendedoras. Os participantes responderam ao Inventário de Psicopatia Subclínica e a medida de personalidade empreendedora.	As diferenças individuais nas habilidades empreendedoras foram relacionadas positivamente à psicopatia primária, mas não relacionadas à psicopatia secundária. A psicopatia secundária não predisse atividade empreendedora, já a psicopatia primária previu tais atividades
	APA PsycArticles	Feature-Based Attention and Conflict Monitoring I Criminal Offenders: Interactive Relations of Psychopathy With Anxiety and Externalizing	Zeier e Newman (2013)	No estudo, 207 detentos realizaram uma tarefa de monitoramento de conflitos, que incluiu manipulação baseada em características que desviaram a atenção seletiva para estímulos relevantes para o alvo e longe dos distratores inibitórios.	Os ofensores psicopatas primários apresentam déficit geral à informações inibitórias potencialmente importantes quando são periféricas ao seu foco principal de atenção
	APA PsycArticles	Impaired Cognitive Empathy in Criminal Psychopathy: Evidence From a Laboratory Measure of Empathic Accuracy	Brook e Kosson (2013)	Aplicou-se uma medida laboratorial de empatia cognitiva com base no paradigma da exatidão empática para examinar as relações entre a psicopatia e a empatia cognitiva em uma amostra de 103 detentos do sexo masculino.	A psicopatia foi inversamente associada ao desempenho na acuidade empática. Enquanto o fator interpessoal/afetivo associou-se à baixa acuidade empática para a alegria, o fator comportamental /antissocial vinculou-se à baixa acuidade em emoções negativamente valenciadas
	APA PsycArticles	Triarchic Conceptualization of Psychopathy: Developmental Origins of Disinhibition, Boldness and Meanness	Patrick, Fowles e Krueger (2009)	Revisão de literatura sobre as conceituações alternativas de psicopatia e resultados empíricos para os instrumentos de avaliação como base para a formulação de um modelo integrativo triárquico de psicopatia	A essência do modelo triárquico é que a psicopatia engloba três construções fenotípicas distintas: a desinibição, a ousadia e maldade. A conceituação triárquica fornece uma base para reconciliar e acomodar relatos descritivos alternativos da psicopatia

<i>Psicopatia e Transtorno de Personalidade</i>	Lilacs	Comportamento Anti-Social e Impulsividade no Transtorno de Personalidade Anti-Social	Rocha, Lage e Sousa (2009)	Buscou-se avaliar a associação entre impulsividade e comportamentos antissociais e/ou criminosos observados no TPAS em uma amostra de 39 pacientes de uma clínica psiquiátrica com serviço de pronto atendimento.	Constatou-se que a impulsividade está associada a diversos comportamentos antissociais e/ou criminosos (uso de drogas ilícitas, idade da primeira prisão, idade do primeiro crime e história de tentativa de autoextermínio).
	Lilacs	Los Eventos Traumáticos Tempranos y su Relación con la Psicopatia Criminal.	Borja e Solís (2009)	Aplicação de entrevistas e do Inventário de Eventos Traumáticos em uma amostra de 194 internos de uma prisão masculina para conhecer a frequência e diversidade de eventos traumáticos sofridos antes dos 18 anos de idade.	Os internos com elevada psicopatia apresentaram alta incidência de eventos traumáticos, especificamente de eventos estressantes, de abuso emocional e abuso sexual em comparação ao grupo com baixa psicopatia.
	Lilacs	Psicopatia e Reconhecimento de Expressões Faciais de Emoções: Uma Revisão Sistemática	Vasconcellos <i>et al.</i> (2014)	Revisão sistemática de literatura sobre a habilidade de psicopatas e indivíduos com traços de psicopatia em reconhecer emoções expressas pela face.	Os resultados sugerem que a psicopatia está relacionada a déficits no reconhecimento de emoções negativas, não restritos às emoções de medo e tristeza.
	Redalyc	Psicopatia: o Construto e sua Avaliação	Filho, Teixeira e Dias (2009)	Revisão de literatura com foco nas dificuldades relacionadas a definição conceitual de psicopatia e sua avaliação, em especial em relação ao TPAS.	Embora haja associações entre psicopatia e TPAS, é necessário que eles sejam reconhecidos como construtos distintos. Existem diferenças conceituais e empíricas para a pesquisa e na clínica entre ambos.
	Redalyc	Psicopatia: uma Perspectiva Dimensional e Não-Criminosa do Construto	Filho, Teixeira e Dias (2012)	Revisão da literatura acerca do tema psicopatia, enfatizando estudos que trazem evidências a favor de uma visão dimensional e não-criminosa da psicopatia.	Apresenta-se uma visão dimensional e não-criminosa da psicopatia, descrevendo-a como uma constelação de traços de personalidade socialmente indesejáveis, sendo o comportamento antissocial um correlato e não um aspecto definicional.
<i>Transtorno de Conduta e Transtorno de Estresse Pós-Traumático</i>	APA PsycArticles	Anger, Hostility, and Aggression Among Iraq and Afghanistan War Veterans Reporting PTSD and Subthreshold PTSD	Jakupcak <i>et al.</i> (2007)	Revisão retrospectiva com 117 veteranos das guerras do Iraque e Afeganistão, os quais foram agrupados por nível de sintomatologia pós-traumática (TEPT) e comparados com medidas de autorrelato de raiva, hostilidade e agressão.	Veteranos com triagem positiva para TEPT relataram raiva e hostilidade significativamente maiores do que aqueles nos grupos com baixo limiar de sintomas de TEPT e com ausência de TEPT.
	APA PsycArticles	Predictors and Outcomes of Joint Trajectories of Callous-Unemotional Traits and Conduct Problems in Childhood	Fontaine <i>et al.</i> (2011)	Usando uma amostra de 9.578 crianças acompanhadas longitudinalmente, descreve-se as trajetórias de desenvolvimento conjunto de traços insensíveis-não emocionais e problemas de conduta durante a infância.	Crianças com altos níveis de traços insensíveis-não emocionais associados à altos níveis de problemas de conduta apresentaram os resultados mais negativos (hiperatividade, problemas com pares, dificuldades emocionais)

<i>Transtorno de Conduta e Transtorno de Estresse Pós-Traumático</i>	APA PsycArticles	The Impact of Antisocial Personality Characteristics on Anger Management Treatment for Veterans With PTSD	Marshall <i>et al.</i> (2010)	Através de modelagem multinível, examinou-se o impacto das características de personalidade antissocial na eficácia do tratamento em grupo de controle da raiva entre 86 veteranos com TEPT.	As características de personalidade antissocial foram associadas a menores reduções na raiva, expressão de raiva e uso de agressão física durante o tratamento.
	Redalyc	Factores Sociales, Educacionales, Familiares, Inteligencia y Riesgo de Trastorno de Conducta en Adolescentes de Sexo Masculino	Cova <i>et al.</i> (2011)	Analisam-se fatores relacionados ao transtorno de conduta em adolescentes a partir de uma amostra de 200 jovens do sexo masculino (100 internados em centros de proteção e 100 estudantes).	Três fatores mostraram associação significativa com transtorno de conduta nos adolescentes: coeficiente de inteligência verbal, início da vida sexual e abuso psicológico parental.
	Redalyc	La Personalidad Psicopática como Indicador Distintivo de Severidade y Persistencia en los Problemas de Conducta Infanto-Juveniles	Romero, Romero y Luengo (2011)	A partir de uma perspectiva transversal e longitudinal, foi analisada a manifestação precoce de traços psicopáticos em uma amostra de 192 crianças entre 6 e 11 anos.	Crianças que manifestaram precocemente traços psicopáticos, sobretudo do tipo afetivo interpessoal, apresentaram mais frequência e gravidade de problemas de conduta.
<i>Pacientes Psiquiátricos Forenses</i>	APA PsycArticles	Co-Occurring Mental Illness, Substance Use Disorders, and Antisocial Personality Disorder Among Clients of Forensic Mental Health Services	Ogloff <i>et al.</i> (2015)	A prevalência de transtornos mentais simultâneos foi investigada em 130 agressores do sexo masculino que tiveram contato com o serviço de saúde mental forense.	Participantes com transtornos mentais simultâneos, bem como aqueles que tiveram diagnóstico adicional de TPAS, foram responsáveis por ofensas mais sérias do que aqueles com apenas um transtorno.
	APA PsycArticles	PCL-R Psychopathy Predicts Disruptive Behavior Among Male Offenders in a Dutch Forensic Psychiatric Hospital	Hildebrand, Ruiters e Nijman (2006)	Foi investigada a relação entre a psicopatia, conforme versão holandesa do PCL-R, e os comportamentos disruptivos durante tratamento psiquiátrico forense em 92 pacientes do sexo masculino.	Em pacientes psiquiátricos forenses, o nível de psicopatia foi demonstrado estar associado à presença de uma ampla gama de comportamentos disfuncionais e violentos
	Lilacs	Actos Violentos en Patología Mental	Casarotti (2010)	Revisão de literatura acerca dos atos violentos apresentados por pacientes psiquiátricos	Pacientes psiquiátricos são potencialmente mais violentos que as pessoas mentalmente normais. Contudo, o baixo percentual desses pacientes na população geral indica que a quase totalidade dos atos violentos são proferidos por pessoas mentalmente normais.

	Lilacs	Incidência de Conduta Violenta e Antissocial em População Psiquiátrica Forense	Telles, Folino e Taborda (2011)	Estudo de coorte com 68 pacientes homens dentro da população de internos de um hospital de custódia. Durante o período de um ano, foram avaliados diariamente episódios de conduta violenta e antissocial.	Houve predomínio de agressões e conduta antissocial durante o dia. Os portadores de transtorno de personalidade apresentaram maior prevalência de eventos violentos quando comparados aos demais diagnósticos.
--	--------	--	---------------------------------	--	--

Fonte: Elaborada pelo autor

Nas últimas décadas, na esteira das Neurociências, os estudos que envolvem a busca de correlatos biológicos, hormonais e neurológicos para os transtornos mentais e comportamentais cresceram significativamente, resgatando um dos paradigmas mais clássicos da Psiquiatria no que se refere a localização somática dos aspectos etiológicos das psicopatologias (GAZZANIGA; IVRY; MANGUN, 2006). O eixo *Perspectivas Neuropsicológicas* da aproximação clínico-psiquiátrica busca clarificar tal abordagem a partir das explicações apresentadas para o fenômeno do comportamento antissocial em sua fundamentação biologicista.

Em sua maioria, os estudos sobre o tema trazem correlações positivas entre prejuízos nas funções executivas associadas a alterações no sistema límbico (especialmente no tronco cerebral, amígdala e hipotálamo) e a emergência de comportamentos agressivos e delitivos (ESCOBAR; CÓRCOLES, 2016; JOSHUA *et al.*, 2012; URAZAN; AVILA, 2015). Por funções executivas, entende-se a gestão e o controle de uma série de processos cognitivos vinculados ao planejamento e execução de tarefas complexas, incluindo a regulação comportamental (GAZZANIGA; IVRY; MANGUN, 2006). Tal função é, primordialmente, vinculada ao córtex pré-frontal, parte anterior do lobo frontal. O sistema límbico relaciona-se à modulação das emoções, comportamentos sociais, aprendizagem e motivação, integrando informações sensoriais com o estado psíquico interno (*idem*, 2006).

Joshua *et al.* (2012), em tarefa-teste via computador junto a 126 presidiários avaliados com sintomas de Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) e psicopatia, encontraram evidências de associação significativa entre a antissocialidade e o mau funcionamento executivo, em relação a medição de responsividade à informação inibidora e distrativa. Além de disfunções no lobo frontal, Urazan e Avila (2015) apontam que o comportamento homicida se vincula a alterações funcionais e anatômicas no corpo caloso, responsável pela transferência informacional entre os hemisférios, e na amígdala, relacionada à manifestação de reações emocionais e comportamentos sociais.

Corroborando com tais achados, Escobar e Córcoles (2016) apontam a hipofuncionalidade do córtex pré-frontal em sujeitos violentos associado à geração do comportamento agressivo no hipotálamo, relacionado ao controle da agressão e à integração entre os sistemas nervoso e endócrino. Ademais, os autores citam a relação entre a serotonina, produzida nos núcleos da rafe do tronco encefálico, e o comportamento antissocial, afirmando que os níveis do neurotransmissor em regiões corticais são inversamente proporcionais aos níveis de agressão e irritabilidade nos indivíduos. Tal fato pode ser observado na manipulação farmacológica dos níveis de serotonina que, mediante ao uso de inibidores seletivos de

receptação tal qual a fluoxetina, aumentando sua concentração no espaço sináptico, oportuniza uma redução na pontuação da agressão em escalas como a *Overt Aggression Scale* (ESCOBAR; CÓRCOLES, 2016).

Em relação a questão hormonal e o comportamento antissocial, os estudos sugerem ser relevante o exame de vários sistemas hormonais simultaneamente, dada sua interconexão, para se obter uma visão mais clara da predisposição em relação ao fenômeno (SILVA; SILVA; ENUMO, 2017). Nesse âmbito, destaca-se a atuação do cortisol, produzido na glândula suprarrenal e vinculado às respostas ao estresse, e da testosterona, hormônio responsável pelo desenvolvimento e maturação de características sexuais masculinas (Glenn *et al.*, 2011).

González, Martínez e Albiol (2015), em estudo sobre a relação entre o cortisol matutino (quando as taxas são mais elevadas) e comportamentos agressivos junto a 103 pessoas da comunidade, a partir de amostras de saliva, constataram haver uma relação negativa entre o nível do hormônio e os comportamentos agressivos. Nesse estudo, os homens apresentaram níveis mais baixos de cortisol do que as mulheres e uma consequente elevação na taxa de agressão física. Ainda em relação ao cortisol, dificuldades de aprendizagem e lapsos de memória são comumente atribuídos a elevação das taxas do hormônio, já os níveis baixos referem-se ao rebaixamento de humor (GAZZANIGA; IVRY; MANGUN, 2006).

Apoiando esses resultados, Silva, Silva e Bueno (2017), em revisão sistemática de literatura sobre o tema das relações entre o hormônio cortisol e o comportamento de adolescentes, apontam que quanto menores as concentrações de cortisol, maiores os níveis de comportamentos externalizantes. Os autores sugerem ainda que jovens com problemas internalizantes, como depressão, tendem a apresentar níveis elevados do hormônio pela manhã, mas uma progressiva diminuição ao longo do dia; já os jovens com traços externalizantes, como agressividade e violação de regras, mantêm um padrão alterado e desregulado do cortisol diurno desde a infância.

Em relação à testosterona, dadas suas características, há uma crença geral equivocada de sua relação direta e unívoca para com condutas violentas e delitivas, porém as pesquisas não sugerem esse caminho (SILVA; SILVA; ENUMO, 2017). Glenn *et al.* (2011), através de exames clínicos deste hormônio em uma amostra de 178 adultos que apresentaram ampla gama de escores de psicopatologia, demonstraram uma associação entre a razão aumentada de testosterona para resposta do cortisol a um estressor e escores elevados dessa psicopatologia. Não foram observadas relações significativas entre psicopatologia e níveis individuais de testosterona basal ou entre psicopatologia e reatividade ao cortisol a um estressor isoladamente. Tais descobertas sinalizam que esses sistemas hormonais devem ser analisados de maneira conjunta para indicar

predisposição a características psicopáticas, destacando a importância de uma abordagem multissistêmica (GLENN *et al.*, 2011).

No que se refere a relação entre o construto inteligência e os comportamentos antissociais, debatida desde as acepções clássicas de Lombroso, as pesquisas atuais apresentam resultados pertinentes para as discussões no âmbito clínico-psiquiátrico. Vale-se salientar que o termo inteligência foi aqui adotado como uma habilidade que os indivíduos apresentam para entender ideias complexas, adaptarem-se ao seu meio e aprenderem com a experiência através da interação com seu ambiente social e físico, engajando-se em várias formas de raciocínio (NEISSER *et al.*, 1996).

A avaliação da capacidade cognitiva é um elemento marcante na elaboração de perfis de indivíduos que cometeram atos violentos e delitivos, já que estudos sugerem evidências entre o baixo rendimento em provas de inteligência junto a homens violentos e déficits nas funções executivas (MOFFITT, 1993). Causadias *et al.* (2010), em estudo de avaliação do desempenho cognitivo com três grupos de homens condenados por crimes (feminicídio, homicídio e crimes não violentos), constataram déficit no quociente de inteligência (QI) verbal e dificuldades na capacidade de focar e manter a atenção nas três amostras, especialmente no grupo do feminicídio houve um déficit na velocidade do processamento cognitivo. Os autores sugeriram, também, que o baixo rendimento em provas de inteligência, acompanhado por déficits nas funções executivas, dificulte a adaptação social nesta população.

De modo análogo, Cova *et al.* (2012), em pesquisa comparativa entre o rendimento intelectual de 100 jovens do sexo masculino que infringiram a lei com o de 100 jovens não infratores, observaram que o grupo de jovens infratores apresentou uma maior proporção de QI's totais inferiores à média em comparação com os jovens não infratores, em especial o QI verbal. Poder-se-ia explicar a relação entre QI e condutas delitivas pela influência da menor escolaridade do grupo infrator, porém os autores ressaltam que, controlando as variáveis relativas às diferenças de escolaridade entre os grupos, as distinções de QI se tornam menos extremas, contudo permanecem existindo.

É necessário pontuar, todavia, que dada a multifatorialidade do complexo fenômeno do comportamento antissocial, não se pode a ele atribuir causalidade única vinculada aos déficits de QI, assim como não se deve interpretar tais déficits como, exclusivamente, vinculados a fatores biológicos. De modo contrário, é preciso compreender que as diferenças intelectuais são também determinadas pelas distintas oportunidades educacionais, sociais e culturais que as engendram (COVA *et al.*, 2012). Em perspectiva complementar, a partir da genética comportamental, Koenen *et al.* (2006) apontam que a sobreposição entre QI baixo e

condutas delitivas obedece a uma influência genética comum, porém o desenvolvimento desse controle gênico estaria mediado por variantes ambientais presentes nos contextos de vida dos indivíduos.

Em relação às influências genéticas sobre o comportamento antissocial, Romero, Ostrosky e Camarena (2012) investigaram os efeitos da presença de epistasia (quando a expressão de um gene depende da ação de outro) das variantes genéticas de MAO-A e DRD4 sobre as mediadas de agressão junto a 60 homens saudáveis da comunidade por meio de coleta e análise de células bucais e aplicação de questionários sobre agressividade, dentre eles o *Reactive-Proactive Aggression Questionnaire* (RPQ). Constatou-se no estudo que tanto o efeito principal de cada um dos alelos de risco, como sua interação impactaram sobre medidas de hostilidade e impulsividade, bem como incrementaram a reatividade perante situações de estresse, sinalizando fator de risco para o desenvolvimento de conduta violenta e delitiva.

No que se refere ao eixo dois da aproximação clínico-psiquiátrica, *Psicopatia e Transtornos de Personalidade*, aborda-se o tema e expõem-se as principais conclusões das pesquisas acerca das discussões no âmbito dessas patologias envolvendo os comportamentos antissociais. Durante décadas, no campo de estudos da Psicopatologia, os termos psicopatia e Transtorno de Personalidade Antissocial foram utilizados como os principais descritores psiquiátricos na abordagem do comportamento antissocial, sendo por vezes tratados como sinônimos e, fundamentalmente, associados a condutas violentas e delitivas (SIMÓN, 2015).

O termo psicopatia pode ser definido como um conjunto de traços disruptivos e disfuncionais de personalidade que envolve elementos como busca de sensações, impulsividade, manipulação, falta de empatia e afeto, dominância social e comportamentos antissociais (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2012). A expressão “mania sem delírio”, utilizada por Philippe Pinel nos primórdios da Psiquiatria para descrever o quadro de pacientes com condutas de severa violência, porém com preservação da racionalidade e ausência de traços delirantes, foi pioneiro na conceituação do que viria a ser nomeado por psicopatia (SIMÓN *et al.*, 2015). A nomenclatura, contudo, surgiu propriamente dentro da tradição da medicina legal para categorizar os sujeitos com condutas criminosas e agressivas, mas que não exibiam sinais claros de transtorno mental (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009).

O conceito de psicopatia foi estabelecido, e propriamente utilizado, a partir dos trabalhos de Hervey Cleckley no seu livro *The Mask of Sanity* de 1941. Nessa obra, o autor apresenta um panorama clínico organizado da representação psicopática, elencando 16 características, não necessariamente presentes de modo concomitante, para distinguir um indivíduo psicopata, dentre elas: ausência de delírios e pensamentos irracionais,

comportamento antissocial, falta de reciprocidade e remorso nas relações interpessoais, tendência a mentira, egocentrismo patológico, insinceridade, não confiabilidade e falhas em seguir um plano de vida (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010; SIMÓN *et al.*, 2015). Esse modelo discricional, além de inédito, serviu para trazer certa clareza ao trato do fenômeno, oportunizando maior operacionalidade. Ressalta-se, ainda, que essa abordagem enfatizava a psicopatia a partir de traços de personalidade e aspectos relacionais e afetivos, rompendo com a lógica estritamente focada em condutas violentas e criminosas, prevalente até então.

A primeira versão do DMS, organizado pela APA e datado de 1952, com base no modelo de Cleckley, estabeleceu o Distúrbio da Personalidade Sociopática (indivíduo sociopata) para descrever o quadro que trazia os traços que até o momento eram característicos do construto psicopatia (GURLEY, 2009). O uso dessa nomenclatura nosológica procurava atender para os determinantes sociais do fenômeno, contudo criou-se um imbróglio em relação ao uso do termo psicopatia e a expressão sociopatia, o qual denotava comportamentos socialmente desviantes, mas não abarcava as complexas características relacionais e afetivas de personalidade psicopática (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009).

A partir de sua terceira edição, o DSM substituiu a nomenclatura Distúrbio da Personalidade Sociopática por Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS), focando, de maneira pragmática e descritiva, os critérios diagnósticos na dimensão comportamental da antissocialidade (GURLEY, 2009). Com isso, obteve-se uma perspectiva categorial heterogênea do que inicialmente era proposta no construto psicopatia, pois a centralidade na dimensão comportamental secundarizou um aspecto essencial da discussão que são os traços de personalidade subjacentes (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010).

No TPAS, portanto, tem-se tanto indivíduos com personalidade psicopática e comportamento antissocial, quanto aqueles com apenas comportamentos antissociais, mas sem as características relacionais e afetivas próprias da psicopatia. Deste modo, o indivíduo psicopata sem a presença de comportamentos antissociais não é abarcado pelo diagnóstico de TPAS, não podendo ser com ele confundido, caracterizando-se como um construto diferente. (SIMÓN *et al.*, 2015).

Por ser uma categoria diagnóstica mais ampla, o TPAS pode ou não incluir a psicopatia como variante de comorbidade. Riser e Kosson (2013), em estudo que abordou o impacto do TPAS com e sem comorbidade psicopática sobre comportamento criminal e processamento cognitivo em 674 presos adultos do sexo masculino, obtiveram resultados pertinentes. Segundo as análises, os presos com TPAS e comorbidade psicopática exibiram comportamento criminal mais severo do que aqueles com apenas TPAS, demonstrando que a psicopatia contribui de

forma singular para a predição do comportamento criminoso e de anomalias no funcionamento cognitivo (RISER; KOSSON, 2013).

A partir de meados dos anos de 1950, iniciou-se uma abordagem predominantemente empírica em pesquisas no trato do tema psicopatia, na qual uma série de instrumentais de mensuração psicométrica foram construídos e testados, buscando correlações e dados experimentais, associado a meta-análises e revisões, expandindo o estudo para outras populações e amostras (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009; SIMÓN *et al.*, 2015). Dentre os mais utilizados e robustamente testados, tem-se o *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R), o qual apresenta 20 itens a serem analisados por meio da atribuição de valores conforme a intensidade percebida (de 0 a 2) a partir de uma entrevista estruturada, refletindo várias das características de personalidade apontadas por Cleckley acompanhadas por comportamentos antissociais (HARE, 2006; DAVOGLIO; ARGIMON, 2010).

Na perspectiva tradicional de Hare sobre a psicopatia, conforme o modelo estrutural mais reconhecido da PCL-R, assim como a maioria dos estudos tradicionais sobre o tema (HARE, 1991; HARPUR; HAKSTIAN; HARE, 1988), abordam o fenômeno como uma constelação de características de personalidade e comportamentais organizadas em dois fatores (bifatorial) correlacionados: *distanciamento emocional*, que abarca a dimensão afetivo e interpessoal, e a *desviância social*, que compreende os aspectos de estilo de vida e antissocialidade comportamental. Contudo, as análises fatoriais mais recentes sobre esse instrumento indicam a existência de uma estrutura de quatro dimensões: afetiva, interpessoal, estilo de vida e antissocial (HARE; NEUMANN, 2008). A dimensão *afetiva* faz referência a ausência de remorso, empatia e senso de responsabilização; a *interpessoal* diz respeito a manipulação, mentira e superficialidade relacional; a de *estilo de vida* relaciona-se à impulsividade, irresponsabilidade e busca de sensações; e a *antissocial*, faz menção problemas de conduta, crimes ou delitos e dificuldades de manejo do controle comportamental (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009; HARE; NEUMANN, 2008).

Além do PCL-R, outros instrumentais se destacam nas pesquisas recentes a partir de uma abordagem empírica do construto, dentre eles se pode citar: o *Psychopathy Checklist: Screening Version* (PCL-SV) uma versão reduzida do PCL-R, o *Psychopathy Checklist: Youth Version* (PCL:YV) versão do PCL-R para aplicação em amostras de jovens e adolescentes, o *Antisocial Process Screening Device* (APSD) voltado para crianças de 6 a 3 anos e o *Psychopathic Personality Inventory* (PPI) (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010; GURLEY, 2009; HARE, 2006; SIMÓN *et al.*, 2015).

As pesquisas empíricas sobre a psicopatia, por darem ênfase à questão dos traços de

personalidade na conceituação do fenômeno, pelo uso de amostras não prisionais e pelas análises fatoriais oportunizadas na aplicação dos instrumentais psicométricos, advogam acerca da natureza dimensional do construto, definindo-o em termos de um *continuum* presente em graus variados como traços latentes de personalidade em todos os indivíduos (DAVOGLIO; ARGIMON, 2010; SIMÓN *et al.*, 2015). Nessa concepção, não haveria um psicopata no sentido categórico e exclusivista do termo, mas sim um indivíduo com maiores traços psicopáticos do que outros. Contrastando com tal perspectiva, a visão tipológica analisa a psicopatia como uma categoria (táxon), ou seja, uma classe bem definida de comportamentos e sintomas presentes em determinados coletivos de indivíduos, primordialmente em grupos antissociais como na população carcerária e manicomial (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2012; SIMÓN *et al.*, 2015).

Em relação à discussão acerca do construto psicopatia, Filho, Teixeira e Dias (2012), além da de advogarem a favor da natureza dimensional do fenômeno, discutem a sua relação com o comportamento criminal através de uma revisão da literatura acerca do tema, enfatizando estudos que trazem evidências a favor de uma visão não criminosa da psicopatia. Os autores reconhecem a vinculação histórica entre esse construto e comportamento criminal, grandemente influenciada pelas pesquisas junto a amostras prisionais, contudo, dado sua perspectiva dimensional e os estudos junto a novos contextos amostrais, sinalizam a natureza não criminosa do fenômeno e sugerem que comportamento criminal seria um correlato frequente da psicopatia, porém não um aspecto definicional necessário e suficiente.

No que se refere ao TPAS e o comportamento criminal, por sua vez, a relação seria mais intensa e marcante. Dado o fato de que a conceituação nosológica do TPAS baseou-se no modelo proposto por Cleckley, porém dando ênfase nos aspectos comportamentais do fenômeno, o DSM V apresenta-o como “um padrão difuso de indiferença e violação dos direitos dos outros, o qual surge na infância ou no início da adolescência e continua na vida adulta” (APA, 2014, p. 659), tendo o sujeito apresentado anteriormente sintomas de transtorno de conduta. O manual nosológico complementa apresentando que os indivíduos com TPAS não têm êxito no ajuste às normas sociais relativas ao comportamento legal, sendo por vezes protagonistas de atos delitivos e impulsivos que podem resultar em detenção (APA, 2014). Os critérios para TPAS e psicopatia não são equivalentes, sendo o comportamento antissocial e o criminal, fundamentalmente, mais vinculado aquele do que a este.

Segundo Huss (2011), estima-se que 90% dos psicopatas sofram de TPA, enquanto apenas 15% a 30% dos sujeitos com TPA atendam a critérios de psicopatia. A maioria dos criminosos comuns, aponta Esteves (2014), atendem ao diagnóstico de TPA, porém não de psicopatia. Huss (2011) problematiza essa questão apontando que, na população carcerária, de

50% a 80% dos criminosos apresentam TPA, enquanto apenas 25% destes sujeitos apresentam quadro sugestivo de psicopatia. Hare (2006), por sua vez, ilustra tal questão apresentando dados de que a prevalência de TPAS em contextos prisionais, onde o comportamental criminal é elemento fundante, é maior do que 50%, ao passo que no máximo 30% do coletivo de indivíduos encarcerados apresenta escores necessários para psicopatia.

Nessa mesma direção, Rocha, Lage e Sousa (2009), buscaram avaliar a associação entre impulsividade e comportamentos antissociais e/ou criminosos observados no TPAS em uma amostra de 39 pacientes de uma clínica psiquiátrica com serviço de pronto atendimento. Constatou-se que a impulsividade está associada a diversos desses comportamentos, sendo em correlação negativa com a idade de início de uso de drogas ilícitas ($r = -0,39$), idade da primeira prisão ($r = -0,40$), idade do primeiro crime ($r = -0,56$) e em correlação positiva com histórico de tentativa de autoextermínio ($r = 0,38$) (ROCHA; LAGE; SOUSA, 2009).

Ainda em relação a compreensão do fenômeno da psicopatia e seus modelos explicativos, Patrick, Fowles e Krueger (2009), em revisão de literatura sobre as conceituações alternativas de fenômeno e resultados empíricos para os instrumentos de avaliação, propuseram uma abordagem integrativa denominada de Modelo Triárquico da psicopatia. A essência desse modelo advoga que a psicopatia engloba três construções fenotípicas distintas que têm subjacentes diferentes processos neurobiológicos, desenvolvimentais e etiológicos: a desinibição (*disinhibition*), a ousadia (*boldness*) e maldade (*meanness*) (SEIXAS, 2014).

A *desinibição* envolve impulsividade, irresponsabilidade e externalização, associadas a falta de controle comportamental e desregulação emocional, normalmente vinculando-se a déficits no funcionamento do córtex pré-frontal; a *ousadia* que corresponde a alta tolerância ao perigo e medo, baixa ansiedade, espírito aventureiro, autoestima elevada e alta dominância social, correspondendo a desregulação na função da amígdala e circuitos cerebrais superiores; e a *maldade* que é relativa ao uso da agressividade predatória, desvinculação afetiva, frieza e baixa empatia, crueldade e busca por sensações, relacionando-se a fatores neurológicos como déficits no sistema de medo e inibição e a ambientais como maus-tratos parentais e abuso sexual ou físico precoce (PATRICK; FOWLES; KRUEGER, 2009). A conceituação triárquica fornece uma base para reconciliar e acomodar relatos descritivos alternativos da psicopatia que envolvem questões neurobiológicas, desenvolvimentais e ambientais (PATRICK; FOWLES; KRUEGER, 2009; SEIXAS, 2014).

As pesquisas recentes sobre a psicopatia envolvem também sua discussão a partir de correlatos cognitivos e emocionais, em especial questões relativas à atenção seletiva e a acuidade empática. Nessa perspectiva, Zeier e Newman (2013) pontuam que, conforme previsto

no modelo de modulação de resposta, os ofensores psicopatas são insensíveis a informações inibitórias potencialmente importantes quando são periféricas ao seu foco principal de atenção. Nesse sentido, os autores buscaram analisar tal proposição junto a 207 detentos que realizaram uma tarefa de monitoramento de conflitos, que incluiu manipulação baseada em características que desviaram a atenção seletiva para estímulos relevantes para o alvo e longe dos distratores inibitórios de maneira alternada.

O estudo apresenta dois subtipos psicopáticos distintos, conforme pesquisa clínica e experimental: o *primário*, marcado por hiporreatividade emocional, anomalias atencionais e ansiedade reduzida, e o *secundário*, associado à hiperreatividade emocional e à tendência de responder excessivamente aos estímulos motivacionais. A avaliação dos subtipos psicopáticos tem se mostrado fundamental para a compreensão dos déficits cognitivos e atencionais na psicopatia, com destaque para o déficit de modulação de respostas. Os resultados demonstram que os ofensores com psicopatia primária tendem a negligenciar informações periféricas potencialmente importantes sempre que sua atenção está envolvida em um foco particular, independentemente do método pelo qual a atenção é envolvida (ZEIER; NEWMAN, 2013).

Problemas relativos à déficits de empatia aparecem com destaque em relatos teóricos de psicopatia. Em relação a acuidade empática, Brook e Kosson (2013) aplicaram uma medida laboratorial com base no paradigma da exatidão empática para examinar as relações entre a psicopatia e a empatia cognitiva em uma amostra de 103 detentos do sexo masculino. Em comparação com internos não-psicopatas, constatou-se que a presença de psicopatia foi inversamente associada ao desempenho na acuidade empática, sendo que o fator interpessoal/afetivo se associou à baixa acuidade para emoções positivamente valenciadas e o fator comportamental /antissocial vinculou-se à baixa acuidade em emoções negativamente valenciadas (BROOK; KOSSON, 2013). Os resultados legitimam a hipótese de déficit de empatia, evidenciada por associações inversas entre os escores do psicopatia e acuidade empática, bem como validam robustas diferenças de grupo entre internos psicopatas e não-psicopatas, independentes de fatores sociodemográficos e intelectuais gerais.

Ainda nesse aspecto, Vasconcellos *et al.* (2014) procuraram analisar a relação entre psicopatia e a habilidade de reconhecer emoções expressas pela face através de revisão sistemática de literatura sobre o tema. Os autores refutam a ideia de que indivíduos psicopáticos são incapazes de reconhecer emoções alheias, visto que a manipulação emocional é uma das características centrais do quadro clínico. Advogam, pois, a favor de déficits em intensidades diferentes no reconhecimento das emoções em psicopatas e sua baixa responsividade e consequente baixa tendência a valorizá-los. Os resultados da revisão indicam que a psicopatia

está relacionada a déficits no reconhecimento de emoções negativas, não restritos às emoções de medo e tristeza, mas também se sugere déficit atencional mais amplo que implicaria em prejuízo no processamento emocional (VASCONCELLOS *et al.*, 2014).

Reconhecendo-se a diversidade de fatores que intervém no desenvolvimento da psicopatia e observando-se a relação entre aspectos ambientais e relacionais, Borja e Solís (2009) investigam a vinculação entre vivências de eventos traumáticos em idades precoces e sua influência no desenvolvimento e intensidade de traços psicopáticos em adultos. O estudo organizou-se mediante aplicação de entrevistas e do Inventário de Eventos Traumáticos em uma amostra de 194 internos de uma prisão masculina para conhecer a frequência e diversidade de eventos traumáticos sofridos antes dos 18 anos de idade. Os resultados indicaram que os internos com elevada psicopatia, associada a conduta violenta e externalizante, apresentaram alta incidência de eventos traumáticos, especificamente de eventos estressantes, de abuso emocional e abuso sexual em comparação ao grupo com baixa psicopatia (BORJA; SOLÍS, 2009).

Mesmo atentando-se à influência neurobiológica no trato do tema, diversos autores também pontuam a relevância de fatores sociais e ambientais como aspectos que modelam a emergência e manutenção do quadro (FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009; GURLEY, 2009). Partindo da natureza dimensional do construto e advogando em relação a presença de traços psicopáticos latentes em todos os indivíduos, aponta-se que aspectos como fatores sociais, práticas parentais e vulnerabilidades ambientais influenciariam o modo como o problema será expresso e manifesto no comportamento (BORJA; SOLÍS, 2009; SEIXAS, 2014; SIMÓN *et al.*, 2015). Borja e Solís (2009), a partir de uma análise de regressão em seu estudo, revelaram que o abuso emocional foi o aspecto com maior contribuição na pontuação total de psicopatia, sugerindo que a disfuncionalidade em vínculos afetivos e emocionais em idades críticas oportunizou uma incapacidade em estabelecer laços de empatia e culpa na vida adulta, característico de psicopatas violentos.

Por fim, ainda no eixo *Psicopatia e Transtornos de Personalidade*, discute-se a relação entre habilidades empreendedoras, sucesso profissional e traços de psicopatia. Akhtar, Ahmetoglu e Premuzic (2013) investigaram, junto a 435 trabalhadores, a ligação entre traços de psicopatia e uma medida de tendências e habilidades empreendedoras, através do qual os participantes responderam ao Inventário de Psicopatia Subclínica e a Medida de Personalidade Empreendedora. Como resultados, obteve-se que as diferenças individuais nas habilidades empreendedoras foram relacionadas positivamente à Psicopatia primária, mas não relacionadas à psicopatia secundária. Nesse sentido, a tipologia secundária não predisse atividade

empreendedora, já a primária previu moderadamente tais atividades (AKHTAR; AHMETOGLU; PREMUZIC, 2013).

Essa conclusão se alinha com a hipótese de que indivíduos mais empreendedores também são mais insensíveis e destemidos, atributos que são indubitavelmente necessários a exploração de oportunidades e busca por inovações (BABIAK; HARE, 2006). Contudo, Akhtar, Ahmetoglu e Premuzic (2013) apontam que, apesar da psicopatia primária prever algumas atividades empreendedoras, ela demonstrou, de modo contundente, estar negativamente relacionada ao empreendedorismo quando de cunho social ou coletivo, que traz melhorias à comunidade. Tal perspectiva faz sentido visto que a psicopatia é caracterizada, dentre outros aspectos, pela insensibilidade, baixa empatia, falta de compromisso e superficialidade nas relações, sendo tais facetas prejudiciais ao esforço duradouro exigido para criar valor e mudança social (BABIAK; HARE, 2006).

Ainda no contexto psicopatológico, o Transtorno de Conduta (TC) e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) são dois outros quadros que fazem menção ao comportamento antissocial em suas descrições nosológicas, sendo por vezes associados diretamente ou indiretamente com a ocorrência ou risco de emergência de condutas delitivas. Nesse sentido, o eixo três da aproximação clínico-psiquiátrica, *Transtorno de Conduta e Transtorno de Estresse Pós-Traumático*, apresenta tais quadros e discute os resultados de pesquisas nesse contexto envolvendo o fenômeno antissocial.

Por TC pode-se compreender um quadro caracterizado por padrões consistentes de conduta antissocial e agressiva, comportando violações das expectativas sociais relativas à idade da criança, vinculadas à tirania, crueldade, destruição de bens, mentira frequente, roubo e conduta incendiária, surgindo, habitualmente, na infância ou adolescência (APA, 2014; OMS, 2008). Normalmente, associa-se o TC como preditor de TPAS na vida adulta (FERNÁNDEZ, 2010).

Já o TEPT envolve um quadro ansioso caracterizado como uma resposta atrasada a um dado evento estressante, de cunho ameaçador ou desastroso, que promoveria perturbações contundentes na maioria dos indivíduos, caracteristicamente situações de guerra, sequestro, abuso físico/sexual e desastres (OMS, 2008). Os sintomas clássicos do TEPT envolvem lembranças invasivas, embotamento emocional, insensibilidade ao ambiente, hipervigilância, dissociação e alteração marcante na reatividade emocional (APA, 2014).

Aponta-se que o TC é um dos transtornos que mais severamente afetam a saúde mental de crianças e jovens, sendo relativamente frequente, segundo as pesquisas na área sobre sua prevalência, dado que de 5% a 10% desta população atende a seus critérios diagnósticos

(MOFFITT; SCOTT, 2008). Segundo a OMS (2008), pode-se considerar o TC uma categoria maior, a qual abarca, inclusive, o Transtorno Desafiador e de Oposição, considerado uma variação mais branda do TC, não acompanhado de condutas agressivas ou delitivas graves. Os estudos apontam, ainda, que o comportamento antissocial precoce é um identificador relevante para a continuidade de tais ações no desenvolvimento posterior, sendo a adolescência uma etapa na qual, nesses indivíduos, há um incremento relevante da antissocialidade, constituindo-se, por vezes, em condutas delitivas e criminosas (BAILEY, 2009).

Cova *et al.* (2011), buscaram analisar os fatores relacionados ao transtorno de conduta em adolescentes a partir de uma amostra de 200 jovens do sexo masculino (100 internados em centros de proteção e 100 estudantes do ensino médio). Os resultados indicaram que, do conjunto de variáveis analisadas, três mostraram associação significativa com transtorno de conduta nos adolescentes: quociente de inteligência verbal, início da vida sexual e abuso psicológico parental.

O QI verbal apresentou uma forte relação com o TC no estudo, associando-se, ainda, ao fato de que os níveis de escolaridade dos jovens com TC estão muito abaixo do esperado para sua idade, postulando-se que a interação entre déficits cognitivos e dificuldades na escolarização poderiam explicar tal fato. O início precoce da vida sexual também foi observado no grupo com TC, sugerindo uma sexualidade caracteristicamente desregulada e instável. Em relação ao abuso psicológico parental, o estudo indicou que ambientes familiares hostis e marcados pela rejeição e violência são variáveis importantes na explicação de problemas de conduta (COVA *et al.*, 2011).

Fontaine *et al.* (2011), por meio de uma amostra de 9.578 crianças acompanhadas longitudinalmente, buscou descrever as trajetórias de desenvolvimento conjunto de traços insensíveis-não emocionais e problemas de conduta durante a infância. Tais traços refletem déficits na empatia e no processamento afetivo, ausência de remorso ou culpa e baixa preocupação com as consequências negativas de suas ações (APA, 2014). Essas características sinalizam um subgrupo de crianças com problemas de conduta mais severos e com elevado risco de psicopatologia adulta. Os resultados da pesquisa indicaram que crianças com altos níveis de traços insensíveis-não emocionais associados à altos níveis de problemas de conduta apresentaram os resultados mais negativos (hiperatividade, problemas com pares, dificuldades emocionais) (FONTAINE *et al.*, 2011).

Nessa mesma perspectiva, Romero, Romero y Luengo (2011) investigaram a manifestação precoce de traços psicopáticos em uma amostra de 192 crianças entre 6 e 11 anos a partir de uma perspectiva transversal e longitudinal. O trabalho buscou analisar a se seria

possível delimitar um subgrupo de crianças com problemas de conduta de início precoce que difeririam dos demais em relação a severidade de seus atos e trajetória evolutiva. Essa diferenciação se deu mediante a presença e traços afetivos, relacionais e comportamentais semelhantes aos que definem a psicopatia em adultos. Constatou-se que crianças que manifestaram precocemente traços psicopáticos, sobretudo do tipo afetivo interpessoal, apresentaram mais frequência e gravidade de problemas de conduta. Sugere-se, portanto que os traços de personalidade psicopáticos em idades precoces são indicadores distintivos de severidade e persistência de problemas de conduta (ROMERO; ROMERO; LUENGO, 2011).

Em relação ao TEPT, Jakupcak *et al.* (2008) organizaram uma revisão retrospectiva com 117 veteranos das guerras do Iraque e Afeganistão, os quais foram agrupados por nível de sintomatologia pós-traumática (TEPT) e comparados com medidas de autorrelato de raiva, hostilidade e agressão. Os resultados sinalizaram que veteranos com triagem positiva para TEPT relataram raiva e hostilidade significativamente maiores do que aqueles nos grupos com baixo limiar de sintomas de TEPT e com ausência de TEPT (JAKUPCAK *et al.*, 2008).

Aponta-se a raiva, comportamento de fúria e excesso de agressividade, como um dos problemas psicológicos mais frequentes em egressos de guerra com TEPT, funcionando como gatilho para crises (HUSS, 2011). Veteranos da guerra do Vietnã com TEPT e seus familiares identificaram a raiva como um problema social e emocional que impactou bastante suas atividades cotidianas, provocando deterioração do suporte social, prejuízo no contexto familiar/laboral e dificuldades legais, associando-se, ainda, a elevação na ocorrência de comportamento violento (BIDDLE *et al.*, 2002). Níveis mais elevados de raiva predizem a gravidade do TEPT e o pior resultado de adesão ao tratamento (JAKUPCAK *et al.*, 2008).

Nesse caminho, Marshall *et al.* (2010) examinam o impacto das características de personalidade antissocial na eficácia do tratamento cognitivo-comportamental em grupo de controle da raiva entre 86 veteranos com TEPT através de modelagem multinível. Os resultados indicaram que as características de personalidade antissocial foram associadas a menores reduções na raiva, maiores expressões de raiva e maior uso de agressão física durante o tratamento. O tratamento de controle da raiva organizado em 12 sessões junto a essa amostra de veteranos com TEPT, apresentou, conforme relatos de seus participantes, reduções de grau pequeno à médio no estado de raiva e sua expressão (conduta agressiva/violenta). Sugere-se que as diminuições observadas na raiva e na agressão sirvam para preservar os suportes sociais, os quais podem fornecer benefícios terapêuticos adicionais ao longo do tempo (MARSHALL *et al.*, 2010).

Por fim, o quarto e último eixo da aproximação clínico-psiquiátrico, denominado

Pacientes Psiquiátricos Forenses, faz menção a relação entre esse perfil de indivíduos e o construto comportamento antissocial. Tradicionalmente, as clássicas nosologias psiquiátricas associam a ideia de conduta violenta e perigosa à pacientes psiquiátricos graves, em especial àquelas que cometeram atos delitivos e transgressores, os quais são vistos como, além de criminosos, sujeitos fora do padrão de funcionamento mental normal (DINIZ, 2013).

No paralelo historicamente construído do campo da Saúde Mental com o Sistema Jurídico-Prisional, surge a figura duplamente estigmatizada do “louco infrator”, oriundo das relações de tencionamento estabelecidas entre a dimensão do crime/delito e os transtornos mentais, notadamente marcadas pela complexidade relacional e pela interface de searas: Psiquiatria, Psicologia, Direito e Criminologia (DINIZ, 2013). Os inimputáveis perante a lei em virtude de transtorno mental que, por ventura, venham a cometer algum ato infracional são submetidos, após perícia psiquiátrica-criminal, a medida de segurança de caráter detentivo (Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – ECTPs) ou restritiva (atendimento ambulatorial) (ARGOLO; GARBAYO, 2008).

Os ECTPS surgem como espaços de acolhimento, custódia e tratamento do dito “louco infrator”, ao qual, em virtude do ato infracional cometido, é delegada medida de segurança (VENTURINI; DOMENICO; LORENZO, 2012). O surgimento de tais espaços remonta ao início dos anos de 1920, porém após quase um século de existência desta lógica institucional de custódia aos inimputáveis no Brasil, o perfil desta população de internos é pouco conhecido e pesquisado (DINIZ, 2013).

Telles, Folino e Taborda (2011), a partir de estudo de coorte com 68 pacientes homens dentro da população de internos de um HCTP durante o período de um ano, avaliaram diariamente episódios de conduta violenta e antissocial dessa amostra a partir da Escala de Agressividade Declarada de Yudofsky e do Questionário de Seguimento de Tengström. Em relação aos resultados, obteve-se o registro de 200 episódios de comportamento violento envolvendo 50 pacientes, sendo tais condutas predominantes durante os horários diurnos. As intervenções de contenção mais utilizadas pela equipe do HCTP foram o manejo verbal, o isolamento do paciente e a aplicação de medicação intramuscular. Constatou-se, ainda, que os portadores de transtorno de personalidade apresentaram maior prevalência de eventos violentos quando comparados aos demais diagnósticos (TELLES; FOLINO; TABORDA, 2011)

De modo análogo, Hildebrand, Ruiters e Nijman (2006) investigaram a relação entre a psicopatia, conforme versão holandesa do PCL-R, e os comportamentos disruptivos ocorridos durante tratamento psiquiátrico forense em 92 pacientes do sexo masculino. Detectou-se que, nessa amostra, o nível de psicopatia foi demonstrado estar associado à presença de uma ampla

gama de comportamentos disfuncionais e violentos, em especial naqueles indivíduos com alta psicopatia, nos quais se observou agressão verbal (ofensa e ameaça verbal) e a violação das regras hospitalares como as variantes mais características. O fator 2 do PCL-R (desviância social) apresentou-se como a variável mais efetiva na predição do número de incidentes, mesmo controlando o efeito de outros aspectos como idade, comorbidades psiquiátricas e histórico de condenações anteriores (HILDEBRAND, RUITER E NIJMAN, 2006).

Ogloff *et al.* (2015) investigaram a prevalência de transtornos mentais simultâneos (comorbidades) em uma amostra de 130 agressores do sexo masculino que tiveram contato com o serviço de saúde mental forense. Segundo os autores, a literatura na área sugere que a coocorrência entre transtorno mental e uso de drogas é bastante frequente em amostras criminosas, sendo prevalente em 84% da população prisional e em 74% da população em hospitais psiquiátricos. Os resultados do estudo apontaram que os participantes com transtornos mentais simultâneos, bem como aqueles que tiveram diagnóstico adicional de TPAS, foram responsáveis por ofensas mais sérias do que aqueles com apenas um transtorno (OGLOFF *et al.*, 2015).

Ainda nessa abordagem, Casarotti (2010) investiga o tema mediante revisão de literatura acerca dos atos violentos apresentados por pacientes psiquiátricos. Aponta-se que as referências na área sugerem dois aspectos aparentemente contraditórios. Por um lado, os pacientes com transtorno mental são, proporcionalmente, mais agressivos e violentos que a média da população mentalmente normal. Por outra perspectiva, quase todas as condutas agressivas e delitivas registradas, em especial as mais brutais, são proferidas mediante decisão de pessoas mentalmente normais, já que a agressividade instrumental associada ao transtorno mental se apresenta de forma menos intensa e dado o baixo percentual desses pacientes na população geral (CASAROTTI, 2010).

O estudo indica uma perspectiva contrária à representação social que tradicionalmente vincula o paciente psiquiátrico à conduta violenta, sugerindo que a violência real não é proveniente dos indivíduos enfermos, mas sim dos mentalmente normais que conscientemente decidem por agredir o outro. Com efeito, tal proposição indica que a abordagem da violência e sua prevenção implica em reconhecê-la como um fenômeno social e não uma problemática clínica (CASAROTTI, 2010).

6.2 Aproximação Sociológica

Segundo Romero, Sobral e Luengo (1999), a partir de uma perspectiva sociológica no trato do tema, o comportamento antissocial ou delitivo seria compreendido como parte integrante de uma categoria maior denominada de desviância social. Nessa abordagem, o conceito de desvio é conferido aqueles comportamentos, ideias ou atributos pessoais que, de alguma maneira, que seja por excesso, falta, conotação ética ou moral, violariam uma dada norma social (FERNÁNDEZ, 2010; HINGGINS; BUTTLER, 1982).

Por sua vez, o conceito de norma, central na abordagem sociológica do construto antissocial, implicaria dois campos semânticos complementares e inter-relacionados: o enfoque descritivo e o prescritivo (FERNÁNDEZ, 2010). O primeiro seria traduzido a partir de um ponto de vista estatístico, referindo-se aqueles atributos frequentes, usuais e majoritários, típicos de um determinado sistema social. Por esse enfoque, o desviante consistiria em fenômeno raro e atípico, distinto do que medianamente é comum. O segundo enfoque implicaria um trato avaliativo da normalidade, no qual o normal se vincularia ao conceito de aceitável, apropriado e bom, contendo em si atributos sociais desejáveis. Em contrapartida, o desviante seria aquele que apresentaria conotações reprováveis, inaceitáveis, negativas e indesejadas (HINGGINS; BUTTLER, 1982; SANTOS, 2008).

O desviante, portanto, implicaria naquele atributo que, além de infrequente e atípico, também se apresentasse como moralmente reprovável e indesejado. Contudo, ressalta-se que o conceito de norma, e sua consequente definição de normalidade, está imbuído de amplo grau de relativismo cultural, sobretudo dado seu enfoque prescritivo. Nesse sentido, chega-se ao raciocínio de que a desviância não é uma propriedade intrínseca ao comportamento, como um traço definidor inerente, mas sim uma referência interpretativa frente a um dado contexto sociocultural normativo (HECKERT; HECKERT, 2002). No enfoque sociológico, o comportamento antissocial seria visto como um desvio de conduta ou um comportamento desviante (nomeado por delitivo quando incorre em crime) localizável e contextualizado junto a um dado entorno sociocultural e normativo sujeito a ampla variação e relatividade.

Ainda nessa vertente, segundo Romero, Sobral e Luengo (1999), considerando a dimensão do relativismo cultural, três aspectos são necessários na compreensão da desviância: a audiência, a situação e o autor. Por *audiência*, entende-se o grupo de referência que julgará o comportamento a partir de seus princípios normativos e de regulação interna, podendo uma mesma conduta ser aceitável ou repreensível a partir do coletivo que a avalia. Por *situação*,

entende-se a conjuntura ambiental e relacional de emergência do comportamento, que pode validá-lo ou não a depender das variáveis do contexto. E por *autor*, entende-se as características do sujeito que protagoniza o ato (papel social, respeitabilidade, prestígio etc.), as quais influenciam na avaliação de severidade ou brandura da conduta (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Baseando-se nessa perspectiva, as pesquisas sobre o tema nesse campo, comumente, discutem a relação do comportamento desviante com os fatores de risco e proteção, compreendidos em uma abordagem probabilística, discutindo o aumento ou diminuição na chance de ocorrência do ato desviante em um dado contexto e a partir de algumas variáveis sociais. Com frequência, apresentam-se *fatores macrossociais*, como aspectos econômicos, políticos, sociodemográficos e meios de comunicação, e *fatores microssociais*, tais como família, escola, trabalho e comunidade, na explicação da emergência e manutenção de comportamentos desviantes (FERNÁNDEZ, 2010).

Dentre as teorizações que tratam do elemento desviante na perspectiva sociológica, ou seja, que explicam o fenômeno, majoritariamente, a partir da apresentação das influências e mediações dos aspectos microssociais e macrossociais, pode-se citar: a *Teoria da Anomia* de Merton, que sugere que a tensão entre metas culturais e oportunidades estruturais implicaria em condutas antissociais; a *Teoria do Controle e Vínculo Social* de Hirschi, que aponta o vínculo à sociedade convencional como fator protetivo para inclinação ao delito; a *Teoria da Associação Diferencial* de Sutherland, que indica o crime como um comportamento socialmente aprendido junto a grupos desviantes; o *Modelo do Desenvolvimento Social* de Catalano e Hawkins e o *Modelo Integrador* de Elliott, ambas incorporam as tradições teóricas da anomia, controle social, aprendizagem social e associação diferencial na explicação do comportamento desviante (ESTEVES, 2014; FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008).

O quadro analítico abaixo apresenta um resumo dos dados dos 28 artigos selecionados na revisão integrativa junto à aproximação sociológica. Com intuito de tornar a análise mais organizada, os manuscritos encontram-se dispostos por eixos conceituais a partir das discussões e teorizações apresentadas, as quais serão detalhadas e analisadas em seguida. Foram atribuídos dois eixos, a saber: *Perspectivas Macrossociais* (08 artigos) e *Perspectivas Microssociais* (20 artigos).

Do total de 28 artigos selecionados para essa aproximação, no que se refere as bases de dados, 06 artigos são indexados na *APA – PsycArticles*, 05 na *Lilacs* e 17 na *Redalyc*. Em relação ao idioma, 12 são em inglês, 10 em espanhol e 06 em português. No que tange à metodologia, 05 são estudos de natureza documental/revisional/teórico e 23 são estudos de

campo/empíricos/experimental. Quanto aos participantes, 13 artigos incluem amostras de crianças e/ou adolescentes, 02 de adultos, 02 de adolescentes infratores e 06 com amostras mistas (adolescentes/adultos jovens ou infratores/não infratores).

Quadro 2 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação sociológica

Eixo Conceitual	Base de Dados	Título do artigo	Referência (autor/ano)	Método/ Amostra	Resultados e Discussões
<i>Perspectivas Macrossociais</i>	APA PsycArticles	Personal Culture And Conduct Of Value	Valsiner (2007)	Estudo teórico realizado mediante a revisão bibliográfica acerca da socialização e do valor semiótico da díade coletivo-cultural na organização dinâmica da conduta antissocial e a prossocial.	Quando se transcende a dicotomia conceitual entre os fenômenos prossocial e antissocial, torna-se possível perceber que sob algumas condições de construção de valor semiótico, a aplicação dos rótulos prossocial e antissocial podem se tornar flexíveis em um contexto coletivo-cultural.
	Lilacs	Childhood and Adolescent Television Viewing and Antisocial Behavior in Early Adulthood	Robertson, McAnally e Hancox (2013)	Estudo de coorte com 1037 indivíduos nascidos entre 1972-1973, em acompanhamento regular até a idade de 26 anos, com o objetivo de investigar se a excessiva exposição à televisão durante a infância e adolescência está associada ao aumento do comportamento antissocial na idade adulta.	Os jovens adultos que passaram mais tempo assistindo televisão durante a infância e a adolescência tinham uma probabilidade maior de ter uma condenação criminal, um diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial e traços mais agressivos em comparação com aqueles que assistiam menos à televisão.
	Lilacs	Televisión Y Violencia	Ramírez (2007)	Estudo teórico organizado como revisão de literatura acerca da relação entre meios de comunicação, especialmente a televisão, e a emergência de comportamentos violentos.	A maioria das investigações observam uma correlação positiva entre a exposição usual à violência na mídia e a atuação agressiva nos sujeitos expostos, embora essas correlações não necessariamente possam ser explicadas em termos causais.
	Redalyc	Comportamiento Antisocial en Menores: Riesgo Social y Trayectoria Natural de Desarrollo	Arce <i>et al.</i> (2010)	Estudo de seguimento com 117 menores de idade que examinou os efeitos do risco social e da trajetória de evolução natural (da pré-adolescência até a adolescência) na competência social e comportamento antissocial e delitivo desses adolescentes. A metodologia de investigação foi do tipo quase-experimental.	Menores de idade que são educados em condições de alto risco social adquirem menos competência social e mais comportamento antissocial e criminoso. A trajetória natural apresenta efeitos irregulares na competência social, juntamente com um aumento na taxa de comportamento antissocial.

<i>Perspectivas Macrossociais</i>	Redalyc	Culture, Youth and Delinquency in The State of Mexico	Cisneros (2007)	Estudo documental e de perspectiva sociológica construído a partir de informações de 22 Centros de Prevenção e Readaptação Social do Estado de México, cujo objetivo foi analisar dados para a construção de um perfil de jovens presos nesses centros e refletir sobre as características sociais desse público.	Aponta-se a necessidade de construir um discurso que tem como princípio prevenir a criminalização da pobreza e apagar o imaginário que faz com que jovens adultos em extrema pobreza sejam vistos como delinquentes em potencial e que merecem estar em cativeiro.
	Redalyc	Efectos de la Anomia, Alienación y Confianza en la Conducta Antisocial en Jóvenes Fuera del Sistema Escolar y Laboral	Noriega, Hernández e Zaragoza (2014)	Estudo empírico junto a 100 jovens entre 14 e 18 anos que não trabalhavam nem estudavam, oportunizado mediante aplicação de escalas que analisavam a anomia, a alienação, condutas antissociais e confiança nas instituições.	Os resultados indicam que a anomia psicológica e social, a alienação e a confiança nas instituições permitem explicar 28% da variabilidade na manifestação de comportamentos antissociais e criminais.
	Redalyc	Justificación de la Violencia Durante la Adolescencia: Diferencias en Función de Variables Sociodemográficas	Garaigordobil, Aliri e Valderrey (2013)	A partir de um delineamento descritivo, comparativo e correlacional, aplicou-se Questionário de Atitudes frente à Diversidade e Violência em uma amostra de 1.423 adolescentes entre 11 e 17 anos, com objetivo de analisar se há diferenças em termos de variáveis sociodemográficas em atitudes de justificação da violência.	Os resultados mostraram que: <i>a.</i> os meninos justificaram a violência de maneira mais significativa que as meninas; <i>b.</i> em ambos os sexos, a justificação da violência diminuiu com a idade; <i>c.</i> os adolescentes que menos justificaram o uso da violência pertenciam ao alto nível socioeconômico-cultural; e <i>d.</i> os adolescentes que frequentam escolas públicas justificam mais violência do que os de escolas privadas.
	Redalyc	Relación Entre Anomia Social, Alienación y Conducta Antisocial en Jóvenes Infractores Mexicanos	Noriega <i>et al.</i> (2012)	Estudo empírico oportunizado por meio da aplicação de cinco instrumentos e questionário sociodemográfico a 126 adolescentes masculinos infratores de um instituto de tratamento e aplicação de medidas para jovens.	Os resultados mostram que a alienação e a anomia social são significativas e, em interação, explicam 23% de variância da conduta delitiva e antissocial dos menores infratores. Além disso, ambas variáveis distinguem grupos em delinquentes e infratores.
<i>Perspectivas Microsociais</i>	APA PsycArticles	Children's Antisocial Behavior, Mental Health, Drug Use, and Educational Performance After Parental Incarceration: A Systematic Review and Meta-Analysis	Murray, Farrington e Sekol (2012)	Revisão sistemática realizada para sintetizar evidências sobre associações entre o encarceramento parental e o posterior comportamento antissocial de crianças, problemas de saúde mental, uso de drogas e desempenho educacional. Os resultados de 40 estudos foram agrupados em uma meta-análise.	Os estudos mostraram que o encarceramento parental está associado a um maior risco de comportamento antissocial infantil, mas não a problemas de saúde mental, uso de drogas ou baixo desempenho educacional.

<i>Perspectivas Microsociais</i>	APA PsycArticles	Ecology Matters: Neighborhood Differences in the Protective Role of Self- Control and Social Support for Adolescent Antisocial Behavior	Anderson <i>et al.</i> (2015)	Analisando os fatores de proteção que atenuam o comportamento antissocial, o estudo baseou-se na análise de dados do Projeto de Desenvolvimento Humano em Bairros de Chicago (PHDCN) que é um estudo interdisciplinar e multinível focado em crianças e adolescentes e suas famílias, escolas e bairros.	Os adolescentes dos bairros mais favorecidos, seguros e solidários não pareciam experimentar benefícios adicionais do autocontrole ou do apoio social, enquanto os adolescentes de outros mais vulneráveis e perigosos o faziam.
	APA PsycArticles	Offenders in Emerging Adulthood: School Maladjustment, Childhood Adversities, and Prediction of Aggressive Antisocial Behaviors	Wallinius <i>et al.</i> (2016)	Descreve os preditores precoces de comportamentos antissociais em um coorte nacional representativo de criminosos suecos do sexo masculino, violentos, na idade adulta emergente (faixa etária de 18 a 25 anos; N = 270). Os preditores são testados em modelos interativos bivariados e multivariados.	Os infratores demonstraram múltiplas adversidades de início precoce e comportamentos disruptivos, de acordo com os fatores de risco para a criminalidade subsequente, bem como resultados desfavoráveis em vários domínios e competências da vida.
	APA PsycArticles	Peer Group Deviancy in Organized Activities and Youths' Problem Behaviours	Denault e Poulin (2012)	Examina-se se a percepção dos jovens acerca do nível de desvio em seu grupo de atividades previu um aumento em seus próprios comportamentos antissociais. Os participantes foram 185 adolescentes (média de idade = 14,34) que passaram por entrevistas via telefone e questionários	Os resultados revelaram que desvios no grupo de pares previram aumentos no comportamento antissociais dos jovens após o controle de covariáveis. Além disso, esta associação foi moderada pela composição etária do grupo de pares.
	APA PsycArticles	Relations Between Neighborhood Factors, Parenting Behaviors, Peer Deviance, and Delinquency Among Serious Juvenile Offenders	Chung e Steinberg (2006)	O estudo examinou as relações entre as características estruturais e sociais da vizinhança, práticas parentais, afiliações de grupos de pares e a delinquência em uma amostra de meninos de 14 a 18 anos de idade (N = 488) composta de jovens economicamente desfavorecidos e de minorias étnicas de comunidades urbanas.	Os resultados indicaram que uma fraca organização social de vizinhança estava indiretamente relacionada à delinquência por meio de suas associações com comportamento parental e desvio de pares. Afirma que um foco em apenas um desses microssistemas pode levar a modelos simplificados de risco para crimes juvenis.
	Lilacs	Condutas Antissociais e Delitivas e Habilidades Sociais em Contexto Forense	Sintra, Lopes e Formiga (2011)	Pesquisa de natureza transversal com objetivo de estudar a relação entre o consumo de drogas ilícitas e as condutas antissociais e delitivas em toxicodependentes. A amostra foi constituída por 124 sujeitos de ambos os sexos, com uma média de idades de 31,4 anos.	Os resultados demonstraram que os toxicodependentes apresentam índices mais elevados de condutas antissociais, bem como de condutas delitivas, comparativamente ao grupo controle. Verificou-se também a existência de diferenças no nível das habilidades sociais entre os grupos.

<i>Perspectivas Microsociais</i>	Lilacs	Pares Socionormativos e Condutas Desviantes: Testagem De Um Modelo Teórico	Formiga (2010)	Estudo empírico com objetivo de avaliar, a partir da modelagem de equação estrutural, a influência dos pares socionormativos nas condutas desviantes. A amostra é constituída por 820 jovens, com idades entre 14 e 19 anos, do sexo masculino (48%) e feminino (52%), alunos de escolas públicas e particulares.	Os pares socionormativos explicam satisfatoriamente as condutas antissociais e delitivas, comprovando a influência que tem a família e a escola como fatores de inibição das condutas permeadoras da delinquência
	Lilacs	Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes	Nardi, Hauck Filho e Dell'Aglio (2016)	O estudo investigou preditores do comportamento antissocial em 142 adolescentes em medida socioeducativa de internação (G1) e em 691 estudantes de escolas públicas (G2), que responderam a um questionário	Foram observadas diferenças significativas entre os grupos quanto ao comportamento antissocial, violência intra e extrafamiliar, uso de drogas e eventos estressores, com médias mais altas em G1.
	Redalyc	A Estruturação de Atividades Criminosas Um estudo de caso	Beato e Zilli (2012)	Pesquisa etnográfica associada a análise bibliográfica com objetivo de esboçar um modelo dinâmico de estruturação de atividades criminosas. Realizou-se uma série de entrevistas em profundidade junto a 40 adolescentes e jovens com forte trajetória de envolvimento com grupos criminosos.	O comportamento de afiliação a gangues é influenciado por contextos comunitários com baixa capacidade de regulação e controle social, tornando-os territórios potencialmente vulneráveis à atividades criminosas. Aspectos sociais como famílias desestruturadas, gravidez precoce, baixa escolaridade, alcoolismo e drogadição são aspectos de risco para adesão a gangues.
	Redalyc	Ambiente Comunitario y Actitud Hacia la Autoridad: Relaciones con la Calidad de Las Relaciones Familiares y con la Agresión Hacia los Iguales en Adolescentes	Jiménez, Estévez e Murgui (2014)	Examinou-se as associações entre a qualidade das relações familiares, a percepção do ambiente comunitário e a atitude dos adolescentes em relação à autoridade e normas sociais, na previsão do bem-estar subjetivo e do comportamento agressivo. Utilizou-se uma amostra de 554 adolescentes de ambos os sexos com idade entre 12 e 16 anos	As relações familiares funcionais estão relacionadas a uma percepção positiva do ambiente comunitário e a atitudes positivas em relação à autoridade e normas sociais. Esses fatores atuam como uma proteção contra o envolvimento em comportamentos agressivos em relação aos pares no contexto escolar e favorecem o bem-estar subjetivo.
	Redalyc	Assessing the Links Among Adolescent and Youth Offending, Antisocial Behaviour, Victimization, Drug Use and Gender	Estévez e Emler (2011)	Estudo <i>ex post facto</i> centrado em três fatores de risco para o crime juvenil: envolvimento em comportamento antissocial, ter sido vítima de crime pessoal e uso de drogas. Como amostra, selecionou-se 4.980 participantes com idade entre 10 a 25 anos.	Os resultados mostraram diferenças significativas nos padrões de interações em relação as variáveis incluídas no estudo entre homens e mulheres, bem como entre o início e o final da adolescência.

<i>Perspectivas Microsociais</i>	Redalyc	Contexto Familiar Y Conducta Antisocial Infantil	Antolín, Oliva e Freijo (2009)	O estudo examinou a relação entre diferentes variáveis familiares e o aparecimento de comportamentos antissociais infantis. A amostra foi formada por 76 famílias com crianças de 6 a 10 anos de idade de cinco tipos diferentes de estruturas familiares.	Os resultados mostraram que o comportamento antissocial infantil estava associado a altos níveis de conflito conjugal, estresse familiar, práticas educacionais inadequadas e ampla rede familiar de conflito.
	Redalyc	Factores De Riesgo y de Protección en el Consumo de Drogas y la Conducta Antisocial en Adolescentes y Jóvenes Españoles	Larrosa e Palomo (2012)	Estudo empírico com amostra de 2440 adolescentes e adultos jovens de diferentes localidades da costa da Espanha. Utilizou-se o instrumento <i>Communities that Care Youth Survey</i> , que identifica o uso de drogas, comportamento antissocial e seus fatores de risco e proteção.	Os fatores de risco que são preditores comuns do comportamento antissocial e uso de substâncias são o fracasso escolar, o envolvimento em gangues e as atitudes favoráveis à antissocialidade. Os fatores de proteção comuns são habilidades sociais e crença na ordem moral.
	Redalyc	Factores Psicosociales de Riesgo Asociados a Conductas Problemáticas en Jóvenes Infractores y no Infractores	Sanabria e Rodríguez (2010)	Pesquisa do tipo <i>ex post facto</i> sobre os fatores de risco associados a conduta problemática em jovens. Foi aplicado uma bateria de escalas a 179 adolescentes, sendo que 40,2% deles encontram-se reclusos em instituições para infratores e 59,8% são e alunos de uma escola pública (não infratores)	Adolescentes que se encontram reclusos em instituições para infratores apresentam maior frequência de exposição a fatores de risco associados a antissocialidade e delitos (nos níveis de microsistema, exossistema e macrosistema) que os adolescentes não infratores.
	Redalyc	La Familia Y el Maltrato Como Factores de Riesgo de Conducta Antisocial	Valle <i>et al.</i> (2007)	Pesquisa com amostra de 3603 alunos do 7º a 12º ano acadêmico que, mediante aplicação de questionário, buscou analisar a relação entre ter vivido situações de abuso ou ter se desenvolvido em ambientes familiares disfuncionais e a presença de comportamento antissocial	Os principais preditores de comportamento antissocial foram: maior presença de hostilidade e rejeição na família, menor grau de comunicação por parte das crianças, menor nível de apoio às crianças e maior presença de disciplina negativa severa. Dessa forma, concluiu-se que o ambiente familiar e o abuso são fatores associados à presença de comportamento antissocial.
	Redalyc	Medellin youth experiences before, during and after belonging to an illegal armed group, 2005	Holguín e Gutiérrez (2016)	Estudo qualitativo com abordagem histórica hermenêutica realizado para examinar as experiências de participação de jovens em grupos armados ilegais por meio de entrevistas. Como amostra, participaram 50 indivíduos de 14 a 24 anos com baixo nível socioeconômico e delinquentes de Medellín.	Nos relatos dos participantes destacam-se as descrições de obstáculos ao progresso social em suas vidas, as quais são marcadas por estigma, pobreza, violência e desigualdade. Ressalta-se, ainda, as diferenças de opinião entre esses jovens quanto a pertencer a grupos ilegais e as oportunidades e obstáculos daí oriundas.

<p><i>Perspectivas Microsociais</i></p>	Redalyc	Moderating Role of Family and Friends' Factors Between Dissocial Behavior and Consumption in Adolescents	Cerezo, Méndez e Ato (2013)	A partir da análise estatística de dois questionários aplicados junto a uma amostra de 1.239 adolescentes do Ensino Médio, (51% do sexo feminino e 49% masculino, entre 11 e 18 anos) buscou-se examinar a relação entre os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias, atentando para o papel moderador do ambiente familiar e amigos	Os comportamentos dissociais e de consumo são frequentes e estão intimamente relacionados. Os resultados das análises confirmam o papel moderador de fatores de risco familiares (reação indiferente ao uso de drogas e estilos educacionais permissivos), juntamente com a atitude tolerante em relação ao consumo de amigos e a facilidade de acesso às drogas.
	Redalyc	Risco e Proteção no Desenvolvimento de Adolescentes que Vivem em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização	Zappe e Dell'aglio (2016)	O estudo investigou comportamentos de risco e fatores associados em adolescentes de três diferentes contextos. A amostra constituiu-se por 942 adolescentes de ambos os sexos com idades entre 11 e 19 anos.	Adolescentes que viviam com suas famílias adotavam menos comportamentos de risco; os acolhidos institucionalmente vivenciavam mais violência intrafamiliar, apresentavam autoestima mais baixa e tendência suicida; adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa vivenciaram mais eventos estressores e apresentaram mais comportamento antissocial e uso de substâncias.
	Redalyc	Violência Familiar e Comportamento Agressivo e Transgressor na Infância: uma Revisão da Literatura	Pesce (2009)	Estudo de revisão de literatura sobre a violência familiar e problemas de comportamento agressivo e desafiador opositivo na infância, priorizando publicações que utilizaram a <i>Child Behavior Checklist</i> como instrumento de coleta de dados.	O material encontrado mostrou que a violência conjugal predomina nos estudos como o tipo de maus tratos familiar com maior potencial para causar problemas de agressividade e transgressão em crianças.
	Redalyc	The Role of the Neighborhood, Family and Peers Regarding Colombian Adolescents' Social Context and Aggressive Behavior	Caicedo e Jones (2014)	Pesquisa baseada em dados que foram extraídos de um estudo de autorrelato com 1.686 adolescentes colombianos que vivem em 103 bairros de Medellín. Os dados relacionados ao bairro foram extraídos de conjuntos de dados oficiais do governo, bem como de duas pesquisas comunitárias separadas.	Residir em bairros desfavorecidos e vulneráveis socioeconomicamente teve um efeito importante no comportamento agressivo dos adolescentes, principalmente por causa da falta de estratégias parentais eficazes, facilitando assim a filiação com parceiros desviantes.

Na abordagem sociológica do comportamento antissocial, as teorizações e pesquisas acerca do fenômeno tendem a explicá-lo, primordialmente, mediante a presença de fatores de risco e proteção para a desviância, vistos em uma perspectiva probabilística e organizados em duas grandes categorias: os *macrossociais* e os *microssociais* (FERNÁNDEZ, 2010). No que se refere ao eixo um *Perspectivas Macrossociais*, apresenta-se uma série de estruturas sociais, interacionais e coletivas externas ao indivíduo e que, invariavelmente, tendem a influenciá-lo em intensidades e frequências diversas no desenvolvimento e manutenção de condutas desviantes (ROMERO, 2006). Normalmente, as pesquisas conferem o conceito macrossocial aos fatores de ordem cultural, econômica e institucional (normalmente associados ao construto anomia), aos meios de comunicação e aos aspectos sociodemográficos. A seguir, serão discutidos estes fatores.

Comumente, atribui-se o comportamento antissocial ou desviante à déficits de socialização quando comparado com o comportamento prossocial ou normativo, ademais de explicarem o primeiro como implicando, necessariamente, na ausência do segundo. Valsiner (2007) vem propor uma reflexão crítica acerca dessa questão mediante a estudo teórico acerca da socialização e do valor semiótico da díade coletivo-cultural na organização dinâmica da conduta antissocial e a prossocial. Segundo o autor, essa visão dicotômica antissocial *versus* prossocial parece negligenciar a relevância da interação dinâmica entre a organização pessoal-cultural da ação humana por um lado e a avaliação coletivo-cultural por outro na emergência de diferentes formas de comportamento.

Em realidade, é preciso atentar ao fato de que o comportamento humano é construído por pessoas em sua transação entre culturas pessoais e coletivas de uma sociedade, sendo, portanto, impossível de ser classificado *a priori* em categorias antissociais ou prossociais, já que ele se torna classificável apenas como resultado dessa transação (VALSINER, 2007). Mesmo após tal processo, os resultados podem ser, ainda, reclassificados a depender do contexto de emergência de tais comportamentos, por exemplo: uma conduta homicida de um soldado vitorioso em uma situação de guerra pode ser vista como heroísmo (prossocial), ao passo que essa mesma conduta por parte de um soldado inimigo e que perdeu a guerra é classificada, prontamente, pelo rótulo de terrorista ou delito.

Nesse sentido, todo ato de conduta de uma pessoa em qualquer contexto social e cultural é multivalente e, portanto, permite múltiplas conceituações através da mediação semiótica e interpretativa que lhe é conferida (VALSINER, 2007). Desse modo, a natureza antissocial ou prossocial de algum ato é construída, não dada, por um processo pessoal-cultural e mantida através de mecanismos cultural-coletivos através das gerações. Assim, os atos

prossociais podem se transformar semioticamente em antissociais e vice-versa. Ambas as formas de tal transformação podem ser vistas como relevantes para a organização da sociedade (*idem*, 2007).

A partir da perspectiva da anomia, a formulação de normas sociais sistematizadas oportuniza a regulação do indivíduo dentro de um dado contexto e sua convivência harmônica com o coletivo, ademais, dado seu caráter de construção social, as normas refletem a significação de correto/aceitável e do incorreto/inaceitável, estando prevista uma ampla relatividade social e cultural. Assim, quando as normas são percebidas como ineficazes ou mal-intencionadas, oportuniza-se um estado de anomia no qual o indivíduo sente-se impotente e isolado, tendendo a alienação e comportamentos antissociais (LÓPEZ, 2009). Merton (2002) complementa tal questão apontando que a anomia, em uma perspectiva sociológica, surge quando o sujeito enfrenta uma situação em que existe um contraste entre os objetivos e propósitos culturais da sociedade e as vias legítimas para alcançá-las.

O conceito de anomia leva a uma dimensão, inevitavelmente, subjetiva ao manifestar-se no indivíduo como um desajuste comportamental produto das mudanças sociais, resultando na ruptura ou debilidade do sentido de coesão grupal ou vinculação social. Nesse aspecto, fala-se de uma anomia psicológica destacada pela alienação, isolamento e falta de conexão com os demais membros da sociedade, obstaculizando sua ação normativa e convencional (NORIEGA *et al.*, 2012). A anomia psicológica envolveria atitudes, convicções e sentimentos que se vinculam com o contexto social, através dos quais o indivíduo experimenta sentimentos de ambiguidade frente a si mesmo e ao mundo, falta de sentido e ausência de regras claras e estáveis.

Nesse sentido, Noriega, Hernández e Zaragoza (2014) buscaram analisar os efeitos da anomia, alienação e confiança nas instituições nos comportamentos antissociais de 100 jovens entre 14 e 18 anos que não trabalhavam nem estudavam mediante aplicação de escalas que mensuravam tais construtos. Os resultados indicam que a anomia psicológica e social, a alienação e a confiança nas instituições permitem explicar 28% da variabilidade na manifestação de comportamentos antissociais e criminais. Ademais, permitiu-se a organização de três perfis de indivíduos: jovens com percepção de ajuste; jovens alienados; e jovens com descrédito institucional.

O primeiro grupo referia-se aqueles que apresentaram pontuações medianas em anomia social, psicológica e em confiança nas instituições, implicando em jovens que percebiam positivamente as normas e regras sociais, bem como a confiança nas instituições. No segundo grupo, houve pontuação maior na anomia social e psicológica, porém igualmente

maior em confiança nas instituições, resultando em uma situação sugestiva de desamparo, na qual, apesar de solicitarem oportunidades de desenvolvimento junto a estrutura social, encontram negativas e falta de apoio. O terceiro grupo também apresentam pontuações altas em anomia social e psicológica, contudo um escore baixo em confiança nas instituições, implicando em um perfil que não dá credibilidade ou legitima as ações institucionais, demonstrando um alto desajuste as normas sociais e nível elevado de hostilidade frente a regras (NORIEGA; HERNÁNDEZ; ZARAGOZA, 2014).

Em abordagem anterior, porém com perspectiva análoga, Noriega *et al.* (2012) buscaram analisar as relações entre anomia psicológica e social, alienação, confiança nas instituições e conduta antissocial em estudo empírico oportunizado por meio da aplicação de cinco escalas (relativas aos fenômenos acima listados) e questionário sociodemográfico a 126 adolescentes masculinos infratores de um instituto de tratamento e aplicação de medidas para jovens. Os resultados mostram que a alienação e a anomia social são significativas e, em interação, explicam 23% de variância da conduta delitiva e antissocial dos menores infratores, além de que ambas variáveis distinguem grupos em delitivo (alto pontuação) e antissocial (baixa pontuação) (NORIEGA *et al.*, 2012).

O perfil do sujeito infratores com maior pontuação em conduta antissocial e delitiva implica na apresentação de descrédito nas instituições e percepção das metas como individualmente inalcançáveis, minimizando ideais sociais e apresentando desvalorização em seu autoconceito. Vale-se ressaltar que, nesta pesquisa, os autores indicam que a anomia psicológica e a alienação, embora contribuam para o desenho dos perfis, não ajudam a diferenciar os grupos entre si (NORIEGA *et al.*, 2012). A anomia psicológica parecer relacionar-se mais intensamente com percepção de apoio e segurança no microambiente familiar, já os aspectos relativos a confiança nas instituições e a anomia social relacionam-se com o macroambiente, mais externo ao sujeito (sociedade, autoridades e instituições), e servem para explicar e diferenciar a percepção delitiva e antissocial (*idem*, 2012).

No contexto dos aspectos macrosociais atinentes a abordagem sociológica, comumente é abordado o tema dos meios de comunicação de massa como elementos que influenciam na aquisição e manutenção de comportamentos antissociais e delitivos. Reconhecendo a forte influência moderadora do ambiente sobre o comportamento do indivíduo, em um contexto macrosocial, os meios de comunicação, em especial a mídia audiovisual, dada sua atuante função criativa na opinião pública, tendem a influenciar grande parte da maneira como as pessoas pensam, o que elas dizem e fazem (RAMÍREZ, 1984).

Robertson, McAnally e Hancox (2013), em estudo de coorte com 1037 indivíduos nascidos entre 1972-1973, em acompanhamento regular até a idade de 26 anos, teve por objetivo investigar se a excessiva exposição à televisão durante a infância e adolescência está associada ao aumento do comportamento antissocial na idade adulta. Segundo os autores, os jovens adultos que passaram mais tempo assistindo televisão durante a infância e a adolescência tinham uma probabilidade maior de ter uma condenação criminal, um diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial e traços mais agressivos em comparação com aqueles que assistiam menos à televisão.

As associações foram estatisticamente significativas após o controle de: QI sexual, status socioeconômico, comportamento antissocial prévio e controle parental. Dado o fato de que as associações foram semelhantes para ambos os sexos, sugere-se que a relação entre a televisão e o comportamento antissocial é semelhante para os espectadores masculinos e femininos. Em conclusão, aponta-se que a televisão excessiva na infância e adolescência está associada ao aumento do comportamento antissocial no início da idade adulta (ROBERTSON; MCANALLY; HANCOX, 2013).

Ramírez (2007), por meio de revisão de literatura, buscou analisar a relação entre meios de comunicação, especialmente a televisão, e comportamentos violentos. Concluiu que a maioria das investigações no campo em questão observam uma correlação positiva entre a exposição usual à violência na mídia televisiva e a atuação agressiva nos sujeitos expostos, embora essas correlações não necessariamente possam ser explicadas em termos causais.

O autor, contudo, aponta que há certa confusão em termos de causalidade, aponta que alguns defendem que não há causalidade direta e que, em realidade, um terceiro fator seria o responsável pela correlação (e.g. personalidade e cognição). Outros afirmam que a relação causal só foi observada em curto prazo e não sugere manutenção da agressividade. Há, ainda, os que afirmam uma causalidade contrária, apresentando que os indivíduos que preferem ver mais cenas violentas na televisão são justamente os que se comportam com mais agressividade. E, por fim, há aqueles que apontam para uma causalidade bidirecional entre as duas variáveis, ou mesmo aquelas que pensam sobre seu efeito catártico (RAMÍREZ, 2007).

Ramirez (2007) aponta que, em termos de métodos de pesquisa na área, as mais encontradas foram: estudos longitudinais, correlacionais, experimentais em laboratório e de observação de campo. Enquanto modelos explicativos, os mais comumente apontados foram: modelagem e imitação, dessensibilização fisiológica, dessensibilização cognitiva, processamento da informação e o modelo cognitivista-neoassociacionista. Vê-se, portanto, a

miscelânea de delineamentos de métodos e teorias explicativas presentes no campo, dando a área uma complexidade relevante.

Por fim, ainda no eixo *Perspectivas Macrossociais*, faz-se necessário abordar a questão das variáveis sociodemográficas e vulnerabilidades econômicas e sua relação com os comportamentos antissociais e delitivos. Partindo do pressuposto que os comportamentos prossociais e os antissociais são adquiridos e de que a compreensão de seus fatores de risco e proteção deve ser feita forma combinada, a adoção de modelos de vulnerabilidade ou déficit de habilidades para explicar uma combinação desses fatores tornou-se prevalente frente a teorizações baseadas, unicamente, na ação individual dos fatores (MCGUIRE; MASON; O'KANE, 2000).

Nesse sentido, Arce *et al.* (2010), por meio de um método de investigação do tipo quase-experimental, realizaram um estudo de seguimento com 117 menores de idade que examinou os efeitos do risco social e da trajetória de evolução natural (da pré-adolescência até a adolescência) na competência social e comportamento antissocial e delitivo desses adolescentes. Por risco social entende-se um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, violência comunitária, baixo apego ao contexto familiar e associação com pares desviantes. Por trajetória de evolução natural, compreende-se, principalmente, os modelos de desenvolvimento social e moral da criança, assumindo a aquisição de comportamentos antissociais e criminais como uma estagnação no desenvolvimento.

Como resultados, Arce *et al.* (2010) concluíram que os menores de idade que são educados e socializados em condições de alto risco social adquirem menos competência e habilidades sociais, tornando-se mais vulneráveis e resultando em maior grau de comportamento antissocial e criminoso, bem como baixo nível de adaptação social e socialização. Já aqueles provenientes de um ambiente de baixo risco social são dotados de maior competência e habilidades sociais que os protegem do comportamento criminoso. Em relação a trajetória natural, verificou-se que esta apresenta efeitos irregulares na competência social, juntamente com um aumento na taxa de comportamento antissocial. Por um lado, a trajetória da evolução natural implica em uma regressão no uso de estratégias de enfrentamento adaptativo e autoconceito emocional, por outro oportuniza um controle dos fatores inibitórios da socialização positiva e uma potenciação do autoconceito escolar (ARCE *et al.*, 2010).

Nessa perspectiva, Garaigordobil, Aliri e Valderrey (2013), a partir de um delineamento descritivo, comparativo e correlacional, bem como mediante a aplicação do Questionário de Atitudes frente à Diversidade e Violência em uma amostra de 1.423 adolescentes entre 11 e 17 anos, objetivaram de analisar se há diferenças em termos de variáveis

sociodemográficas em atitudes de justificação da violência. Tais atitudes são definidas pelos autores como apoio e incentivo ao uso de violência em situações, tais como: justificativa de agressividade entre iguais como reação ou valentia; crenças sexistas que apoiam a violência doméstica e discriminação de gênero; consideração de que a demonstração de violência é algo positivo e suscita poder; e apologia à violência contra minorias por racismo, xenofobia ou intolerância.

Analisando os resultados obtidos mediante ao cruzamento das informações relativas às variáveis sociodemográficas com os dados dos questionários, chegou-se as conclusões descritas a seguir. A primeira afirma que os meninos justificam a violência (entre iguais, doméstica ou contra minorias) de maneira mais significativa que as meninas, inclusive apresentando menos rejeição a violência. A segunda apresenta que, em ambos os sexos, a justificação da violência contra doméstica ou contra minorias diminuiu com a idade, já a entre iguais não teve alterações. A terceira conclusão diz respeito ao fato de que os adolescentes que menos justificaram o uso da violência entre iguais e doméstica pertenciam ao alto nível socioeconômico-cultural. E, por fim, os adolescentes que frequentam escolas públicas justificam mais violência entre iguais e doméstica do que os de escolas privadas (GARAIGORDOBIL; ALIRI; VALDERREY, 2013).

Em uma abordagem de contraponto, Cisneros (2007) propõem uma reflexão crítica sobre o discurso que vincula o crime às condições socioeconômicas vulneráveis. A partir de estudo documental e de perspectiva sociológica construído com base nas informações de 22 Centros de Prevenção e Readaptação Social, o autor teve o objetivo de analisar os dados para construção de um perfil de jovens presos nesses centros e refletir sobre as características sociais desse público. Cisneros (2007) aponta a necessidade de se construir um discurso que tem como princípio prevenir a criminalização da pobreza e apagar o imaginário que faz com que jovens adultos em vulnerabilidade econômica sejam vistos como delinquentes em potencial e que, portanto, merecem estar em cativeiro.

O problema dos comportamentos delitivos de jovens requer um profundo debate sobre as causas estruturais das tendências criminosas, bem como do efeito que o incremento das ações punitivas pode trazer, sendo necessário a construção de um discurso que rompa com o princípio da criminalização simplista da pobreza como causalidade única do delito e da punição por encarceramento como resolução. É imperativo a análise do contexto em uma perspectiva ampliada que compreenda a vulnerabilidade econômica como um dos elementos, não o único, que somados a outros de ordem psicossocial, em intensidades e frequências diversas, ajuda a

compreender o aumento da probabilidade, não a determinação, de ocorrência de delitos (CARRANZA, 2001; CISNEROS, 2007).

A dificuldade na construção de um perfil dos jovens adultos privados de liberdade deve-se, em grande parte, a um problema de valorização de enunciados baseados em critérios que são orientados pela lógica da exclusão e cujas informações são repletas de qualificações que fomentam estigmatização e geram uma espécie de opinião pública que os torna marginais. Cria-se um imaginário no qual os jovens adultos são diretamente responsáveis pela insegurança da cidade, favorecendo um ambiente de violência institucional que formula estereótipos negativos, justificando medidas legais e ilegais contra esse público (CARRANZA, 2001; CISNEROS, 2007).

A partir dos dados dos Centros de Prevenção e Readaptação Social, Cisneros (2007) afirma que o perfil desses ditos delinquentes é, notadamente, o de um jovem que é marcado pelo caráter marginal em relação aos benefícios sociais, que faz uso de álcool e drogas, que age por ressentimento e não por necessidade, com ações delitivas ocasionais e, normalmente, violentas, já que opera com medo, nervosismo e sob o efeito de drogas. A esses fatores, deve-se acrescentar importantes condicionantes do delito, tais como a crise das instituições socializadoras, especialmente a família e a escola, do mesmo modo que o fácil acesso às drogas e a ausência de confiança nas instituições governamentais e em suas ações (CISNEROS, 2007).

No que se refere ao eixo dois *Perspectivas Microsociais* da aproximação sociológica, faz-se referência a fatores de ordem proximal em relação ao indivíduo e que ajudam a explicar o surgimento e manutenção de comportamentos desviantes, principalmente, os aspectos relativos à família, escola, uso de drogas, institucionalização, bairro e grupo de pares. Tais elementos, frente aos macrosociais, segundo as pesquisas, tendem a ter maior e mais direto poder de influência sobre os indivíduos, resultando em um número elevado de pesquisas e estudos sobre tais aspectos em relação aos demais (FERNÁNDEZ, 2010). A presente revisão integrativa constatou tal fato, dado a maior quantidade de estudos no eixo dois em comparação com o eixo um.

O ambiente familiar, dentre os fatores microsociais, é, notadamente, imbuído de relevância nos estudos sobre comportamento desviante, tendo em vista ser dado a ele a preferência como contexto relacional primário do indivíduo. Ademais, conforme aponta Fantuzzo (1991), disfuncionalidades relacionais nesse âmbito tendem a sugerir amplo poder de influência junto às crianças e adolescentes, os quais, com frequência, apresentam conflitos nesse contexto e em ambientes proximais. A desorganização e desestruturação familiar, a ausência de regras claras e permissividade, apego disfuncional, violência e desamparo são, de maneira

contundente, apontados como aspectos relevantes na compreensão do comportamento desviante (FANTUZZO, 1991).

Nesse sentido, Pesce (2009) investigou a relação entre violência familiar e problemas de comportamento agressivo e desafiador-opositivo na infância mediante a estudo de revisão de literatura, priorizando publicações que utilizaram o *Child Behavior Checklist* como instrumento de coleta de dados. Trata-se de um inventário internacionalmente adotado para medir problemas de comportamento em criança e adolescentes, que apresenta 138 itens, vinte destinados à avaliação da competência social e 118 relativos à avaliação de problemas de comportamento nos últimos seis meses. O estudo parte do pressuposto de que a família é um elemento fundamental na estruturação dos indivíduos, sendo a agressividade e transgressão de crianças e adolescentes possíveis traços resultantes de exposição a conflitos e práticas familiares disfuncionais (PESCE, 2009).

O estudo encontrou vários tipos de violência familiar associadas a problemas de agressividade e transgressão em crianças, tais como: maus tratos físicos e psicológicos na infância, abuso sexual, educação coercitiva e punitiva, violência verbal e violência conjugal. Desses todos, o último, em especial, com a mulher sendo agredida pelo parceiro, apresentou maior potencial para causar comportamento agressivo e transgressão na infância e adolescência. Sugere-se que a apenas a exposição a violência em si já se configura como um maltrato a criança, tornando-a, pois, vítima de violência psicológica. Conclui-se que a violência no âmbito familiar não corre de modo uniforme ou padronizado, mas que, ao contrário, configura-se por meio de uma multiplicidade de dinâmicas violentas que afetam em graus diversos os indivíduos a elas expostas (PESCE, 2009).

Do mesmo modo, Valle *et al.* (2007) analisou a relação entre ter vivido situações de abuso ou ter se desenvolvido em ambientes familiares disfuncionais e a presença de comportamento antissocial a partir de uma pesquisa envolvendo uma amostra de 3603 alunos do 7º a 12º ano acadêmico mediante aplicação de questionário. Os resultados sindicaram que os principais preditores de comportamento antissocial foram: maior presença de hostilidade e rejeição na família, menor grau de comunicação por parte das crianças, menor nível de apoio às crianças e maior presença de disciplina negativa severa. Dessa forma, concluiu-se que o ambiente familiar e o abuso são fatores associados à presença de comportamento antissocial.

No que tange a questão de gênero, embora os índices de atos delitivos aumentem para ambos os sexos, a análise dos resultados mostra que são os homens que cometem mais atos antissociais. Vale-se ressaltar, contudo, que são as mulheres que cometem atos antissociais são os indivíduos amostrais que tiveram o ambiente familiar menos favorável e apresentaram

maior nível de abuso e maus tratos. Essas mulheres reportaram maiores níveis de hostilidade e rejeição, menor apoio por parte dos pais e menor comunicação entre os familiares, bem como maior grau de disciplina severa negativa que pode dever-se a uma educação mais restritiva por parte do núcleo familiar (VALLE *et al.*, 2007).

No que se refere as condutas prossociais, sugere-se que sua emergência está vinculada com ambientes familiares contrários aqueles relativos à antissocialidade, destacando-se por serem favoráveis e acolhedores, promotores de apoio e comunicação entre pais e filhos, que oportunizem disciplina funcional e prossocial e onde a parentalidade é vista como algo positivo e potente. Nesse sentido, o autor advoga que, em virtude da influência da família em relação ao desenvolvimento saudável dos filhos, é importante trabalhar junto aos pais estratégias positivas e reforçadoras de criação, educação e tratamento dos filhos (VALLE *et al.*, 2007).

Ainda, em relação ao contexto familiar, adotando perspectiva análoga as pesquisas citadas anteriormente, Antolín, Oliva e Freijo (2009) examinam a relação entre diferentes variáveis familiares e o aparecimento de comportamentos antissociais infantis. A amostra foi formada por 76 famílias com crianças de 6 a 10 anos de idade de cinco tipos diferentes de estruturas familiares. Os resultados mostraram que a conduta antissocial infantil se associou grandemente com níveis elevados de conflito conjugal, estresse familiar, prática educativas inadequadas (autoritárias e permissivas) e com uma ampla rede de conflito familiar.

Em contrapartida, é válido ressaltar que tais condutas não se relacionaram de modo relevante com o tamanho da rede de apoio familiar, com a qualidade e quantidade de estimulação oferecida às crianças em seu contexto familiar e com variáveis como o tamanho da família e a idade, nível econômico e educacional dos pais. As análises de regressão indicam que os fatores familiares avaliados no estudo explicaram 43% da variância observada no comportamento antissocial infantil, sugerindo que a família, provavelmente, seja o mais importante contexto para a compreensão e predição do surgimento e desenvolvimento de tais condutas na primeira década de vida (ANTOLÍN; OLIVA; FREIJO, 2009).

Murray, Farrington e Sekol (2012), a partir de uma revisão sistemática, procurou sintetizar evidências sobre associações entre o encarceramento parental e o posterior comportamento antissocial de crianças, problemas de saúde mental, uso de drogas e desempenho educacional. Os resultados de 40 estudos levantados foram agrupados e examinados em uma meta-análise. Como resultado, as pesquisas observaram que o encarceramento parental está associado a um maior risco de comportamento antissocial infantil, mas não a problemas de saúde mental, uso de drogas ou baixo desempenho educacional.

Dentre os estudos levantados, aqueles que controlavam a criminalidade parental ou o comportamento antissocial de crianças antes do encarceramento parental tinham um tamanho de efeito conjunto correspondendo a cerca de 10% de aumento do risco de comportamento antissocial entre crianças com pais encarcerados em comparação com os pares. Os tamanhos dos efeitos não diminuíram com o número de covariáveis controladas. Contudo, os autores apontam que a qualidade metodológica da maioria dos estudos era relativamente baixa e que, portanto, teste mais rigorosos acerca dos efeitos causais do encarceramento parental devem ser realizados (MURRAY; FARRINGTON; SEKOL, 2012).

Por fim, ainda em relação ao contexto familiar, porém em uma perspectiva mais ampliada, Jiménez, Estévez e Murgui (2014) examinam as associações entre a qualidade das relações familiares, a percepção do ambiente comunitário e a atitude dos adolescentes em relação à autoridade (polícia e professores) e normas sociais, na previsão do bem-estar subjetivo e do comportamento agressivo. Para avaliar essas relações, utilizou-se uma amostra de 554 adolescentes de ambos os sexos com idades entre 12 e 16 anos. As informações foram coletadas em duas ocasiões com intervalo de tempo semestral e analisados por meio do cálculo de modelos de equações estruturais.

Como resultados, obteve-se que as relações familiares funcionais, caracterizadas principalmente pela promoção do diálogo, afeto e disciplina prossocial, estão relacionadas a uma percepção positiva do ambiente comunitário, bem como com atitudes respeitadas em relação à autoridade e normas sociais. Tais fatores atuam como aspectos protetivos contra o envolvimento em comportamento agressivo em relação aos pares no contexto escolar, ademais de favorecerem o bem-estar subjetivo. Contrariamente, relações familiares disfuncionais, notadamente punitivas e violentas, manteriam relação com uma percepção negativa sobre o ambiente comunitário, bem como atitudes de confrontação, desrespeito e violência para com as autoridades, resultando em prejuízo no bem-estar subjetivo (JIMÉNEZ; ESTÉVEZ; MURGUI, 2014).

Outro importante aspecto microssocial tido como fator relacionado ao desenvolvimento de condutas desviantes e delitivas é o uso abusivo de drogas. Especialmente entre os jovens, as pesquisas sugerem que o consumo de drogas legais ou ilegais, sobretudo o álcool, influenciam diretamente a socialização, a filiação com pares desviantes e comportamento antissocial (XUE; ZIMMERMAN; CUNNINGHAM, 2009). Enquanto para alguns pesquisadores o comportamento antissocial é influenciado pelo consumo de drogas, para outros a relação é inversa, sendo o consumo influenciado pelo comportamento, para outros ainda, ambos os fenômenos correm simultaneamente e respondem a causalidades em comum

(CHOI *et al.*, 2005). A partir de um modelo multicausal, tal qual o Modelo de Desenvolvimento Social de Catalano e Hawkins (1997), advoga-se que existem múltiplos fatores biológicos, psicológicos e sociais no indivíduo, família, escola, comunidade e grupo de pares que contribuem para o desenvolvimento de comportamento antissocial ou uso de drogas.

Partindo dessas questões, Sintra, Lopes e Formiga (2011) organizaram pesquisa de natureza transversal com objetivo de estudar a relação entre o consumo de drogas ilícitas e as condutas antissociais e delitivas em toxicodependentes. A amostra foi constituída por 124 adultos de ambos os sexos, com uma média de idades de 31,4 anos que responderam a um questionário constituído por elementos relativos a atitudes frente a delinquência, crenças sobre agressão, condutas antissociais e delitivas, habilidades sociais e aspectos sociodemográficos. Desse total, 61 sujeitos eram não consumidores de drogas (grupo controle) e 63 eram toxicodependentes. Por toxicodependentes, compreende-se aquelas pessoas que mantêm relação abusiva com o consumo de drogas.

Os resultados da pesquisa apontaram que os toxicodependentes apresentaram índices mais elevados de condutas antissociais, bem como de condutas delitivas, comparativamente ao grupo de controle. Ademais, verificou-se, ainda, diferenças no nível de habilidades sociais entre os grupos, sendo que os toxicodependentes apresentaram níveis médios inferiores em relação ao enfrentamento/autoafirmação e a conversação e desenvolvimento social quanto comparados ao grupo controle. Em relação a agressão não se observou diferenças importantes entre os grupos. No que se refere aos aspectos sociodemográficos, os toxicodependentes eram, majoritariamente, solteiros, com Ensino Fundamental completo, desempregados, moradores de zona urbana, com histórico criminal (delito e/ou condenação) e com média de idade de 34,4 anos (SINTRA; LOPES; FORMIGA, 2011).

Larrosa e Palomo (2012), mediante a estudo empírico com amostra de 2440 adolescentes e adultos jovens de diferentes localidades da Espanha, procuraram analisar os fatores de risco e proteção em relação ao consumo de drogas e comportamento antissocial. Para tanto, utilizou-se o instrumento *Communities that Care Youth Survey*, que se trata de um autoinforme utilizado e validado em diversos países para avaliar os fatores de risco e proteção nos âmbitos comunitários, familiares, escolares e de pares, bem como o consumo de drogas e atos delitivos. Como resultados, aponta-se que os fatores de risco que são preditores comuns do comportamento antissocial e uso de drogas são o fracasso escolar, o envolvimento em gangues e as atitudes favoráveis à iniciação em comportamento antissocial. Os fatores de proteção comuns são habilidades sociais e crença na ordem moral.

Como fatores específicos do comportamento antissocial, a pesquisa aponta a nível individual e de grupos, o comportamento de rebeldia e a interação com pares desviantes e que fazem uso de drogas; a nível comunitário, a disponibilidade de armas e normas favoráveis ao consumo de drogas; e a nível familiar, conflito e violência familiar. Em relação aos fatores de risco específicos para o consumo de drogas, tem-se: a nível individual, risco percebido e iniciação ao consumo; a nível comunitário, a mobilidade e a disponibilidade de acesso a drogas; e a nível familiar, as atitudes familiares favoráveis ao uso de drogas. Tendo em vista a existência de uma influência direta e recíproca entre o comportamento antissocial e as drogas, as ações interventivas sobre os fatores comuns de risco e proteção teriam um efeito duplo, por um lado propriamente sobre os fatores (diminuindo os de risco e aumentando os de proteção) e, por outro, reduzindo tanto o comportamento antissocial e quanto o consumo de drogas (LARROSA; PALOMO, 2012).

De modo análogo, Cerezo, Méndez e Ato (2013), buscaram examinar a relação entre os comportamentos antissociais e o consumo de substâncias, atentando para o papel moderador do ambiente familiar e amigos. A pesquisa se deu mediante a análise estatística de dois questionários aplicados junto a uma amostra de 1.239 adolescentes do Ensino Médio, (51% do sexo feminino e 49% masculino, entre 11 e 18 anos). Trata-se do questionário ESTUDES - *Encuesta Estatal sobre Uso de Drogas en Estudiantes de Enseñanzas Secundarias* – e do FRIDA - *Interpersonal Risk Factors Questionnaire*. O primeiro, com 82 itens, analisa dados sociodemográficos, uso de drogas, atividades esportivas e de saúde dos estudantes, bem como comportamento antissocial e bullying. Já o segundo, com 90 itens, analisa os riscos sociais para o uso de drogas.

Como resultados, concluiu-se que a prevalência de comportamentos antissociais foi de 55,6%, ou seja, mais de um em cada dois entrevistados cometeu algum tipo de comportamento antissocial nos últimos 12 meses. Ainda em relação a tais comportamentos, 40 (11,2%) estudantes apresentaram nível moderado e 49 (4,0%) taxas altas ou muito altas de antissocialidade. Em relação ao uso de drogas, 873 (71,3%) estudantes não utilizaram nenhum tipo de droga nos últimos 12 meses, 281 (22,7%) algumas vezes, 60 (4,8%) moderadas vezes e 15 (1,2%) muitas vezes. Assim, de toda a amostra, 28,73% utilizaram com frequência algum tipo de substância no último ano (CEREZO; MÉNDEZ; ATO, 2013).

Em relação aos efeitos moderadores dos fatores de risco, verificou-se dois aspectos para o comportamento antissocial e uso de drogas: em relação ao *contexto familiar*, a indiferença na reação de pais e familiares em relação drogas ou até mesmo ao consumo e a socialização parental permissiva; em relação ao *grupo de amigos*, constatou-se que a atitude

positiva dos pares frente ao consumo e a facilidade de acesso são dois fatores que contribuem com as variáveis do estudo. Em relação ao gênero, as meninas estão em maior vulnerabilidade devido a permissividade e falta de controle da família, provavelmente dado que as drogas mais utilizadas por elas (tabaco e tranquilizantes) são socialmente aceitáveis. Do mesmo modo, nas meninas o papel moderador dos pares em relação ao consumo é determinante, denotando maior incidência e indicando que elas são mais influenciáveis que os meninos (CEREZO; MÉNDEZ; ATO, 2013).

Por fim, ainda na discussão sobre uso de drogas e comportamentos antissociais, Estévez e Emler (2011), a partir de estudo *ex post facto* junto a uma amostra 4.980 participantes com idade entre 10 a 25 anos, objetivam avaliar as relações bidirecionais entre o crime juvenil e três fatores: envolvimento em comportamento antissocial, ter sido vítima de crime pessoal (vitimização) e uso de drogas. Essas associações foram analisadas tanto para gênero quanto para faixa etária. As análises estatísticas foram realizadas utilizando regressões lineares e um modelo de equações estruturais. Os resultados mostraram diferenças significativas nos padrões de interações em relação as variáveis incluídas no estudo entre homens e mulheres, bem como entre o início e o final da adolescência.

Nesta pesquisa, as relações bidirecionais entre comportamento criminal e os três fatores acima expostos foram examinadas em duas faixas etárias de homens e mulheres, correspondendo respectivamente ao início da adolescência e ao final da adolescência (juventude). Inicialmente, os resultados indicaram que o comportamento antissocial, a vitimização e uso de drogas, foram preditores de comportamento criminal no grupo de adolescentes de 10 a 16 anos de idade e em ambos os sexos. No entanto, no grupo mais velho, com idades entre 17 e 25 anos, apenas o uso de drogas mostrou uma influência direta no comportamento criminal em ambos os sexos, enquanto a vitimização teve uma influência direta sobre as mulheres. Os resultados sugerem, ainda, que a vitimização no início da adolescência pode ser um fator preditivo de ofensas para homens e mulheres, porém para elas essa predição permanece também no final da adolescência (ESTÉVEZ; EMLER, 2011).

As pesquisas na abordagem sociológica em relação aos aspectos microsociais também atribuem ao fator institucionalização relevância na explicação da conduta desviante e delitiva. Estar recluso ou interno em uma instituição prisional ou corretiva torna o indivíduo especialmente vulnerável a fatores de risco (ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016). Ademais, o histórico social e relacional desses indivíduos é marcadamente associado a intempéries e adversidades a nível microsocial, impactando, desfavoravelmente, uma série de domínios de

suas vidas. As quatro pesquisas a seguir buscam clarificar tais questões e problematizar a relação entre delinquente, institucionalização e fatores de risco.

Sanabria e Rodríguez (2010) buscaram analisar os fatores de risco associados a conduta problemática em jovens mediante a pesquisa do tipo *ex post facto*. Foi aplicado uma bateria de escalas a 179 adolescentes, sendo que 40,2% deles encontram-se reclusos em instituições para infratores e 59,8% são e alunos de uma escola pública (não infratores). As escalas utilizadas foram: Cuestionario de Variables Demográficas, Escala de Tácticas de Conflicto, Inventario de Diagnóstico de Alcohol, Escala Ambiente del Barrio, Escala de Ambiente Escolar, Escala Creencias y Actitudes e a Escala de Conducta Escolar (SANABRIA; RODRÍGUEZ, 2010). A pesquisa adota o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1987) baseado em quatro níveis ecológicos interdependentes – *microsistema*, *exossistema*, *mesossistema* e *macrossistema* – para agrupar os fatores de risco individuais, contextuais, escolares e familiares relativos ao desenvolvimento dos jovens que podem explicar o comportamento antissocial e delitivo.

Como resultados, aponta-se os adolescentes que se encontram reclusos em instituições para infratores apresentam maior frequência de exposição a fatores de risco associados a antissocialidade e delitos nos níveis de microsistema, exossistema e macrossistema que os adolescentes não infratores. Em relação aos fatores do microsistema, tem-se a violência conjugal, abuso verbal por parte da mãe, brigas constantes com os irmãos, percepção de indiferença na família, abuso de álcool pela mãe e histórico delitivo de familiares. No que se refere aos fatores do exossistema, apresenta-se o ambiente comunitário desorganizado, caracterizado por vendas de drogas, violência e supervisão policial ineficaz, associado ao baixo desempenho escolar e associação com gangues. E no que tange ao macrossistema, observam-se especificidades de crenças e atitudes relacionadas à lei em adolescentes infratores, tais como: a pretensão para obter as coisas que querem como sendo suas, atender ao que lhe agrada imediatamente, não dedicar esforços suficientes para se preparar para o futuro, correr riscos apenas por prazer (SANABRIA; RODRÍGUEZ, 2010).

Ainda nessa perspectiva, Nardi, Hauck Filho e Dell’Aglío (2016) investigaram os preditores do comportamento antissocial junto a uma amostra de 833 adolescentes, sendo 142 em medida socioeducativa de internação (grupo 1) e em 691 estudantes de escolas públicas (grupo 2). O levantamento de informações ocorreu mediante a aplicação de instrumental denominado Questionário de Juventude Brasileira - Versão II, com questões referentes a fatores de risco e de proteção. Os aspectos específicos analisados foram: comportamento antissocial,

violência intra e extrafamiliar, expectativas de futuro, uso de drogas, percepção sobre o relacionamento familiar e eventos estressores.

Em relação aos resultados, foram observadas diferenças significativas entre os grupos quanto a violência intra e extrafamiliar, comportamento antissocial, uso de drogas e eventos estressores, com médias mais altas no grupo 1. Essas três últimas variáveis foram especialmente mais elevadas no grupo 1, com o d de Cohen superior a 0,8. O comportamento antissocial, em específico, teve um tamanho de efeito de $d = 2,31$, indicando uma diferença extremamente grande entre os grupos. Já em relação as variáveis percepção de relacionamento familiar e expectativas de futuro, também mostraram diferenças significativas, contudo, dessa vez, apresentando média superior no grupo 2 constituídos pelos adolescentes estudantes de escolas públicas (NARDI; HAUCK FILHO; DELL'AGLIO, 2016).

Em abordagem análoga, Zappe e Dell'aglio (2016), investigaram comportamentos de risco e fatores associados em adolescentes de três diferentes contextos. A amostra constituiu-se por 942 sujeitos de ambos os sexos com idades entre 11 e 19 anos, divididos em três grupos: grupo 1 – 689 adolescentes que viviam com a família; grupo 2 – 140 adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas; e grupo 3 – 113 adolescentes em instituições de acolhimento. Foi utilizado o Questionário da Juventude Brasileira Versão II (DELL'AGLIO *et al.* 2011).

Em termos de conclusão, análises evidenciaram que os escores mais altos (maior envolvimento em comportamentos de risco) foram observados no grupo de adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas e no grupo referente aqueles em acolhimento institucional, por outro lado, os escores mais baixos foram constatados no grupo 1, ou seja, naqueles adolescentes que viviam com suas famílias. O estudo constatou que adolescentes que vivam com suas famílias adotavam menos comportamentos de risco; os acolhidos institucionalmente vivenciavam mais violência intrafamiliar, apresentavam autoestima mais baixa e tendência suicida; adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa vivenciaram mais eventos estressores e apresentaram mais comportamento antissocial e uso de substâncias (ZAPPE; DELL'AGLIO, 2016).

Por fim, ainda em relação a indivíduos institucionalizados, Wallinius *et al.* (2016), buscaram descrever os preditores precoces de comportamentos antissociais agressivos em um coorte nacional representativo de criminosos suecos do sexo masculino, violentos, na idade adulta emergente (faixa etária de 18 a 25 anos; $N = 270$). Os preditores são testados em modelos interativos bivariados e multivariados. As medidas foram agrupadas em dois campos: *a.* aspectos psicossociais – antecedentes familiares, provisão econômica, escolaridade, circunstâncias adversas e institucionalização na infância; e *b.* comportamentos delitivos

agressivos ao longo da vida – histórico de antecedentes criminais (homicídio, roubo, ofensa sexual e agressão).

Conforme os resultados, os infratores demonstraram múltiplas adversidades de início precoce e comportamentos disruptivos, de acordo com os fatores de risco para a criminalidade subsequente, bem como resultados desfavoráveis em vários domínios e competências da vida. Severos problemas de ajustamento escolar (em especial o bullying e evasão precoce) e desenvolvimento de comportamentos agressivos desde tenra idade foram preditores importantes e inter-relacionados de comportamentos antissociais agressivos ao longo da vida. Já a exposição repetida à violência doméstica, abuso de drogas por parte dos pais e vulnerabilidade econômica, também foram preditores inter-relacionados de tais comportamentos, contudo com menor importância estatística (WALLINIUS *et al.*, 2016).

Ademais, os resultados indicaram a relevância da identificação precoce de pessoas em zona de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais agressivos graves, tal qual apontado nos aspectos acima, tendo em vista a necessidade em se organizar intervenções preventivas precoces voltadas para esse público, em especial no contexto familiar e escolar. Os resultados do estudo sugerem, também, orientações sobre quais fatores de risco psicossociais que precisam, primariamente, serem considerados nas intervenções precoces (WALLINIUS *et al.*, 2016).

Outro elemento relevante na abordagem sociológica a partir de aspectos microsociais é a dimensão do bairro e comunidade. Atribuiu-se a tais contextos importante consideração explicativa na emergência e manutenção de aspectos comportamentais desviantes. A depender dos fatores de risco e proteção presentes nos espaços comunitários e nos bairros, esses podem convertem-se em elementos disparados ou oportunistas de condutas pró-sociais ou antissociais (ANDERSON *et al.*, 2015; CAICEDO; JONES, 2014; CHUNG; STEINBERG, 2006). As três pesquisas a seguir ilustram a relação entre organização comunitária (bairro e vizinhança), vulnerabilidade socioeconômica e comportamentos delitivos em adolescentes.

Chung e Steinberg (2006), mediante pesquisa empírica, examinou as relações entre as características estruturais e sociais da vizinhança, práticas parentais, afiliações de grupos de pares e a delinquência em uma amostra de meninos de 14 a 18 anos de idade (N = 488) composta de jovens economicamente desfavorecidos e de minorias étnicas de comunidades urbanas. Utilizou-se a modelagem de equações estruturais para testar hipóteses para relações entre características da vizinhança, comportamentos parentais, desvios entre pares e agressões adolescentes. Os dados foram coletados mediante a entrevista estruturada e aplicação de questionário em domicílio junto aos adolescentes e seus pais.

Como resultados, sugeriu-se que a desvantagem estrutural da vizinhança está relacionada à percepção que os jovens têm da desorganização social na comunidade, ademais a miséria e violência concentrada nos bairros está mais associada a instabilidade residencial e menor coesão social da vizinhança. Além desses aspectos, a parentalidade ineficaz e o envolvimento de jovens com pares desviantes estão todos associados a taxas mais altas de ofensa e delito. Em síntese, as conclusões indicaram que uma fraca organização social de vizinhança estava indiretamente relacionada à delinquência por meio de suas associações com comportamento parental e desvio de pares (CHUNG; STEINBERG, 2006).

Afirma-se, portanto que um foco em apenas um desses microssistemas pode levar a modelos simplificados de risco para crimes juvenis. Esses achados confirmam a importância da integração de fatores individuais e comunitários para explicar o risco de violência juvenil grave, tendo em vista que os programas de tratamento baseados em estruturas ecológicas mostram resultados promissores para reduzir comportamentos antissociais graves e violentos (CHUNG; STEINBERG, 2006).

Anderson *et al.* (2015), em perspectiva semelhante, com objetivo de analisar os fatores de proteção que atenuam o comportamento antissocial, examinaram os dados do Projeto de Desenvolvimento Humano em Bairros de Chicago (PHDCN), que se trata de um estudo interdisciplinar e multinível focado em crianças/adolescentes e suas famílias, escolas e bairros. As medidas consideradas potencialmente protetoras foram o autocontrole, o suporte social e as características estruturais dos bairros. Analisou-se essas medidas associadas com a ocorrência ou não de comportamento antissocial em adolescentes (agressão, delinquência e violência). Os bairros foram categorizados com base em dimensões como: violência, desvantagem e eficácia coletiva. Posteriormente, examinou-se de que forma o autocontrole e apoio social estavam associados ao comportamento antissocial dentro desses bairros.

Os resultados sugerem que o autocontrole e o apoio de amigos (mas não necessariamente o dos pais) podem proteger contra os jovens que se envolvem em comportamentos antissociais, mas apenas em certos tipos de vizinhança. O autocontrole emergiu como um elemento pessoal importante que pode aplacar a ameaça de comportamento antissocial e violência nos bairros desfavorecidos. Os adolescentes dos bairros mais favorecidos, seguros e solidários não pareciam experimentar benefícios adicionais do autocontrole ou do apoio social, enquanto os adolescentes de outros bairros mais vulneráveis e perigosos assim o faziam. Nesse sentido, morar em um bairro bem estruturado e gozar de benefícios econômicos parece suplantam benefícios conferidos pelo autocontrole e apoio social. Não foi encontrada evidência para a premissa de que apenas o alto apoio social para jovens,

isoladamente, os protegeria contra a participação em comportamentos antissociais (ANDERSON *et al.*, 2015).

Caicedo e Jones (2014), a partir de uma pesquisa baseada em dados que foram extraídos de um estudo de autorrelato com 1.686 adolescentes colombianos que vivem em 103 bairros de Medellín, tiveram o objetivo de avaliar a associação entre as condições do bairro, padrões parentais e relacionamentos entre pares com o comportamento agressivo. Os autores analisam também os diferentes mecanismos através dos quais as condições de vizinhança influenciam direta e indiretamente os comportamentos de agressão e delinquência. Os dados relacionados ao bairro foram extraídos de conjuntos de dados oficiais do governo, bem como de duas pesquisas comunitárias separadas.

Os autores concluíram que, apesar de nenhuma das condições/características da vizinhança, propriamente, tenha mostrado um efeito direto sobre o comportamento agressivo, essas mesmas dimensões, indiretamente, influenciam os padrões parentais e qualidade das relações entre pares dos adolescentes. Residir em bairros desfavorecidos e vulneráveis socioeconomicamente teve um efeito importante, apesar de indireto, no comportamento agressivo dos adolescentes, principalmente pelo impacto de prejuízo nas estratégias parentais eficazes, facilitando assim a filiação com parceiros desviantes. Nesse sentido, as intervenções de controle e prevenção do comportamento agressivo deve focar na melhoria estrutural dos bairros vulneráveis, mas, sobretudo, no fortalecimento dos padrões parentais e na qualidade dos vínculos entre adolescentes e seus pares (CAICEDO; JONES, 2014).

Por fim, na conclusão do eixo *Perspectivas Microsociais* da abordagem sociológica, são apresentados estudos que discutem a relação entre comportamento desviante a partir da vinculação com grupos de pares, notadamente, delitivos. Esse tópico, além de ser abordado desde uma aproximação comportamental como apresentado nos capítulos seguintes, é discutido com relevância nas aproximações sociológicas por localizar-se como fator basilar no ambiente relacional direto do indivíduo, contribuindo grandemente na qualidade de suas interações sociais. É filiação com pares é um elemento central, principalmente, junto aos adolescentes, conforme as pesquisas abaixo reportam, por ser parte do seu desenvolvimento psicossocial e contribuir com a aquisição e validação de condutas sociais.

Denault e Poulin (2012), examinaram se a percepção dos jovens acerca do nível de desvio em seu grupo de atividades escolares (grupo de pares) previu um aumento em seus próprios comportamentos antissociais. Buscaram analisar, também, se esta associação é moderada por características dos contextos de jovens e atividades. Os participantes foram 185 adolescentes (média de idade = 14,34) que passaram por entrevistas telefônicas estruturadas

(para coleta de informações sobre a participação em grupo de atividades) e questionários de lápis e papel (coleta de dados sobre desvios no grupo de atividades, comportamentos antissociais e uso de substâncias). Esses participantes faziam parte de um projeto de pesquisa longitudinal que envolveu 390 jovens que foram acompanhados do 6º ano ao 9º ano. O estudo utilizou dados coletados apenas no 8º e 9º anos, tendo em vista que o comportamento delitivo e o uso de substâncias é mais provável entre os jovens dessa faixa etária.

Segundo os autores, os resultados revelaram que desvios no grupo de atividades previram aumentos no comportamento antissocial e no uso de substâncias pelos jovens após o controle de covariáveis (renda familiar, comportamentos anteriores e o nível de desviância de seus amigos em sua rede de amizade). Além disso, a associação entre desvios no grupo de atividades e comportamentos antissociais foi moderada pela composição etária do grupo de pares de atividade (o nível de desvio no grupo previu aumentos nos comportamentos antissociais apenas em atividades sem pares mais velhos), enquanto a associação entre desvio no grupo de atividade e uso de substâncias foi moderada por tipo de atividade (apenas entre os jovens que participaram de atividades esportivas) (DENAULT; POULIN, 2012).

O estudo de Denault e Poulin (2012) sinaliza para a importância de examinar não apenas a rede usual de amizade, mas também o desvio dentro das atividades organizadas em grupos, tal qual no ambiente escolar. Os pares constituem uma das principais razões pelas quais os jovens decidem aderir a atividades organizadas, mas também explicam sua permanência temporal em tais atividades, daí a necessidade de se atentar para a dinâmica desse contexto em relação aos comportamentos antissociais. Os resultados sugerem que atividades organizadas podem se tornar um importante contexto de pares no qual os jovens reforçam sua identidade e comportamentos desviantes.

Beato e Zilli (2012), a partir de pesquisa etnográfica associada a análise bibliográfica, objetivaram esboçar um modelo de estruturação de atividades criminosas, explicando o comportamento de afiliação a gangues. Realizou-se uma série de entrevistas em profundidade junto a 40 adolescentes e jovens com forte trajetória de envolvimento com grupos criminosos. Como resultado, concluiu-se que o comportamento de afiliação a gangues é influenciado por contextos comunitários com baixa capacidade de regulação e controle social, tornando-os territórios potencialmente vulneráveis às atividades criminosas. Aspectos sociais como famílias desestruturadas, gravidez precoce, baixa escolaridade, alcoolismo e drogadição são aspectos de risco para adesão a gangues. Nesse contexto, o envolvimento com gangues oportuniza junto aos jovens amparo e referência social que muitas vezes são inexistentes ou disfuncionais em outros contextos e vínculos (BEATO; ZILLI, 2012).

Em perspectiva análoga, Holguín e Gutiérrez (2016), mediante a estudo qualitativo com abordagem histórica hermenêutica, examinam as experiências de participação de jovens em grupos armados ilegais por meio de entrevistas. Como amostra, participaram 50 indivíduos, sendo 7 mulheres e 43 homens, de 14 a 24 anos, com baixo nível socioeconômico e de perfil delitivo de Medellín. Nos relatos dos participantes destacam-se as descrições de obstáculos ao progresso social em suas vidas, as quais são marcadas por estigma, pobreza, violência e desigualdade, fatores de risco para a afiliação a gangues. Ressalta-se, ainda, as diferenças de opinião entre esses jovens quanto a pertencer a grupos ilegais e as oportunidades e obstáculos daí oriundas, discutindo-se, em especial, a problemática da reintegração social após a saída desses grupos como expectativa para acessar oportunidade educacionais e de trabalho (HOLGUÍN; GUTIÉRREZ, 2016).

Formiga (2010), por sua vez, com base em estudo empírico, tem por objetivo, a partir da modelagem de equação estrutural, analisar a influência dos pares socionormativos nas condutas desviantes. Para tanto, constituiu como amostra 820 jovens, com idades entre 14 e 19 anos, do sexo masculino (48%) e feminino (52%) e alunos de escolas públicas e particulares. Foram utilizados o Questionário da Identidade com Pares Socionormativos e a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (FORMIGA, 2005).

O autor reflete sobre a importância da dinâmica familiar e da escola no que se refere a conduta juvenil, em especial no que tange a organizarem-se como fatores protetivos para a conduta desviante. Considera, pois, pares socionormativos, pessoas responsáveis que contribuem de forma contínua para uma formação social e afetiva para um comportamento socialmente aceito (FORMIGA, 2010). Como resultados, obteve-se que os pares socionormativos explicam de modo satisfatório as condutas antissociais e delitivas, comprovando a influência dos pais (família) e dos professores (escola) como fatores de inibição das condutas delitivas (*idem*, 2010).

6.3 Aproximação Legal

Além das aproximações clínico-psiquiátrica e sociológica, que gozam de importante notoriedade conceitual, histórica e investigativa no campo dos comportamentos antissociais, tem-se, também, uma área vinculada com a dimensão jurídico-criminal e que trata da natureza e abordagem do referido fenômeno: a aproximação legal. Nessa perspectiva, os termos que

comumente ganham vulto e surgem vinculados a antissocialidade são o *delito/crime*, ação ou efeito que viola um código jurídico ou princípio legal de uma sociedade, e o *delinquente*, indivíduo que executa o delito e é julgado pelo sistema de justiça como culpado pela infração (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Assim como na aproximação sociológica, na perspectiva legal há um importante relativismo cultural na abordagem do fenômeno delitivo e sua definição, haja vista que o sistema de leis e princípios jurídicos de uma sociedade são sujeitas a múltiplas variações sócio-históricas e culturais. Compreendendo as leis como um arcabouço normativo e institucionalizado de proteção de bens e serviços de uma sociedade, invariavelmente deve-se atentar que essa organização legal é sujeita a variantes de ordem ideológica e de valores e costumes próprias de uma dada sociedade em um recorte temporal específico (FERNÁNDEZ, 2010; ROMERO, 2006).

Nesse sentido, o delito, e a conseqüente definição de delinquente, apresentariam um caráter multimodal e flutuante em suas conceituações, apresentando-se não em uma perspectiva natural, intrínseca e própria do comportamento, mas alinhada a complexos processos de produção sociopolítica (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; SANTOS, 2008). A conduta delitiva, portanto, só faria sentido de ser compreendida dentro de seu contexto jurídico de inscrição e de seu ambiente social de emergência.

Outro termo presente na aproximação legal acerca do comportamento antissocial é a *delinqüência / delinquente juvenil*. Tal expressão rotula pessoas mais do que, necessariamente, define comportamentos, sendo, por vezes, visto como uma denominação pejorativa e substituída por termos como “adolescente em conflito com a lei” ou “adolescente em cumprimento de medida socioeducativa” (VOLPI, 2011). Esse fenômeno implica o cometimento de delitos e crimes por indivíduos que tem idade inferior a legalmente estabelecida em seu país como passível de responsabilização penal (SANTOS, 2008).

Tais pessoas, dado seu perfil legal de menoridade penal, são conduzidas ao cumprimento de medidas socioeducativas e tutelares compatíveis com os atos infracionais perpetrados, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e que devem receber tratamento legal diferenciado dos adultos em função de suas características específicas de desenvolvimento e maturação, mediante processos de reabilitação e reinserção social (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999; VOLPI, 2011).

Outro dado relevante no contexto da aproximação legal faz referência a complexidade em se especificar quem é considerado delinquente em um dado contexto a partir da atribuição de autoria da ação criminosa. Nesse âmbito, os autores sinalizam pelo menos duas vertentes: a

legalista e a *realista*. Na primeira, também nomeada por institucionalista, tem-se que só existiria delito e, por conseguinte, o delinquente quando identificado o ato e imputada a devida sanção por parte do sistema jurídico. Na segunda, reconhece-se que tanto o delito quanto o delinquente possuem uma existência própria, independente da detecção dos mecanismos formais da justiça (FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008).

A perspectiva legalista atribui o rótulo de delinquente ao sujeito autor do ato criminoso mediante a identificação, sendo que apenas uma pequena proporção dos atos delitivos, efetivamente, torna-se parte das estatísticas oficiais das instituições ou são detectados pelo sistema jurídico. Ademais, aponta-se um alto grau de seletividade na atribuição de tal rótulo, o qual, para além do comportamento transgressor, é influenciado por fatores extraleais como a dimensão socioeconômica, idade, sexo e raça (ROMERO, 2006).

A concepção realista entende a delinquência enquanto um fenômeno comportamental que pode ser concretizado por qualquer membro de uma sociedade, tendo sido ou não identificado e enquadrado na categoria de delinquente. Coloca-se, portanto, como uma concepção mais ampla e representativa, atribuindo ao ato e não ao sistema a primazia explicativa do fenômeno. A ideia de delinquência como um fenômeno comportamental alinha-se com a noção de comportamento antissocial defendida pelas perspectivas psicológicas, que incluem tanto condutas estritamente delitivas quanto uma gama de comportamento antinormativos que, mesmo não sendo ilegais, são danosos ou socialmente reprováveis (ROMERO, SOBRAL; LUENGO, 1999; SANTOS, 2008).

A aproximação legal, nas suas abordagens e análises, se utiliza em grande parte das contribuições da Criminologia. Trata-se de uma área da ciência de natureza empírica e interdisciplinar, que, historicamente, recebeu influências de campos como Direito, Psicologia, Psiquiatria e Sociologia e que tem por objetivo o estudo da natureza e extensão, causas e consequências e controle e prevenção do comportamento criminal (SHECAIRA, 2018). Desde as perspectivas clássicas de Beccaria, passando pelas conceituações positivistas de Lombroso e as contribuições sociológicas da Escola de Chicago até as abordagens mais atuais relativas a Criminologia Crítica, Cultural e Pós-Moderna, busca-se analisar os complexos e multimodais fatores causais, circunstanciais e mantenedoras de condutas delitivas e criminosas (SÁ, 2015; SHECAIRA, 2018).

O quadro analítico abaixo apresenta um resumo dos dados dos 17 artigos selecionados na revisão integrativa junto à aproximação legal. Com intuito de tornar a análise mais organizada, os manuscritos encontram-se dispostos em eixo conceitual único a partir das discussões e teorizações apresentadas, as quais serão detalhadas e analisadas em seguida. Foi

atribuído o seguinte eixo conceitual: *Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas* (17 artigos).

Do total de 17 artigos selecionados para essa aproximação, no que se refere as bases de dados, 1 artigo é indexado na *APA – PsycArticles*, 02 na *Lilacs* e 14 na *Redalyc*. O baixo número de artigos indexados na *APA – PsycArticles*, provavelmente, ocorreu dado a natureza clínico-psiquiátrica e comportamental desta base frente as demais. Justifica-se, também, a prevalência de artigos na base *Redalyc* em virtude desta se concentrar, principalmente, na área das ciências humanas e sociais, campos vinculados a perspectiva jurídica-legal. Em relação ao idioma, 02 em inglês, 08 em espanhol e 07 em português. No que tange à metodologia, 03 são estudos de natureza documental/revisional/teórico e 14 são estudos de campo/empíricos/experimental. Quanto aos participantes, 07 incluem amostras de adolescentes e jovens infratores, 06 incluem amostras mistas (adulto/adolescente ou adolescente infrator/adolescente não infrator) e 01 inclui adulto infrator (detento).

Quadro 3 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação legal

Eixo Conceitual	Base de Dados	Título do artigo	Referência (autor/ano)	Método/ Amostra	Resultados e Discussões
Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas	APA PsycArticles	“It’s a Rush”: Psychosocial Content of Antisocial Decision Making	Modecki (2008)	Estudo empírico com objetivo de avaliar o papel das variáveis psicossociais na tomada de decisão antissocial em três diferentes públicos, por meio da aplicação do <i>Youth Decision Making Questionnaire</i> (YDMQ). Constituiu-se por três amostras: 201 adolescentes (12 a 17 anos), 273 adultos jovens (18 a 23 anos) e 261 adultos (35 a 63 anos)	Os adolescentes e adultos jovens apresentam um aumento do conteúdo psicossocial na tomada de decisão antissocial em relação aos adultos. As análises avaliam que os adolescentes apresentam maior imaturidade psicossocial, implicando em maior risco de comportamento delitivo em relação aos a adultos.
	Lilacs	Delinquência Juvenil e Família	Paula e Assumpção Jr (2013)	Mediante o uso de questionário elaborado pelos autores, busca-se verificar se é possível observar maior índice de condutas delitivas em famílias com histórico criminal. Como amostra, teve-se 60 adolescentes (14 a 17 anos), sendo 30 em cumprimento de medida socioeducativa e 30 alunos do ensino médio (não infrator).	Há diferenças estatisticamente significativas entre as duas populações, com o grupo em medida socioeducativa apresentando maior índice de familiares com histórico criminal, da mesma forma, pode-se observar maior índice de utilização de drogas, menor apoio familiar e piores perspectivas de futuro.
	Lilacs	Jovens de Unidades Socioeducativas em Regime de Semiliberdade da Funase, Recife-PE: Vivências e Expectativas	Brandao Neto <i>et al.</i> (2010)	Estudo descritivo-exploratório com objetivo investigar os fatores socioeconômicos, culturais e afetivos que concorrem para a inserção do jovem na criminalidade, a partir de roteiro de entrevistas. A amostra foi constituída por 30 adolescentes do sexo masculino (15 a 19 anos) em cumprimento de medida socioeducativa.	A desestrutura familiar, a precarização nas condições de vida, a exposição as influencias nocivas do ambiente da rua, a ausência de suporte escolar de qualidade e a ausência de adultos que sejam referencias positivas concorrem para o crescente envolvimento de jovens com atividades delituosas.
	Redalyc	A Redução da Maioridade Penal: Questões Teóricas e Empíricas	Cunha, Ropelato e Alves (2006)	Estudo empírico que procura esclarecer as relações entre idade de cometimento do crime e gravidade do delito. Os dados foram levantados a partir de prontuários de 669 adolescentes internos em unidade socioeducativa e de 356 adultos detidos em uma penitenciária.	Os resultados indicaram uma correlação positiva ($r = 0,071$; $p = 0,05$) entre gravidade dos delitos e a idade. A idade é um fator que varia positivamente em relação à gravidade do delito, ou seja, quanto maior a idade, mais grave o delito. Discute-se as conceituações acerca da maioridade penal.

Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas	Redalyc	Adaptación Social en Jóvenes Judicializados que Participan en Actividades Escolares	Lorenzino, Betancourt e Cardozo (2015)	Estudo empírico com objetivo de analisar a adaptação social (comportamentos pró-sociais e anti-sociais) de 86 jovens infratores da lei entre 13 e 21 anos, que frequentam uma escola de um instituto socioeducativo. Utilizou-se um escala e dois questionários acerca da adaptação social e clima pró-social escolar.	No que se refere ao comportamento pró-social, os jovens apresentam baixos níveis de empatia e respeito, altos níveis de sociabilidade e liderança. Em relação ao comportamento anti-social, os níveis atingidos para agressividade, afastamento e isolamento são elevados.
	Redalyc	Adolescentes y Drogas: Su Relación con la Delincuencia	Maza, Pérez e Cosín (2016)	Pesquisa quantitativa com objetivo de analisar a relação entre trajetória criminosa e uso de drogas. Utilizou como dados 422 medidas judiciais de 286 adolescentes em conflito com a lei extraídas do <i>Programa de Medidas Judiciales del Ayuntamiento de Valencia</i> . Os dados foram organizados a partir da análise de conteúdo e analisados pelos programas SPSS19 e MAXqda 10.	Os resultados relatam que, quanto maior a incidência de crimes, maior a dependência. Em termos de padrões de consumo por tipo de substância, a <i>Cannabis</i> está associada às trajetórias criminais iniciais e a cocaína com trajetórias consolidadas. O consumo faz parte da trajetória consolidada no cotidiano de adolescentes em conflito com a lei.
	Redalyc	Análisis Descriptivo de la Actividad del Equipo Técnico de la Fiscalía de Menores de Toledo. Años 2001 al 2012	Alcázar, Bouso e Verdejo (2015)	Apresenta-se uma análise descritiva do trabalho realizado pela equipe técnica (psicólogo, educador e assistente social) da Fiscalia de Menores de Toledo de 2001 a 2012 em três áreas principais: menores, suas infrações e as medidas recomendadas. Durante esse tempo, 6.566 entradas foram acumuladas no registro da equipe técnica.	Os resultados indicaram que 92% dos jovens infratores são do sexo masculino, 54% das infrações eram contra a propriedade e a medida mais recomendada foi a liberdade condicional (27,4%). As medidas de internação representaram 9,2% do total de medidas.
	Redalyc	Caracterización de Adolescentes do Sexo Masculino em Relação a Comportamentos Antissociais	Komatsu e Bazon (2015)	Pesquisa quantitativa com objetivo de caracterizar os comportamentos divergentes e infracionais em amostras de adolescentes. Os dados foram levantados mediante a questionário. Como amostra, utilizou-se um grupo com 133 alunos de escolas públicas e outro com 60 adolescentes judicializados.	A maioria dos adolescentes de escola pública revelou ter feito uso de álcool e já ter cometido algum delito e uma pequena parte mencionou uso de maconha. Entre os judicializados, todos revelaram delitos e a ampla maioria fez uso de álcool e de maconha.
	Redalyc	Characteristics of Young Offenders Depending on the Type of Crime	Cuervo <i>et al.</i> (2015)	Estudo empírico com objetivo de determinar a existência de um perfil diferencial de delinquentes juvenis acusados de terem cometido crimes contra a propriedade e contra pessoas. Como amostra, trabalharam com 395 adolescentes, sendo 74 do sexo feminino e 321 do masculino e com idade entre 14 e 19 anos.	Os crimes contra a propriedade são mais prováveis em infratores menores e do sexo masculino, com orientações educacionais parentais inconsistentes. Já os crimes contra pessoas seriam mais cometidos por mulheres, predominando agressão, ataques de raiva, baixa tolerância à frustração como os principais fatores de risco.

Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas	Redalyc	Competencia Cognitiva en Penados Primarios y Reincidentes: Implicaciones Para la Reeduación	Arce, Fariña e Novo (2014)	Estudo quasi-experimental com objetivo de analisar a relação entre comportamento delitivo e competência cognitiva entre detentos reincidentes e primários. Foi utilizada uma amostra de 104 detentos, sendo 54 reincidentes e 50 primários, de 24 a 56 anos e do sexo masculino. Foi utilizada uma bateria de 5 questionários e os dados foram tratados por análise fatorial.	Os resultados mostraram que os detentos reincidentes tinham menos autoconceito e inteligência emocional do que os primários. Além de ser observada uma tendência em reincidentes para lidar com situações estressantes e de risco por meio de estratégias desadaptativas.
	Redalyc	Consumo de drogas en adolescentes con conductas infractoras: análisis de variables psicosociales implicadas	Martínez, Banqueri e Lozano (2012)	Estudo descritivo realizado por meio de exame de documentos. Como amostra, foi analisado o total de 1.046 registros de menores infratores, de 2001 a 2010, preenchidos e arquivados por Serviço de Justiça Juvenil de Jaén. Foram examinadas variáveis sociodemográficas e psicossociais. Aplicaram-se análises descritivas, análises de contigências e regressão logística.	A maioria dos jovens infratores consome algum tipo de substância, existindo diferenças no padrão de consumo segundo o sexo. Observa-se que existe uma relação entre o consumo de substâncias e o pertencimento a um grupo desviante, assim como com o comportamento violento e as variáveis psicológicas.
	Redalyc	Família, pares e delinquência juvenil: Análise de Diferentes Percursos de Reincidência	Cunha <i>et al.</i> (2015)	Pesquisa empírica com objetivo de avaliar diferentes dimensões de risco familiares e do grupo de pares vinculadas com diferenças nos percursos de reincidência. A amostra foi constituída por 105 jovens em cumprimento de medida socioeducativa, de ambos os sexos e com média de idade 15.8 anos. Utilizou-se o questionário MERLINO para analisar as dimensões de risco e de proteção associadas à delinquência.	Mais da metade dos jovens da amostra são reincidentes, tendo cumprido medidas tutelares educativas anteriores. Entre as variáveis significativamente associadas à reincidência, destacam-se a existência de contatos anteriores com o sistema de proteção e os comportamentos delinquentes do grupo de pares.
	Redalyc	Jovens Delinquentes e Universitários Agressivos: Diferenças Comportamentais	Sisto, Silveira e Fernandes (2012)	Pesquisa empírica com objetivo de verificar as diferenças de condutas agressivas entre um grupo de pessoas que cometeram delitos (grupo 1) e um grupo de universitários com as (grupo 2). O grupo 1 foi constituído por 41 jovens com idades entre 18 e 19 anos, enquanto o grupo 2 foi composto por 42 participantes universitários com idades entre 18 e 29 anos.	Os resultados mostraram que o grupo 1, em comparação com o grupo 2, caracterizou-se por condutas relacionadas a enganar para prejudicar ou obter relações sexuais, pela ausência de percepção de culpa, pelo comportamento desafiador, por andar armado e pela tendência a descarregar a raiva em alguém.

<i>Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas</i>	Redalyc	Menores Infractores: un Estudio de Campo de los Factores de Riesgo	Vilariño, Amado e Alves (2013)	Estudo quasi-experimental com objetivo de examinar a existência de diferenças entre uma amostra de jovens infratores e outra de menores com comportamento normativo no autoconceito, socialização, estratégias de enfrentamento e inteligência emocional. A amostra foi de 84 adolescentes do sexo masculino com idade entre 14 e 19 anos, divididos em dois grupos: 42 infratores e 42 não infratores.	Os resultados mostraram que os jovens infratores tinham problemas de socialização, déficits de inteligência emocional e tendiam a usar estratégias de enfrentamento improdutivas. Quanto ao autoconceito, não se observou diferenças significativas.
	Redalyc	Meta-Análisis de la Reincidencia Criminal en Menores: Estudio de la Investigación Española	Campos, García e Armenta (2014)	Estudo de meta-análise sobre a reincidência criminal de delinquentes juvenis na Espanha, buscando estimar a taxa de reincidência desses indivíduos de acordo com estudos publicados. A busca bibliográfica oportunizou identificar um total de 27 trabalhos que permitiram estimar 45 índices independentes de tamanho de efeito.	Como resultados, vale-se destacar que as variáveis relacionadas com pares antissociais, violência no crime de base, percentual de homens no estudo, ter sofrido abuso físico e consumo de drogas por familiares estão relacionadas a uma maior taxa de reincidência.
	Redalyc	Perfis de Personalidade de Adolescentes que Cometeram Homicídio	Souza e Resende (2016)	O estudo teve por objetivos caracterizar perfis psicológicos em um grupo de adolescentes que cometeram homicídio. Como amostra, participaram 33 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 19 anos, que cometeram homicídio e estão cumprindo medidas socioeducativas. Foram utilizados como instrumentos uma entrevista semiestruturada e o método de Rorschach.	Constatou-se três subtipos entre os adolescentes: um grupo com componentes narcísicos patológicos, outro grupo que se destaca pela falta de habilidades sociais e interpessoais e o último grupo apresentou juízo crítico e coerência rebaixados. Os resultados sugerem que há insuficiência de recursos psicológicos que interferem na capacidade de adaptação ao meio.
	Redalyc	Reiteración y reincidencia delictivas en menores españoles con expediente judicial	Gómez e Badenes (2013)	Estudo empírico com objetivo de determinar o perfil de menores com histórico delitivo, analisando as características de suas trajetórias criminais. A amostra foi constituída por 210 adolescentes com passagem pelo juizado de menores, com idade entre 13 e 18 anos e de ambos os sexos. Utilizou-se o <i>Youth Level Service of Case Management Inventory</i> (instrumento de avaliação de reincidência).	Os resultados indicam que a relação do adolescente com a justiça, na maioria dos casos, foi pontual e extinguiu-se no final da adolescência, com uma minoria de casos persistente ou até a vida adulta, implicando em reincidência.

A abordagem legal do comportamento antissocial, a partir das noções jurídicas de delito e delinquente, bem como levando em consideração a variabilidade sócio-histórica e cultural das conceituações relativas a lei e normas, sugerem investigações que tratam de dois tópicos, preponderantemente: a caracterização do perfil criminal e a tipificação das práticas criminosas. Nesse sentido, no intuito de compreender o fenômeno em uma perspectiva ampliada, os pesquisadores nesta área buscam levantar dados sobre aspectos caracterológicos que indiquem a representação do sujeito infrator, apontando suas dimensões mais marcantes, especialmente em relação a fatores psicossociais. Ademais, buscam, também, identificar quais os atos delitivos e ações criminosas mais frequentes e prevalentes a depender do perfil estabelecido e do contexto de emergência. Sendo assim, esses dois aspectos, perfil criminal e tipificação de prática criminosa, caminham juntos (AKERS,1997; CONTRERAS; MOLINA; CANO, 2011).

Os estudos levantados nesta revisão e relativos a abordagem legal exprimem, justamente, tais elementos e procuram analisar as variáveis que influenciam em diferentes graus e modos o fenômeno da delinquência. Dentre os elementos de perfil criminal, as pesquisas sinalizam o contexto familiar e social, o uso de drogas, associação com pares delitivos; variáveis psicológicas e estilos comportamentais de enfrentamento como os elementos mais significativos. Já em relação a tipificação de práticas criminosas, considera-se a idade do primeiro delito, bem como o histórico antissocial e delitivo do sujeito, as taxas de reincidência, o contexto de emergência do crime e a cronificação do comportamento delitivo (CONTRERAS; MOLINA; CANO, 2011; SHECAIRA, 2018).

No que se refere a questão familiar e social, Paula e Assumpção Jr (2013), em pesquisa empírica mediante uso de questionário com 17 questões elaborado pelos autores sobre as características da estrutura familiar, buscam verificar se é possível observar maior índice de condutas delitivas em famílias com histórico criminal. A amostra foi constituída por 60 adolescentes (14 a 17 anos), sendo o grupo 1 (experimental) constituído por 30 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e o grupo 2 (controle) organizado por 30 alunos do ensino médio (não infratores). Os motivos de reclusão do grupo experimental eram relacionados a furtos na maioria dos casos (83,3%).

Os resultados sugerem que há diferenças estatisticamente significativas entre as duas amostras, com o grupo em medida socioeducativa apresentando maior índice de familiares com histórico criminal. Observou-se que 30% dos familiares dos integrantes do grupo 1 apresentavam passagens anteriores em instituição socioeducativa, já 56,7% dos familiares desse grupo cumpriram pena em penitenciária. O roubo foi o delito mais comum entre esses familiares

(50%). No grupo 2 não foi observado passagem de familiares por instituições socioeducativas, mas 13,3% dos familiares desse grupo tinha histórico de detenção em penitenciária (PAULA; ASSUMPCÃO JR, 2013).

De forma comparável, percebeu-se que o grupo 1, em relação ao grupo 2, apresentava maior índice de utilização de drogas ilegais pelo próprio adolescente e por seus familiares (predominantemente *Cannabis*). Observou-se também que o grupo de adolescentes em medida socioeducativa apresentava menor apoio familiar, com 56,7% dos pais em situação de separação, bem como piores perspectivas de futuro, com apenas 6,7% com expectativa de fazer curso universitário após sair da reclusão. O estudo concluiu que apesar de não seja uma relação linear, os comportamentos antissociais e delitivos dos pais podem sinalizar preditores para condutas delitivas nos filhos (PAULA; ASSUMPCÃO JR, 2013).

Nessa mesma perspectiva, Brandao Neto *et al.* (2010), em estudo descritivo-exploratório, tomam como objetivo investigar os fatores socioeconômicos, culturais e afetivos que concorrem para a inserção do jovem na criminalidade mediante a aplicação de entrevista semiestruturada. A amostra foi constituída por 30 adolescentes do sexo masculino (15 a 19 anos) em cumprimento de medida socioeducativa. A análise dos dados foi oportunizada através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Aponta-se que, no que se refere a escolaridade, 80% dos adolescentes afirmaram que frequentavam a escola. Quanto a família, a maioria (40%) moravam com a mãe e com o irmão. No que se refere a religiosidade, 40% não seguiam nenhuma religião. Em relação a reincidência, 41% cumpriam pela segunda vez medida socioeducativa de semiliberdade. Os discursos dos sujeitos indicam que a desestrutura familiar, a precarização nas condições de vida, a exposição as influencias nocivas do ambiente da rua, a ausência de suporte escolar de qualidade e a ausência de adultos que sejam referencias positivas concorrem para o crescente envolvimento de jovens com atividades delituosas (BRANDAO NETO *et al.*, 2010).

Em relação ao uso de drogas e associação com pares desviantes, Martínez, Banqueri e Lozano (2012), a partir de um estudo descritivo realizado por meio de exame documental, objetivaram analisar o consumo de drogas em menores infratores e as variáveis implicadas com o padrão de uso. Como amostra, foi analisado o total de 1.046 registros de menores infratores, de 2001 a 2010, preenchidos e arquivados por Serviço de Justiça Juvenil. Foram examinadas variáveis sociodemográficas e psicossociais. Aplicaram-se análises descritivas, análises de contingências e regressão logística.

Os autores assinalam que 58% dos jovens infratores consome algum tipo de substância, sendo mais frequente (32,2%) o consumo concomitante de múltiplas drogas seguido

do consumo de tabaco e álcool (23,9%). Entre os homens é mais comum o uso de múltiplas drogas (35%), já entre as mulheres o consumo de tabaco é prevalente (45%). Constatou-se que 75,8% dos menores infratores que consomem drogas fazem parte de grupos de pares desviantes (gangues). Verificou-se, ainda, que 75,3% dos jovens com comportamento violento era consumidores de alguma droga. Viu-se que a maioria dos sujeitos que consumiam drogas apresentavam baixa tolerância a frustração (71,5%) e autocontrole disfuncional (67,6%). Em resumo, observou-se que a maioria dos jovens infratores consome algum tipo de substância, existindo diferenças no padrão de consumo segundo o sexo, bem como há uma relação entre o consumo de substâncias e o pertencimento a um grupo desviante, da mesma forma que o comportamento violento e as variáveis psicológicas (MARTÍNEZ; BANQUERI; LOZANO, 2012).

Em abordagem semelhante, Maza, Pérez e Cosín (2016), mediante a pesquisa quantitativa, pretenderam analisar a relação entre trajetória criminosa e uso de drogas. Utilizou-se como dados 422 medidas judiciais de 286 adolescentes em conflito com a lei extraídas do *Programa de Medidas Judiciales del Ayuntamiento de Valencia*. Os dados foram organizados a partir da análise de conteúdo e analisados pelos programas SPSS19 e MAXqda 10. A partir da combinação linear de variáveis, os autores ajustam uma gradação entre o início na trajetória criminosa e sua consolidação. O resultado é uma variável global (trajetória criminosa) que é interpretado, de modo que quanto maior o valor, maior consolidação da trajetória criminal do adolescente (MAZA; PÉREZ; COSÍN, 2016).

Desse modo, Maza, Pérez e Cosín (2016) organizaram três tipologias criminais: grupo 1 – a trajetória de crime inicial, com 94 casos de média de idade de 16,4 anos, que passaram por um único julgamento e cometeram apenas um crime; grupo 2 – a trajetória de crime moderado, com 97 casos e com média de idade de 17,4 anos, que passaram por um ou dois julgamentos e cometeram dois crimes; e, por fim, o grupo 3 – a trajetória consolidada que é comporta por 90 casos com média de idade de 17,5 anos e que passaram por mais de dois julgamentos e cometeram mais de dois crimes.

Os resultados sugerem que 81% do grupo 1 não faz uso de substância, sendo que dentre os 19% que fazem uso (habitual ou esporádico) o consumo prevalente é de *Cannabis*. Já 61,9% do grupo 2 não faz uso, mas dos 38,1% que fazem (habitual ou esporádico) a prevalência é de *Cannabis*, novamente. No grupo 3, verificou-se que 70,5% faz uso e a droga prevalente é a cocaína (MAZA; PÉREZ; COSÍN, 2016).

Na perspectiva de resultados, assinala-se que o grupo de pares exerce uma alta influência nos padrões de consumo de drogas. A circularidade das relações dentro do coletivo

permite que isso seja mantido e que as atividades desenvolvidas pelos membros do grupo, sejam lícitas ou ilícitas, adquiram apoio. As conclusões descrevem, ainda, que quanto maior a taxa de incidência de crimes, maior a dependência de drogas no sujeito. Em relação aos padrões de consumo e a relação com o tipo de substância, observou-se que a *Cannabis* está associada às trajetórias criminais iniciais e a cocaína com trajetórias consolidadas. O consumo faz parte da trajetória consolidada no cotidiano de adolescentes em conflito com a lei (MAZA; PÉREZ; COSÍN, 2016).

Komatsu e Bazon (2015) organizaram pesquisa quantitativa com objetivo de caracterizar os comportamentos divergentes (não delitivo) e infracionais (delitivo) em amostras de adolescentes brasileiros. Os dados foram obtidos a partir de um questionário de autorrelato sobre delinquência. Os dados foram levantados mediante a questionário. Como amostra, foram selecionados 193 adolescentes, sendo um grupo com 133 alunos de escolas públicas (sexo masculino e média de idade de 14,9 anos) (grupo 1) e outro com 60 adolescentes judicializados (sexo masculino com média de idade de 15,6 anos) (grupo 2).

No que se refere a apresentação de comportamento divergente (não delitivo), 79% do grupo 1 apresentou tal conduta e 100% do grupo 2 também, porém nesse último houve mais heterogeneidade comportamental. Em relação à infração, 77% do grupo 1 cometeu ato dessa natureza, assim como 100% do grupo 2. Neste grupo, em especial, a idade de início do primeiro ato delitivo foi aos 10,6 anos e o número de delitos distintos realizados em média foi de 5,9. Já no grupo 1 a idade do primeiro delito foi aos 11 anos e o número de delitos distintos foi em média de 2,8 (KOMATSU; BAZON, 2015)

Em termos de tipologia criminal, o delito mais realizado pelo grupo 2 foi tráfico de drogas (71,7%), já no grupo 1 foi furto em estabelecimento comercial (48,1%). Em relação ao uso de drogas, no grupo 2 cerca de 93% usaram bebida alcoólica e 85% *Cannabis*, já no grupo 1 viu-se que 61% usaram álcool e 12% *Cannabis*. Em síntese, a maioria dos adolescentes de escola pública revelou ter feito uso de álcool e já ter cometido algum delito e uma pequena parte mencionou uso de maconha. Entre os judicializados, todos revelaram delitos e a ampla maioria fez uso de álcool e de maconha (KOMATSU; BAZON, 2015).

No que concerne as variáveis psicológicas e estilos de enfrentamento, Vilariño, Amado e Alves (2013), a partir de estudo quasi-experimental em ambiente natural, tiveram como intento examinar a existência de diferenças entre uma amostra de jovens infratores e outra de menores com comportamento normativo no autoconceito, socialização, estratégias de enfrentamento e inteligência emocional. A amostra foi de 84 adolescentes do sexo masculino com idade entre 14 e 19 anos, divididos em dois grupos: 42 infratores e 42 não infratores. Para

coleta de dados, foram utilizados quatro questionários, cada um para mensurar um dos construtos listados acima. Da amostra de jovens infratores, em relação ao ato ilícito pelo qual respondiam, a maioria cometeu diversos tipos de crime (54,76%), enquanto 19,05% cometeram agressões físicas, seguidas de assaltos com intimidação (16,67%), furto ou roubo (7,14%) e agressão sexual (2,38%).

Em relação ao autoconceito, não houve diferenças importantes em suas dimensões na comparação entre os grupos. Já no que se refere a socialização, os não infratores apresentaram pontuações elevadas em “consideração com os demais”, o que reflete sensibilidade social e preocupação pelos demais. Por outro lado, o grupo de infratores, obteve médias maiores em “retraimento social” e “ansiedade social/timidez”. Sobre as estratégias de enfrentamento, os infratores, em contraste com o outro grupo, apresentaram posturas negativas e desadaptativas não dirigidas a resolução do problema (VILARIÑO; AMADO; ALVES, 2013).

No que se refere à inteligência emocional, os infratores apresentaram níveis mais baixos nesse quesito em comparação com o outro grupo, apresentando uma deterioração em sua capacidade de identificar e compreender seus próprios estados emocionais. Resumidamente, os resultados mostraram que os jovens infratores tinham problemas de socialização, déficits de inteligência emocional e tendiam a usar estratégias de enfrentamento improdutivas (VILARIÑO; AMADO; ALVES, 2013).

De modo similar, Lorenzino, Betancourt e Cardozo (2015), por meio de estudo empírico, procuraram analisar a adaptação social (comportamentos prossociais e antissociais) de 86 jovens infratores da lei entre 13 e 21 anos, que frequentam uma escola de um instituto socioeducativo. Utilizou-se uma escala sobre adaptação social e dois questionários acerca do clima e comportamento prossocial na escola. Os resultados sugerem que, no que se refere ao comportamento prossocial, os jovens apresentam baixos níveis de empatia e respeito, altos níveis de sociabilidade e liderança. Em relação ao comportamento antissocial, os níveis atingidos para agressividade e isolamento são elevados.

A falta de empatia é considerada um fator de risco para o desenvolvimento de conduta criminal, dado que obstaculiza o tratamento respeitoso e assertivo junto aos demais. Os escores elevados para o fator liderança são sugestivos de que esse seja um elemento importante para a delinquência juvenil a partir de uma perspectiva de grupos delinquentes, nos quais liderança sugere uma maior capacidade de organizar e direcionar atividades em grupo. Já a agressividade, retraimento e isolamento são importantes elementos de risco que contribuem com o comportamento criminal, pois sugeririam dificuldades de adaptação social (LORENZINO; BETANCOURT; CARDOZO, 2015).

Com base em uma pesquisa empírica, ainda em referência a variáveis psicológicas e estilos de enfrentamento, Sisto, Silveira e Fernandes (2012), objetivaram verificar as diferenças de condutas agressivas entre um grupo de pessoas que cometeram delitos (grupo 1) e um grupo de universitários com as (grupo 2). O grupo 1 foi constituído por 41 jovens com idades entre 18 e 19 anos, enquanto o grupo 2 foi composto por 42 participantes universitários com idades entre 18 e 29 anos. A composição deste último grupo ocorreu mediante a seleção de indivíduos com maior pontuação em uma escala de tendência agressiva aplicada a 769 estudantes universitários. Essa mesma escala, constituída por 40 itens, foi utilizada no estudo para verificar as diferenças entre os grupos.

Os autores observaram que ambos os grupos apresentaram pontuações mínimas acima do valor médio do instrumento, evidenciando alta tendência a comportamentos agressivos. Contudo, isso era esperado pois dadas as especificidades dos grupos que eram constituídos por delinquentes e altos pontuadores em agressividade. Analisando os resultados, verificou-se que o grupo 1, em comparação com o grupo 2, caracterizou-se por condutas relacionadas a enganar para prejudicar ou obter relações sexuais, pela ausência de percepção de culpa, pelo comportamento desafiador, por andar armado e pela tendência a descarregar a raiva em alguém (SISTO; SILVEIRA; FERNANDES, 2012).

Nessa perspectiva, Modecki (2008) através de estudo empírico, tomou por objetivo a avaliação do papel das variáveis psicossociais na tomada de decisão antissocial em três diferentes públicos, por meio da aplicação do *Youth Decision Making Questionnaire* (YDMQ). Constituiu-se por três amostras: grupo 1 - 201 adolescentes (12 a 17 anos), grupo 2 - 273 adultos jovens (18 a 23 anos) e grupo 3 - 261 adultos (35 a 63 anos). As amostras diferiam entre si pelas características populacionais: o grupo 1 era constituído por adolescentes aluno do Ensino Médio, o grupo 2 por adultos jovens alunos de graduação e o grupo 3 pelos pais de alunos do grupo anterior.

Os participantes eram convidados a analisar e tomar decisões baseadas em vinhetas de cenários do YDMQ que representavam situações teste envolvendo trapaça, provocação, furto e agressão. As respostas eram codificadas em termos da presença ou ausência das seguintes variáveis: influência dos pares, busca de sensações, raiva, benefícios de curto prazo, medo, risco percebido e consequências legais, de curto prazo e de longo prazo. Os participantes receberam uma pontuação de (1) para presença ou (0) para a ausência de cada variável nas situações teste. As pontuações foram somadas para cada variável de conteúdo psicossocial

através de vinhetas para criar escores totais. O conteúdo psicossocial refere-se à presença de variáveis psicossociais codificadas ao tomar decisões antissociais (MODECKI, 2008).

O autor analisa, a partir das mudanças no sistema judicial que levaram a aplicação de sanções mais severas em contextos norte-americanos aos adolescentes que cometem delito, a questão da diferença de maturidade entre esse público e os adultos em relação a tomada de decisão que podem incorrer em ato antissocial. Discute-se, ainda, as afirmações sobre culpabilidade do adolescente junto ao delito, possivelmente mitigadas por variáveis psicossociais que influem nesse contexto.

Os resultados da pesquisa indicam que os adolescentes e adultos jovens apresentam um aumento do conteúdo psicossocial na tomada de decisão antissocial em relação aos adultos. Contudo, o efeito único do conteúdo psicossocial no comportamento criminoso a partir do autorrelato foi, significativamente, maior entre os adolescentes do que entre os adultos, ao passo que, para os adultos jovens, esse não houve tamanha intensidade. As análises avaliam que os adolescentes apresentam maior imaturidade psicossocial, implicando em maior risco de comportamento delitivo em relação aos adultos (MODECKI, 2008).

Por fim, ainda em relação as variáveis psicológicas e estilos de enfrentamento, Souza e Resende (2016) buscaram caracterizar perfis psicológicos em um grupo de adolescentes que cometeram homicídio. Como amostra, selecionou-se 33 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 19 anos, que cometeram delito de homicídio ou latrocínio e, por isso, estão cumprindo medida socioeducativa de internação. A escolaridade da amostra variava de Ensino Fundamental incompleto à Ensino Médio Completo. Foram utilizados como instrumentos uma entrevista semiestruturada, com objetivo de criar *rappport*, analisar aspectos comunicacionais e levantar características de identificação; análise de prontuários, com foco em verificar o tempo de internação, o ato infracional cometido e o histórico criminal; e o método de Rorschach para analisar elementos de personalidade (SOUZA; RESENDE, 2016).

As conclusões sugerem que 46,4% dos adolescentes do estudo relataram ter planejado e executado com frieza o homicídio e 16,5% não demonstraram quaisquer sentimentos de culpa ou remorso. Houve descrições de arrependimento em 43% dos casos, sendo que, em relação a esse aspecto, todos os adolescentes que cometeram latrocínio (10,7% da amostra) se declararam arrependidos. A partir da análise das variáveis, constatou-se três subtipos entre os adolescentes: um grupo com componentes narcísicos patológicos (48,5%), no qual se sobressai traços de psicopatia; outro grupo que se destaca pela falta de habilidades sociais e interpessoais (27,3%); e o último grupo apresentou juízo crítico e coerência rebaixados (18,2%), sugerindo déficit cognitivo. Dois sujeitos não obtiveram claras características que permitissem classificação em

algum dos grupos. Em síntese, aponta-se que os resultados sugerem importante insuficiência de recursos psicológicos que interferem na capacidade de adaptação ao meio e, por conseguinte, no delito (SOUZA; RESENDE, 2016)

No que se refere a tipificação de práticas criminosas, o fator idade, histórico antissocial/delitivo e reincidência criminal apresentam relevância considerável na compreensão do desenvolvimento e manutenção de tais condutas. Tanto é verdade que, a depender de variações nesses fatores, observa-se alterações nas tipológicas criminosas, tanto em termos de gravidade, quanto de cronicidade (CONTRERAS; MOLINA; CANO, 2011; SHECAIRA, 2018). Nesse sentido, as pesquisas abaixo detalhadas buscam clarificar esse contexto de influências sobre a conduta criminal.

Cunha, Ropelato e Alves (2006), por meio de estudo empírico, procuram esclarecer as relações entre idade de cometimento do crime e gravidade do delito a partir da discussão dos argumentos a favor e contra a redução da maioridade penal. Os dados para análise foram levantados a partir de 1025 prontuários criminais, sendo 669 adolescentes internos em unidade socioeducativa e de 356 adultos detidos em uma penitenciária. As idades da amostra variavam de 16 a 62 anos. A partir dos prontuários, foram organizadas fichas de crime-gravidade, nas quais os delitos eram categorizados por gravidade (1 – leve, 2 – moderado e 3 – grave) a partir da avaliação de profissionais do Direito (2 juízes, 2 promotores e 1 advogado criminalista). Os dados resultantes foram analisados pelo SPSS (*Statistical Package for Social Science*).

Dentre as 19 tipologias de crimes, os delitos mais frequentes em ambas as amostras foram: roubo, com 42% de adolescentes e 45% de adultos, e furto com 21,7% de adolescentes e 17,4% de adultos. Após a categorização dos delitos, dividiu-se a amostra em 5 faixas de idade: 1- (13 a 15 anos), 2- (16 aos 18 anos), 3- (19 aos 21 anos), 4- (22 aos 30 anos) e 5- (31 aos 62 anos). Observou-se que a prevalência de delitos graves na faixa 1 foi 57,1%, na 2 de 69,3%, na 3 de 64,5%, na 4 de 72% e na 5 de 70,6%. Os resultados sugerem uma correlação positiva ($r = 0,071$; $p = 0,05$) entre gravidade dos delitos e a idade. A idade é, portanto, um fator que varia positivamente em relação à gravidade do delito, ou seja, quanto maior a idade há tendência a maior gravidade do delito. Defende-se, portanto, que a redução da maioridade penal é incondizente com a justificativa de gravidade de atos delitivos em menores (CUNHA; ROPELATO; ALVES, 2006).

Em relação a histórico antissocial e tipificação criminal, Alcázar, Bouso e Verdejo (2015) apresentam uma análise descritiva do trabalho realizado pela equipe técnica (psicólogo, educador e assistente social) da Fiscalía de Menores de Toledo de 2001 a 2012 em três áreas principais: menores, suas infrações e as medidas recomendadas. Durante esse tempo, foram

acumuladas 6.566 entradas no registro da equipe técnica. Tais registros foram organizados em instrumental de coleta de informações elaborados pelos autores que, dentre outros aspectos, incluíam: sexo, idade, escolaridade, características familiares, data do delito, tipo do delito, se realizado em grupo ou sozinho, uso de drogas e medida socioeducativa implementada.

Os resultados indicaram que 92% dos jovens infratores são do sexo masculino. Em relação a natureza da infração, 54% (3508) eram contra a propriedade e 46% (3.007) foram contra pessoas. Os delitos cometidos por grupos de pares representam 51% das entradas de registro, sendo 50% realizados em duplas de adolescentes e 22% em trios. No que se refere a gravidade da infração, 77% foram classificados como crime e delito (grave) e 23% como faltas e desvios (menos grave). O tipo de infração mais cometida foi o roubo com 24,4% do total e menos cometido foi a violência familiar com 2,2%. A medida socioeducativa mais recomendada foi a liberdade condicional (27,4%). As medidas de internação representaram 9,2% do total de medidas (ALCÁZAR; BOUSO; VERDEJO, 2015).

Ainda com base no histórico antissocial e tipificação criminal, Cuervo *et al.* (2015), fundamentando-se em pesquisa de base empírica, buscam determinar a existência de um perfil diferencial de delinquentes juvenis acusados de terem cometido crimes contra a propriedade e contra pessoas, atentando para variáveis sóciodemográficas e indicadores de risco. Como amostra, trabalharam com 395 adolescentes, com histórico criminal em juizado de menores, sendo 74 do sexo feminino e 321 do masculino e com idade entre 14 e 19 anos. Utilizou-se como questionários de coleta de dados o *Youth Level Service of Case Management Inventory* (YLS/CMI) e o *Inventario de Gestión e Intervención para Jóvenes*.

Levando-se em consideração as idades dos sujeitos incluídos na amostra, não há diferenças estatísticas significativas independente do crime ter sido cometido contra propriedade (média de 16 anos) ou contra pessoas (média de 16,1 anos). No que tange ao gênero, examinando os grupos separadamente, a maioria das meninas cometem crimes contra pessoas (62,2%), já os meninos não apresentam diferenças significativas entre crimes contra pessoas (48,9%) e contra propriedade (51,1%). Ao avaliar a questão da reincidência no período de um ano, não há diferenças significativas entre reincidentes e não reincidentes no que se refere aos crimes contra propriedade ou contra pessoa (CUERVO *et al.*, 2015).

Quando se analisa os fatores de risco que podem estar associados ao tipo de crime (propriedade ou pessoa), diferenças estatisticamente significativas são encontradas em três áreas do YLS/CMI: parentalidade, personalidade / comportamento e atitudes/valores/crenças. Os menores envolvidos em crimes contra a propriedade apresentam escores de maior risco em parentalidade inconsistente. Menores com crimes contra pessoas apresentam maiores escores

de risco em agressividade física, explosões de raiva, baixa tolerância à frustração e insensibilidade. Em resumo os crimes contra a propriedade são mais prováveis em infratores menores e do sexo masculino, com orientações educacionais parentais inconsistentes. Já os crimes contra pessoas seriam mais cometidos por mulheres, predominando agressão, ataques de raiva, baixa tolerância à frustração como os principais fatores de risco (CUERVO *et al.*, 2015).

Em trajetória semelhante, agora analisando a reincidência criminal, Gómez e Badenes (2013), mediante a um desenho empírico, busca determinar o perfil de menores com histórico delitivo, analisando as características de suas trajetórias criminais. A constituição da amostra se deu com 210 adolescentes com passagem pelo juizado de menores, com entradas de 2008 a 2010, com idade entre 13 e 18 anos e de ambos os sexos. Utilizou-se o YLS/CMI como instrumento de heteroavaliação do risco de reincidência em jovens a partir de diversas fontes de informação (e.g. entrevistas com pais e informações policiais).

A partir da aplicação do inventário, observou-se que, diferenciando todos os participantes a partir do seu risco de reincidência, 65,2% dos adolescentes estavam na faixa de baixo risco, enquanto 30% estavam no grupo de risco moderado e apenas 4,7% para o alto risco. Se for analisada a reincidência, propriamente, 23,3% dos participantes foram reincidentes nos últimos dois anos, sendo majoritariamente do sexo masculino (85,7%) e com média de idade de 15,5 anos. Dentre os reincidentes, 62% tiveram apenas uma passagem pelo juizado, 14,7% com dois registros e 7,6% com três registros (GÓMEZ; BADENES, 2013).

No que se refere ao tempo médio entre os crimes, a partir do primeiro delito, a média para reincidência foi de 269 dias; já entre o segundo e terceiro delitos foi de 169 dias e, por fim, a partir do terceiro essa média cai para 134 dias. Analisando a amostra completa, 61,3% dos adolescentes têm apenas um delito em seu percurso criminal e, uma taxa de reincidência criminal de 38,57%, em relação ao grupo sob trajetória criminal mais longa ou persistente. Os resultados sugerem, portanto, que a relação do adolescente com a justiça, na maioria dos casos, foi pontual e extinguiu-se no final da adolescência, com uma minoria de casos persistente ou até a vida adulta, implicando em reincidência (GÓMEZ; BADENES, 2013).

Arce, Fariña e Novo (2014), por sua vez, com base em estudo quasi-experimental, analisaram a relação entre comportamento delitivo e competência cognitiva entre detentos reincidentes e primários. Foi utilizada uma bateria de 5 questionários de autoinforme e os dados foram tratados por análise fatorial. Avaliou-se a atribuição de responsabilidade, autoconceito, enfrentamento e inteligência emocional. Foi utilizada uma amostra de 104 detentos, sendo 50 reincidentes e 54 primários, de 24 a 56 anos e do sexo masculino. No que se refere aos crimes,

35,6% cumprem pena por delito contra propriedade, 23,1% contra a Saúde Pública, 12,5% contra pessoas e 3,8% contra liberdade sexual. Em relação a educação, 26,9% possuíam Ensino Médio completo e 19,2% formação profissional.

Constatou-se que detentos primários e reincidentes apresentam uma tendência similar na atribuição de responsabilidade pelos atos. Por outro lado, em relação ao autoconceito, viu-se que os detentos primários relatam uma identidade básica mais positiva, maior satisfação consigo mesmos e com o seu comportamento e maior sentimento de adequação como pessoa do que os reincidentes. Em relação as estratégias de enfrentamento, os prisioneiros primários fazem mais tentativas cognitivas de entender e se preparar mentalmente para enfrentar um estressor e suas consequências; já os reincidentes, para lidar com o stress, fazem uso em maior medida de descarga emocional para expressar sentimentos negativos, renunciando aceitação dos problemas que os afetam (ARCE; FARIÑA; NOVO, 2014).

Em relação a inteligência emocional, os internos reincidentes mostram um menor desenvolvimento desse quesito, manifestando uma baixa capacidade de avaliar e expressar emoções e uma capacidade reduzida para reparar sentimentos desagradáveis. Em síntese, os resultados mostraram que os detentos reincidentes tinham menos autoconceito e inteligência emocional do que os primários. Além de ser observada uma tendência em reincidentes para lidar com situações estressantes e de risco por meio de estratégias desadaptativas (ARCE; FARIÑA; NOVO, 2014).

Cunha *et al.* (2015), ainda nessa perspectiva, desenvolvem pesquisa empírica com escopo de examinar diferentes dimensões de risco no contexto familiar e no de grupo de pares vinculadas com diferenças nos percursos de reincidência criminal. Como amostra, recorreram a 105 jovens em cumprimento de medida socioeducativa, com média de idade 15.8 anos, sendo 86,7% do sexo masculino e 13,3% do sexo feminino. Em relação a escolaridade, 20% frequentam o 6º ano e 42,9% o 9º ano. Vale citar que 38% estão ou já estiveram em situação de abandono escolar. Utilizou-se o questionário MERLINO, composto por 63 itens, para analisar as dimensões de risco e de proteção associadas à delinquência.

No que tange ao percurso criminal dos sujeitos, os crimes dirigidos ao patrimônio são os mais frequentes com 64,7% dos casos. Em contrapartida, 52,3% dos adolescentes cometeram pelo menos um crime dirigido as pessoas e 14,2% contra a sociedade. No que se refere a prática de delitos concomitantes, 63,4% são enquadrados em somente uma tipologia criminal e 37,1% são em múltiplas categorias. No que tange às medidas socioeducativas, 53,4% cumprem pena em regime não institucional ou comunitário, já 46,7% estão em internamento. Quanto a reincidência, 30,5% não são reincidentes, tendo apenas um contato (delito) com a justiça; já

41,9% são reincidentes, com dois a dez entradas no sistema legal, outros 21,9%, ainda, são reincidentes contumazes com mais de dez passagens pelo sistema de justiça (CUNHA *et al.*, 2015).

Cerca de 91% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com perfil reincidente já tiveram contato prévio com o sistema de promoção e proteção, sugerindo fragilidades no âmbito familiar e um histórico de tutela por parte do Estado que aparenta disfuncionalidade dado a manutenção da conduta criminal do jovem. No tocante as questões familiares, os delinquentes persistentes sinalizam ausência de modelos socionormativos parentais, conflito familiar, maus-tratos, negligência e violência. Já no que concerne aos pares desviantes, os jovens com reincidência persistente assumem, com frequência, vínculos de amizade e cumplicidade com amigos que já protagonizaram delitos (CUNHA *et al.*, 2015).

Por fim, Campos, García e Armenta (2014), em estudo de meta-análise sobre a reincidência criminal de delinquentes juvenis na Espanha, pretenderam estimar a taxa de reincidência desses indivíduos de acordo com estudos publicado. A busca bibliográfica ocorreu junto a 10 bases de dados, com os descritores “menores infractores”, “reincidência”, “delincuencia juvenil” e “jóvenes delincuentes”. Oportunizou-se identificar um total de 27 trabalhos que permitiram estimar 45 índices independentes de tamanho de efeito. As análises foram realizadas pelo programa SPSS versão 15.1.

Em função das medidas e variando com base nas características dos estudos, pode-se afirmar que a reincidência de menores no sistema de justiça juvenil da Espanha se encontra entre um a cada três até um a cada quatro. Como resultados, vale-se destacar que as variáveis relacionadas com vinculação com pares antissociais e antecedentes criminas do menor e de parentes são relevantes no aumento das taxas de reincidência. Do mesmo modo, ter sofrido abuso físico e consumo de drogas por familiares sinalizam recidiva. A questão de gênero, ser homem, aumenta a probabilidade de recaídas em delitos, assim como o grau elevado de violência no crime de base sugere tal qual a reincidência.

6.4 Aproximação Comportamental

Reconhece-se que tanto a aproximação clínico-psiquiátrica, evidenciada pela vinculação da antissocialidade aos quadros nosológicos, quanto as aproximações sociológicas e legais, destacadas pela relatividade sócio-histórica e cultural no trato do fenômeno, apresentam limitações que se tornaram objeto de críticas e discrepâncias na literatura

(ROMERO, 2006). Nesse sentido, a construção e organização de uma proposta conceitual e metodológica que superasse tais obstáculos tornou-se imperativo entre pesquisadores (FERNÁNDEZ, 2010).

Mediante a esse indicativo e propondo uma abordagem distinta, a aproximação comportamental vem referenciar a ampliação da noção de antissocialidade, compreendendo tanto atos de natureza delitiva quanto aqueles que, mesmo não sendo ilegais, são vistos como socialmente inadequados ou patológicos (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Com isso, cria-se a ideia de um *continuum* dimensional que oportuniza uma perspectiva integrativa no trato do fenômeno, visto que os comportamentos antissociais considerados leves, além da tendência a apresentarem antecedentes análogos àqueles de caráter mais graves, colocam-se, dentro do curso evolutivo do indivíduo, como preditores de comportamentos antissociais mais severos e delitivos (BROIDY *et al.*, 2003; SANTOS, 2008).

Assim, a aproximação comportamental inclui em sua abordagem do construto antissocial os comportamentos delitivos (*ilegais*), os não delitivos, porém socialmente desviantes (*não ilegais*), e os que se traduzem como manifestações clinicamente significativas (*psicopatologias*) (GRANJEIRO, 2014). Tal fato oportuniza a maximização do escopo das pesquisas e favorece a ruptura de um paradigma que limitava a antissocialidade, majoritariamente, ao crime ou aos transtornos mentais, secundarizando sua ocorrência em outros contextos e amostras relevantes. Nesse sentido, além das abordagens tradicionais, oportuniza-se uma perspectiva não-criminal e não-patológica do fenômeno.

Com base na aproximação comportamental, a adoção do termo *comportamento antissocial* em uma noção ampliada favorece uma vinculação desse campo às ideias e concepções que relacionam o fenômeno à dimensão dos aspectos de desenvolvimento e aprendizagem (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Tal fato sinaliza para um modelo comportamental que surge na infância e/ou adolescência e se caracteriza por violar ou transgredir direitos e normas sociais, sendo adquirido e mantido por processos de mediação e aprendizagem em diferentes contextos, podendo ser limitada a uma determinada fase do desenvolvimento ou um padrão persistente de comportamento (FERNÁNDEZ, 2010). Pode caracterizar-se, ainda, pela presença de condutas diferentes, desde as simplesmente problemáticas até as delitivas e violentas, sendo, portanto, o comportamento antissocial um termo que engloba os demais, porém não obrigatoriamente.

A partir da aproximação comportamental, levando em conta suas particularidades, emergem uma série de modelos explicativos para o comportamento antissocial que tendem a abordar o construto mediante a aspectos característicos que são selecionados a partir da

perspectiva epistemológica preterida pelos autores. Abaixo, serão apresentadas algumas das abordagens nesse âmbito, destacando-se os modelos *bifatoriais* e os *dimensionais*.

Dentre os modelos bifatoriais, destaca-se as colocações de Achenbach (1991) que, ao analisar os problemas de comportamento na infância a partir da díade dimensional internalizante/externalizante, entende que essa última dimensão, notadamente manifesta em tendências antissociais, é composta por dois fatores: o *agressivo* (não ilegal) e o *delitivo* (ilegal). Kelly *et al.* (1997), por sua vez, usa uma terminologia diferente para abordar o comportamento antissocial, fazendo referência ao padrão *manifesto*, marcado por condutas agressivas, e ao *encoberto*, que denota crime contra a propriedade e conflitos de ordem e autoridade. Por fim, Burt (2009), a partir de revisão de literatura, sugere que os comportamentos antissociais podem ser agrupados em duas tipologias: o *agressivo-opositor*, de base genético-biológico, e o de *ruptura de normas*, de fundamentação socioambiental.

Complementarmente, na perspectiva dimensional, Houghton e Carroll (2002) apresentam os comportamentos antissociais como um *continuum*, um espectro que perpassa desde atos socialmente inaceitáveis (mais leves), como problemas relacionais na escola, passando por atos ilegais de média complexidade, como uso de drogas, até aqueles ilegais de alta complexidade (mais graves), como assassinato, roubo e estupro. Já Czech e Kemp (2010) adotam uma abordagem de quatro dimensões na compreensão da variação comportamental de indivíduos antissociais em função da: prevalência, frequência, carreira criminal e gravidade do ato. Defendem, ainda, a categorização de três níveis de severidade antissocial crescente: *delinquência* (vandalismo), *imprudência* (uso de drogas) e *comportamento antissocial* (roubo e violência contundente).

Compreendendo a complexidade dessa perspectiva e buscando clarificar as teorizações e achados na área, o quadro analítico abaixo apresenta um resumo dos dados dos 23 artigos selecionados na revisão integrativa junto à aproximação comportamental. Com intuito de tornar a análise mais organizada, os manuscritos encontram-se dispostos por eixos conceituais a partir das discussões e teorizações apresentadas, as quais serão detalhadas e analisadas em seguida. Foram atribuídos três eixos, a saber: *Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem* (14 artigos) e *Traços de Personalidade* (9 artigos).

Do total de 23 artigos selecionados para essa aproximação, no que se refere as bases de dados, 07 artigos são indexados na *APA – PsycArticles*, 06 na *Lilacs* e 10 na *Redalyc*. Em relação ao idioma, 08 são em inglês, 11 em espanhol e 04 em português. No que tange à metodologia, 04 são estudos de natureza documental/revisional/teórico e 19 são estudos de campo/empíricos/experimental. Quanto aos participantes, 03 artigos incluem amostras com

crianças, 12 com adolescentes e 05 com amostras mistas (crianças e adultos ou adolescentes e adultos ou adultos e detentos).

Quadro 4 – Síntese dos artigos selecionados para a aproximação comportamental

Eixo Conceitual	Base de Dados	Título do artigo	Referência (autor/ano)	Método/Amostra	Resultados e Discussões
<i>Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem</i>	APA PsycArticles	Delinquency and Peer Acceptance in Adolescence: A Within-Person Test of Moffitt's Hypotheses	Rulison, Kreager e Osgood (2014)	Estudo empírico que testou se indivíduos persistentemente delinquentes se tornam mais aceitos por seus pares durante a adolescência do que os indivíduos que se abstêm desses comportamentos. Participaram 4.359 adolescentes de 14 comunidades de um estudo longitudinal que avaliou redes de amizade e delinquência da 6ª a 9ª séries.	Ao contrário da hipótese, jovens persistentemente delinquentes não se tornaram mais aceitos entre a adolescência precoce e média. Embora os abstêmios (não delinquentes) fossem menos aceitos no início da adolescência, eles se tornaram mais aceitos ao longo do tempo. Os resultados foram semelhantes para meninos e meninas.
	APA PsycArticles	Learning and Thinking: A Behavioral Treatise on Abuse and Antisocial Behavior in Young Criminal Offenders	Prather e Golden (2009)	Artigo de discussão teórica que examina a teoria da aprendizagem social e a qualidade das relações entre pais e filhos desde a perspectiva da análise do comportamento. Fornece uma justificativa para uma abordagem de tratamento comportamental para jovens infratores e seus pais	O abuso e a negligência nas relações familiares têm implicações para a relação entre pais e filhos, sugerindo que quanto menor a qualidade relacional maior a probabilidade de delinquência. As associações diferenciais com pares surgem como dominantes na regulação e controle posterior da delinquência.
	APA PsycArticles	Sensitivity, Child Regulatory Processes, and Naturally Occurring Declines in Antisocial Behavior Across Childhood	Buck (2014)	Pesquisa empírica que explorou os processos familiares que podem permitir que as crianças substituam as tendências antissociais, assim como os efeitos que a diminuição do comportamento antissocial pode ter sobre os processos de criação e regulação infantil. Foram analisados dados longitudinais de 1.022 crianças do NICHD <i>Study of Early Child Care and Youth Development</i>	Os resultados demonstraram que os declínios naturais no comportamento antissocial previam e eram previstos pela sensibilidade materna, regulação emocional e habilidades sociais.
	APA PsycArticles	The Effects of a Multiyear Universal Social-Emotional Learning Program: The Role of Student and School Characteristics	Bierman, <i>et al.</i> (2010)	Estudo longitudinal que examinou o impacto de um programa de aprendizagem socioemocional. A amostra envolveu 2.937 crianças que permaneceram nas mesmas escolas de intervenção ou controle na 1ª, 2ª e 3ª séries. O estudo envolveu um ensaio controlado e randomizado com agrupamentos envolvendo conjuntos de escolas.	O estudo examinou os principais efeitos da intervenção, bem como a forma como os resultados foram afetados pelas características da criança e pelo ambiente escolar. Os efeitos positivos da exposição ao programa incluíram redução da agressão e o aumento do comportamento prosocial e o melhor envolvimento acadêmico.

<i>Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem</i>	Lilacs	Competencias Socioemocionales y Percepción de la Comunidad Ante la Conducta Agresiva en Adolescentes Que Viven en Entornos de Riesgo	Romero, Cummingsy e Velázquez (2016)	Trabalho empírico que examina a influência da percepção do ambiente comunitário e das competências socioemocionais na geração ou prevenção comportamento agressivo em jovens. Foram pesquisados 970 estudantes do ensino médio residentes em contextos de risco psicossocial. Foi aplicado um questionário sociodemográfico e duas escalas, uma para medir as competências socioemocionais e outra para a percepção de risco.	A percepção de risco parece ter maior impacto sobre os homens, mantendo seu nível preditivo mesmo no controle das habilidades socioemocionais, mas não com as mulheres. Destaca-se, também, o papel do controle da raiva, das habilidades interpessoais e da geração de um clima positivo para sugerir ações sociais voltadas à redução da violência.
	Lilacs	Correlatos Dos Comportamentos Antissociais Limitados à Adolescência e dos Comportamentos Antissociais Persistentes	Silveira, Zappe e Dias (2015)	Estudo de revisão de literatura com objetivo de apresentar evidências empíricas da pertinência do modelo tipológico de Moffitt, cuja análise pode oferecer elementos que possibilitem diferenciar os comportamentos antissociais transitórios dos persistentes. A amostra foi de 14 artigos retirados da base <i>PsycINFO</i> .	A falta de maturidade, especialmente junto aos pares, e disparidade entre o crescimento corporal e maturidade psicológica/social são fenômenos que podem impulsionar comportamentos antissociais transitórios. Já os persistentes têm sua origem na infância devido a múltiplas variáveis como violência familiar, problemas escolares e neurológicos.
	Lilacs	Factores Asociados y Trayectorias del Desarrollo del Comportamiento Antisocial durante la Adolescencia: Implicancias para la Prevención de la Violencia Juvenil en América Latina	Córdova (2008)	Estudo teórico que discute e revisa algumas teorias explanatórias do comportamento antissocial durante a adolescência, enfatizando a teoria da taxonomia do desenvolvimento do comportamento antissocial proposta por Terrie Moffitt.	A análise da teoria aponta que a existência de uma trajetória de início precoce de comportamentos antissociais, com altos níveis de persistência e consequências negativas na idade adulta, tem implicações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção ao crime. As pesquisas apontam que essa população parece gerar cerca de 50% de todos os crimes denunciados e não denunciados.
	Lilacs	Relaciones entre Estilos Educativos Parentales y Agresividad en Adolescentes	Cruz <i>et al.</i> (2014)	Investigação experimental que objetivou examinar a relação entre a percepção que um grupo de jovens adolescentes tinha do estilo educacional exibido por seus pais e o nível de agressão física, verbal, raiva e hostilidade em relação a seus pares. A amostra contou com 371 estudantes.	A percepção de um estilo parental autoritário parece estar associada a um aumento nas manifestações de agressividade, implicando em severos prejuízos no ajustamento dos adolescentes.

<i>Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem</i>	Redalyc	Attachment and Parental Practices as Predictors of Behavioral Disorders in Boys and Girls	Nunes, Faraco e Vieira (2013)	Pesquisa empírica com objetivo de investigar de que forma dois sistemas parentais (apego e práticas parentais) se relacionam para prever os problemas de externalização e de internalização em meninos e meninas. Como amostra, contou-se com 289 crianças (idade média = 10,5 anos) e 205 cuidadores.	Os resultados indicaram que para meninos, vínculo de apego materno frágil prediz agressividade e delinquência. Para meninas, problemas dessa natureza são preditos por rejeição parental e pouco controle comportamental.
	Redalyc	Competencias Socioemocionales y Variables Sociodemográficas Asociadas a Conductas Disociales en Adolescentes Mexicanos	Romero, Estrada e Guajardo (2012)	Estudo empírico que buscou identificar a relação entre a competência socioemocional e variáveis sociodemográficas com os comportamentos dos adolescentes. Aplicou-se o Inventário de Quociente Emocional e a Escala de Comportamentos Dissociais a uma amostra de 471 adolescentes.	Os resultados ratificaram a hipótese de que poucas competências socioemocionais, em especial, gerenciamento de estresse e habilidades interpessoais, predizem a presença de comportamentos antissociais.
	Redalyc	El Estilo de Socialización Familiar Como Factor de Prevención o Riesgo para el Consumo de Sustancias y Otros Problemas de Conducta en los Adolescentes Españoles	Martínez <i>et al.</i> (2013)	Estudo empírico com objetivo analisar o estilo de socialização familiar como fator de prevenção ou risco para o consumo de substâncias com uma amostra de 673 adolescentes espanhóis com idade entre 14 e 17 anos.	Os resultados das análises identificaram o estilo de socialização parental tolerante como um fator na prevenção do uso de substâncias, enquanto o estilo autoritário foi identificado como um fator de risco.
	Redalyc	Multidimensional Treatment Foster Care: An Alternative to Residential Treatment for High Risk Children and Adolescents	Fisher e Gilliam (2012)	Estudo revisional que descreve o programa " <i>Multidimensional Treatment Foster Care</i> " (MTFC), uma prática baseada em evidências que fornece tratamento para crianças e adolescentes muito problemáticos/delinquentes/adotivos e constitui uma alternativa para internação.	Frente as modalidades clássicas de internação ou cuidados em grupo, os jovens egressos do MTFC apresentam menos encaminhamentos criminais e menos dias gastos em detenção, bem como tiveram taxas mais baixas de abuso de substâncias.
	Redalyc	Relación Entre Supervisión Parental y Conducta Antisocial en Menores Infractores del Estado de Morelos	Amezcuca <i>et al.</i> (2016)	Estudo empírico que objetivou conhecer a relação entre o ambiente familiar, a supervisão dos pais e a gravidade do comportamento antissocial em adolescentes infratores. A amostra foi de 86 jovens infratores do sexo masculino que responderam a questionários de autorrelato sobre comportamento antissocial, ambiente familiar e supervisão parental.	É necessário que haja um ambiente familiar baseado na comunicação e no apoio e que incentive a comunicação mais livre entre os adolescentes e seus pais, para que a supervisão parental seja mais facilmente alcançada. Isso ajudará os jovens a não se envolverem em comportamentos delitivos.

	Redalyc	Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes	Prust e Gomide (2007)	Estudo empírico com objetivo de avaliar se havia diferença entre escores de comportamento moral de famílias de risco e de não risco. O Questionário de Comportamento Moral foi respondido por dois grupos, um de risco e outro de não risco. Cada grupo foi formado por 30 adolescentes e seus pais.	Os resultados indicam que os membros das famílias agem em relação à moralidade de forma semelhante, ou seja, quando os pais apresentam níveis elevados de comportamento moral, os filhos também os apresentam e vice-versa. O comportamento moral é agente protetivo para condutas delitivas e antissociais.
<i>Traços de Personalidade</i>	APA PsycArticles	Autoconcepto y consumo de sustancias en la adolescencia	Fuentes, García e Lila (2011)	Pesquisa empírica que analisa a relação entre o autoconceito e uso de substâncias em adolescentes. Como amostra, utilizou-se 632 adolescentes (52,5% homens e 47,5% mulheres), entre 12 e 17 anos. O autoconceito é avaliado a partir de um questionário de medida multidimensional.	Os resultados mostraram relações negativas entre a o autoconceito (familiar, acadêmico e físico) e o uso de substâncias. Reforça-se a ideia de autoconceito como um importante correlato do bem-estar psicológico e um construto teórico básico para explicar os comportamentos adaptativos e desadaptativos na adolescência
	APA PsycArticles	Distinguishing Impulsive, Unsocialized Sensation Seeking: A Comparison between Criminal Offenders and the General Population	Herrero e Colom (2008)	Estudo empírico com objetivo de explorar a estrutura de busca de sensações em amostras representativas de homens retirados da população geral (N = 397) e presos do sexo masculino (N = 183). Foram aplicadas uma escala de busca de sensações e um questionário de personalidade.	Observa-se que os reclusos em prisão têm uma pontuação significativamente mais elevada em todas as dimensões. Ademais, sugere-se que, em geral, os ofensores tendem a se sentir entediados com mais facilidade, a ser mais extrovertidos e a buscar novas experiências de maneiras não convencionais.
	APA PsycArticles	Personality, Parenting and Deviance among Spanish Adolescents	Torrent e Vazsonyi (2012)	Estudo empírico que analisa as características de personalidade e os estilos de interação entre pais e filhos que estão relacionados a diferentes manifestações de comportamento desviante na adolescência. A amostra é composta por 652 adolescentes, 282 meninos e 370 meninas, com idade média de 16,9 anos.	Em relação à personalidade, as variáveis neuroticismo, extroversão (positivamente), amabilidade e conscienciosidade (negativamente) são aquelas que estão vinculadas ao comportamento externalizante. Em relação às práticas parentais, os estilos de interação positiva estão negativamente relacionados ao comportamento antissocial, enquanto o conflito o faz positivamente.

<i>Traços de Personalidade</i>	Lilacs	Condutas desviantes e traços de personalidade: testagem de um modelo causal	Vasconcelos <i>et al.</i> (2008)	Estudo correlacional (<i>ex post facto</i>) com objetivo de comprovar a adequação de um modelo causal à explicação de comportamentos socialmente desviantes, considerando a contribuição dos traços de personalidade. A amostra foi de 755 estudantes com idades variando de 16 a 26 anos. Os participantes responderam a três instrumentos, um de comportamento antissocial e dois de personalidade.	Os traços neuroticismo e busca de sensações explicam satisfatoriamente as condutas antissociais, e estas predizem diretamente as condutas delitivas. Neste aspecto, os traços de personalidade são úteis ao entendimento das condutas socialmente desviantes, com especial destaque para o traço busca de sensações.
	Lilacs	Hábitos de Lazer e Condutas Desviantes: Testagem de um Modelo Teórico em Jovens	Formiga (2010)	Pesquisa empírica que, a partir da modelagem de equação estrutural, avalia a influência dos hábitos de lazer sobre as condutas desviantes em jovens. A amostra foi constituída por 710 sujeitos entre 15 e 22 anos que responderam a uma escala de atividades de hábitos de lazer, uma de condutas antissociais e delitivas e um questionário sociodemográfico.	Observou-se que os hábitos hedonistas (busca de uma diversão individualista), se associaram positivamente as condutas desviantes, já os hábitos instrutivos (diversão com ênfase de formação cultural e intelectual) associaram-se negativamente com tais condutas.
	Redalyc	Agresividad Reactiva, Proactiva y Mixta: Análisis de los Factores de Riesgo Individual	Penado, Andreu e Peña (2015)	Estudo investigativo acerca do diferencial de peso que as variáveis do tipo individual (impulsividade, comportamento antissocial e desinibição) possuem em diferentes tipos de agressão em adolescentes. Utilizou-se de uma amostra de 640 adolescentes. Foram utilizadas quatro escalas para mensurar as variáveis citadas acima.	Indica-se um peso diferencial das diferentes variáveis do tipo individual na predição de agressividade proativa e reativa, sendo a primeira caracterizada por comportamento antissocial e a segunda pela impulsividade.
	Redalyc	Impulsividad Cognitiva, Conductual y no Planificadora en Adolescentes Agresivos Reactivos, Proactivos y Mixtos	Andreu e Penado (2013)	Estudo empírico com objetivo de verificar se diferentes dimensões da impulsividade variam em distintos grupos de adolescentes agressivos (reativo, proativo e misto) e não agressivo. A amostra foi constituída por 400 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos.	Observa-se que os grupos de adolescentes agressivos apresentaram níveis mais elevados de impulsividade geral do que os adolescentes não agressivos. A impulsividade comportamental foi significativamente maior nos três grupos de adolescentes agressivos em relação aos adolescentes não agressivos

<i>Traços de Personalidade</i>	Redalyc	La Impulsividad y la Búsqueda De Sensaciones como Predictores de la Conducta Antisocial en Adolescentes	Ocampo e Campos (2015)	Pesquisa empírica com objetivo de determinar o nível preditivo da busca por sensações e da impulsividade no comportamento antissocial de adolescentes. Como amostra, participaram 408 jovens, sendo 49,8% homens e 50,2% mulheres. Foram utilizadas duas escalas, uma para cada construto.	Os resultados mostraram que o fator impulsividade e a busca pelo risco explicavam 31% da variância do comportamento antissocial.
	Redalyc	PEN, Modelo de los Cinco Factores y Problemas de Conducta en la Adolescencia: PEN, Big Five and Problem Behaviour in the Adolescence	Abella e Bárcena (2014)	Estudo investigativo acerca da implicação da personalidade em problemas comportamentais disruptivos durante a adolescência. A amostra foi composta por 264 adolescentes, 145 homens e 119 mulheres, entre 16 e 18 anos de idade. Foram utilizados três questionários, sendo dois sobre personalidade e um acerca de problemas comportamentais.	O exame das variáveis mostrou, por meio de análise de regressão, que o neuroticismo e o psicoticismo no modelo de Eysenck e neuroticismo, amabilidade e conscienciosidade no modelo do Big Five foram os principais preditores de comportamento disruptivo.

Fonte: Elaborada pelo autor

A aproximação comportamental destaca-se pela adoção do termo comportamento antissocial para tratar do fenômeno da antissocialidade, que, em sua conceituação, abarca desde atos socialmente desviantes até aqueles considerados delitivos ou patológicos. Surge, portanto, como uma perspectiva ampliada frente as demais abordagens citadas anteriormente, dado que defende a ideia do fenômeno como um *continuum dimensional* (ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999). Nesse sentido, as concepções de desenvolvimento, aprendizagem e traços de personalidade vinculam-se, grandemente, com tal abordagem, visto que são elementos de importante poder explicativo frente ao construto e por serem comuns nas principais teorias comportamentais desse campo (FERNANDEZ, 2010).

Por desenvolvimento, compreende-se o transcurso evolutivo do sujeito, desde a infância até a vida adulta, o qual é influenciado por variáveis como aspectos biológicos, maturacionais, relacionais e sociais, atentando, principalmente, para o contexto familiar, escolar e de pares. O comportamento antissocial ou normativo, bem como suas variações de intensidade, frequência e duração, tem forte implicação com tais contextos, visto que eles são mediadores do processo de desenvolvimento do sujeito (ANTOLÍN; OLIVA; FREIJO, 2009; BROIDY *et al.*, 2003).

Por aprendizagem, faz-se referência ao processo de aquisição e manutenção de comportamentos, incluindo os antissociais e disruptivos, que é oportunizado, principalmente, por meio de reforçamento, modelagem e modelação, nos quais o contexto social e relacional, em especial a família e os grupos de pares, toma relevância (BAILEY, 2009; BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008). Abaixo, seguem as discussões de estudos que tratam do comportamento antissocial a partir do eixo um *Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem*.

Discutindo dimensões teóricas que subjazem as proposições desenvolvimentistas sobre a antissocialidade, Silveira, Zappe e Dias (2015), mediante revisão de literatura com 14 artigos retirados da base *PsycINFO*, tiveram por objetivo apresentar evidências empíricas da pertinência do modelo tipológico de Moffitt. As análises dos autores sugerem elementos que possibilitam diferenciar os comportamentos antissociais transitórios dos persistentes. Os resultados da revisão indicam que a ausência de maturidade, notadamente junto aos pares, bem como a disparidade entre o crescimento corporal e maturidade psicológica/social são elementos que podem incentivar comportamentos antissociais transitórios. No que tange aos de perfil persistentes, advoga-se que sua origem remota a infância implicando em múltiplas variáveis como violência familiar, problemas escolares e neurológicos (SILVEIRA; ZAPPE; DIAS, 2015).

Moffitt propõem um modelo taxonômico que considera uma série de variáveis responsáveis pela antissocialidade e organiza os indivíduos antissociais em dois grupos: os persistentes (*life-course persistente*), que apresentam comportamentos disruptivos e desviantes na infância e que os mantêm, inclusive em percurso delitivo, ao longo da vida; e os indivíduos com atos dessa natureza limitados a adolescência, sem prolongamento para o curso de vida (MOFFITT, 1993). Segundo o autor, os antissociais de perfil persistente poderiam ter como causalidade elementos de origem neuropsicológicas (funções verbais e executivas prejudicadas, déficit de atenção, hiperatividade e dificuldades de aprendizagem), problemas pré-natais como má nutrição ou abuso de drogas na gestação, somados com vulnerabilidades socioeconômicas e ambiente familiar desfavorável. Já os antissociais limitados a adolescência podem estar associados exclusivamente ao desejo de obter bens materiais, status, prestígio social e a forte influência dos pares (MOFFITT, 1993; MOFFITT; SCOTT, 2008).

Em perspectiva semelhante, Córdova (2008) discute e revisa algumas teorias explanatórias do comportamento antissocial durante a adolescência, enfatizando a teoria da taxonomia do desenvolvimento do comportamento antissocial proposta por Moffitt. A análise dessa proposição teórica aponta que a existência de uma trajetória de início precoce de comportamentos antissociais, com altos níveis de persistência e consequências negativas na idade adulta, tem implicações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção ao crime. As pesquisas sugerem que essa população parece gerar cerca de 50% de todos os crimes denunciados e não denunciados (CÓRDOVA, 2008).

O autor discute, ainda, duas proposições teóricas na área. Primeiramente, o Modelo de Coerção de Patterson, que, em uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem, identifica nas práticas parentais a origem dos comportamentos antissociais das crianças, os quais são, ainda, modelados em quatro fases: contexto familiar, período escolar, convivência com pares e comportamento delitivo na vida adulta (PATTERSON; REID; DISHION, 1992). Posteriormente, apresenta as proposições de Hein (2004) que, semelhante a Moffitt (1993), reconhece uma trajetória esporádica (restrita a adolescência) e outra persistente (ao longo da vida). A forma esporádica seria pertinente ao processo de desenvolvimento do sujeito, vinculando-se a busca por experiências e crescimento, já a forma persistente se relacionaria a fatores sociorrelacionais de risco como violência familiar e déficit de supervisão parental (HEIN, 2004).

No tocante a relação entre aceitação por parte do grupo de pares, desenvolvimento e condutas antissociais, a partir das proposições de Moffitt (1993), Rulison, Kreager e Osgood (2014), com base em pesquisa empírica, testaram se indivíduos persistentemente delinquentes

se tornam mais aceitos por seus pares durante a adolescência e se os indivíduos que se abstêm de comportamento delinquente se tornam menos aceitos. Como amostra, participaram 4.359 adolescentes de 14 comunidades de um estudo longitudinal que avaliou redes de amizade e delinquência da 6ª a 9ª séries. O estudo do qual os dados foram retirados foi o *Promoting School-Community-University Partnerships para Enhancer Resilience* (PROSPER), que é um ensaio de controle aleatório, longitudinal, sequencial e de coorte de 28 cidades rurais e pequenas cidades norte-americanas.

Os achados foram contrários às hipóteses propostas por Moffitt (1993) que sugeriam que jovens com comportamentos delinquentes persistes são mais aceitos por seus pares que os abstêmios entre a adolescência precoce e média. Na sexta e sétima série, quando as trajetórias devem divergir, o número médio de indicações de amizade recebidas pelo grupo de delinquentes persistentes foi notavelmente similar aos abstêmios. A partir da oitava série, aquele primeiro grupo recebeu menos indicações de amizade do que esse último. Assim, o aumento da delinquência durante a primeira metade da adolescência coincidiu com a diminuição de indicações de amizade para adolescentes persistentemente delinquentes. Assim, concluiu-se que jovens persistentemente delinquentes não se tornaram mais aceitos entre a adolescência precoce e média. Embora os abstêmios (não delinquentes) fossem menos aceitos no início da adolescência, eles se tornaram mais aceitos ao longo do tempo. Os resultados foram semelhantes para meninos e meninas (RULISON; KREAGER; OSGOOD, 2014).

Ainda no eixo um *Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem*, mas agora de modo mais específico tratando da dimensão familiar, Cruz *et al.* (2014), por meio de investigação experimental, que objetivaram examinar a relação entre a percepção que um grupo de jovens adolescentes tinha do estilo educacional exibido por seus pais e o nível de agressão física, verbal, raiva e hostilidade em relação a seus pares. A amostra é constituída por 371 estudantes que responderam a duas escalas sobre afeição, agressão e conduta normativa. Por meio de uma análise de variância, revelou-se que, comparativamente aos adolescentes com pais autoritários, os que conferiam aos pais um estilo interacional mais democrático e dialógico obtiveram baixos escores em aspectos de agressividade.

Verificou-se, ainda, que a agressividade física, mesmo entre grupos de pais autoritários correlacionando ambos os gêneros, os meninos apresentaram maiores escores que as meninas. Concluiu-se que a noção de estilos parentais autoritários se associa ao aumento da agressividade, mesmo controlando a dimensão gênero, bem como associa-se a percepção de baixo afeto e alto grau de controle (CRUZ *et al.*, 2014).

De maneira análoga, Nunes, Faraco e Vieira (2013), mediante a pesquisa empírica,

investigam de que forma dois sistemas parentais (apego e práticas parentais) se relacionam para prever os problemas de externalização e de internalização em meninos e meninas. Como amostra, contou-se com 289 crianças (média de idade 10,5 anos), alunos da 4ª série do Ensino Fundamental e 205 cuidadores (pais e mães), sendo as mães com média de idade de 37,2 anos e os pais de 41,1 anos. Foram usadas duas escalas para os pais, que avaliam a responsividade e práticas educativas parentais, e uma para as crianças que avalia problemas de externalização e de internalização.

Os resultados apontam que, nos meninos, o apego materno frágil e disfuncional é fator preditor para a agressividade e delinquência (externalização), já o apego paterno frágil é preditor de retraimento social e variações de humor ansioso ou depressivo (internalização). No que se refere as meninas, os comportamentos externalizantes são mediados pela rejeição parental e baixo controle comportamental, bem como se observou uma associação entre apego materno frágil e isolamento social, tendo a vinculação do baixo controle comportamental e o alto controle psicológico com preditores de ansiedade e depressão (NUNES; FARACO; VIEIRA, 2013).

Martínez *et al.* (2013), por sua vez, objetivou analisar o estilo de socialização familiar como fator de prevenção ou risco para o consumo de substâncias com uma amostra de 673 adolescentes espanhóis com idade entre 14 e 17 anos. Os adolescentes eram alunos de oito centros educativos que foram selecionados por meio de amostragem aleatória simples. Para levantamento dos dados foram utilizadas duas escalas, uma sobre consumo de substâncias e problemas de conduta e outra sobre estilos de socialização parental.

As conclusões apontam que os estilos de socialização mantêm forte relação com o uso de substâncias e problemas de conduta. Comparativamente aos jovens que cresceram em lares autoritários e intolerantes, os que se desenvolveram em famílias com perfil tolerante consomem menos drogas, têm menos problemas de conduta na escola e baixas taxas de delitos. Observa-se que tanto os que adolescentes que vivenciaram perfis paternos autoritários quanto aqueles criados com perfis negligentes desenvolvem ampla disfuncionalidade comportamental. Isso implica que o estilo de socialização familiar de tendência tolerante atua como fator de proteção ao consumo de drogas quanto a problemas de conduta (MARTÍNEZ *et al.*, 2013).

Prather e Golden (2009), em artigo de discussão teórica, examinam a Teoria da Aprendizagem Social e a qualidade das relações entre pais e filhos desde a perspectiva da análise do comportamento. Os autores procuram fornecer uma justificativa para uma abordagem de tratamento comportamental para jovens infratores e seus pais. Através desse enfoque teórico, oportuniza-se compreender o contexto social e qualidade da relação do jovem

com sua família por meio do exame integrado de aspectos interacionais que favorecem o desenvolvimento e manutenção quer de comportamentos prossociais quer de antissociais.

Os resultados indicam que o impacto do abuso e da negligência nas relações familiares tem implicações importantes para a qualidade da relação entre pais e filhos, implicando que quanto menor essa qualidade maior a probabilidade de delinquência. Uma constatação sobre a delinquência é que as associações diferenciais (interações com os pares) surgem como dominantes na regulação e controle comportamental posteriores ao contexto familiar. Contudo, as primeiras experiências associadas ao abuso e à negligência junto a familiares, apesar de não causarem linearmente problemas de conduta, sinalizam vulnerabilidade a outros problemas comportamentais futuros (PRATHER; GOLDEN, 2009).

Buck (2014), em pesquisa empírica, procurou explorar os processos familiares que podem permitir que as crianças substituam as tendências antissociais, assim como os efeitos que a diminuição do comportamento antissocial pode ter sobre os processos de criação e regulação infantil. Foram analisados dados longitudinais de 1.022 crianças do NICHD *Study of Early Child Care and Youth Development*. O estudo examinou a natureza transacional da sensibilidade materna, processos infantis e declínios do comportamento antissocial ao longo da infância. Os achados implicam uma relação bidirecional e sugerem um modelo bioecológico de desenvolvimento.

O comportamento antissocial correlacionou-se de maneira negativa com a sensibilidade, habilidades sociais, regulação emocional e positivamente com atribuições hostis. Já a sensibilidade foi associada positivamente com habilidades sociais, regulação de emoções e negativamente com atribuições hostis. Os resultados demonstraram que os declínios naturais no comportamento antissocial previam e eram previstos pela sensibilidade materna, regulação emocional e habilidades sociais, mas apenas em determinados pontos do desenvolvimento infantil. A sensibilidade materna até os 54 meses de vida e a regulação emocional na primeira série predisseram quedas naturais no comportamento antissocial no jardim de infância e na terceira série, respectivamente (BUCK, 2014).

Amezcuca *et al.* (2016), a partir de investigação empírica, objetivaram conhecer a relação entre o ambiente familiar, a supervisão dos pais e a gravidade do comportamento antissocial em adolescentes infratores. A amostra foi constituída por de 86 jovens infratores, de 12 a 21 anos, do sexo masculino e que responderam a questionários de autorrelato sobre comportamento antissocial, ambiente familiar e supervisão parental. Em relação as questões sociodemográficas, a maioria dos menores (42,4%) estava no Ensino Médio, antes de ser detido 65,1% residia a maior parte do tempo em casa, apenas 27,9% moravam com ambos os pais e

17,4% não moravam com nenhum deles. No que tange aos delitos, 59,3% relataram ter sofrido violência e assaltos e 51,2% disseram ter cometido atos antissociais graves.

Os autores defendem que a família é uma estrutura rica em laços afetivos de deferentes tipos e que mantém importância vital na educação das crianças. Afirmam que a qualidade do ambiente e relações familiares não dependem, necessariamente, da estrutura familiar (monoparental ou biparental), mas sim a facilidade dos pais em interagir e se comunicar com seus filhos. Portanto, é necessário que haja um ambiente familiar baseado na comunicação e no apoio e que incentive a comunicação mais livre entre os adolescentes e seus pais, para que a supervisão parental seja mais facilmente alcançada. Isso ajudará os jovens a não se envolverem em comportamentos delitivos (AMEZCUA *et al.* (2016).

Por fim, ainda no que tange a dimensão familiar, Prust e Gomide (2007), mediante a estudo empírico, buscaram avaliar se havia diferenças entre o comportamento moral de famílias de risco e de não risco. Participaram do estudo 60 famílias que foram classificadas (em de risco ou não risco) a partir da aplicação de inventário sobre estilos parentais que abordava práticas educativas positivas e negativas. O Questionário de Comportamento Moral foi respondido por dois grupos, um de risco e outro de não risco. Cada grupo foi formado por 30 adolescentes e seus pais. No grupo de risco, a média de idade das mães era de 42,1 anos, dos pais de 44,1 e dos adolescentes de 14,4. Já no grupo de não risco, a média das mães foi de 42,3 anos, dos pais de 44,9 e dos adolescentes de 13,6. No que se refere a escolaridade, o grupo de risco apresentou taxas mais rebaixadas em relação ao grupo de não risco.

Após as análises estatísticas dos dados obtidos pelo questionário, oportunizou-se a organização de um índice de comportamento moral de cada participante que foi obtido pelo somatório dos valores atribuídos as respostas em relação as seguintes variáveis honestidade, atos antissociais, trabalho, justiça, generosidade, culpa, vergonha, empatia e uso de álcool. Por meio de testes não paramétricos, avaliou-se, comparativamente, o índice de comportamento moral dos componentes das famílias de risco e das de não risco. Os resultados indicam que os membros das famílias agem de forma semelhante em relação à moralidade, isto é, quando os pais apresentam níveis elevados de comportamento moral, os filhos também os apresentam. O comportamento moral, dado sua natureza que envolve respeito, empatia e noção de justiça, é agente protetivo para condutas delitivas e antissociais (PRUST; GOMIDE, 2007).

Outro importante tópico concernente ao eixo um *Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem* diz respeito as competências socioemocionais. Estas são compreendidas como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a melhor adaptação do sujeito ao seu contexto sociorrelacional, com vistas a promoção de uma formação integral do

ser, vinculando estratégias de desenvolvimento focadas em processos singulares de aprender a conhecer, conviver, trabalhar e ser (ABED, 2016).

Nesse sentido, Romero, Cummings e Velázquez (2016), em trabalho empírico, examinam a influência da percepção do ambiente comunitário e das competências socioemocionais na geração ou prevenção comportamento agressivo em jovens. Foram pesquisados 970 estudantes do Ensino Médio residentes em contextos de risco psicossocial. A amostra era constituída por 50% de homens e 50% de mulheres com idade no intervalo de 12 a 17 anos. Foram aplicadas três escalas: uma como foco na percepção de insegurança na comunidade, outra para medir as competências socioemocionais com 48 itens do tipo Likert e uma última para identificar a forma (manifesta ou relacional) e a função (reativa ou proativa) da agressividade na escola.

Os resultados indicam que as mulheres, comparativamente aos homens, se sentem mais seguras em suas comunidades, assim como apresentam maiores habilidades interpessoais e mais experiências de emoções positivas, porém menos otimismo e autoestima. No que tange a agressão, os homens pontuaram expressivamente mais que as mulheres nesse tipo de comportamento. A percepção de risco na comunidade apresenta ligeira relação com os comportamentos agressivos para ambos os sexos. Esse aspecto somado as habilidades interpessoais, o manejo da raiva e de emoções positivas predizem comportamentos agressivos reativos em homens na taxa de 20,2%, no entanto, em mulheres, este nível é reduz para 14,9%. As habilidades socioemocionais são negativamente correlacionados com o comportamento agressivo, dado que sua prática auxiliar na adaptação ao contexto e favorece o enfrentamento funcional das diversas situações da vida (ROMERO; CUMMINGSY; VELÁZQUEZ, 2016).

Em abordagem semelhante, Romero, Estrada e Guajardo (2012), através de investigação empírica, buscam identificar a relação entre a competência socioemocional e variáveis sociodemográficas com os comportamentos dos adolescentes. Aplicou-se um inventário sobre quociente emocional, instrumento de autorrelato com 60 itens em formato Likert, e uma escala de condutas dissociadas, composta por 27 itens também em formato Likert, junto a 471 adolescentes. Essa amostra tinha média de idade de 14,3 anos, sendo 44% do gênero masculino e 56% do feminino. Desses jovens, 4% já viveram em situação de rua e 4,5% afirmaram pertencer a uma gangue.

Verificou-se que, a partir da aplicação do ponto de corte da escala de conduta dissociada, descobriu-se que 18% da amostra total estava em risco de apresentar comportamentos violentos e antissociais. Após separar e analisar, especificamente, o grupo de alunos que declararam participar de gangues, essa taxa aumenta para 32% dentre eles e reduz para 16% no restante da

amostra. Após análise de variância por gênero, verificou-se que os homens apresentam uma tendência maior para conduta dissocial, notadamente nas escalas que medem o roubo e o vandalismo. Já as mulheres, em relação as competências socioemocionais, tiveram um escore mais elevados em habilidades interpessoais (ROMERO; ESTRADA; GUAJARDO, 2012).

Concluiu-se que havia correlações negativas importantes entre comportamentos de desajuste social e as competências socioemocionais, especialmente, as habilidades interpessoais, controle do estresse e humor. As competências socioemocionais favorecem a consideração pelos outros e a qualidade das relações interpessoais, sendo assim um fator de proteção na transição da infância para a vida adulta (ROMERO; ESTRADA; GUAJARDO, 2012).

No tocante aos programas e intervenções de promoção de habilidades relacionais e emocionais no transcurso do desenvolvimento para a prevenção de condutas delitivas ou na intervenção junto a adolescentes com comportamentos delinquentes, abaixo apresentam-se duas experiências exitosas nesse âmbito. Bierman, *et al.* (2010), em estudo longitudinal, procurou examinar o impacto de um programa de aprendizagem socioemocional junto a uma amostra de 2.937 crianças que permaneceram nas mesmas escolas de intervenção ou controle na 1ª, 2ª e 3ª séries. O estudo envolveu um ensaio controlado e randomizado com agrupamentos envolvendo conjuntos de escolas.

O programa PATHS (*Promoting Alternative Thinking Strategies*) se propõe a promover competências socioemocionais e reduzir problemas de agressão e comportamento em crianças em idade escolar, ao mesmo tempo em que aprimora o processo educacional em sala de aula. O programa fundamenta-se na aplicação de um modelo de currículo baseado na aprendizagem de competências socioemocionais junto a grade de matérias escolares da pré-escola à 6ª série. O currículo é projetado para ser usado por educadores e conselheiros em um modelo de prevenção e promoção universal de competências. As atividades do PATHS incluem desenvolver habilidades de avaliação e expressão de sentimentos por parte do aluno, de controle de impulsos, de autoconsciência, resolução de problemas, interpretação de situações sociais e comunicação verbal e não-verbal (BIERMAN, *et al.*, 2010).

O estudo de Bierman, *et al.* (2010), examinou os principais efeitos da intervenção, bem como a forma como os resultados foram afetados pelas características da criança e pelo ambiente escolar. Os efeitos positivos da exposição ao programa incluíram redução da agressão e aumento do autocontrole e comportamento prossocial. Os resultados demonstram também que, além dos efeitos sobre a melhora do comportamento social, as percepções dos professores sobre a conduta em sala de aula, o cumprimento de tarefas e o envolvimento acadêmico

melhoraram (BIERMAN, *et al.*, 2010).

Fisher e Gilliam (2012), a partir de um estudo revisional, descrevem o programa "*Multidimensional Treatment Foster Care*" (MTFC). Trata-se de um programa multicomponente baseado em evidências que fornece tratamento para crianças e adolescentes com condutas problemáticas e antissociais, constituindo uma alternativa para internação. Inspira-se no modelo de aprendizagem social que se originou no Centro de Aprendizagem Social de Oregon nas décadas de 1960 e 1970.

Crianças com comportamentos extremamente agressivos ou delitivos apresentam uma relação disfuncional com a família e comunidade, tendo sido historicamente encaminhados para tratamento residencial e outras realocações fora do lar. Contudo, a internação, além da apartação social, apresenta sérios efeitos iatrogênicos, essencialmente o contágio entre pares, através do qual crianças e adolescentes com problemas de comportamento antissocial, essencialmente, reforçam o comportamento negativo do outro (FISHER; GILLIAM, 2012).

O MTFC oportuniza um treinamento com os pais (biológicos ou adotivos) sobre modelos de gestão comportamental empregados junto as crianças, sendo acompanhados e apoiados ao longo de toda trajetória do programa. As crianças são incluídas em um programa de gerenciamento socioemocional adequado ao seu desenvolvimento etário. Há um sistema de níveis no qual a supervisão e o reforço variam conforme o nível da criança, promovendo condutas prossociais, empáticas, respeitosas e colaborativas (FISHER; GILLIAM, 2012).

Frente as modalidades clássicas de internação ou cuidados em grupo, os jovens egressos do MTFC apresentam menos encaminhamentos criminais e menos dias gastos em detenção, bem como tiveram taxas mais baixas de abuso de substâncias. Dado o alto custo e a eficácia limitada da internação para crianças e adolescentes com graves problemas de comportamento ou delinquência, o MTFC surge como uma alternativa viável (FISHER; GILLIAM, 2012).

O eixo dois, *Traços de Personalidade*, engloba elementos de reconhecida relevância nas pesquisas de abordagem comportamental sobre o fenômeno da antissocialidade. O construto personalidade é aqui conceituado enquanto uma organização relativamente estável e duradoura do funcionamento do indivíduo, sendo constituída por um conjunto de traços que se colocam como predisposições de resposta a um dado contexto e que apresentam interações entre si e com o ambiente interno e externo ao indivíduo (ESTEVES, 2014; MORIZOT; KAZEMIAN, 2015). O traço de personalidade, por sua vez, surge como um elemento organizador e deduzível das características gerais do comportamento (SCHULTZ; SCHULTZ, 2011).

Desde um enfoque comportamental, os estudos abaixo apresentam os principais traços de personalidade que mantem relação explicativa com o surgimento e manutenção de comportamentos antissociais. Fuentes, García e Lila (2011), por meio de estudo empírico, analisaram a relação entre o autoconceito e uso de substâncias em adolescentes. Como amostra, utilizou-se 632 adolescentes (52,5% homens e 47,5% mulheres), entre 12 e 17 anos. O autoconceito é avaliado a partir de um questionário de medida multidimensional de 30 itens que se propõe a analisá-lo dentro de cinco dimensões: autoconceito acadêmico, autoconceito social, autoconceito emocional, autoconceito familiar e autoconceito físico. Utiliza-se, ainda, escalas para medir a socialização parental, personalidade, competência pessoal e uso de drogas.

Compreende-se o autoconceito como um conjunto de ideias ou crenças que o sujeito tem de si mesmo e que englobam elementos de sua concepção como um ser físico, social e afetivo, vinculando-se as explicações sobre seu funcionamento cognitivo e comportamental (GARCÍA *et al.*, 2011). Os resultados da pesquisa mostraram que há relação negativa entre a o autoconceito (familiar, acadêmico e físico) e o uso de substâncias, ou seja, inversamente proporcionais. A dimensão social do autoconceito relacionou-se, de início, positivamente com o consumo de substâncias. No entanto, essa relação deixa de ser significativa quando se controla o efeito estatístico do sexo e da idade, tanto na aplicação de correlações parciais quanto na análise de covariância. Reforça-se a ideia de autoconceito como um importante correlato do bem-estar psicológico e um construto teórico básico para explicar os comportamentos adaptativos e desadaptativos na adolescência (FUENTES; GARCÍA; LILA, 2011).

Em relação a impulsividade, outro importante traço de personalidade, Andreu e Penado (2013), mediante a pesquisa empírica, tomam por objetivo verificar se diferentes dimensões da impulsividade variam em distintos grupos de adolescentes agressivos (reativo, proativo e misto) e não agressivo. A amostra foi constituída por 400 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos. Em relação a escolaridade da amostra, tinha-se que 78,3% dos adolescentes estavam matriculados no Ensino Médio, 20,1% no Ensino Superior e 1,6% no Ensino Profissionalizante. Aplicou-se um questionário de agressão proativa e reativa com 23 itens e uma escala de impulsividade de 30 itens, a qual avalia três tipos de impulsividade: a cognitiva, a motora e a não planejada. Os diferentes grupos de adolescentes agressivos e não agressivos foram determinados de acordo com os escores do primeiro questionário, dando origem a três grupos distintos: a) adolescentes agressivos-reativos, b) adolescentes proativos-agressivos e c) adolescentes agressivos mistos (reativos-proativo).

Por impulsividade, compreende-se as dificuldades no manejo do autocontrole associado a elevação da reatividade e da sensibilidade frente a situações disparadoras,

produzindo uma reação intensa e desproporcional. Por agressividade reativa, entende-se aquela emergente frente a uma situação de ameaça ou provocação, implicando em ações hostis e emocionalmente carregadas; normalmente vinculada a problemas de conduta na adolescência. Já a agressividade proativa caracteriza-se pela ativação de recursos e estratégias que são postas em prática para obter um benefício pessoal, não exigindo uma ativação emocional negativa, dado que seu principal atributo é frieza e premeditação. Esse padrão de agressividade é vinculado ai com comportamento antissocial e delitivo. Por fim, a agressividade mista combina as características das duas tipologias anteriores (RAINE, 2006).

Os resultados sugerem que os grupos de adolescentes agressivos apresentaram níveis mais elevados de impulsividade geral do que os adolescentes não agressivos. A impulsividade comportamental foi significativamente maior nos três grupos de adolescentes agressivos em relação aos adolescentes não agressivos. Em relação aos diferentes grupos de adolescentes, 76,8% dos participantes do estudo foram classificados como não agressivo (48,5% homens e 51,5% mulheres) e o restante, 23,3%, como agressivos (54,8% homens e 45,2% mulheres). Em relação a grupos de adolescentes agressivos, o reativo atingiu 9% desta amostra (50% homens e 50% mulheres), enquanto o grupo proativo atingiu 16% (64,3% homens e 35,7% de mulheres) (ANDREU; PENADO, 2013).

Em perspectiva semelhante, porém em estudo posterior, Penado, Andreu e Peña (2015) investigaram o diferencial de peso que as variáveis do tipo individual (impulsividade, comportamento antissocial e desinibição) possuem em distintos tipos de agressão em adolescentes. Utilizou-se de uma amostra de 640 adolescentes, com idades entre 12 e 17 anos, sendo 48,8% homens e 51,6% mulheres. Foram utilizadas quatro escalas para mensurar as variáveis impulsividade, comportamento antissocial, desinibição e agressividade.

Observou-se que os três tipos de agressividade (reativa, proativa e mista) se correlacionam significativamente com todas as variáveis que compõem os fatores de risco individuais. Foram encontradas maiores correlações entre comportamento antissocial e agressividade proativa ($r = 0,626$; $p < 0,01$) e misto ($r = .601$; $p < .01$) e entre agressividade reativa e impulsividade ($r = .426$; $p < .01$). Indica-se um peso diferencial das diferentes variáveis do tipo individual na predição de agressividade proativa e reativa, sendo a primeira caracterizada por comportamento antissocial e a segunda pela impulsividade. Conclui-se que a agressividade não é um construto unidimensional, bem como deve-se levar em consideração que os adolescentes manifestam diferentes tipos de comportamento agressivo e cada um deles está fundamentado em processos cognitivos, emocionais e comportamentais diferenciados (PENADO; ANDREU; PEÑA, 2015).

Ocampo e Campos (2015), por sua vez, a partir de investigação empírica, buscou determinar o nível preditivo da busca por sensações e da impulsividade no comportamento antissocial de adolescentes. Como amostra, participaram 408 jovens, sendo 49,8% homens e 50,2% mulheres, com idades entre 11 e 16 anos. No que se refere a escolaridade, todos cursavam o Ensino Médio, sendo 21,3% no 1º ano, 44,2% no 2º ano e 34,5% no 3º ano. Foram utilizadas duas escalas, uma para busca de sensações, com 13 itens agrupados em três dimensões (busca de aventuras e risco, busca de prazer e cautela), e outra para impulsividade, com quatorze itens que se consideram em uma escala Likert. Por busca de sensações, entende-se um traço de personalidade que se vincula a necessidade de experimentar variadas e complexas sensações e ao desejo de correr riscos físicos e sociais pelo simples fato de disfrutar de tais experiências (ZUCKERMAN, 1994).

Os resultados do estudo mostraram que o fator impulsividade e a busca pelo risco explicavam 31% da variância do comportamento antissocial. Os resultados indicaram que não houve diferenças significativas entre homens e mulheres nas variáveis estudadas, contudo os homens obtiveram pontuações ligeiramente mais altas em comportamento antissocial, busca de aventuras e risco e busca por prazer do que as mulheres, as quais alcançaram pontuações um pouco maiores em impulsividade e cautela. A impulsividade, a busca por prazer e a busca de aventuras e risco associaram-se positivamente ao comportamento antissocial, já a dimensão da cautela vinculou-se negativamente (OCAMPO; CAMPOS, 2015).

Ainda em relação a busca de sensações, Herrero e Colom (2008) exploram a estrutura desse construto em amostras representativas de homens retirados da população geral (N = 397) e detentos do sexo masculino (N = 183). As amostras foram comparadas sem considerar sua preferência por atividades fisicamente arriscadas. Foram aplicadas uma escala de busca de sensações, com 40 itens organizados em quatro dimensões: busca de emoção e ventura, suscetibilidade ao tédio, busca de experiência e desinibição. Do mesmo modo, aplicou um questionário de personalidade baseado no modelo PEN de Eysenck (1996).

Observa-se que a amostra prisional tem uma pontuação significativamente mais elevada em todas as dimensões. Ademais, sugere-se que, em geral, os detentos tendem a se sentirem entediados com mais facilidade, a ser mais extrovertidos (desinibidos) e a buscar novas experiências de maneiras não convencionais. A análise discriminante indica que a busca por experiências não convencionais é a faceta que mais contribui para diferenciar as duas amostras. Já o papel de outras dimensões, como a desinibição, parece ser sensível à natureza específica da amostra de detentos, mas não contribuiu para diferenciar robustamente os grupos (HERRERO; COLOM, 2008).

Formiga (2010), em estudo empírico a partir da modelagem de equação estrutural, avaliou a influência dos hábitos de lazer sobre as condutas desviantes em jovens. A amostra foi constituída por 710 sujeitos entre 15 e 22 anos que responderam a uma escala sobre atividades de hábitos de lazer, outra sobre condutas antissociais e delitivas e um questionário sociodemográfico. No estudo predominou a participação de mulheres (52,1%) e de solteiros (94%). A amostra foi não probabilística, pois a intenção era garantir a validade externa dos resultados.

Os hábitos de lazer, em uma visão psicossociológica, a depender da relação com os pares e da direção valorativa assumida pelo jovem, podem adotar uma dada convencionalidade social, explicando, assim, sua probabilidade de envolvimento com comportamentos desviantes. A transgressão das normas socialmente aceitas como forma de diversão e lazer, especialmente quando vinculadas a uma apartação do envolvimento da família e escola, teriam tendência se configurarem como atos desviantes (e.g. agressividade, uso de drogas) (FORMIGA, 2010).

As conclusões apontaram que os hábitos hedonistas (busca de uma diversão individualista), se associaram positivamente as condutas antissociais. Tais hábitos assumem uma tendência egocêntrica e narcisista, dando legitimidade a comportamentos de risco, caracterizando a busca de novas experiências, de prazer e emoção e saída da monotonia sem consideração com as repercussões morais de tais atos. Já os hábitos instrutivos (diversão com ênfase de formação cultural e intelectual) associaram-se negativamente com as condutas antissociais. Esses hábitos fazem referência a experiências de aperfeiçoamento e crescimento, notadamente de caráter coletivo, oportunizando um desenvolvimento maduro e em sintonia com a convenção social, gerando uma socialização de bem-estar (FORMIGA, 2010).

Em relação a outros traços de personalidade, Vasconcelos *et al.* (2008), por meio de estudo correlacional (*ex post facto*), têm por escopo comprovar a adequação de um modelo causal à explicação de comportamentos socialmente desviantes, considerando a contribuição dos traços de personalidade (neuroticismo, extroversão e busca de sensações). Para tanto, constituiu-se uma amostra de 755 estudantes com idades variando de 16 a 26 anos. Os participantes responderam a três instrumentos, uma escala de condutas antissociais, um inventário de personalidade baseado nos Big Five e uma escala de busca de sensações. A partir de fundamentação teórica na área, os autores adotaram 4 hipóteses: o traço de personalidade *neuroticismo* explicará diretamente as condutas antissociais; o traço de personalidade *extroversão* explicará diretamente as condutas antissociais; o fator geral de *busca de sensações* explicará diretamente as condutas antissociais; as condutas antissociais predirão diretamente as condutas delitivas.

Os resultados indicam que, em relação a faixa etária e sexo, os homens com idades entre 16 e 20 anos são mais propensos a apresentarem comportamento antissocial. Os autores argumentam que as justificativas para as alterações baseadas no gênero são devidas a natureza da socialização, que nos homens é focada na ação e nas mulheres no diálogo. Já em relação a idade, o embasamento se dá em virtude de a faixa etária relatada no estudo situar-se na adolescência, etapa do desenvolvimento de maior vulnerabilidade ao comportamento antissocial. Observou-se, ainda, que traços neuroticismo e busca de sensações foram os únicos que predizem satisfatoriamente as condutas antissociais diretamente. A extroversão não explicou satisfatoriamente (VASCONCELOS *et al.*, 2008).

O neuroticismo traduz-se em ansiedade, tensão e emotividade. Sujeitos com tal traço tendem a alta probabilidade de desenvolver problemas de autoestima, afetos negativos, tristeza e irritabilidade, bem como maior reatividade e vulnerabilidade ao estresse (JOHN.; SRIVASTAVA, 1999). Já a busca de sensações, como dita anteriormente, envolve o desejo de busca de novas e intensas experiências. Altos buscadores de sensação são não conformistas e tendem a apreciar o risco, apresentando uma maior tendência a antissocialidade (VASCONCELOS *et al.*, 2008; ZUCKERMAN, 1994).

Abella e Bárcena (2014), em abordagem análoga, através de investigação empírica, analisam as implicações da personalidade em problemas comportamentais disruptivos durante a adolescência. A amostra foi composta por 264 adolescentes, 145 homens e 119 mulheres, entre 16 e 18 anos de idade. Foram utilizados três questionários, sendo dois sobre personalidade (baseados no PEN e Big Five) e um acerca de problemas de conduta. Para identificar os grupos de sujeitos com padrões semelhantes, usou-se técnicas de análise de cluster. Após, para verificar as diferenças nos perfis de personalidade derivados das análises de *cluster*, foi realizada análise de variância.

As análises permitiram organizar quatro grupos em relação aos problemas de conduta: a. *resiliente*, com baixa taxa de tendência antissocial ou disruptiva; b. *desinteresse escolar*, com pontuações elevadas em hábitos de trabalho escolar disfuncionais; c. disruptivo moderado, com taxas medianas de tendência antissocial; e d. disruptivo, que obteve altas pontuações em todas as condutas problemáticas (ABELLA; BÁRCENA, 2014).

A partir do modelo PEN, o grupo disruptivo teve as maiores pontuações em psicoticismo, extroversão e neuroticismo quando comparada aos demais grupos, sendo as diferenças em extroversão pouco significativas. Por outro lado, o grupo resiliente obteve as menores pontuações nesses três quesitos. Em relação ao Big Five, o grupo disruptivo apresentou elevadas pontuações em neuroticismo e extroversão, mas muito baixas nas dimensões da

amabilidade e conscienciosidade. O grupo resiliente resultou no oposto. Em síntese, o exame das variáveis mostrou, por meio de análise de regressão, que taxas altas de neuroticismo e o psicoticismo no modelo de Eysenck, bem como escores elevados em neuroticismo e baixos em amabilidade e conscienciosidade, no modelo do Big Five, foram os principais preditores do comportamento disruptivo (ABELLA; BÁRCENA, 2014).

Por fim, ainda em relação ao eixo *Traços de Personalidade*, Torrent e Vazsonyi (2012), mediante a pesquisa empírica, analisa as características de personalidade e os estilos de interação entre pais e filhos que estão relacionados a diferentes manifestações de comportamento desviante na adolescência (abuso de drogas, vandalismo e roubo). A amostra é composta por 652 adolescentes, 282 meninos e 370 meninas, com idade média de 16,93 anos. Os dados foram coletados como parte do *Study of Adolescent Development and Problem Behaviors* (ISAD), uma investigação transnacional que inclui onze países. Os participantes responderam a perguntas sobre informações demográficas, como idade, sexo, estrutura familiar e educação do pai e da mãe, assim como processos familiares e medidas de personalidade e comportamento externalizante.

Em relação à personalidade, a partir do modelo Big Five, as variáveis extroversão, neuroticismo, amabilidade e conscienciosidade são aquelas que estão vinculadas ao comportamento externalizante. A extroversão se relacionou positivamente com todas as subescalas de desvio, já o neuroticismo foi positivo para o roubo. A amabilidade e a conscienciosidade correlacionaram-se de modo significativo com as subescalas de desvio, porém em uma perspectiva negativa. A abertura ao novo não se relacionou com nenhuma subescala. No que se refere às práticas parentais, os estilos de interação positiva estão negativamente relacionados ao comportamento antissocial, enquanto o conflito o faz positivamente. E no que tange a relação entre práticas parentais e personalidade, a proximidade e a comunicação estavam positivamente associadas à extroversão, amabilidade, conscienciosidade e abertura ao novo, enquanto a correlação com o neuroticismo era negativa (TORRENT; VAZSONYI, 2012).

7 MODELOS INTEGRATIVOS

O presente estudo, até o momento, procurou apresentar uma análise de teorizações acerca do comportamento antissocial mediante uma revisão integrativa de literatura e posterior organização epistemológica em quatro aproximações expostas nos capítulos anteriores. Evidenciou-se a existência de diferentes, e por vezes antagônicos, modelos explicativos do construto em questão, a depender das perspectivas epistemológicas e metodológicas adotadas. Contudo, destacou-se também que, a despeito das especificidades apresentadas, as abordagens concordam com o fato de que o fenômeno da antissocialidade se caracteriza por um estilo atitudinal de ruptura de parâmetros e princípios esperados e/ou desejados, quer seja do ponto de vista clínico, moral, legal ou comportamental.

Predominantemente nas últimas quatro décadas, no intuito de equalizar as discrepâncias e sintonizar perspectivas equivalentes, houve importante incremento na emergência de estudos que apresentam modelos integrativos como referenciais explicativos no estudo do comportamento antissocial (ESTEVES, 2014; FERNÁNDEZ, 2010; SANTOS, 2008). Tais modelos pressupõe a análise do fenômeno a partir de uma epistemologia pluralizada, considerando aspectos oriundos de linhas teóricas diferentes e, ocasionalmente, complementares. Considerando esse aspecto, o presente capítulo teve como foco a análise e discussão das teorias explicativas do comportamento antissocial classificadas como modelos integrativos, buscando, em contraponto com as perspectivas categoriais, construir um panorama mais parcimonioso e integrador na compreensão fenômeno.

A chamada *Teoria Integradora de Schneider* (1994) apresenta uma explicação para o fenômeno da delinquência infantil e juvenil mediante integração de teorizações sociológicas e comportamentais sobre o tema. O autor sugere que a delinquência tem origem em processos disfuncionais de aprendizagem social, advogando que o desenvolvimento da sociedade é, marcadamente, modelado por transformações estruturais e socioeconômicas, as quais oportunizam mudanças no estilo de vida e nas normas que determinam comportamentos humanos. Como a aprendizagem de novos comportamentos e normas ocorre com distintas velocidades e nem sempre em consonância com as mudanças estruturais e socioeconômicas, pode-se resultar daí uma série de conflitos de valores no processo de aprendizagem social, que, caso não resolvidos, podem ter consequências disjuntivas como falta de coesão comunitária e delinquência (SCHNEIDER, 1994).

Nessa perspectiva, inicia-se o desenvolvimento de subculturas e de grupos de jovens delinquentes, nos quais o comportamento delitivo é aprendido por intermédio de modelos comportamentais de autoafirmação, habituação e ausência de legitimação frente a necessidade de conformar-se a normas e valores (BARNES, 2006; GONZÁLEZ, 2003). Segundo Schneider (1994), crianças e jovens participam de atividades delinquentes conforme a presença e intensidade do apoio e incentivo a estas ações frente a condutas normativas e desejáveis.

Sugere, também, que, comparado com crianças e jovens não delinquentes, os indivíduos que comentem atos delitivos não desenvolveram afeto e apego funcional aos seus pais e professores, não aprenderam a construir relações interpessoais saudáveis, não estabelecem objetivos de longo prazo e em consonância com valores sociais e não veem representatividade nas leis, portanto, não as cumprem (BARNES, 2006; GONZÁLEZ, 2003). Por fim, o autor indica a existência de dois níveis de delinquência: a *primária*, notadamente menos grave, não seria indicativo de um padrão comportamental consolidado, mas sim de atos pontuais, circunscritos e passageiros; e a *secundária*, um agravamento da primária devido a questões contextuais e de aprendizagem, se caracterizando pela gravidade dos atos, reincidência e construção identitária baseada na delinquência (SCHNEIDER, 1994).

O *Modelo Integrador de Elliot, Huizinga e Ageton* (1985) engloba e associa quatro grandes tradições teóricas dentro dos estudos do comportamento antissocial: a teoria da Anomia de Merton, a Teoria do Controle Social de Hirschi, a Teoria da Aprendizagem Social e Bandura e a da Associação Diferencial de Sutherland. Dadas suas características plurais e ampliadas, bem como sua paridade com abordagens sociológicas, os autores consideram esse modelo uma reformulação da Teoria do Controle Social de Hirschi (LUENGO *et al.*, 1999).

A releitura oportunizada por essa abordagem ocorreria mediante a duas vias. A primeira seria a indicação de três fatores causais para a não vinculação do indivíduo à sociedade convencional, quais seriam: a *tensão* entre objetivos desejados e os meios de sua obtenção nos contextos sociais da família e da escola, denotando pressão por resultados e falta de oportunidades; a *desorganização social* (conflitos interpessoais, escassos laços sociais e dificuldades socioeconômicas) que debilita a interação do indivíduo com a comunidade; e as *falhas na socialização* por parte da família e da escola, que enfraquecem as possibilidades de aquisição de habilidades relacionais (ELLIOT; HUIZINGA; AGETON, 1985; SANTOS, 2008).

A segunda via sugeriria que apenas a falta de vínculos convencionais não seria suficiente para explicar a aquisição de condutas desviantes, sendo necessário, portanto, apontar outros meios que, somados, justificassem tal abordagem comportamental. Nesse contexto,

mesmo reconhecendo que a motivação para transgredir é inerente a natureza humana, Elliot, Huizinga e Ageton (1985) advogam sobre o imperativo de um outro elemento para disparar a desviância. Sustentam, pois, a necessidade de o indivíduo entrar em contato e associar-se a grupos de iguais que reforcem e induzam a realização de atos criminosos, sendo para ele, portanto, um modelo comportamental que, invariavelmente, influenciará o surgimento e manutenção de comportamentos antissociais e delitivos.

Assim, o Modelo Integrador deixa claro sua amplitude teórica ao considerar o comportamento antissocial a partir de uma abordagem múltipla, que abarca tradições sociológicas e comportamentais diversas. Oportuniza, nesse sentido, uma releitura da clássica Teoria do Controle Social, mediante a problematização dos fatores relativos a não vinculação do indivíduo a sociedade convencional e da complexificação da aquisição e manutenção do comportamento antissocial para além da questão do vínculo, resgatando o elemento da associação com pares desviantes e aprendizagem social (OLWEUS; LIMBER, 2010; FERNÁNDEZ, 2010).

A *Teoria da Conduta-Problema* de Jessor e Jessor (1977) emerge como uma outra importante abordagem integrativa no trato do comportamento antissocial. Surgido no final dos anos de 1970, esse modelo destaca-se pela sua amplitude, dado que integra uma grande quantidade de fatores de risco e proteção elencados por outras abordagens dentre eles: entorno sociocultural, contextos grupais socializadores e personalidade. Busca explicar o desenvolvimento de condutas desviantes na adolescência como uso de drogas e delinquência, reconhecendo que uma ampla variedade de comportamentos dessa natureza respondia a determinantes iguais (JESSOR; JESSOR, 1977).

Esse modelo foi responsável pelo desenvolvimento do termo *conduta problema*, o qual se referia a uma série de comportamentos socialmente reprováveis ou que rompiam com as normas convencionais, sendo explicados pelos mesmos fatores de risco. Sua ocorrência oportunizava, concomitantemente, o surgimento de uma resposta de controle que poderia ser leve, como reprovação ou censura, ou severa, como o encarceramento (JESSOR, 2006; FERNÁNDEZ, 2010). Os autores advogam que, dada a etiologia em comum, as diferentes condutas problema se organizariam como uma *síndrome de desviação*, ou seja, um amplo espectro de condutas que variavam em intensidade, frequência e duração, porém tinham bases causais análogas. Nesse ponto, não seria aceitável que, na tentativa de entendê-las ou resolvê-las, incidissem sobre elas intervenções de natureza diferenciada, tratando-as como elementos distintos, mas sim uma ação unificada e integral (JESSOR; JESSOR, 1980).

Os autores defendem que a conduta problema não se configura, necessariamente, como uma ação irracional ou psicopatológica, mas sim apresenta um caráter propositivo, instrumental e funcional, sendo, por vezes, a maneira que o adolescente encontra para lograr certos objetivos importantes em seu desenvolvimento como: obter respeito e aceitação no grupo de amigos, lidar com a frustração e fomentar autonomia frente aos pais (JESSOR, 2006). Seu surgimento é explicado mediante a interação de distintos sistemas de influência psicossocial. De início, tem-se os aspectos antecedentes como estrutura sociodemográfica (organização familiar e de trabalho dos pais) e fatores de socialização (meios de comunicação e valores familiares), os quais servem como base para outras influências (JESSOR; JESSOR, 1980).

Contudo, o núcleo explicativo do surgimento de tais condutas centra-se na interação de variáveis pessoais (*sistema de personalidade*) e socioambientais (*sistema ambiental percebido*), as quais estão configuradas por diferentes fatores (distais e proximais, inibidores e favorecedores). O sistema de personalidade é composto por: estrutura motivacional (objetivos e expectativas), estrutura de crenças pessoais (crença sobre si e sobre a sociedade) e estrutura pessoal de controle (tolerância à frustração e estratégias de resiliência). Já o sistema ambiental percebido, dimensão subjetiva do ambiente, é formatado por: estrutura distal (que faz referência à orientação do adolescente frente à sua família e amigos) e estrutura proximal (prevalência e aceitação de conduta problema em contextos psicossociais) (JESSOR; DONOVAN; COSTA, 1990).

A interação entre ambas as variáveis gerará padrões de conduta distintos e mutuamente inibitórios: o desviado, que é caracterizado por estruturas de condutas problema, e o ajustado, que se destaca pelas estruturas de conduta convencional e socialmente adequadas (JESSOR, 2006; JESSOR; DONOVAN; COSTA, 1990). Dentro de cada padrão, há sintonia interna e as condutas são relacionadas entre si. Nesse sentido, tanto indivíduos com condutas convencionais quanto os com conduta problemática mostrarão diferentes modalidades comportamentais congruentes dentro de seu padrão de funcionamento. Assim, a Teoria da Conduta-Problema apresenta-se como um modelo multivariado sobre o comportamento antissocial (SANTOS, 2008).

Em relação as abordagens categoriais e tradicionais, a *Teoria Interacional* de Thornberry (1987) contempla uma perspectiva mais evolutiva e dinâmica na compreensão do comportamento antissocial. Por entender o fenômeno como algo complexo, concebe que ele não pode responder a uma causalidade simples e unidirecional, mas sim emerge como resultante de processos bidirecionais e interativos que ocorrem durante o desenvolvimento, nos quais

indivíduo não apenas recebe influências do meio (família, escola e comunidade), mas também seu próprio comportamento intervém sobre os agentes causais.

Nessa abordagem, há uma clara disposição integrativa no que se refere a combinação de tendências explicativas atinentes ao controle social e a associação diferencial. Thornberry (1996) aponta que a disjunção do apego à família ou à escola é um dos fatores fundamentais na constituição do fenômeno da delinquência. Contudo, indica que, além da fragilidade nos laços com a sociedade convencional, conforme sugerem as teorias de controle social, o surgimento do comportamento antissocial, necessariamente, depende de um contexto de aprendizagem. A ausência de vínculo convencional não é suficiente, sendo necessário, portanto, aprender a delinquir, notadamente, por meio da associação a contextos desviantes como grupo de amigos, nos quais a aprendizagem reforça o surgimento e a manutenção de comportamentos antissociais e facilita a internalização de atitudes criminosas (THORNBERRY, 1987).

O diferencial dessa abordagem frente a outras perspectivas integrativas é o caráter da reciprocidade ou de mútua influência entre os agentes “causais” e as “consequências”. Por entender a unidirecionalidade explicativa não é suficiente para esclarecer a complexidade do fenômeno, o autor aponta que a falta de vínculo aos contextos convencionais oportuniza a delinquência, contudo a própria delinquência contribui com a fragilidade nos vínculos com tais contextos. Do mesmo modo, o envolvimento com grupos desviantes tanto aumenta a probabilidade de ocorrência de atos delitivos, quanto é por eles influenciada, já que tais condutas levarão a maior chance de envolver-se com esses coletivos (THORNBERRY, 1996).

O modelo pressupõe, portanto, o caráter não estático das condutas delinquentes dado sua condição de modelar, em um processo relacional contínuo, o meio em que emerge e se mantém. Sendo assim, por sua dinamicidade, esse tipo de fenômeno contribui para sua própria causação, configurando uma espiral de influências que, invariavelmente, sugere o risco de cronificação dessas condutas (THORNBERRY; KROHN, 2000; WELCH; PAYNE, 2012).

Dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, o autor aponta, ainda, a necessidade em se atentar para a idade de início do comportamento antissocial. O aparecimento em idades precoces explica-se por fatores etiológicos temperamentais (personalidade), familiares (práticas educativas inadequadas), pedagógicos (baixo rendimento e conflitos com colegas) e estruturais (adversidades socioeconômicas) que se cruzam e interagem reciprocamente dando espaço a emergência de condutas desadaptativas nos primeiros anos de vida e posterior cronificação. Em idades mais tardias, as condições socioeconômicas desempenham função basilar, criando ambiente de estresse familiar e dificuldade na criação de vínculos convencionais, em resultado

há prejuízo no rendimento escolar e aumento de risco de envolvimento com pares desviantes (FERNÁNDEZ, 2010; THORNBERRY, 1996).

Sugere-se que quanto mais precoce é o início desse tipo de comportamento, maior a chance de que os déficits e prejuízos experimentados pelo sujeito sejam mais severos e persistentes, já que os efeitos da bidirecionalidade criam um ciclo de retroalimentação, bem como menos provável o desenvolvimento de fatores protetivos, em comparação com os de risco (FERNÁNDEZ, 2010; WELCH; PAYNE, 2012). Vale-se ressaltar, que existe a probabilidade de abandono da carreira delitiva e adoção de um estilo de vida convencional, sobretudo nos delinquentes de início tardio. Esse fato ocorre pois tais indivíduos tendem a experimentar condições menos extremas, além do fato de que, por vezes, apresentam fatores protetivos potencialmente melhor desenvolvidos dos que os de início precoce e que fazem frente ao ciclo da antissocialidade. Nesses casos, a delinquência não se deve, necessariamente, à ausência de recursos pessoais e sociais, mas a fenômenos maturacionais da adolescência como a busca de autonomia e independência (THORNBERRY, 1987, 1996).

Outra relevante contribuição no contexto explicativo do comportamento antissocial em uma abordagem integral é a *Teoria do Equilíbrio do Controle* de Tittle (1995, 2004). A partir de uma perspectiva de integração sintética de ideias de outras teorizações, o autor propõe a construção de uma teoria geral da conduta desviante que explicasse comportamentos que a maioria de um coletivo considerasse inaceitável ou que evocassem uma resposta negativa, quer sejam criminosos (delitos) ou não (desviantes). Segundo o autor, na explicação tais comportamentos, seria necessário conjugar dois elementos distintos: predisposição à desviância e circunstâncias situacionais.

Em relação as circunstâncias situacionais, tem-se três aspectos: *provocação*, situações de estímulo como insultos e desafios; *oportunidade*, condição situacional necessária para cometer um ato delitivo; e *percepção da inexistência de restrições*, ausência de mecanismos de controle que obstaculizem o ato. No que se refere à predisposição à desviância, elemento central do modelo, apresenta-se a ideia de *equilíbrio (razão) de controle*. A premissa é que a motivação para cometer um ato antissocial, bem como sua tipologia (se delitivo ou desviante), dependeria da relação entre a quantidade de controle que um indivíduo pode exercer (exercido) e a quantidade a que está submetido (exposto). Essa é a chamada razão de controle, a qual está condicionada a fatores como personalidade, status ocupacional, relação com indivíduos influentes e participação em instituições de prestígio e poder (TITTLE, 1995, 2004).

Se a quantidade de controle frente ao qual o indivíduo está exposto é igual ou compatível com a que ele pode exercer, existe um equilíbrio do controle e as condutas

antissociais não ocorrerão. Contudo, se a relação é desarmônica ou discordante por excesso ou falta de controle (exercido ou exposto), aumentam os riscos para emergência de tais condutas. Nesse sentido, a conduta desviante seria um dispositivo que os indivíduos usam para se esquivar da falta de controle (baixo controle exercido e alto controle exposto) ou para exercer o superávit de controle (alto controle exercido e baixo controle exposto) (PRATT, 2014; TITTLE, 1995, 2004).

A razão de controle e a probabilidade de ocorrência de comportamentos antissociais mantém entre si relação em forma de gráfico curvilíneo (formato de “U”), ou seja, aumentando a razão de controle (no sentido crescente ou decrescente), aumenta-se também a probabilidade de ocorrência de comportamentos antissociais. Nesse sentido, a teoria prevê tipologias antissociais produzidas a partir de distintos desequilíbrios (PRATT, 2014).

Quando há déficit de controle (exercido), tem-se três situações: pequeno déficit de controle, são produzidos delitos como depredação e manipulação; déficit de controle mediano, menor possibilidade de atuação e presença de atos de agressão, vandalismo ou hostilidade; déficit de controle alto, indica baixa atuação e a conduta desviante será de submissão. Por outro lado, se há excesso de controle (exposto), tem-se também três situações: leve excesso de controle, denota surgimento de delitos “seguros” e indiretos como de exploração e crime de colarinho branco; excesso de controle mediano, implica em ações relacionadas a grandes delitos (terrorismo); e alto excesso de controle, denota atos impulsivos e irracionais (tortura) (TITTLE, 1995, 2004).

Em relação ao *Modelo do Desenvolvimento Social* de Catalano e Hawkins (1997), outra proposição integrativa nesse campo de estudo, concebe-se um padrão teórico que, a semelhança de alguns citados anteriormente, se inspira na abordagem do controle social, buscando fazer uma releitura, bem como baseia-se no modelo da aprendizagem social e da associação diferencial. A partir da integração de evidências empíricas sobre os fatores de risco e proteção, os autores tentam detalhar os mecanismos de desenvolvimento da conduta prossocial e da antissocial, com foco nos processos de socialização, destacando que nessa última categoria são incluídas não só comportamentos delitivos (*ilegais*), mas também aquelas que violam normas sociais acordadas (*desviantes*).

A premissa fundamental reside no fato de que tanto comportamentos prossociais quanto os antissociais tem origem em processos em comum. A partir desse aspecto, a variação na conduta dependerá da qualidade e do tipo de vínculo que estabelece em seus ambientes de socialização; quando o vínculo com contextos prossociais é forte, o resultante é o comportamento prossocial, em contrapartida, quando o vínculo com ambientes antissociais é

forte, tem-se o desenvolvimento de comportamentos antissociais (CATALANO; HAWKINS, 1997). Nesse sentido, rompe com modelos clássicos de controle social, os quais contemplam os vínculos sociais apenas como inibidores da conduta desviante. (HIRSCHI, 1969).

A vinculação com contextos sociais por parte do indivíduo, por sua vez, depende de quatro condições: perceber oportunidades de participação; ter recursos pessoais para desenvolver as interações; interagir com o contexto e o coletivo do ambiente social; e entender que sua implicação acarreta benefícios. Os autores entendem que, ao longo da socialização, paralelamente, são produzidos processos de socialização tanto com ambientes prossociais como com os antissociais, sendo o resultado final um produto que dependerá das forças relativas dos dois processos (WHITE, 2006; FERNÁNDEZ, 2010).

Catalano e Hawkins (1997) reconhecem, ainda, que os contextos de socialização exercem diferentes influências nos indivíduos a depender de seus períodos evolutivos ou momentos de vida. Nesse sentido, há submodelos específicos correspondentes a cada etapa de desenvolvimento, ressaltando, contudo, que esses períodos não são independentes entre si. Partilha-se, portanto, da ideia de complexificação progressiva na qual a conduta antissocial de uma etapa influencia as demais, reconhecendo-se os efeitos recíprocos entre os elementos dos submodelos.

Na etapa pré-escolar, os vínculos com a família e cuidadores próximos são aspectos fundamentais de influência, quer de natureza prossocial ou antissocial a depender do perfil dos integrantes desse ambiente. Já na fase escolar, a implicação nas atividades acadêmicas, a relação com os professores e colegas de sala surgem como fatores basilares, sendo que, quando gratificantes e oportunizadoras, facilitam o desenvolvimento de condutas prossociais. Na adolescência, o grupo de amigos se converte na força de socialização primária e, conforme os aspectos atitudinais e comportamentais que caracterizem o grupo, pode-se desenvolver ou não atos de tendência antissocial (WHITE, 2006; CATALANO; HAWKINS, 1997).

Na obra *General Theory of Crime* (1990), em parceria com Gottfredson, Hirschi apresenta a discussão do autocontrole vinculado a dimensão do crime. Na chamada *Teoria do Autocontrole*, os autores adotam um modelo teórico integrador, propondo uma explicação genérica para os comportamentos tanto delitivos quanto os não delitivos, porém reprováveis socialmente, apreciando-os por um único referencial, o qual os conceberia como atos de força ou fraude com objetivo de suprir interesses particulares dos indivíduos. (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

A Teoria do Autocontrole desenvolve uma nova visão sobre as teorias do controle social, dando primazia as diferenças interpessoais, defendendo a existência de uma propensão

individual ao crime que, combinada a outros fatores e situações, oportuniza atos delitivos e desviantes. Essa teoria resgata as noções clássicas da criminologia, as quais compreendiam o crime a partir de uma escolha racional do indivíduo. O delito manifesta a natureza hedonista e egocêntrica do ser humano, buscando o prazer imediato e evitando a dor ao adotar comportamentos que levam em consideração o custo-benefício do ato dentro do contexto. Nesse sentido, o crime se assemelha à comportamentos desviantes não delitivos (e.g. uso de drogas e condutas sexuais de risco), sendo esses comumente manifestos em indivíduos criminosos (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990; SÁ, 2015).

Um elemento fundamental na teoria é a interação entre oportunidade contextual e características individuais na explicação dos comportamentos desviantes e delitivos. Segundo os autores, alguns indivíduos apresentam capacidade administrar e conter o hedonismo enquanto outros não apresentam níveis satisfatórios de autocontrole. Disfuncionalidades nesse traço configuram-se como elementos basilares que integram outras características individuais (e.g. orientação focada no presente, busca de sensações, dificuldades em planejar objetivos de longo prazo e baixa tolerância a frustração), que tendem a aumentar o risco de cometer delitos (BURT; SIMONS; SIMONS, 2006; GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1993).

Nesse enfoque, a presença de autocontrole seria um agente protetivo para o não cometimento do crime ou ato desviante, bem como um aspecto que favoreceria a vinculação do sujeito com a sociedade convencional. Em contrapartida, sua ausência ou rebaixamento seria fator de risco para atos delitivos e teria reflexos no baixo grau de compromisso social do indivíduo para com o coletivo e valores morais. O autocontrole ausente não seria fator causal do crime ou comportamentos desviantes, mas oportunizaria sua emergência em um dado contexto oportuno que se traduziria pela facilidade e disponibilidade de variáveis à prática desses atos (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990). Na explicação do crime, essa abordagem não dá primazia aos aspectos culturais, ambientais ou econômicos, bem como às crenças morais de legitimação, mas sim às diferenças individuais dos sujeitos no cometimento do ato.

Os autores pontuam, ainda, que o autocontrole é adquirido por meio da socialização, primordialmente, no contexto familiar e nas etapas iniciais da vida. Nesse aspecto, uma vez estabelecido e constituído, o autocontrole permanece com certa estabilidade ao longo da vida do indivíduo, tendo influência direta no não cometimento de atos desviantes. Tal estabilidade e aquisição precoces explicam, igualmente, o fato de que sua ausência tem efeitos duradouros na apresentação de comportamento antissociais ao longo da vida, especialmente, em pessoas que exibem um número significativo de tais atos desde a infância (BURT; SIMONS; SIMONS, 2006; GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1993).

Vale-se ressaltar que Gottfredson e Hirschi (1990) criticam uma série de ideias tradicionais na criminologia dentre as quais: a diferenciação entre tipologias criminais e entre tipos de delinquentes (advogam que todas respondem ao mesmo mecanismo explicativo causal) e aprendizagem de comportamento delitivos (negam a relevância do grupo de iguais como agente de influência sobre o comportamento, sendo o autocontrole baixo faz com que o indivíduo selecione amigos delinquentes) (SÁ, 2015). Concomitante, recebem críticas como a indicação da natureza tautológica das suas colocações, por explicar o baixo autocontrole a partir de aspectos comportamentais delitivos sem operacionalizá-lo, e por não esclarecer a curva de delinquência em função da idade, na qual a adolescência é destacadamente mais acentuada que demais etapas (SANTOS, 2008).

Ainda na perspectiva de visões integrativas sobre o comportamento antissocial, apresenta-se o chamado *Modelo Integrativo de Farrington*, o qual teve sua origem a partir dos resultados de um estudo longitudinal realizado em Cambridge e que tratava de explicar a gênese das condutas delitivas (FARRINGTON; OHLIN; WILSON, 1986). Esse modelo, assim como os anteriores, integra uma série de outras teorizações e contribuições do campo a fim de oportunizar maior versatilidade e amplitude explicativa ao fenômeno, dentre elas: o modelo da aprendizagem social, a teoria da associação diferencial, a teoria das subculturas, o modelo da desigualdade de oportunidades e modelo do controle social.

Segundo essa abordagem, a delinquência seria produto de um processo interacional entre o indivíduo e o ambiente, no qual a motivação para cometer o delito parte do desejo por bens materiais, prestígio social ou busca de sensações, sendo o crime colocado como um método ilegal para atender a tais necessidades (FARRINGTON, 1992). Contudo, o autor sugere que a motivação para o delito não é constante e pode sofrer modulações e adaptações a partir de crenças ou atitudes interiorizadas sobre as leis e normas sociais. Além desses aspectos, o ato delitivo também é influenciado por fatores situacionais imediatos (oportunidades contextuais) e pela análise das consequências do ato em um cálculo de ganhos e perdas para a realização de futuros delitos (YANG; WONG; COID, 2010; FARRINGTON, 1992).

Farrington, Ohlin e Wilson (1986) apontam como conclusões práticas, baseados nesse modelo, que indivíduos socioeconomicamente mais vulneráveis tem maior propensão à antissocialidade, pois não podem alcançar legalmente suas metas e desejos. Do mesmo modo, os jovens violentados ou maltratados por seus pais têm maior chance de cometer delitos pois não adquiriam a autorregulação interna de seu comportamento. Ainda nessa perspectiva, crianças provenientes de famílias delinquentes ou jovens que se relacionam com grupos delinquentes tenderiam, igualmente, a desenvolver atitudes favoráveis ao delito, dado que a

delinquência teria validação entre seus pares e contextos (FARRINGTON; OHLIN; WILSON, 1986).

O autor apresenta, ainda, a expressão *tendência antissocial* para recorrer as diferenças individuais na implicação com atos delitivos e antissociais. Advoga, pois, a favor de que, ainda frente a um mesmo ambiente, algumas pessoas são mais propensas do que outras a ceder às condutas delitivas. Essa tendência seria definida como uma predisposição geral, estável e consistente do indivíduo que auxiliaria na compreensão da continuidade temporal (duração e repetição) e versatilidade (variações tipológicas) das condutas antissociais. Dentre os fatores que influenciam tal tendência, Farrington (1992) aponta: impulsividade, tomada de riscos, dificuldades na postergação de gratificações, baixa autoestima e empatia, déficits de QI, frieza emocional, egocentrismo, ausência de culpa ou remorso, baixo autocontrole e normas e princípios internos que favorecem o delito (YANG; WONG; COID, 2010).

O Modelo Integrativo de Farrington oportuniza um marco explicativo que toma como centrais aspectos relativos tanto as dimensões psicológicas individuais como as situacionais que interagem mutuamente na modulação do comportamento antissocial. Da mesma forma, orienta a adoção de uma abordagem evolutiva do fenômeno no sentido de explicar sua manifestação, continuidade e versatilidade, concebendo os delitos e crimes como subtipos de uma categoria mais ampla identificada por comportamentos antissociais (FARRINGTON; OHLIN; WILSON, 1986; FARRINGTON, 1992).

Por fim, apresenta-se o *Modelo Ecológico* de Bronfenbrenner (1977, 1987), o qual concebe o desenvolvimento da conduta humana em uma perspectiva integrada à noção de ambiente ecológico. Este, por sua vez, é visto como um conjunto de estruturas seriadas e organizadas em distintos graus de complexidade, por meio dos quais os níveis posteriores incluem os anteriores em uma lógica convergente. Para tanto, o autor indica quatro estruturas: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. A capacidade de formação de um sistema depende da existência de interconexões, de modo que todos os níveis propostos dependem uns dos outros e participam conjuntamente de diferentes contextos.

O *microsistema* faz referência ao nível mais imediato no qual se desenvolve o indivíduo (núcleo familiar), podendo funcionar como um contexto efetivo e positivo de desenvolvimento ou desempenhar um papel destrutivo e disruptivo. O *mesossistema* compreende as inter-relações dos entornos sociais nos quais o sujeito participa ativamente (comunidade imediata), por exemplo a vizinhança, o trabalho e a escola, este último especialmente relevante no desenvolvimento dos adolescentes. O *exossistema* indica a um contexto amplo que não inclui a pessoa como sujeito ativo, mas que, por conter outros

indivíduos significativos para ele, as interações e decisões tomadas nesses espaços o influenciam diretamente (comunidade institucional), tal qual o ambiente de trabalho dos pais em relação a criança. Por fim, tem-se o *macrossistema* que se configura como o entorno cultural, ideológico, social e político de uma dada sociedade em determinada época, a qual afeta o indivíduo de maneira modular suas condutas e ações, localizando-as em um contexto normativo amplo (BRONFENBRENNER, 1977, 1987).

O Modelo Ecológico representa um referencial teórico para a análise dos fatores de risco e proteção associados ao comportamento antissocial e delitivo, pois problematiza a relação entre o ambiente e o desenvolvimento dos indivíduos (BRONFENBRENNER, 1977, 1987). A exposição de crianças e adolescentes a ambientes conforme a valoração, intensidade e frequência poderia contribuir tanto para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e criminais como para comportamentos prossociais. No entanto, um ambiente familiar adverso, um bairro conflituoso, com venda de drogas, brigas de rua, uma escola com adolescentes delinquentes e uma cultura de não respeitar as leis, podem gerar comportamentos antissociais e delitivos nos jovens (SANABRIA; RODRÍGUEZ, 2010).

Esse modelo foi, posteriormente, modificado pelo autor a fim de implementar uma nova concepção de desenvolvimento humano a partir de uma compreensão bio-ecológica. Nesse sentido, o desenvolvimento é concebido como um fenômeno de continuidade e mudança das características biopsicológicas dos seres humanos, tanto dos grupos como dos indivíduos. A experiência vivencial do indivíduo junto ao ambiente ocupa lugar central nesse modelo, tanto as de natureza objetiva quanto as subjetivas (BRONFENBRENNER; CECI, 1994). No transcurso de vida, o processo de desenvolvimento se dá por meio de etapas progressivamente mais complexas junto a um organismo biopsicológico, incluindo nas variáveis características pessoais (genéticas) e do ambiente (proximal ou distal), localizadas em um *continuum* de mudanças ao longo do tempo. Tal modelo teórico é denominado de Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT).

As nove proposições teóricas abordadas até aqui demonstram a multiplicidade de aportes e enfoques explicativos acerca do fenômeno da antissocialidade, cada uma, a sua maneira, possibilitando uma visão integrativa do fenômeno e se utilizando de uma série de variáveis e fatores para abordar o construto comportamento antissocial. Dadas suas singularidades, não é possível ou empiricamente viável apontar que alguma seja melhor ou mais robusta que a outra, em realidade são pontos de vista diversos, com epistemes específicas, sobre o mesmo fenômeno.

Não obstante, mesmo com perspectivas distintas ou, por vezes, complementares, as

proposições concordam e se alinham em pelo menos seis tópicos, os quais serão abaixo analisados. O primeiro elemento em comum entre as abordagens faz referência a *multicausalidade do comportamento antissocial* que, dado a complexidade de seu surgimento e manutenção, é visto como um construto junto ao qual uma série de fatores de ordem biológica, sociocultural e legal, de maneira interativa e concomitante, interatuam (CATALANO; HAWKINS, 1997; JESSOR; JESSOR, 1977; THORNBERRY, 1987; SCHNEIDER, 1994). Tais fatores organizam-se em termos de risco (aumento da probabilidade de ocorrência) ou proteção (redução da probabilidade de ocorrência) e influenciam de modos diferentes os indivíduos, a depender do contexto, idade e antecedentes.

O segundo elemento em comum entre as abordagens é a *noção evolutiva do comportamento antissocial*, tomando-o a partir de uma vertente ligada ao desenvolvimento, sugerem que o construto mantém relação com as etapas de vida do indivíduo e tem a tendência a complexificação, sendo, por vezes, vistos como precursores de condutas delitivas futuras (CATALANO; HAWKINS, 1997; THORNBERRY, 1987). Essa vertente, tipicamente comportamental, sugere que o comportamento antissocial se organiza em termos de um *continuum* evolutivo, sendo precedido por condutas problemáticas simples (não patológicas ou ilegais) e que, ao sofrer influências de uma série de fatores de risco, tende a se tornar mais complexo, crônico e variado (patologia ou delito).

O terceiro aspecto corrobora com a afirmativa anterior ao considerar que as abordagens defendem a *ampliação do objeto de estudo* do campo, passando de condutas problemáticas, desviantes ou delitivas, típico das teorias clássicas, para o comportamento antissocial. As pesquisas tradicionais, comumente, utilizavam em seus estudos amostras de contextos carcerários, delitivos ou grupos desviantes, vinculando o fenômeno, de modo majoritário, ao crime e ao desvio social. Nesse sentido, rompendo com esse paradigma, compreende-se o fenômeno como categoria ampliada e para além da dimensão criminal ou patológica, vinculando-o a outras variáveis, amostras e contextos de emergência (ELLIOT; HUIZINGA; AGETON, 1985; GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990; JESSOR; JESSOR, 1977; TITTLE, 1995).

O quarto ponto diz respeito a compreensão dos efeitos de *relação recíproca entre a conduta antissocial e os fatores de risco ou proteção*. Tal afirmativa indica que as abordagens integrativas concebem que a antissocialidade não se manifesta apenas como produto ou consequência direta de fatores que modelam seu surgimento e manutenção, tal como sustentava as aceções tradicionais. Contrariamente, defendem que o próprio comportamento tende a

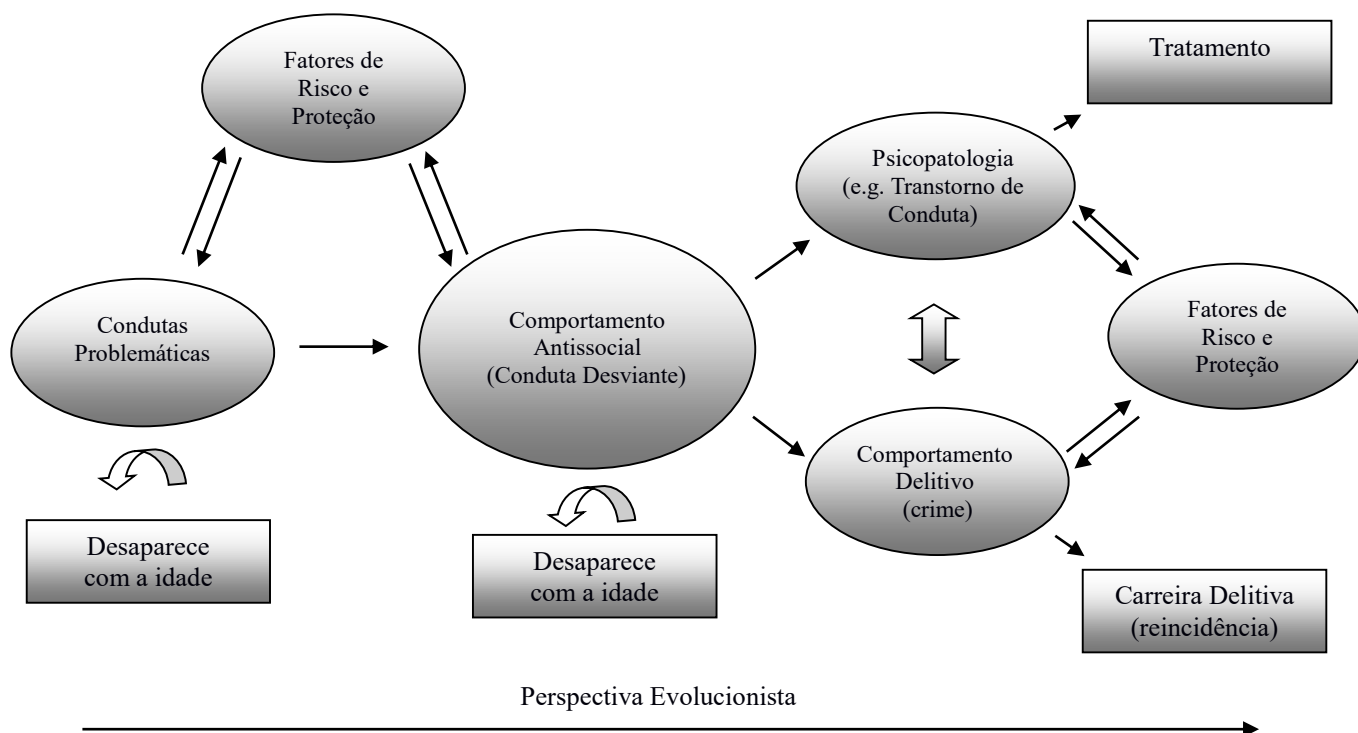
influenciar seus agentes causais e mantenedores, estabelecendo para com esses uma relação de reciprocidade e feedback (CATALANO; HAWKINS, 1997; THORNBERRY, 1987).

O quinto elemento comum entre as abordagens faz referência a *adoção de métodos longitudinais* nos estudos sobre o comportamento antissocial, sobretudo dada a natureza do fenômeno e suas manifestações (FARRINGTON; OHLIN; WILSON, 1986). Sendo a perspectiva evolutiva amplamente apontada como a de maior robustez na explicação da antissocialidade, justifica-se a adoção de métodos que favoreçam o acompanhamento amostral ao longo do tempo, analisando as variações e modificações em suas características.

Por fim, um último elemento compartilhado pelas teorias que se propõem integrativas no trato do comportamento antissocial é primazia explicativa dada aos *fatores psicossociais*. Embora não se ignore o papel e a influência dos fatores de base biologicista e macrossocial, os aspectos de natureza psicossocial gozam de ampla notoriedade nas teorias integrativas. Dente esses, destacam-se os relativos a fatores pessoais ou psicológicos e os referentes ao entorno microsocial como família, escola e grupo de amigos, os quais, na atualidade, parecem ter maior poder explicativo sobre o fenômeno da antissocialidade e basear mais modelos teóricos e programas de intervenção na área (JESSOR; JESSOR, 1977; SCHNEIDER, 1994; THORNBERRY, 1987; TITTLE, 1995).

Após expostos os principais modelos integrativos na explicação do fenômeno da antissocialidade, buscou-se, nessa seção final, realizar uma integração conceitual dos termos e ideias apresentados dentro de uma abordagem evolucionista do fenômeno. O objetivo que subjaz essa integração é oportunizar a organização de um panorama sintético que contemple os principais conceitos discutidos. Nesse sentido, a figura abaixo apresenta um esquema em forma de diagrama, baseado no modelo de Fernández (2010), que resume as proposições mencionadas e expõe um quadro lógico de compreensão do construto comportamento antissocial em uma perspectiva integrativa.

Figura 2 – Esquema conceitual integrativo



Fonte: Fernández (2010), adaptado pelo autor.

Nesse esquema conceitual, o comportamento antissocial surge como elemento central dentro da abordagem integrativa e evolucionista no trato do fenômeno, sendo precedido por condutas problemáticas. São variantes menos complexas do comportamento antissocial e tipicamente vinculadas à infância e, de maneira especial, influenciadas por disfuncionalidades relacionais no contexto familiar. São condutas marcadas por atos inadequados ou inconvenientes, que não costumam ter gravidade quando comparadas aos comportamentos antissociais, mas que soam desagradáveis ou repudiáveis em seu contexto (SANABRIA; RODRÍGUEZ, 2010).

A depender das características pessoais do indivíduo, maior ou menor grau de vulnerabilidade, e da relação com outros fatores de risco e proteção, a conduta problemática pode retroceder com a idade ou evoluir para comportamentos antissociais mais complexos. Vale-se ressaltar que os fatores de risco e proteção apresentados no esquema são compreendidos como aspectos probabilísticos e, majoritariamente, de cunho psicossocial, que mantém relação recíproca de causa e efeito para com os elementos comportamentais (WANKLYN; YESSINE, 2014).

O comportamento antissocial, além de elemento central do esquema, é visto como categoria ampliada pois abarca aqueles outros de cunho psicopatológico e delitivo, sendo,

também, deles precursor. Associa-se, ainda a noção de conduta desviante não criminosa, porém socialmente inaceitável. Por sofrer efeitos diretos de fatores de risco e proteção e, reciprocamente, influenciá-los, pode regredir naturalmente com a idade ou avançar cronicamente despontando para duas vias: quadros psicopatológicos de tendência antissocial (como Transtorno de Conduta e Transtorno de Personalidade Antissocial) e comportamentos delitivos (criminosos) (MORIZOT; KAZEMIAN, 2015).

Estas duas são condições comportamentais que, dada sua posição de avanço no ciclo evolutivo do sujeito e por serem resultantes de um processo maturacional complexo envolvendo fatores de ordens e intensidades diferentes, tendem a ser mais cristalizados, duradouras e a não retroceder com a idade (WANKLYN; YESSINE, 2014). Os quadros psicopatológicos com traços antissociais tendem a ter além de fatores explicativos de natureza psicossocial, também os de fundo biológico, ademais costumam associar-se em comorbidade a outros quadros. Os comportamentos delitivos, em especial, seguem essa lógica cronificante e, frequentemente, sugerem a possibilidade de uma carreira delitiva (alta frequência e intensidade de atos criminosos) e reincidências. Há, ainda, possibilidade de ambos, quadro psicopatológico e comportamento delitivo, se relacionarem em graus e modos diversos, resultando em maior complexidade e agravo comportamental severo (MOFFITT; SCOTT, 2008).

Em síntese, o presente capítulo buscou analisar e discutir os principais modelos teóricos integrativos acerca do comportamento antissocial, que, notadamente, adotam uma perspectiva pluralizada e evolucionista na concepção do fenômeno. Tomando por base tais modelos, apontou-se suas características definicionais, abordagens teóricas e contribuições empíricas para o campo de estudo. Foram considerados: a Teoria Integradora de Schneider (1994), o Modelo Integrador de Elliot (1985), a Teoria da Conduta-Problema de Jessor (1977), a Teoria Interacional de Thornberry (1987), a Teoria do Equilíbrio de Controle de Tittle (1995,2004), o Modelo do Desenvolvimento Social de Catalano e Hawkins (1997), a Teoria do Autocontrole Gottfredson e Hirschi (1990) e o Modelo Integrativo de Farrington (1986) e o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1977, 1987).

Verificou-se que, a sua maneira, cada abordagem trouxe uma visão ampliada do fenômeno, tratando de conciliar e alinhar uma multiplicidade de fatores e aspectos que favoreciam a emergência e manutenção de tais condutas, rompendo com os clássicos modelos categoriais que abordam o construto a partir de aspectos específicos e restritivos. Fez-se uma análise das proposições concordantes dentre os vários modelos e apresentou-se um esquema conceitual integrativo para ilustrar as relações entre as concepções elementares.

8 CONCLUSÃO

O comportamento antissocial é um construto que se distingue por sua multiplicidade de causas e consequências, implicando em diversos fatores de risco e proteção, bem como caracteriza-se pela pluralidade de formas de apresentação e contextos de emergência. Desde perspectivas clínicas e psicopatológicas, passando por tendências sociológicas relativas ao desvio ante a normas até as condutas delitivas e criminais das abordagens jurídicas, o comportamento antissocial abrange vários elementos que tornam sua conceituação e estudo bastante complexos (ESTEVES, 2014; PENNEY; MORETTI, 2007; SANTOS, 2008).

Não existe um modelo epistemológico ou metodológico único que trate de explicar, satisfatoriamente, toda a complexidade do fenômeno, daí decorre a multiplicidade de enfoques de pesquisa que nutrem interesse pela área. As diferenças entre esses tipos de abordagens constituíram, como apontado por Olczak, Parcell e Stott (1983), um dos principais impedimentos para a obtenção de uma definição unificadora e consensual dentro desse campo de estudo, dando lugar a posições, por vezes, opostas com relação à metodologia considerada adequada para acessar seu estudo e avaliação. Desse modo, é correto afirmar que não há consenso sobre a natureza e a dimensionalidade do comportamento antissocial (FERNÁNDEZ, 2010; ROMERO; SOBRAL; LUENGO, 1999).

Levando em consideração esse cenário, este estudo buscou analisar a organização epistemológica das teorias explicativas do comportamento antissocial, atentando para as questões conceituais e metodológicas. Utilizou-se, para tanto, o método da revisão integrativa de literatura, a qual oportuniza a organização de um amplo panorama sobre o estado de conhecimento acerca de um fenômeno, verificando concordâncias e controvérsias no campo de pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Como referencial teórico, adotou-se o modelo proposto por Romero, Sobral e Luengo (1999) que sistematizaram as teorias do campo do comportamento antissocial em quatro aproximações: clínico-psiquiátrica, comportamental, legal e sociológica.

Dado o escopo proposto nessa pesquisa, o primeiro capítulo apresentou questões relativas à epistemologia da Ciência e discutiu-se os fundamentos da construção, organização e função de teorias científicas, com vistas a oferecer condições de avaliação e análise das formulações teóricas sobre o comportamento antissocial. No segundo capítulo, expôs-se tópicos referentes a nomenclatura e conceituação do construto, bem como discutiu-se os principais fenômenos a ele correlacionados, como agressividade, violência, fatores de risco e proteção,

traços de personalidade e valores humanos. Ainda nesse capítulo, porém em sua segunda parte, foram apresentadas as clássicas teorias do comportamento antissocial: a Criminologia Positiva de Lombroso (1876/2013), a Teoria da Anomia de Merton (2002), a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland (SUTHERLAND; CRESSEY, 1974), a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1977), a Teoria do Controle e Vínculo Social de Hirschi (1969) e o Modelo de Coerção de Patterson (PATTERSON; DEBARYSHE; RAMSEY, 1989).

O terceiro capítulo foi central nesse estudo, dado que nele foram apresentados e debatidos os materiais selecionados e analisados na revisão integrativa. Para tanto, estruturou-se em quatro tópicos a partir do modelo de sistematização de Romero, Sobral e Luengo (1999), discutindo os estudos a partir de cada grande aproximação. O primeiro tópico desse capítulo tratou da *abordagem clínico-psiquiátrica* do comportamento antissocial, atentando para as questões psicopatológicas (nosologia e semiologia) a ele vinculadas. Desse modo, apresentou-se 27 artigos discutidos a partir de quatro eixos: *Perspectivas Neuropsicológicas; Psicopatia e Transtorno de Personalidade; Transtorno de Conduta e Transtorno de Estresse Pós-Traumático; e Pacientes Psiquiátricos Forenses*.

O segundo tópico apresentou e discutiu a *abordagem sociológica*, compreendendo o comportamento antissocial a partir da noção de norma e desviância, bem como atentando para os efeitos de fatores de risco e proteção desde um enfoque social. Expôs-se 28 artigos, os quais foram apresentados e analisados a partir de dois eixos: *Perspectivas Macrossociais e Perspectivas Microssociais*. Já o terceiro tópico, trouxe a abordagem legal do fenômeno desde um ponto de vista jurídico-criminal, o qual o compreende a partir da noção de delito e delinquente, apontando fatores de risco ao cometimento de crime. A partir dessa perspectiva, foram trazidos 17 artigos, discutindo-os a partir de um eixo único: *Caracterização de perfil criminal e de práticas criminosas*.

Por fim, no tópico quatro, foi discutida a abordagem do comportamento antissocial desde uma aproximação comportamental, entendendo-o em uma noção ampliada de *continuum* dimensional, dando ênfase a elementos de personalidade, desenvolvimento e aprendizagem. Essa perspectiva tende a incluir tanto atos de natureza delitativa quanto aqueles que, mesmo não sendo ilegais, são vistos como socialmente inadequados ou patológicos. Nesse sentido, foram apresentados 23 artigos analisados dentro de dois eixos: *Perspectivas em Desenvolvimento e Aprendizagem; e Traços de Personalidade*.

O quarto capítulo trouxe modelos integrativos de compreensão do construto por meio de uma epistemologia plural. Emergente de modo predominante nas últimas quatro décadas, tais modelos buscaram fazer um contraponto com as perspectivas clássicas e categoriais, de

modo a equalizar as discrepâncias e sintonizar perspectivas equivalentes no trato do comportamento antissocial. Foram expostos e discutidos os seguintes modelos: a Teoria Integradora de Schneider (1994), o Modelo Integrador de Elliot (1985), a Teoria da Conduta-Problema de Jessor (1977), a Teoria Interacional de Thornberry (1987), a Teoria do Equilíbrio de Controle de Tittle (1995,2004), o Modelo do Desenvolvimento Social de Catalano e Hawkins (1997), a Teoria do Autocontrole Gottfredson e Hirschi (1990) e o Modelo Integrativo de Farrington (1986) e o Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (1977, 1987).

Esta revisão integrativa de literatura não teve a pretensão de contestar a validade dos trabalhos revisados, ao contrário, procurou apresentar a complexidade do campo de estudos do comportamento antissocial, atentando ao fato de que todo e qualquer empreendimento científico depende de um refinamento propositivo e teoricamente articulado. Nesse sentido, foram selecionados e analisados nessa pesquisa um total de 95 artigos, organizados em quatro aproximações epistemo-metodológicas. Detalhando as produções, em termos de bases de dados, obteve-se 26 artigos na *APA PsycArticles*, 20 na *Lilacs* e 49 na *Redalyc*. No que se refere ao idioma, foram 35 artigos em Inglês, 38 em Espanhol e 22 em Português. Em relação ao método, 19 artigos foram de natureza documental/revisional/teórico e 76 são estudos de campo/empíricos/experimental. Em termos de amostra, entre as tipologias apresentadas, destacou-se as que empregavam crianças e adolescentes em suas avaliações, com 37 artigos, ou seja, 48,6% do total de estudos de campo/empírico/experimental.

O principal avanço a se destacar com essa dissertação foi a construção de um vasto apanhado epistemo-metodológico das teorias explicativas do comportamento antissocial, inédito em língua portuguesa, que se espera servir de referência aos estudos e trabalhos nas áreas multidisciplinares para as quais o tema surge como demanda relevante. Ademais, esta pesquisa contribuiu com a apresentação e discussão de ampla gama de material em língua estrangeira sobre a temática do comportamento antissocial, facilitando seu acesso e uso nos estudos em Língua Portuguesa.

Admitindo a complexidade do objetivo para o qual se propôs, essa pesquisa reconhece que toda e qualquer base de dados, inclusive as que aqui foram utilizadas, apresentam alguma limitação em termos de abrangência dos artigos apresentados, fato que reflete na qualidade da revisão. Este estudo admite tal limitação, sobretudo em relação a abordagem jurídico-legal do construto. Sugere-se, portanto, que nos estudos futuros sobre o comportamento antissocial, preferencialmente numa perspectiva de meta-análise, as questões epistemo-metodológicas do construto sejam investigadas mediante ao uso de uma diversidade maior de bases de dados.

REFERÊNCIAS

- ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Constr. psicopedag.**, v.24, n. 25, p. 8-27, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v24n25/02.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- ABELLA, V.; BÁRCENA, C. PEN, modelo de los Cinco Factores y problemas de conducta en la adolescencia. **Acción psicológica**, v. 11, n. 1, p. 55-67, 2014. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/acp/v11n1/06_original6.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- ABIB, J.A.D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientia estudia**, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- ACHEMBACH, T. M. **Manual for the youth self-report and 1991 profile**. University of Vermont, 1991.
- AKERS, R. L. **Criminological theories**. Los Angeles: Roxbury, 1997.
- AKHTAR, R.; AHMETOGLU, G.; PREMUZIC, T. Greed is good? Assessing the relationship between entrepreneurship and subclinical psychopathy. **Personality and Individual Differences**, v. 54, n. 3, p. 420-425, 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886912004953>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- ALCÁZAR, M. A.; BOUSO, J.C.; VERDEJO, A. Análisis descriptivo de la actividad del Equipo Técnico de la Fiscalía de Menores de Toledo. Años 2001 al 2012. **Anuario de Psicología Jurídica**, v. 25, n. 1, p. 97-106, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1133074015000094>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicología social: perspectivas psicológicas y sociológicas**. Madrid: McGraw-Hill/Interamericana, 2003.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5)**. 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- AMEZCUA, L.C. *et al.* Relación entre supervisión parental y conducta antisocial en menores infractores del Estado de Morelos. **Salud mental**, v. 39, n. 1, p. 11-17, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/sm/v39n1/0185-3325-sm-39-01-00011.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- ANDERSON, S. *et al.* Ecology matters: Neighborhood differences in the protective role of self-control and social support for adolescent antisocial behavior. **American journal of orthopsychiatry**, v. 85, n. 6, p. 536, 2015. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/record/2015-52366-003>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ANDREWS, D. A.; BONTA, J. **The psychology of criminal conduct**. London: Routledge, 2014.

ANTOLÍN, L.; OLIVA, A.; FREIJO, E. B. A. Contexto familiar y conducta antisocial infantil. **Anuario de Psicología/The UB Journal of psychology**, v. 40, n. 3, p. 313-327, 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/970/97020869001/> >. Acesso em: 12 out. 2017.

ARCE, R. *et al.* Comportamiento antisocial en menores: Riesgo social y trayectoria natural de desarrollo. **Revista mexicana de psicología**, v. 27, n. 2, 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2430/243016324002.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

ARCE, R. FARIÑA, F.; NOVO, M. Competencia cognitiva en penados primarios y reincidentes: Implicaciones para la reeducación. **Anales de psicología**, v. 30, n. 1, p. 259-266, 2014. Disponível em: < http://scielo.isciii.es/pdf/ap/v30n1/psicologia_social4.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2017.

ARGOLO, M.J.R; GARBAYO, J. Crime e doença psiquiátrica: perfil da população de um hospital de custódia no Rio de Janeiro. **Jornal Bras. Psiquiatria**, nº 57 (4), p. 247-252, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n4/a04v57n4.pdf> >. Acesso em: 12 jun. 2017.

BABIAK, P.; HARE, R. D. **Snakes in Suits When Psychopaths Go To Work**. 1ª ed. New York: Harper Collins, 2006.

BANDURA, A. **Social learning theory**. New York: Prentice Hall, 1977.

BANDURA, A. Selective Moral Disengagement in the Exercise of Moral Agency. **Journal of Moral Education**, 31(2), 101-119, 2002. Disponível em: < https://web.stanford.edu/~kcarmel/CC_BehavChange_Course/readings/Additional%20Resources/Bandura/bandura_moraldisengagement.pdf >. Acesso em: 17 set. 2017.

BANDURA, A., AZZI, R. G., POLYDORO, S. A. J. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BAILEY, S. Juvenile delinquency and serious antisocial behavior. In Gelder, M. *et al.* **New Oxford textbook of psychiatry**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BARNES, G. M. *et al.* Effects of parental monitoring and peer deviance on substance use and delinquency. **Journal of Marriage and Family**, v. 68, n. 4, p. 1084-1104, 2006. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1741-3737.2006.00315.x> >. Acesso em: 18 ago. 2017.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a05.pdf> >. Acesso em: 12 out 2017.

BIDDLE, D. *et al.* Self-reported problems: A comparison between PTSD-diagnosed veterans, their spouses, and clinicians. **Behaviour Research and Therapy**, 40, p. 853-865, 2002.

Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12074378> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

BIERMAN, K. L. *et al.* The effects of a multiyear universal social–emotional learning program: The role of student and school characteristics. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 78, n. 2, p. 156, 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20350027> >. Acesso em: 12 ago. 2017.

BORJA, K.; SOLÍS, F. O. Los eventos traumáticos tempranos y su relación con la psicopatía criminal. **Revista chilena de neuropsicología**, v. 4, n. 2, p. 160-169, 2009. Disponível em: < <http://www.neurociencia.cl/dinamicos/articulos/276242-rcnp2009v4n2-10.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2017.

BRANDÃO NETO, W. *et al.* Jovens de unidades socioeducativas em regime de semiliberdade da FUNASE, Recife-PE: vivências e expectativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 529-538, 2010. Disponível em: < <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/147> >. Acesso em: 10 set. 2017.

BROIDY, L.M. *et al.* Developmental trajectories of childhood disruptive behaviours and adolescent delinquency: A six-site, cross-national study. **Developmental Psychology**, 39, p. 222-245, 2003. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12661883> >. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. **American Psychologist**, Washington, DC: American Psychological Association, n.32, p. 513-531, 1977. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/1978-06857-001> >. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **La ecología del desarrollo humano**. Barcelona, España: Paidós, 1987.

BRONFENBRENNER, U.; CECI, S. J. Nature-nurture reconceptualized: A bio-ecological model. **Psychological Review**, 101(4), p. 568-586, 1994. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7984707> >. Acesso em: 20 set. 2017.

BROOK, M.; KOSSON, D. S. Impaired cognitive empathy in criminal psychopathy: Evidence from a laboratory measure of empathic accuracy. **Journal of abnormal psychology**, v. 122, n. 1, p. 156, 2013. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23067260> >. Acesso em: 02 mar. 2018.

BUCK, K. A. Sensitivity, child regulatory processes, and naturally occurring declines in antisocial behavior across childhood. **Journal of Family Psychology**, v. 28, n. 6, p. 925, 2014. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25221971> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

BURT, S. A. Are there meaningful etiological differences within antisocial behavior? Results of a meta-analysis. **Clinical psychology review**, v.29, n.2, 2009. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19193479> >. Acesso em: 30 jul. 2017.

BURT, C. H.; SIMONS, R.L.; SIMONS, L.G. A longitudinal test of the effects of parenting and the stability of self-control: negative evidence for the general theory of

crime. **Criminology**, v. 44, n. 2, p. 353-396, 2006. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.2006.00052.x> >. Acesso em: 20 set. 2017.

CAICEDO, B.; JONES, K. The role of the neighborhood, family and peers regarding Colombian adolescents' social context and aggressive behavior. **Revista de salud pública**, v. 16, p. 208-220, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v16n2/v16n2a05.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

CAMPOS, E. O.; GARCÍA, J.G.; ARMENTA, M. Meta-análisis de la reincidencia criminal en menores: Estudio de la investigación española. **Revista Mexicana de Psicología**, v. 31, n.2, 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243033031004> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

CAPES. **Portal Periódico CAPES**. Busca avançada por assunto – Antisocial Behavior. Disponível em: < <https://bit.ly/2IUsBYS> >. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

CARRANZA, E. Justicia penal y sobrepoblación penitenciaria. Respuestas posibles. **Siglo XXI**, México, p.27-39, 2001. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=10124> >. Acesso em: 02 mai. 2018.

CASAROTTI, H. Actos violentos en patología mental. **Revista de psiquiatría Uruguay**, v. 74, n. 1, 2010. Disponível em: < http://www.spu.org.uy/revista/ago2010/02_ACTOS%20VIOLENTOS.pdf >. Acesso em: 05 set. 2017.

CATALANO, R. F.; HAWKINS, J. D. The social development model: A theory of antisocial behavior. In: HAWKINS, J.D. (Org.). **Delinquency and crime: Current theories**. Nova York: Cambridge University Press, 1997.

CAUSADIAS, J M. *et al.* Neuropsicología del crimen: función ejecutiva e inteligencia en una muestra de hombres condenados por homicidio en Panamá. **Acta Colombiana de psicología**, v. 13, n. 2, p. 47-56, 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79819279005> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

CEREZO, F.; MÉNDEZ, I.; ATO, M. Moderating role of family and friends' factors between disocial behavior and consumption in adolescents. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 13, n. 3, p. 171-180, 2013. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1697260013700218> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHOI, Y., HARACHI, T.W., GILLMORE, M.R. Y CATALANO, R.F. Applicability of the Social Development Model to urban ethnic minority youth: examining the relationship between external constraints, family socialization and problem behavior. **Journal of Research on Adolescence**, 15(4), p. 505- 534. 2005. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1532-7795.2005.00109.x> >. Acesso em: 12 out. 2017.

- CHUNG, H. L.; STEINBERG, L. Relations between neighborhood factors, parenting behaviors, peer deviance, and delinquency among serious juvenile offenders. **Developmental psychology**, v. 42, n. 2, p. 319, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2791995/> >. Acesso em: 14 jul. 2017.
- CISNEROS, J. L. Culture, youth and delinquency in the State of Mexico. **Papeles de Población**, v. 13, n. 52, p. 255-280, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/pp/v13n52/v13n52a10.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Reunião Especial de Jurisdição - CNJ**. Disponível em: < <https://goo.gl/ev3FBV> >. Acesso em: 10 nov. 2017.
- CONTRERAS, L.; MOLINA, V.; CANO, M. C. In search of psychosocial variables linked to the recidivism in young offenders. **The European Journal of Psychology Applied to Legal Context**, 3(1), p. 77-88, 2011. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3348097> >. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CÓRDOVA, H.M. Factores asociados y trayectorias del desarrollo del comportamiento antisocial durante la adolescencia: implicancias para la prevención de la violencia juvenil en América Latina. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 1, p. 129-142, 2008. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n1/v42n1a14.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2017.
- COVA, F. *et al.* Factores sociales, educacionales, familiares, inteligencia y riesgo de trastorno de conducta en adolescentes de sexo masculino. **Revista Mexicana de Psicología**, v. 28, n. 2, 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243029631005> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- CRUZ, M.J. *et al.* Relaciones entre estilos educativos parentales y agresividad en adolescentes. **Electronic Journal of Research in Educational Psychology**, v.12, p. 147-170, 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293130506007> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- CUERVO, K. *et al.* Characteristics of young offenders depending on the type of crime. **Psychosocial Intervention**, v. 24, n. 1, p. 9-15, 2015. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1132055915000058> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- CUNHA, C. *et al.* Família, Pares e Delinquência Juvenil: Análise de Diferentes Percursos de Reincidência. **Revista de Psicología**, 24(2), p.1-18, 2015. Disponível em: < <https://revistas.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/38134> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- CUNHA, P. I.; ROPELATO, R.; ALVES, M. P. A redução da maioria penal: questões teóricas e empíricas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 4, p. 646-659, 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021750014> >. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CZECH, S.; KEMP, R. I. Development of ASB 1: The development of antisocial behaviour in adolescents and young adults. **Australian Journal of Psychology**, v.62, n.3, 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15981133> >. Acesso em: 20 out. 2016.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf> >. Acesso em: 15 abr. 2017.

DAVOGLIO, T. R.; ARGIMON, I. L. Avaliação de comportamentos anti-sociais e traços psicopatas em psicologia forense. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 1, p. 111-118, 2010. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v9n1/v9n1a12.pdf> >. Acesso em: 14 mar. 2016.

DELL'AGLIO, D. D. *et al.* Revisando o Questionário da Juventude Brasileira: uma nova proposta. In DELL'AGLIO, D.D.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Adolescência e Juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

DENAULT, A.S.; POULIN, F. Peer group deviancy in organized activities and youths' problem behaviours. **Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement**, v. 44, n. 2, p. 83, 2012. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/fulltext/2011-22467-001.html> >. Acesso em: 15 fev. 2016.

DINIZ, D. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: Letras Livres - Editora Universidade de Brasília, 2013.

DOMÍNGUEZ, J.F.M. *et al.* **Psicología Social**. 3ª Ed. Madrid: McGraw-Hill, 2007.

EAMON, M. K. Poverty, parenting, peer and neighborhood influences on young adolescent antisocial behavior. **Journal of Social Service Research**. Vol 28 (1): 1-23, 2001. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/2002-12743-001> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

ELLIOT, D. S.; HUIZINGA, D.; AGETON, S. S. **Explaining delinquency and drug use**. Newbury Park: Sage, 1985.

ESCOBAR, J. O.; CÓRCOLES, M. A. Neurobiología de la agresión y la violencia. **Anuario de psicología jurídica**, v. 26, n. 1, p. 60-69, 2016. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315046741008> >. Acesso em: 15 mai. 2018.

ESTEVEZ, G.G.L. **Comportamento antissocial: uma avaliação a partir da agressividade, personalidade e Psicopatia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2014. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/ntGPY> >. Acesso em: 15 mar. 2017.

ESTÉVEZ, E.; EMLER, N. Assessing the links among adolescent and youth offending, antisocial behaviour, victimization, drug use, and gender. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: < <https://www.uv.es/lisis/estevez/12-7IJCHP.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2018.

EYSENCK, H. J. Personality and crime: Where do we stand? **Psychology Crime and Law**, 2, 143-152, 1996. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10683169608409773> >. Acesso em: 06 abr. 2017.

FANTUZZO, J. *et al.* Effects of Interparental violence on psychological adjustment and competencies of young children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 59 (2), p. 258-265, 1991. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2030186> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

FARRINGTON, D. P. Explaining the beginning, progress, and ending of antisocial behavior from birth to adulthood. In: MCCORD, J. (Ed.). **Facts, frameworks and forecast: Advances in criminological theory**. New Brunswick, NJ: Transaction, 1992.

FARRINGTON, D. P., OHLIN, L. E. y WILSON, J. Q. **Understanding and controlling crime. Toward a new research strategy**. New York: Springer-Verlag, 1986.

FERNANDES, D.P. **Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do modelo da coerção de Patterson**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19134> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

FERNÁNDEZ, M.E.P. **Conducta antisocial en adolescentes: Factores de riesgo y de protección**. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010.

FEYERABEND, P. K. **Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge**. Londres: New Left Books, 1975.

FILHO, N.H.; TEIXEIRA, M. A. P.; DIAS, A. C. G. Psicopatia: o construto e sua avaliação. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 8, n. 3, p. 337-346, 2009. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v8n3/v8n3a06.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Psychopathy: A dimensional and noncriminal approach of the construct. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 2, p. 317-327, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v30n2/v30n2a08.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2017.

FISHER, P. A.; GILLIAM, K.S. Multidimensional treatment foster care: An alternative to residential treatment for high risk children and adolescents. **Intervencion psicosocial**, v. 21, n. 2, p. 195, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28250708> >. Acesso em: 05 set. 2017.

FONTAINE, N. M.G *et al.* Predictors and outcomes of joint trajectories of callous–unemotional traits and conduct problems in childhood. **Journal of abnormal psychology**, v. 120, n. 3, p. 730, 2011. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21341879> >. Acesso em 14 jun. 2017.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FORMIGA, N. S. Comprovando a hipótese do compromisso convencional: influência dos pares sionormativos sobre as condutas desviantes em jovens. **Ciência e profissão**. Brasília: DF, v.25, n.4, p.602-613, 2006. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021742009> >. Acesso em: 05 set. 2017.

. Hábitos de lazer e condutas desviantes: Testagem de um modelo teórico em jovens. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 30, n. 79, 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/946/94615412012/> >. Acesso em: 11 mar. 2016.

. Pares socionormativos e condutas desviantes: testagem de um modelo teórico. **Barbarói**, n. 32, p. 28-43, 2010. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n32/n32a03.pdf> >. Acesso em: 11 mar. 2016.

FORMIGA, N.S; AGUIAR, M; OMAR, A. Busca de sensação e condutas antissociais e delitivas em jovens. **Psicologia: Ciência & Profissão**, 28(4), 668-681,2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n4/v28n4a02.pdf> >. Acesso em: 11 mar. 2016.

FORMIGA, N.S.; GOUVEIA, V.V. Valores Humanos e Condutas Antissociais e Delitivas. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, 7(2), pp. 134-170, 2005. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n2/v7n2a06.pdf> >. Acesso em 14 jun. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 11ª edição. São Paulo: FBSP, 2017.

FUENTES, M. C.; GARCÍA, F.; LILA, M.. Autoconcepto y consumo de sustancias en la adolescencia. **Adicciones**, v. 23, n. 3, p. 237-248, 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2891/289122827007.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2017.

FURNHAM, A.; RICHARDS, S.C; PAULHUS, D.L. The Dark Triad of personality: a 10 year review. **Social and Personality Psychology Compass**, 7, 199 – 216, 2013. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/spc3.12018> >. Acesso em: 11 mar. 2016.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**, 7(1), 81-95, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf> >. Acesso em:05 set. 2016.

GARAIGORDOBIL, M.; ALIRI, J.; VALDERREY, V.M. Justificación de la violencia durante la adolescencia: Diferencias en función de variables sociodemográficas. **European Journal of Education and Psychology**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=129328767002> >. Acesso em: 12 out. 2017.

GARCÍA, J. F. *et al.* A confirmatory factor analysis of the “Autoconcepto Forma 5” questionnaire in young adults from Spain and Chile. **Spanish Journal of Psychology**, 14, 2011. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22059311> >. Acesso em: 15 set. 2017.

GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. **Neurociência cognitiva: a biologia da mente**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GELLES, R. J.; CAVANAUGH M. M. Factores sociales. In: J. Sanmartin (coord.). **El laberinto de la violencia**. Barcelona: Ariel, 2004.

GLENN, A. L. *et al.* Increased testosterone-to-cortisol ratio in psychopathy. **Journal of abnormal psychology**, v. 120, n. 2, p. 389, 2011. Disponível em: <

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3166523/> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

GLOBAL PEACE INDEX. **Measuring the State of Global Peace**. Sydney Institute for Economics and Peace, 2016.

GOMEZ, K.C.; BADENES, L.V. Reiteración y reincidencia delictivas en menores españoles con expediente judicial. **Revista Mexicana de Psicología**, vol. 30,1, p. 61-68, 2013.

Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2430/243033028007.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

GONZÁLEZ, C.V. **Delincuencia juvenil**: Consideraciones penales y criminológicas. Madrid: Colex, 2003.

GONZÁLEZ, P. *et al.* Aggression predicts Cortisol Awakening Response in healthy young adults. **Anales de Psicología/Annals of Psychology**, v. 31, n. 3, p. 1044-1051, 2015.

Disponível em: < <http://revistas.um.es/analesps/article/view/analesps.31.3.177641> >. Acesso em: 20 jul. 2016.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**: fundamentos, aplicações e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GOUVEIA, V.V.; MONTEIRO, R.P.; GOUVEIA, R.S.V.; ATHAYDE, R.A.A.;

CAVALCANTI, T.M. Avaliando o lado sombrio da personalidade: evidências psicométricas do Dark Triad Dirty Dozen. **Revista Interamericana de Psicología**. 50 (3), 420-432, 2016.

Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28450492010> >. Acesso em: 05 set. 2017.

GRANGEIRO, A.S.M. **Escala de comportamentos antissociais**: construção e evidências de validade. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7744> >. Acesso em 20 jul. 2017.

GURLEY, J. R. A history of changes to the criminal personality in the DSM. **History of Psychology**, v. 12, n. 4, p. 285, 2009. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/buy/2009-24151-003> >. Acesso em: 15 mai. 2017.

HARE, R. D. **The Hare Psychopathy Checklist—Revised**. Toronto: Multi-Health Systems, 1991.

_____. Psychopathy: A clinical and forensic overview. **Psychiatric Clinics of North America**, 29 (3), p. 57-64, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16904507> >. Acesso em: 11 set. 2016.

HARE, R.D.; NEUMANN, C.S. Psychopathy as a clinical and empirical construct. **Annual Review of Clinical Psychology**, 4(2), p. 217-246, 2008. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18370617> >. Acesso em: 11 set. 2016.

HARPUR, T. J.; HAKSTIAN, A. R.; HARE, R. D. Factor structure of the Psychopathy Checklist. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 56, 5, p. 741–747, 1988. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3192791> >. Acesso em: 15 set. 2017.

HECKERT, A.; HECKERT, D. M. A new typology of deviance: Integrating normative and reactivist definitions of deviance. **Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal**, 23, p. 449-479, 2002. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/016396202320265319> >. Acesso em: 14 mar. 2016.

HEIN, A. Factores de riesgo y delincuencia juvenil: Revisión de la literatura nacional e internacional. **Fundación Paz Ciudadana**, 2004. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/jsBIL> >. Acesso em: 15 abr. 2016.

HERRERO, Ó.; COLOM, R. Distinguishing impulsive, unsocialized sensation seeking: A comparison between criminal offenders and the general population. **Journal of Individual Differences**, v. 29, n. 4, p. 199-204, 2008. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/2008-14165-003> >. Acesso em: 14 abr. 2017.

HIGGINS, P.C. Y BUTTLER, R.R. **Understanding deviance**. Nueva York: McGraw Hill, 1982.

HILDEBRAND, M.; RUITER, C.; NIJMAN, H. PCL-R psychopathy predicts disruptive behavior among male offenders in a Dutch forensic psychiatric hospital. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 19, n. 1, p. 13-29, 2004. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14680527> >. Acesso em: 10 fev. 2016.

HIRSCHI, T. **Causes of Delinquency**. Berkeley: University of California Press, 1969.

HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. R. Commentary: Testing the general theory of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 30, p. 47-54, 1993. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022427893030001004> >. Acesso em: 14 abr. 2017.

HOUGHTON, S.; CARROLL, A. Longitudinal rates of self-reported delinquency of at-risk and not at-risk Western Australian high school students. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, v.35, n.1, 2002. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1375/acri.35.1.99> >. Acesso em: 15 mai. 2017.

HOLGUÍN, D. M.; GUTIÉRREZ, E. M. Medellín youth experiences before, during and after belonging to an illegal armed group, 2005. **Ciencia & saúde coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2403-2412, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/en_1413-8123-csc-21-08-2403.pdf >. Acesso em: 14 nov. 2017.

HUSS, M.T. **Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JAKOBOWITZ, S.; EGAN, V. The dark triad and normal personality traits. **Personality and Individual Differences**, 40, p. 331-339, 2006. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/2006-01509-015> >. Acesso em: 15 nov. 2017.

JAKUPCAK, M. *et al.* Anger, hostility, and aggression among Iraq and Afghanistan war veterans reporting PTSD and subthreshold PTSD. **Journal of Traumatic Stress**, v. 20, n. 6, p. 945-954, 2007. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18157891> >. Acesso em: 15 nov. 2017.

JESSOR, R. *et al.* A developmental study of heavy episodic drinking among college students: the role of psychosocial and behavioral protective and risk factors. **Journal of studies on alcohol**, v. 67, n. 1, p. 86-94, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16536132> >. Acesso em: 15 nov. 2017.

JESSOR, R.; DONOVAN, J. E.; COSTA, F.M. Personality, perceived life chances, and adolescent health behavior. In: HURRELMANN, K; LÖSEL, F. (Orgs.). **Health hazards in adolescence**. Nova York: Walter de Gruyter, 1990.

_____. **Beyond adolescence: Problem behaviour and young adult development**. Cambridge University Press, 1994.

JESSOR, R.; JESSOR, S.L. **Problem behavior and psychosocial development: a longitudinal study of youth**. San Diego, CA: Academic Press, 1977.

_____. A social-psychological framework for studying drug use. In: D. LETTIERI, D.; SAYERS, M.; PEARSON, H.W. (Orgs.). **Theories on drug abuse: Selected contemporary perspectives**. Rockville, UT: National Institute on Drug Abuse, 1980.

JIMÉNEZ, T. I.; ESTÉVEZ, E.; MURGUI, S. Ambiente comunitario y actitud hacia la autoridad: relaciones con la calidad de las relaciones familiares y con la agresión hacia los iguales en adolescentes. **Anales de psicología**, v. 30, n. 3, p. 1086-1095, 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/167/16731690029.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

JIMÉNEZ, A.G.; STEWART, E.L. Conducta de Ayuda, conducta prosocial y altruismo. In: DOMÍNGUEZ, J.F.M. *et al.* (Org). **Psicología Social**. 3ªed. Madri: McGraw Hill, 2009.

JOHN, O. P.; SRIVASTAVA, S. The Big Five trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In: JOHN, O.P.; PERVIN, L.A. (Org). **Handbook of Personality: theory and research**. 2ª ed. New York: The Guilford Press, 1999.

JONASON, P. K.; ICHO, A.; IRELAND, K. Resources, harshness and unpredictability: the socioeconomic conditions associated with the Dark Triad traits. **Evolutionary Psychology**, v. 14, n. 1, p. 1-11, 2016. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1474704915623699> >. Acesso em: 05 set. 2017.

KELLEY, B. T. *et al.* Developmental pathways in boy's disruptive delinquent behavior. **Juvenile Justice Bulletin**, v.2, p. 41-62, 1997. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=ED419998> >. Acesso em: 20 out. 2017.

KOMATSU, A.V.; BAZON, M. R. Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 725-735, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v13n2/v13n2a13.pdf> >. Acesso em: 14 abr. 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge: Cambridge University, 1978.

LARROSA, S.L.; PALOMO, J. L.R.A. Factores de riesgo y de protección en el consumo de drogas y la conducta antisocial en adolescentes y jóvenes españoles. **International Journal of Psychological Research**, v. 5, n. 1, p. 25-33, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=299023539004> >. Acesso em 20 abr. 2018.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.

LÓPEZ, M. El concepto de anomia de Durkheim y las aportaciones teóricas posteriores. **Ibero forum**, 4(8), p.130-147, 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2110/211014822005.pdf> >. Acesso em: 15 mar. 2017.

LORENZINO, L.R.; BETANCOURT, L. I.; CARDOZO, G. Adaptación social en jóvenes judicializados que participan en actividades escolares. **Revista de Psicología**, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: < <https://revistas.uchile.cl/index.php/RDP/article/view/37507> >. Acesso em: 15 mar. 2017.

KANDEL, E.; MEDNICK, S. A. Perinatal complications predict violent offending. **Criminology**, 29, 519-529, 1991. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1991.tb01077.x> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa: Metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Editora Herder, 1969.

KOENEN, K. C. *et al.* Genetic influences on the overlap between low IQ and antisocial behavior in young children. **Journal of Abnormal Psychology**, 115(4), pp. 787-79, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2254220/> >. Acesso em: 09 fev. 2016.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LUENGO, M. A. *et al.* Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: Un estudio transcultural. **RIDEP**, v. 1, p. 21-36, 1999. Disponível em: < http://www.aidep.org/03_ridep/R07/R072.pdf >. Acesso em: 21 set. 2016.

MARSHALL, A. D. *et al.* The impact of antisocial personality characteristics on anger management treatment for veterans with PTSD. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 2, n. 3, p. 224, 2010. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/buy/2010-19144-009> >. Acesso em: 18 mai. 2018.

MARTÍNEZ, I. *et al.* El estilo de socialización familiar como factor de prevención o riesgo para el consumo de sustancias y otros problemas de conducta en los adolescentes españoles. **Adicciones**, v. 25, n. 3, p. 235-242, 2013. Disponível em: <

<http://www.adicciones.es/index.php/adicciones/article/viewFile/51/50> >. Acesso em: 12 fev. 2018.

MARTÍNEZ, L. C.; BANQUERI, V. M.; LOZANO, M.C. Consumo de drogas en adolescentes con conductas infractoras: análisis de variables psicosociales implicadas. **Adicciones**, v. 24, n. 1, p. 31-38, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=289122901005> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

MAZA, F. X.; PÉREZ, J.J.; COSÍN, J. V. Adolescentes y drogas: su relación con la delincuencia. **Revista de Estudios Sociales**, n. 58, p. 63-75, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n58/n58a06.pdf> >. Acesso em: 15 ago. 2017.

MCGUIRE, J.; MASON, T.; O'KANE, A. **Behavior, crime and legal processes: guide for forensic practitioners**. Chichester, Inglaterra: John Wiley and Sons, 2000.

MEDEIROS, E.D. *et al.* Valores humanos, comportamentos antissociais e delitivos: evidências de um modelo explicativo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 12(1), 147-163, 2017. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n1/11.pdf> >. Acesso em: 16 nov. 2016.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVAO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n. 4, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf> >. Acesso em: 08 abr. 2018.

MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Journal. 2002.

MEYERS, K. **Television and Video Game Violence: Age Differences and the combined Effects of Passive and Interactive Violent Media**. Tese (Doutorado em Psicologia). Louisiana State University, 2002. Disponível em: < https://digitalcommons.lsu.edu/gradschool_dissertations/2214/ >. Acesso em 12 abr. 2018.

MODECKI, K. L. "It's a rush": Psychosocial content of antisocial decision making. **Law and Human Behavior**, v. 33, n. 3, p. 183-193, 2009. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18704667> >. Acesso em: 19 nov. 2017.

MOFFITT, T.E. The neuropsychology of conduct disorder. **Development and Psychopathology** (5), p. 133-151, 1993. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/record/1993-45655-001> >. Acesso em: 12 dez. 2017.

MOFFITT, T.E.; SCOTT, S. Conduct disorders of childhood and adolescence. In: RUTTER, M. *et al.* (Eds.). **Rutter's child and adolescent psychiatry** (5th ed.). Malden: Blackwell, 2008.

MORGADO, A. M.; DIAS, M. L. V. Comportamento antissocial na adolescência: o papel de características individuais num fenómeno social. **Psic., Saúde & Doenças**, v. 17, n. 1, p. 15-22. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v17n1/v17n1a03.pdf> >. Acesso em 16 dez. 2017.

MORIZOT, J.; KAZEMIAN, L. **The development of criminal and antisocial behavior:**

theory, research and practical applications. London: Springer, 2015.

MURRAY, J.; FARRINGTON, D. P.; SEKOL, I. Children's antisocial behavior, mental health, drug use, and educational performance after parental incarceration: a systematic review and meta-analysis. **Psychological bulletin**, v. 138, n. 2, p. 175, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22229730> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

NARDI, F. L.; HAUCK FILHO, N.; DELL'AGLIO, D. D. Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n1/1806-3446-ptp-32-01-00063.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

NEISSER, U. *et al.* Intelligence: Knowns and unknowns. **American psychologist**, v. 51, n. 2, p. 77, 1996. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/buy/1996-02655-001> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

NORIEGA, J. A. V. *et al.* Relación entre anomia social, alienación y conducta antisocial en jóvenes infractores mexicanos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 2, p. 943-955, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77323978012> >. Acesso em: 05 set. 2017.

NORIEGA, J. Á.; HERNÁNDEZ, G.B.; ZARAGOZA, M.R. Efectos de la anomia, alienación y confianza en la conducta antisocial en jóvenes fuera del sistema escolar y laboral. **Civilizar. Ciencias Sociales y Humanas**, v. 14, n. 27, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/ccso/v14n27/v14n27a11.pdf> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

NUNES, S.A.; FARACO, A. M.; VIEIRA, M. L. Attachment and parental practices as predictors of behavioral disorders in boys and girls. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 23, n. 56, p. 369-378, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v23n56/0103-863x-paideia-23-56-0369.pdf> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

OCAMPO, D. B.; CAMPOS, S. R. G. La impulsividad y la búsqueda de sensaciones como predictores de la conducta antisocial en adolescentes. **Enseñanza e Investigación en Psicología**, v. 20, n. 3, p. 309-315, 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/292/29242800008.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2017.

OGLOFF, J. R.P. *et al.* Co-occurring mental illness, substance use disorders, and antisocial personality disorder among clients of forensic mental health services. **Psychiatric Rehabilitation Journal**, v. 38, n. 1, p. 16, 2015. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25799303> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

OLCZAK, P. V.; PARCELL, S.R.; STOTT, M.R.W. Defining juvenile delinquency: Specificity of the research sample and the right to treatment. **Journal of clinical psychology**, v. 39, n. 6, p. 1007-1012, 1983. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6662925> >. Acesso em: 10 mai. 2016.

OLWEUS, D.; LIMBER, S. P. Bullying in school: Evaluation and dissemination of the Olweus Bullying Prevention Program. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 80, n. 1, p. 124-134, 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20397997> >. Acesso em: 12 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CID 10**: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. São Paulo: EDUSP, 10ª ed., 2008.

PACHECO, J.T.B. **A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais**: Uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6132/000525387.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 12 mai. 2018.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica**: fundamentos e práticas. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

PATRICK, C.J.; FOWLES, D. C.; KRUEGER, R. F. Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. **Development and psychopathology**, v. 21, n. 3, p. 913-938, 2009. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19583890> >. Acesso em: 12 mai. 2018.

PATTERSON, G. R., DEBARYSHE, B. D. RAMSEY, E. A developmental perspective on antisocial behavior. **American Psychologist**, 44, p. 329-335, 1989. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2653143> >. Acesso em: 10 mai. 2017.

PATTERSON, G. R., REID, J. B., DISHION, T. J. (1992). **Antisocial boys**. Eugene: Castalia, 1992.

PAULA, M. L. B.; ASSUMPCÃO JR, F.B. Delinquência juvenil e família. **Revista Psicopedagogia**, v. 30, n. 91, p. 43-51, 2013. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v30n91/06.pdf> >. Acesso em: 12 set. 2017.

PAULHUS, D. L.; WILLIAMS, K. M. The Dark Triad of personality: Narcissism, machiavellianism, and psychopathy. **Journal of Research in Personality**, 36, 556-563, 2002. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0092656602005056> >. Acesso em: 14 jun. 2018.

PENADO, M.; ANDREU, J.M.; PEÑA, E. Agresividad reactiva, proactiva y mixta: análisis de los factores de riesgo individual. **Anuario de Psicología Jurídica**, v. 24, n. 1, p. 37-42, 2014. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315031876005> >. Acesso em: 15 set. 2017.

PENNEY, S. R.; MORETTI, M. M. The relation of psychopathy to concurrent aggression and antisocial behavior in high-risk adolescent girls and boys. **Behavioral Science and the Law**, v. 25, p. 21-41, 2007. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16953486> >. Acesso em: 16 abr. 2018.

PESCE, R. Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 507-518, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a19v14n2.pdf> >. Acesso em: 19 abr. 2016.

POPPER, K. **A lógica da descoberta científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

PRATHER, W.; GOLDEN, J. A. Learning and thinking: A behavioral treatise on abuse and antisocial behavior in young criminal offenders. **International Journal of Behavioral Consultation and Therapy**, v. 5, n. 1, p. 75, 2009. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ861354> >. Acesso em: 10 mai. 2017.

PRATT, T. C. *et al.* Self-control and victimization: A meta-analysis. **Criminology**, v. 52, n. 1, p. 87-116, 2014. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1745-9125.12030> >. Acesso em 15 mai. 2017.

PRUST, L. W.; GOMIDE, P. I. Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 53-60, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n1/v24n1a06.pdf> >. Acesso em: 15 mai. 2017.

QUAY, H. C. Patterns of delinquent behavior. In: _____ **Handbook of juvenile delinquency**. New York: John Wiley & Sons, 1987.

RAINE, A. Annotation: The role of prefrontal deficits, low autonomic arousal, and early health factors in the development of antisocial and aggressive behavior. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 43: 417-434, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12030589> >. Acesso em 05 set. 2017.

RAINE, A. *et al.* The reactive-proactive aggression questionnaire: Differential correlates of reactive and proactive aggression in adolescent boys. **Aggressive Behavior**, 32, p. 159-171, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2927832/> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

RAMIREZ, J.M. **Vida, ambiente y biología**. Madrid: Centreur, 1984.

RAMIREZ, J. MARTÍN. Television and Violence. **Rev. Latinoam. Psicol.**, Bogotá, v. 39, n. 2, p. 327-349, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rlps/v39n2/v39n2a09.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2017.

RHEE, S. H.; WALDMAN, I. D. Genetic and environmental influences on antisocial behavior: A meta-analysis of twin and adoption studies. **Psychological Bulletin**, 3, 490-529, 2002. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12002699> >. Acesso em: 12 out. 2017.

RISER, R. E.; KOSSON, D. S. Criminal behavior and cognitive processing in male offenders with antisocial personality disorder with and without comorbid psychopathy. **Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment**, v. 4, n. 4, p. 332, 2013. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24378159> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

ROBERTSON, L. A.; MCANALLY, H. M.; HANCOX, R. J. Childhood and adolescent television viewing and antisocial behavior in early adulthood. **Pediatrics**, p. peds. 2012-1582, 2013. Disponível em: < <http://pediatrics.aappublications.org/content/131/3/439> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

ROCHA, F. F.; LAGE, N.V; SOUSA, K. C. Comportamento anti-social e impulsividade no transtorno de personalidade anti-social: carta aos editores. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 31, n. 3, p. 291-292, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v31n3/a24v31n3.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ROMERO, C.; OSTROSKY, F.; CAMARENA, B. Efecto de la Portación de Alelos de Riesgo de MAO-A y DRD4 Sobre Mediciones de Agresión. **Acta de investigación psicológica**, v. 2, n. 1, p. 568-581, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=358933583007>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ROMERO, E. Psicología de la conducta criminal. In SIERRA, J.C.; JIMÉNEZ, E.M.; CASAL, G.B. (Orgs.). **Psicología forense: Manual de técnicas y aplicaciones**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2006.

ROMERO, L.; ROMERO, E.; LUENGO, M.A. La personalidad psicopática como indicador distintivo de severidad y persistencia en los problemas de conducta infanto-juveniles. **Psicothema**, v. 23, n. 4, p. 660-665, 2011. Disponível em: <<http://www.psicothema.com/pdf/3938.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ROMERO, E.; SOBRAL, J.; LUENGO, M. A. **Personalidad y delincuencia**. Entre la biología y la sociedad. Granada, Espanha: Grupo Editorial Universitario, 1999.

_____. Personality and antisocial behavior: study of temperamental dimensions. **Personality and Individual Differences**, 31 (3), 329-348, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0191886900001392>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ROMERO, N.A.; CUMMINGSY, M. P; VELÁZQUEZ, A. Competencias socioemocionales y percepción de la comunidad ante la conducta agresiva en adolescentes que viven en entornos de riesgo. **Acción psicológica**, v. 13, n. 2, p. 79-88, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=344049074008>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ROMERO, N. A.; ESTRADA, J. G. S.; GUAJARDO, J. G. Competencias socioemocionales y variables sociodemográficas asociadas a conductas disociales en adolescentes mexicanos. **CES Psicología**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/2070>>. Acesso em: 05 set. 2017.

RULISON, K. L.; KREAGER, D.A.; OSGOOD, D. Wayne. Delinquency and peer acceptance in adolescence: A within-person test of Moffitt's hypotheses. **Developmental psychology**, v. 50, n. 11, p. 2437, 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25243328>>. Acesso em: 12 out. 2017.

RUTTER, M.; GILLER, H.; HAGELL, A. **La conducta antisocial de los jóvenes**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

SÁ, E.C.N. **Teoria geral do crime**: análise do autocontrole em amostras da população geral e reclusos do sistema prisional. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15110>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SANABRIA, A. M.; RODRÍGUEZ, A. F. U. Factores psicosociales de riesgo asociados a conductas problemáticas en jóvenes infractores y no infractores. **Diversitas: perspectivas en psicología**, v. 6, n. 2, 2010. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67915140005>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SANT'ANNA, A. S. **O que é um axioma?** Barueri: Manole, 2003.

SANTOS, W. **Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do compromisso convencional**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19134>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **Teorias da personalidade**, 9ª ed. São Paulo: Thompson Learning Edições, 2011.

SCHNEIDER, H. J. Causas de la delincuencia infantil y juvenil. **Revista de Derecho Penal y Criminología (Uned)**, nº 4, 799-822, 1994. Disponível em: <
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=174040>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SEISDEDOS C. N. **Cuestionario de conductas antisociales-delictivas**. Madrid: TEA, 1988.

SEIXAS, M. J. S. **Associações entre o modelo triárquico da Psicopatia, as emoções, a moralidade e a delinquência em jovens adultos**. Dissertação (Mestrado em Criminologia). Universidade do Porto, 2014. Disponível em: <
https://sigarra.up.pt/fcnaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=31695>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SHECAIRA, S. S. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

SILVA, A. M. B.; SILVA, M. L. B.; ENUMO, S. R. F. Relações entre o hormônio cortisol e comportamentos de adolescentes: Uma revisão sistemática. **Psicologia Revista**, v. 26, n. 2, p. 337-362, 2017. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/26746>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

SILVEIRA, K. S.; ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. Correlatos dos comportamentos antissociais limitados à adolescência e dos comportamentos antissociais persistentes. **Psicologia em estudo**. Maringá, PR. Vol. 20, n. 3 (jul./set. 2015), p. 425-436., 2015. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/html/2871/287145646009/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SIMÓN, B. S. *et al.* La psicopatía: Una revisión bibliográfica y bibliométrica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 2, p. 105-121, 2015. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229042579009>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SINTRA, C. I.; LOPES, P.; FORMIGA, N. Conduas antissociais e delitivas e habilidades sociais em contexto forense. **Psicologia Argumento**, v. 29, n. 66, 2017. Disponível em: <
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20439/19701>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SISTO, F. F.; RUEDA, F. J. M. Estudo sobre as relações entre Autocontrole e Traços de Personalidade. **Psicol. esc. educ.**, v. 12, n. 2, p. 369-380, 2008. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v12n2/v12n2a08.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

SISTO, F. F.; SILVEIRA, F. J.; FERNANDES, D.C. Jovens delinquentes e universitários agressivos: diferenças comportamentais. **Psico-USF**, v. 17, n. 2, p. 205-214, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psuf/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SOLAR, F. C. *et al.* Inteligencia y conductas delictuales en adolescentes chilenos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 1, p. 441-452, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77323982027>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SORIA, M. A.; SÁIZ, D. **Psicología criminal**. Madri: Pearson, 2005.

SOUZA, C. C.; RESENDE, A.C. Perfis de Personalidade de Adolescentes que Cometeram Homicídio. **Psico-USF**, v. 21, n. 1, p. 73-86, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v21n1/2175-3563-psuf-21-01-00073.pdf> >. Acesso em: 14 jun. 2017.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf >. Acesso em: 03 mar. 2016.

STOFF, D.M; BREILING, J; MASER, J.D. **Handbook of Antisocial Behavior**. New York: John Wiley & Sons Inc., 1997.

SUTHERLAND, E. H.; CRESSEY, D. R. **Criminology**. Nova York: Lippincott, 1974.

TELLES, L. E.; FOLINO, J. O.; TABORDA, J.G.V. Incidência de conduta violenta e antissocial em população psiquiátrica forense. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 33, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v33n1/1348.pdf> >. Acesso em: 15 mai. 2017.

THORNBERRY, T. P. Toward an interactional theory of delinquency. **Criminology**, 25, p.863-891, 1987. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1987.tb00823.x> >. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Empirical support for interactional theory: A review of the literature. In HAWKINS, J. D. (Org.). **Delinquency and crime: Current theories**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

THORNBERRY, T. P.; KROHN, M. D. The self-report method for measuring delinquency and crime. **Criminal justice**, v. 4, n. 1, p. 33-83, 2000. Disponível em: < https://www.ncjrs.gov/criminal_justice2000/vol_4/04b.pdf >. Acesso em: 14 jun. 2017.

TITTLE, C. R. **Control balance: Toward a general theory of deviance**. Boulder, CO: Westview, 1995.

- TITTLE, C. R. Refining control balance theory. **Theoretical Criminology**, 8, p. 395-428, 2004. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362480604046657?journalCode=tcra> >. Acesso em: 20 set. 2017.
- TORRENTE, G.; VAZSONYI, A. T. Personality, parenting and deviance among Spanish adolescents. **Anales de Psicología/Annals of Psychology**, v. 28, n. 3, p. 654-664, 2012. Disponível em: < <http://revistas.um.es/analesps/article/view/analesps.28.3.155951> >. Acesso em: 02 abr. 2016.
- URAZAN, J; AVILA, N. Análisis neuroforense de la violencia: Propuesta de revisión. **Revista chilena de Neuropsicología**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179341106010> . Acesso em: 14 jun. 2017.
- VALLE, N. Q. *et al.* La familia y el maltrato como factores de riesgo de conducta antisocial. **Salud mental**, v. 30, n. 4, p. 47-54, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58230407> >. Acesso em: 20 jul. 2017.
- VALSINER, J. Personal culture and conduct of value. **Journal of Social, Evolutionary and Cultural Psychology**, v. 1, n. 2, p. 59, 2007. Disponível em: < <http://psycnet.apa.org/fulltext/2010-01927-004.pdf> >. Acesso em: 20 mai. 2016.
- VASCONCELOS, T. C. *et al.* Condutas desviantes e traços de personalidade: Testagem de um modelo causal. **Estudos de Psicologia**. 25(1), 55-65, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a06v25n1.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- VASCONCELLOS, S. J. L. *et al.* Psicopatia e reconhecimento de expressões faciais de emoções: uma revisão sistemática. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 125-134, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n2/01.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- VAZSONYI, A. T. *et al.* Routine Activities and Deviant Behaviors: American, Dutch, Hungarian, and Swiss Youth. **Journal of Quantitative Criminology**, 18, p. 397-422, 2005. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1021121727676> >. Acesso em: 12 mai. 2017.
- VENTURINI, E.; DOMENICO, C.; LORENZO, T. **O crime louco**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012.
- VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- VIEIRA, T. M.; MENDES, F.; GUIMARÃES, L. C. Aprendizagem social e comportamentos agressivo e lúdico de meninos pré-escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, p.544-53, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n3/15.pdf> >. Acesso em: 05 set. 2017.
- VILARIÑO, M.; AMADO, B. G.; ALVES, C. Menores infractores: un estudio de campo de los factores de riesgo. **Anuario de psicología jurídica**, v. 23, 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315028685007> >. Acesso em: 05 set. 2017.

VIRGOLINI, J. E. **Crímenes excelentes: delitos de cuello blanco, crimen organizado y corrupción.** San Juan: Editores del Puerto, 2004.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Cortez Editora, 2011

WALLINIUS, M. *et al.* Offenders in emerging adulthood: School maladjustment, childhood adversities, and prediction of aggressive antisocial behaviors. **Law and human behavior**, v. 40, n. 5, p. 551, 2016. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27243360> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

WANKLYN, D.M.; YESSINE, S.G. A Review of Terminological, Conceptual and Methodological Issues in the Developmental Risk Factor Literature for Antisocial and Delinquent Behavior. **Child Youth Care Forum**, 43, pp. 97-112, 2014. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s10566-013-9227-9> >. Acesso em: 02 mai. 2016.

WELCH, K.; PAYNE, A. A. Exclusionary school punishment: The effect of racial threat on expulsion and suspension. **Youth Violence and Juvenile Justice**, v. 10, n. 2, p. 155-171, 2012. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1541204011423766?journalCode=yvja> >. Acesso em: 12 out. 2017.

WHITE, H. R. *et al.* Increases in alcohol and marijuana use during the transition out of high school into emerging adulthood: The effects of leaving home, going to college, and high school protective factors. **Journal of studies on alcohol**, v. 67, n. 6, p. 810-822, 2006. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17060997> >. Acesso em: 20 jul. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on violence and health: summary.** Geneva: World Health Organization, 2002.

XUE, Y., ZIMMERMAN, M.A. Y CUNNINGHAM, R. Relationship between alcohol use and violent behavior among Urban African American Youths from adolescence to Emerging Adulthood: A longitudinal Study. **American Journal of Public Health**, 99 (11), p. 2041-2048, 2009. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19762672> >. Acesso em: 05 set. 2017.

YANG, M.; WONG, S.; COID, J. The efficacy of violence prediction: a meta-analytic comparison of nine risk assessment tools. **Psychological bulletin**, v. 136, n. 5, p. 740, 2010. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20804235> >. Acesso em: 05 set. 2017.

ZAPPE, J. G.; DELL'AGLIO, D. D. Risco e Proteção no Desenvolvimento de Adolescentes que Vivem em Diferentes Contextos: Família e Institucionalização. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 2, p. 289-305, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v25n2/v25n2a07.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

ZEIER, J. D. *et al.* Cognitive control deficits associated with antisocial personality disorder and psychopathy. **Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment**, v. 3, n. 3, p. 283, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3387332/> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

ZEIER, J D.; NEWMAN, J. P. Feature-based attention and conflict monitoring in criminal offenders: Interactive relations of psychopathy with anxiety and externalizing.

Journal of abnormal psychology, v. 122, n. 3, p. 797, 2013. Disponível em: <
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24016017>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ZUCKERMAN, M. **Behavioral expressions and biosocial bases of personality**. New York: Cambridge University Press, 1994.

APÊNDICE A – Instrumental de Análise

O instrumental que se segue foi aplicado na organização, análise e consolidação das informações extraídas dos artigos selecionados a partir das bases de dados que serviram de referência a esse estudo. Conforme explicitado na metodologia e corroborado no capítulo relativo ao referencial teórico, cada aproximação epistemológica apresentada nesse estudo contou com um quadro analítico, como o modelo abaixo, a fim de subsidiar a organização da escrita e análise das informações.

Código	Base de Dados	Título do artigo	Referência (autor/ano)	Método/Amostra	Resultados e Discussões
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					